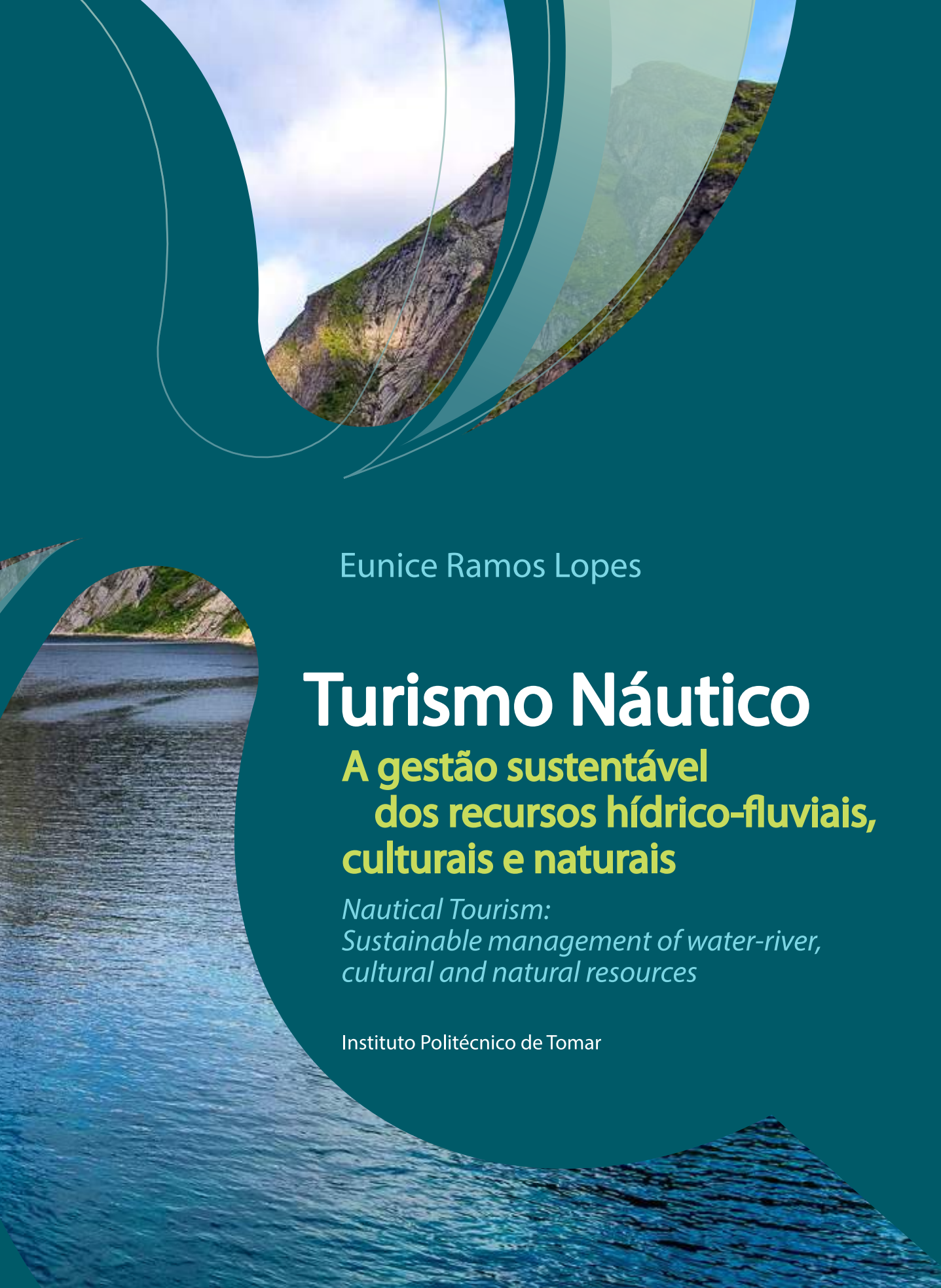




Eunice Ramos Lopes

Turismo Náutico

**A gestão sustentável
dos recursos hídrico-fluviais,
culturais e naturais**

*Nautical Tourism:
Sustainable management of water-river,
cultural and natural resources*

Instituto Politécnico de Tomar



Turismo Náutico

**A gestão sustentável
dos recursos hídrico-fluviais,
culturais e naturais**

*Nautical Tourism:
Sustainable management of water-river,
cultural and natural resources*

Ficha Técnica

Título

Turismo Náutico:

A gestão sustentável dos recursos hídrico-fluviais, culturais e naturais

Nautical Tourism:

Sustainable management of water-river, cultural and natural resources

Editor | Coordenação

Eunice Ramos Lopes

Instituto Politécnico de Tomar | Escola Superior de Gestão

Unidade Departamental de Ciências Sociais | Turismo

Conselho Editorial

Eunice Ramos Lopes | Turismo, Antropologia, Património, Museologia

João Tomaz Simões | Turismo, Planeamento, Inovação

Carla Rego | Património Conservação

Jorge Simões | Gestão, Empreendedorismo

Júlio Silva | Audiovisuais e produção dos media

Manuel Rosa | Ambiente

Joana Santos | Turismo

Editor

Instituto Politécnico de Tomar

ISBN

978-989-8840-65-3

Design

Gabinete de Comunicação e Relações Públicas

Instituto Politécnico de Tomar

Tiragem

Print-on-demand

Autores

Alexandra Figueiredo, Ana Balão, Ana Cristina Costa, Ana Rita Conde, Ana Rita Marques, Andrea Zita Botelho, Bruno Sousa, Eunice Duarte, Eunice Ramos Lopes, Francisco Silva, Isabel Bernardo, Isabel Rego, Jorge Simões, José Rodrigues, Laurentina Vareiro, Luís Carreira dos Santos, Mafalda Franco Leitão, Manuela Malheiro Ferreira, Marco Martins, Maria Anunciação Ventura, Michel Constantino Figueira, Osvaldo Silva, Paula Reis, Paulo Torres, Pilar Mota, Priscila Vasconcellos Chiattonne, Ruben Loureiro, Suzana Caldeira, Tânia Botelho, Victor Figueira



Referência FCT

Financiamento Base: UIDB/05488/2020
Financiamento Programático: UIDP/05488/2020

© 2022, Eunice Ramos Lopes
© 2022, Instituto Politécnico de Tomar.

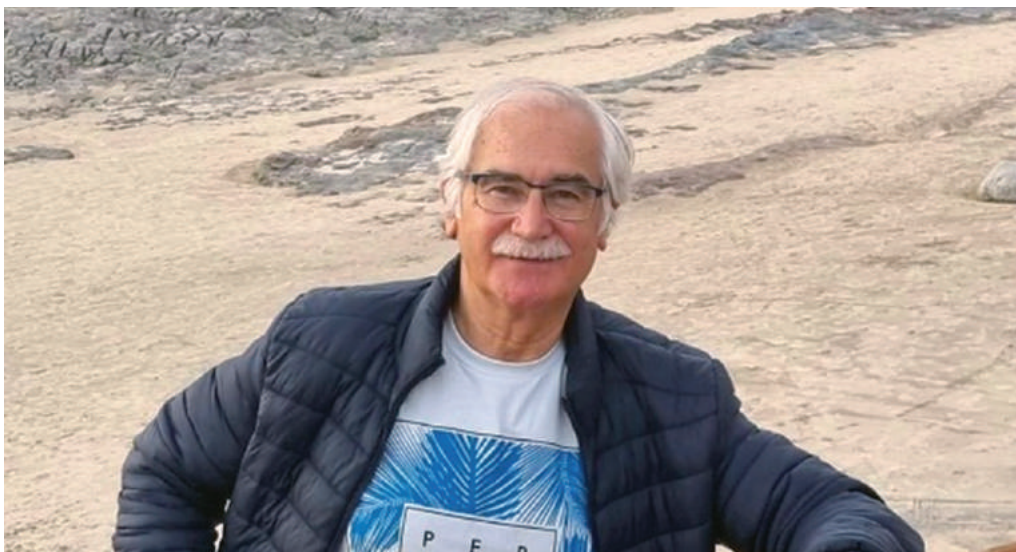
O conteúdo desta publicação está protegido por Lei. Qualquer forma de reprodução, distribuição, comunicação pública ou transformação da totalidade ou de parte desta obra carece de expressa autorização dos editores e dos seus autores.

Os artigos, bem como a autorização de publicação das imagens, são da exclusiva responsabilidade dos autores.

ÍNDICE

Prefácio – Coordenador da Rede das Estações Náuticas de Portugal	7
Autora Biografia	18
Introdução	20
Currículo Resumido dos Autores	25
Segmentação Turística no Contexto (Pré) Pandémico: Desafios e Tendências no Turismo Náutico	
Ana Rita Marques Victor Figueira Bruno Sousa Laurentina Vareiro	37
Turismo e os Recursos Hídrico-Fluviais, Culturais e Naturais	
Eunice Ramos Lopes Eunice Duarte	51
O Património Arqueológico Subaquático: Sustentabilidade, Educação e Turismo	
Alexandra Figueiredo	71
Canyoning: uma Atividade Emergente de Turismo de Natureza com Grande Potencial nos Açores	
Andrea Zita Botelho Paulo Torres Ana Cristina Costa Maria Anunciação Ventura Francisco Silva	87
The Characterization of Rivers for Sustainable Tourism Management	
Luís Santos	111
Do Passado ao Futuro: uma Exploração Didática e Turística em Torno de Cisternas em Santarém	
Mafalda Franco Leitão Isabel Bernardo Manuela Malheiro Ferreira	141
O Empreendedorismo Sustentável e a Sustentabilidade da Inovação: Origens e Conceitos	
Jorge Simões Ruben Loureiro	167
As Políticas Públicas para o Turismo Náutico Acessível – o Caso Setúbal	
Eunice Duarte Eunice Ramos Lopes	183

Nautical Tourism and Sustainable Development – The Case of the Portuguese Douro River (Portugal) Marco Martins	201
Património Imaterial, Tradição e Turismo: Um Olhar sobre a Festa de Nossa Senhora dos Navegantes, Pelotas / RS. Michel Constantino Figueira Priscila Vasconcellos Chiattonne	219
Turismo Náutico Inclusivo Dirigido a Crianças com Diagnóstico com Perturbação do Espectro Autista (PEA): Potencialidades Ana Rita Conde Pilar Mota Tânia Botelho Osvaldo Silva Isabel Rego Suzana Caldeira	237
O Papel das Redes Turísticas na Afirmação de Destinos Turísticos: O Caso da Estação Náutica de Avis (Portugal) José Rodrigues Paula Reis Ana Balão	257
Nautical Tourism and Sustainable Territorial Development Eunice Ramos Lopes	279



PREFÁCIO

O contributo da Rede das Estações Náuticas de Portugal

“No topo da montanha, uma gota de água abre caminho corajosa.

*Deixa a sua marca na terra por onde passa, com o único propósito de servir
quem a deseja e atravessa o vale num sopro apontando ao sucesso.*

*O caminho torna-se cada vez mais claro. Juntam-se os afluentes,
sobe o caudal, cresce em dimensão e avança em consciência.*

*Sem deixar ninguém para trás, multiplicam-se as mãos,
para que nenhuma fique por apertar.”*

(Excerto da voz off do vídeo “Nautical Portugal”).

Texto da autoria de João Damasceno – Slide Show)

Antes de tudo, o agradecimento devido pelo convite que nos foi formulado para este nosso testemunho/prefácio.

Aceitámos, desde logo, como forma de reconhecimento e de valorização do importante e oportuno contributo deste vosso trabalho coletivo para o aprofundamento da

temática da sustentabilidade em 4 das suas dimensões (económica, social, ambiental e cultural), aplicado à náutica e ao turismo náutico.

Enquanto Rede, e no âmbito da capacitação dos nossos parceiros, este e-book, constituirá obrigatoriamente um referencial para a reflexão e para a ação.

Mas o que são as Estações Náuticas e por que princípios se regem?

A Estação Náutica (EN), é constituída por uma rede de organizações que operam e promovem oferta turística náutica de qualidade, organizada a partir da valorização integrada de recursos náuticos presentes num território, a qual inclui a oferta de alojamento, restauração, atividades náuticas e outras atividades e serviços relevantes para a atração de turistas e outros utilizadores, acrescentando valor e gerando emprego nas respetivas regiões.

A EN visa oferecer ao visitante uma diversidade de atividades náuticas, mas também de outras atividades de animação ligadas aos patrimónios cultural e ambiental local, criando experiências diversificadas e integradas, a partir da náutica, que permitam aumentar valor e prolongar o tempo médio de estadia nos territórios.

O Regulamento das EN define bem os **princípios gerais** pelos quais as EN deverão enquadrar a sua atividade:

- Organização local cooperativa;
- Acolhimento permanente e de fácil acesso;
- Comunicação;
- Oferta náutica múltipla e permanente;
- Acesso das populações locais às atividades náuticas;
- Acessibilidade e adaptação dos serviços e infraestruturas;
- Agenda náutica anual;
- Compromisso para a sustentabilidade;
- Estruturação da oferta;
- Monitorização da qualidade da oferta e avaliação dos resultados;

O estado da arte da Rede das Estações Náuticas de Portugal

Em março de 2018, com o arranque da 1ª fase de certificação de Estações Náuticas de Portugal (ENP), a Fórum Oceano (FO) lançou o desafio aos territórios para que, olhando aos seus ativos, estruturassem a sua oferta turística náutica, organizando-a a partir da valorização integrada dos recursos náuticos, e incluindo serviços e produtos complementares relevantes para a experiência do visitante, como gastronomia, alojamento, oferta cultural, pontos de interesse turístico. Da primeira fase de certificação resultou o reconhecimento de 15 ENP, cuja sessão pública de apresentação decorreu no dia 16 de novembro de 2018, no âmbito da 8ª edição do Business2Sea, evento promovido pela FO. Seguiram-se mais 4 fases de certificação, estando em preparação o lançamento da 6ª fase.

Hoje, a Rede das ENP, coordenada pela Fórum Oceano, conta com **29 Estações Náuticas certificadas** distribuídas por todo o continente, litoral e interior, e envolvendo aproximadamente 1300 entidades, 60% das quais são empresas, mais de 60 municípios, 3 Comunidades Intermunicipais (CIMs) e cerca de 300 associações e entidades locais com intervenção na náutica de recreio e no turismo náutico.

Em **processo de certificação encontram-se 7 candidaturas**. Entretanto, temos vindo a acompanhar cerca de **15 territórios que manifestaram interesse** em apresentarem candidaturas, encontrando-se alguns a desenvolver os estudos prévios de enquadramento e a dinamizar o processo de mobilização dos atores locais e regionais.

Ao mobilizar um conjunto de atores identificados com o território e que asseguram a oferta de um produto turístico, construído em torno de um elemento comum - a água - as ENP potenciam a estruturação qualificada de experiências diversificadas, integradas, inclusivas e sustentáveis, que aproximam os visitantes dos territórios e da sua singularidade.

Com um modelo colaborativo assente na cooperação entre atores locais com naturezas, objetivos e visões diferentes, sob ação catalisadora dos municípios e de CIMs, as ENP contribuem para o aparecimento de novas soluções, projetos colaborativos, e produção de competências, acrescentando valor à experiência do turista e aprofundando uma cultura de cooperação e de criação de capital social local.

A plataforma digital “Nautical Portugal” e a internacionalização

A FO, em colaboração com as entidades coordenadoras das ENP, com o acompanhamento do Turismo de Portugal e das ERT, e com o cofinanciamento do programa Compete2020, desenvolveu o Portal ‘NauticalPortugal’ (www.nauticalportugal.com). Esta plataforma online disponibiliza, de forma intuitiva e acessível (nível AAA da versão WCAG 2.0), informação sobre as 29 ENP certificadas e a oferta turística assegurada pelos respetivos parceiros. A qualidade dos conteúdos, das fotografias e dos vídeos convida os visitantes do Portal a uma expedição pelas atividades náuticas que se praticam em cada uma das ENP, bem como a navegar pelos serviços e produtos complementares. O Portal pretende promover a náutica e o turismo náutico de Portugal, atraindo visitantes nacionais e estrangeiros, através da disponibilização de conteúdos em Português, Inglês, Francês e Espanhol. A plataforma online pretende ainda impulsionar o trabalho desenvolvido pelos atores locais na melhoria e garantia da oferta, apresentando informação sobre certificações, distinções e reconhecimentos, como é o caso do selo “Clean&Safe”, Bandeira Azul, Praia Acessível ou Praia com Qualidade de Ouro. Atendendo à abrangência da Rede das ENP, a FO assegurou a capacitação de profissionais designados por cada uma das Entidades Coordenadoras disponibilizando as ferramentas necessárias para que todos possam contribuir para a construção, edição e atualização dos conteúdos do Portal. O envolvimento de outras organizações tem sido fundamental para impulsionar a presença da Rede no digital. Exemplo disso, foi a organização de uma Press Trip no final de julho de 2020, por iniciativa do Turismo Centro de Portugal, com a presença de jornalistas, bloggers e influenciadores digitais, cujos conteúdos foram publicados em diversas plataformas.

Gostamos de pensar no ‘NauticalPortugal’ como sendo um “filho da Pandemia”, pois apesar da sua génese remontar a 2019, todo o trabalho de mobilização dos atores em torno do seu desenvolvimento e lançamento se desenrolou no primeiro semestre de 2020, com especial incidência nos meses de confinamento. Numa altura em que todos os esforços se centravam na dinamização do Turismo, pela atração do mercado interno, a apresentação de uma plataforma online agregadora da oferta turística náutica, que permite o contato direto entre os visitantes e as empresas, surgiu como uma oportunidade para apoiar o esforço de retoma do setor.

O ‘NauticalPortugal’ reúne informação sobre mais de 260 Atividades Náuticas, mais de 440 serviços e mais de 300 experiências, dá visibilidade à oferta qualificada de produto turístico náutico integrado e agiliza o processo de escolha e agendamento de visitas aos territórios. Ao aceder e navegar no Portal, o visitante pode criar uma

conta na área do visitante mediante um registo rápido e simples. Ao longo do Portal, pode adicionar atividades náuticas e serviços à sua lista de favoritos e planejar uma ou mais visitas. Em qualquer momento, pode ainda contactar diretamente os parceiros das ENP para obter informações ou reservar o serviço. Concluído o planeamento, é possível exportar ou imprimir o plano. Durante a visita ou no final da mesma, o visitante é convidado a partilhar os melhores momentos, enviando fotografias e opiniões. O Portal dispõe ainda de condições evolutivas, já que poderá ser atualizado com funcionalidades complementares, como uma aplicação móvel ou a inclusão de conteúdos em mais idiomas, por exemplo, alemão ou italiano. Acresce ainda a possibilidade de introdução de um Avatar de Língua Gestual Portuguesa, para reforçar o carácter inclusivo da plataforma, ou de mecanismos de resposta aos formulários (CRM), para aumentar a eficácia da interação.

A navegação do portal permite, de forma interativa, conhecer toda a oferta disponibilizada pelos parceiros.

Esta plataforma constitui um recurso fundamental no projeto de **internacionalização** em curso nos mercados de **França, Alemanha e Países Baixos** e que tem como principais objetivos:

- estimular iniciativas coletivas inovadoras, desenvolvendo processos colaborativos para a internacionalização;
- desenvolver mecanismos inovadores na prospeção, conhecimento e acesso a mercados internacionais;
- promover internacionalmente de forma integrada a oferta nacional de bens e serviços associados às Estações Náuticas de Portugal;
- reforçar a notoriedade e visibilidade internacional da marca Portugal, reforçando a visibilidade de Portugal como destino de náutica de recreio, com especial incidência para produtos mais sofisticados e diferenciados e partilha de conhecimento e capacitação das PME para a internacionalização.

Parcerias, redes estabelecidas e reconhecimento

O processo de certificação de ENP nascido no quadro do Grupo Dinamizador Portugal Náutico, grupo de trabalho da FO que agrega um conjunto de organizações com intervenção na área da náutica, granjeou, desde o primeiro momento, o apoio de Autarquias, Turismo de Portugal, ERTs, CCDRs, CIMs e entidades da Administração Pública.

O trabalho da Rede das ENP tem sido acompanhado e monitorizado pela Comissão de Avaliação, composta por representantes da FO, Turismo de Portugal, Associação Nacional de Municípios Portugueses, Associação Portuguesa de Empresas de Congressos, Animação Turística e Eventos, Associação Nacional De Cruzeiros, Associação Portuguesa de Portos de Recreio, Direção-Geral de Educação, Direção-Geral de Política do Mar e FEDETON.

O lançamento da 1ª fase de certificação em março de 2018 contou igualmente com o envolvimento, estímulo e acompanhamento por parte da então Secretária de Estado do Turismo, Ana Mendes Godinho, e do Secretário de Estado do Mar, José Apolinário. O governo seguinte reiterou o reconhecimento desta estratégia colaborativa através da presença da **Secretária de Estado do Turismo, Engª Rita Marques**, no 1º Encontro da Rede, que decorreu durante a 9ª edição do Business2Sea, em novembro de 2019, e em sessões públicas de certificação de EN. Recentemente, na BTL 2022, a mesma governante aplaudiu o facto de as Estações Náuticas de Portugal serem *“um parceiro importante para a sustentabilidade da atividade turística, com a dinamização de territórios que careciam de infraestruturas”*.

Por outro lado, a agora **Ministra da Coesão Territorial, Profª Ana Abrunhosa**, tem acompanhado todo este processo desde a sua génese, sendo suas as seguintes palavras proferidas em sessão nacional que decorreu na BTL 2022:

“A marca Nautical Portugal representa muito valor para o território e é um instrumento de coesão. É com muito apreço que vejo esta rede de estações náuticas crescer também para o interior. É assim que valorizarmos o que de melhor os nossos têm. Isto é coesão social e coesão territorial”.

Sublinhando o facto de que esta iniciativa está em linha com “a estratégia nacional de turismo” e com “a estratégia nacional para o mar”, Ana Abrunhosa elogiou ainda o “Caminho Marítimo de Santiago”, por ser *“um exemplo de como podemos recuperar a História com modernidade”*.

A Rede foi uma das 5 finalistas do **Prémio Nacional de Turismo 2020**, na categoria “Turismo em Rede”.

Características inovadoras do Projeto na dinamização da oferta turística

As características da Rede das ENP, designadamente abrangência territorial, multiplicidade de parceiros, diversidade de configurações, e valorização da autenticidade

regional demonstram que o conceito de Estação Náutica se traduz num modelo capaz de ser replicado em territórios com realidades e ativos tão diversos. As ENP constituem-se como uma estrutura inovadora de ação, baseada no aproveitamento da inteligência coletiva dos territórios, assente num modelo de governação, que valoriza a relação de cooperação entre os atores e a diversidade dos recursos endógenos como elementos diferenciadores, pela sua singularidade e ligação à cultura local. A Rede das ENP espelha a riqueza do território nacional, colocando em evidência não só o seu potencial para a prática das atividades náuticas, como a capacidade dos territórios se mobilizarem na construção de um produto turístico que encerra um conjunto de componentes, desde logo, desportiva, ambiental, cultural, social e económica. Diversa e inclusiva, a Rede, em consonância com o Regulamento para a Certificação de ENP, obedece ainda ao princípio da sustentabilidade ambiental, privilegiando uma oferta que assegure o bem-estar e o progresso das populações locais e a fruição do património, de modo sustentável, pelos visitantes. Pensando que 60% das entidades envolvidas são empresas, acreditamos que a forma como a Rede se estrutura pode representar um importante contributo para a retoma do setor do Turismo, ao promover a melhoria do desempenho local, regional e nacional e ao rentabilizar investimentos, públicos e privados, diretos e indiretos, realizados e projetados. A Estação Náutica deve incentivar uma dinâmica empreendedora e a valorização dos recursos endógenos, numa ótica de ligação e intervenção, bem como a valorização das competências e capacitação dos atores envolvidos, como forma de dar resposta aos desafios internos e externos.

Caminho Português de Santiago – Caminho Marítimo em Portugal

A **FÓRUM OCEANO – Associação da Economia do Mar** e a **UPSTREAM Portugal**, com o apoio consultivo da **ANC – Associação Nacional de Cruzeiros** e da **APORVELA**, estão a desenvolver o projeto de estruturação do **CAMINHO PORTUGUÊS DE SANTIAGO – CAMINHO MARÍTIMO** de modo a potenciar o Turismo Náutico e a **Rede das Estações Náuticas de Portugal** de forma inovadora e sustentável. As organizações pretendem ainda contribuir para a diversificação da oferta turística, para a qualificação dos serviços e das infraestruturas marítimas, para a coesão territorial e desenvolvimento de parcerias transfronteiriças, em total sintonia com a **Estratégia Nacional para o Mar 2021-2030**.

O **CAMINHO PORTUGUÊS DE SANTIAGO – CAMINHO MARÍTIMO** pretende recriar, na costa portuguesa, o *Translatio Jacobeo*, a viagem da mítica “Barca de Pedra” que

terá transportado o corpo do Apóstolo Santiago até à Galiza, navegando e arribando a muitos locais que estão historicamente associados ao culto e à Ordem de Santiago – os **Portos de Santiago!**

Com base no processo de investigação documental e de sistematização das evidências históricas e geográficas – apesar da escassez de informação documental e ausência de uma cronologia de relatos rica e fidedigna –, o projeto propõe-se, ainda, a facultar informação sobre portos alternativos nas diferentes regiões do país, sejam eles marítimos ou fluviais. Esta possibilidade dará total liberdade aos “viajantes nautas” para adaptarem a sua viagem, até porque **“o Caminho faz-se navegando”**. Um dos objetivos deste novo “Caminho Marítimo de Santiago” passa, assim, pelo reconhecimento destes locais como “Portos de Santiago”.

A viagem inaugural do “Caminho Marítimo de Santiago” está agendada iniciar no dia 28 de maio e terminar a 13 de junho. O evento irá contar com a presença de cerca de 20 embarcações (veleiros convidados, incluindo algumas embarcações internacionais). Estamos a fazer tudo para criarmos condições para a **Caravela “Vera Cruz”** poder participar no cruzeiro. A ação conta, ainda, com o apoio institucional da Marinha Portuguesa. No total, serão cerca de 150 os participantes a embarcar neste cruzeiro.

O Caminho náutico – composto por nove etapas, em Portugal – terá início em Vila Real de Santo António e o itinerário prevê paragens nos portos de Vilamoura, Lagos, Sines, Cascais, Peniche/Nazaré, Ria de Aveiro, Leixões e Viana do Castelo. O cruzeiro segue, posteriormente, em direção a Baiona, terminando no porto de Vila Garcia de Arousa, na Galiza (Espanha), local a partir do qual os nautas terão de completar o percurso a pé até Santiago de Compostela. Este itinerário por mar será realizado num total de 17 dias, perfazendo cerca de 500 milhas náuticas. A iniciativa será enquadrada na celebração do Jacobeo 2021-2022.

Impactos positivos gerados e/ou induzidos pela Rede no desenvolvimento turístico

A construção e consolidação da Rede das Estações Náuticas de Portugal tem significado um estímulo à estruturação do produto turístico, num esforço de aproximação e potenciação de ativos, que se revela de maior relevância não só para os territórios, impulsionando o ganho para os atores regionais, como para o visitante que encontra na Estação Náutica uma garantia de oferta de qualidade. A Rede das ENP, conforme referido anteriormente, evidencia o potencial do território nacional, uma vez que se

encontram Estações Náuticas certificadas tanto no litoral como no interior, de Norte a Sul, convidando à descoberta de todo o território nacional e contribuindo para a desconcentração da atividade turística. A par da diversificação da oferta turística, do contributo para o aumento do gasto por visitante e para a construção de uma imagem de referência e qualidade, a Rede das ENP apresenta ainda mais-valias no que ao combate à sazonalidade diz respeito, com a construção de uma Agenda Náutica anual com oferta múltipla e permanente, e na promoção conjunta do produto turístico a nível nacional e internacional.

Forte compromisso com a sustentabilidade

Um dos princípios gerais consagrado pelo Regulamento para a Certificação de Estações Náuticas é a “Abordagem de Respeito ao Meio Ambiente”, com destaque para o cumprimento dos regulamentos e obrigações definidas localmente em matéria de gestão ambiental. O próprio conceito de Estação Náutica tem subjacente o conceito de sustentabilidade, na medida em que se perspetiva o combate à sazonalidade turística dos territórios que constituem a sua área de influência, uma das principais ameaças à sustentabilidade económica e social do desenvolvimento turístico, através da estruturação de novos produtos, da diversificação da oferta e da promoção da sua complementaridade. Por outro lado, as Estações Náuticas, pelas suas características, não são direcionadas para o turismo de massas. As que têm uma localização costeira visam promover uma oferta que seja complementar ao Turismo de Sol e Mar. Já as reconhecidas e implementadas em águas interiores visam a dinamização turística daqueles territórios e a promoção de sinergias com outras atividades, nomeadamente a agricultura ou a produção vinícola, e com outros produtos turísticos como o Turismo de Natureza e o Turismo Desportivo.

A Rede participou ativamente na discussão pública do “**PLANO TURISMO + SUSTENTÁVEL 20-23**” comprometendo-se a desenvolver o Plano de Ação para a Sustentabilidade da Rede das Estações Náuticas de Portugal, assente nas seguintes frentes:

- Elaborar e promover a subscrição de **Carta-compromisso** para a sustentabilidade por parte das ENP;
- Desenvolver ações de **capacitação** para a sustentabilidade, incluindo a dimensão da acessibilidade, tendo como destinatários as diversas tipologias de parceiros, tendo como prioridade as empresas de prestação de serviços de animação turística náutica;

- Estimular as ENP e respetivos parceiros a **qualificar e certificar as suas atividades** e serviços no domínio da sustentabilidade, nomeadamente, através do selo *Clean & Safe*;
- Refletir, de forma bem evidente, na Plataforma **www.nauticalportugal.com** a preocupação com a sustentabilidade por parte de cada uma das ENP e de cada um dos parceiros que a compõe, sendo que, como instrumento para a internacionalização, serão assegurados idiomas associados aos mercados prioritários;
- **Partilhar informação** sobre soluções sustentáveis ambientalmente e estimular o investimento por parte dos parceiros públicos e privados, quer em infraestruturas quer em equipamentos, contribuindo dessa forma para a descarbonização;
- Desenvolver um **Guia Ambiental para o Turista Náutico** – um documento universal desenvolvido com o contributo de todas as Estações Náuticas – que ajude a uniformizar práticas e suporte o Turista nas suas visitas;
- Elaborar um **quadro-geral de indicadores e de metas** a atingir pela RENP;
- Criar um **Prémio** de modo a distinguir as ENP que apresentem melhores práticas na área da sustentabilidade;
- Estimular o desenvolvimento de iniciativas de **literacia ambiental** tendo como destinatários as crianças e jovens dos territórios integrantes da RENP;
- **Rever o Regulamento** de certificação das ENP à luz do Plano, de modo a aumentar o grau de exigência no domínio da sustentabilidade.

Iremos iniciar em breve o processo participativo das EN para a estabilização e subcrição de uma **CARTA COMPROMISSO** a partir das seguintes bases:

- Promover projetos de referência que sirvam de modelo para o desenvolvimento turístico sustentável e realcem a diversidade cultural da Oferta Turística;
- Incorporar programas de investigação, formação e educacionais especializados em turismo e na diversidade cultural como recurso turístico essencial;
- Fomentar a utilização de novas tecnologias de informação e comunicação como instrumento de valorização da diversidade cultural dos destinos e facilitar uma melhor compreensão deste recurso por parte dos turistas;
- Incorporar políticas e estratégias de preservação e valorização do património cultural e natural no processo de planeamento turístico, com especial atenção para o património imaterial, dada a fragilidade deste recurso;

- Contribuir para a criação, desenvolvimento e implementação de novos produtos e atividades turísticas que facilitem a utilização respeitosa do património cultural, natural e imaterial.

Para ajudar a concretizar *este ambicioso plano*, assinámos durante a BTL 2022 **um Protocolo de Cooperação com a Biosphere Portugal**, com o objetivo de acelerar e consolidar as boas práticas de sustentabilidade nas Estações Náuticas e seus agentes, e reforçar o posicionamento, inclusão e inovação, aumentando assim a sua notoriedade da Rede, apoiando, assim, as Estações Náuticas na sua **afirmação como ofertas sustentáveis**, através da atribuição do *Certificado Biosphere Sustainable Lifestyle*.

Notas finais

Acreditamos que,

Mobilizando os Territórios, Portugal, todo ele será Náutico!

E que, por tudo o que foi dito e está a ser feito, podemos afirmar:

Estações Náuticas de Portugal - Uma Rede estratégica para o desenvolvimento integrado dos territórios através da Náutica

E já agora:

Experimente Portugal, em todas as Estações!

Referencias

www.nauticalportugal.com

<http://forumoceano.pt/estacoes-nauticas-certificadas/>

https://www.youtube.com/watch?v=U1BdH50itTk&list=PLqXP5A8NugAASg_YL-nnUvb6wKalxrSWf&index=1

António José Correia

Fórum Oceano,
Coordenador da Rede das Estações Náuticas de Portugal



AUTORA | BIOGRAFIA

Professora Adjunta, Instituto Politécnico de Tomar (IPT). Unidade Departamental de Ciências Sociais.

Diretora dos cursos de Turismo do IPT (Licenciatura em Gestão Turística e Cultural; Licenciatura em Turismo e Gestão do Património Cultural; cTeSP em Gestão do Turismo)

Membro do Conselho Técnico-Científico da Escola Superior de Gestão do IPT (ESGT-IPT).

Investigadora integrada do Centro de Tecnologia, Restauro e Valorização das Artes (TECHN&ART-IPT) e colaboradora no Centro de Investigação, Desenvolvimento e Inovação em Turismo (CiTUR-IPL), no Centro em Rede de Investigação em Antropologia (CRIA-FCSH-UNL) e no Unidade de Investigação em Governança, Competitividade e Políticas Públicas (GOVCOPP-UA).

Membro do conselho editorial e científico de revistas académicas nacionais e internacionais e membro de comités organizadores e científicos de conferências internacionais de turismo.

Investigadora responsável do projeto WaterRIVER.tour – Gestão Sustentável da água na Estratégia do Turismo Náutico do Médio Tejo (2021-2023). FCT: UIDB/05488/2020

Investigadora colaboradora do projeto Olive4All - Património Olivícola para o desenvolvimento sustentável: sensibilização da comunidade para o património. FCT: JPICH/0001/2020

Autora do Podcast Turismo & Património (desde janeiro 2021). Via Spotify e Via Google Podcasts.

Colaboradora convidada (desde 2018), na rubrica «Notas do Dia» da Radio Hertz, Tomar (92FM-98FM).

Docente com Prémio *Hospitality Education Awards*. Educação e Formação em Turismo em Portugal. Melhor Carreira de Docente do Ensino Superior (edição 2021).

Áreas de investigação: turismo, antropologia do turismo, património e museologia.

INTRODUÇÃO

O turismo náutico desenvolvido através do recurso hídrico fluvial é fundamental para a consolidação de produtos turísticos que agregam nesta dimensão concetual um valor acrescentado para o território regional e nacional. A água é um dos seis ativos diferenciadores do destino Portugal, surgindo como elemento prioritário de intervenção, por “constituir o suporte de ativos únicos localizados na sua grande maioria no interior do país e com potencial turístico” (Portugal, 2017). A Agenda 2030: Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS), reforça também este setor, através de ações que visem proteger e salvaguardar o património cultural e natural.

Num contexto de competitividade e de inovação territorial, o projeto WaterRIVER.tour integrado no Centro de Tecnologia, Restauro e Valorização das Artes (TECHN&ART), do Instituto Politécnico de Tomar (IPT), surge numa lógica inovadora como elemento agregador de várias dinâmicas turísticas que implicam os recursos hídrico-fluviais, culturais e naturais para a promoção do território.

A riqueza paisagística e ambiental encontrada junto das linhas de água adquirem um potencial turístico que deve ser aproveitado no contexto do turismo náutico para promover a valorização do património cultural e natural e a sustentabilidade do território.

A edição do livro em formato digital *TURISMO NÁUTICO: a gestão sustentável dos recursos hídrico-fluviais, culturais e naturais*, pretende aprofundar a reflexão académica sobre estas dinâmicas favoráveis à coesão territorial. Visa por isso, corresponder aos desafios atuais, abrindo espaço para a perceção sobre a importância dos recursos hídrico-fluviais, culturais e naturais, com ênfase no turismo náutico.

O mercado turístico, nas últimas décadas, tem sido afetado por um conjunto de mutações, designadamente a tendência para cada vez mais os consumidores adotarem uma atitude exigente e responsável na escolha que fazem dos destinos turísticos que visitam. O turismo tem vindo a constituir-se como um instrumento privilegiado de requalificação e regeneração do território, beneficiando, dessa forma, a qualidade de vida das populações rurais e também urbanas dos destinos onde esta atividade se tem vindo a instalar.

Neste contexto, o envolvimento das instituições públicas no turismo é fundamental para que este setor de atividade turística se converta num fator transformador e

propulsor de desenvolvimento e coesão territorial. A utilização dos recursos fluviais e culturais existente(s) no(s) território(s), enquanto produtos turístico-cultural diferenciadores, obrigam a compromissos coerentes e rigorosos de planeamento, desenvolvimento e de coesão, numa ótica de sustentabilidade territorial.

Neste sentido, esta publicação é constituída por treze capítulos, de autores de áreas científicas heterogéneas, afiliados a diferentes instituições superiores e empresariais, apresentando perspetivas teóricas e metodológicas diversas. No seu conjunto, este livro em formato digital tem como objetivo principal fazer o ponto de situação da investigação sobre o turismo náutico assente numa tipologia de gestão que se pretende sustentável e sustentada nos recursos hídrico-fluviais, culturais e naturais.

O contributo dado a esta temática do *TURISMO NÁUTICO: a gestão sustentável dos recursos hídrico-fluviais, culturais e naturais*, através de treze capítulos, enriquecem o debate aprofundado de um setor fundamental para o desenvolvimento das regiões.

Fazendo um breve périplo pelos treze capítulos observa-se algumas das principais tendências da segmentação turística em contextos de turismo náutico. Um modelo conceptual testa empiricamente algumas das principais determinantes da procura turística em ambientes de turismo náutico no contexto (pré) pandémico e respetivas intenções comportamentais (i.e. satisfação e lealdade). Apresenta-se como um importante contributo relativamente à gestão de destinos turísticos em contextos específicos de turismo náutico [capítulo 1]. A importância dos recursos endógenos existentes em qualquer território para o turismo, tanto a nível nacional como mundial, é indiscutível. O crescente desenvolvimento deste setor é um forte impulsionador do desenvolvimento regional e local. Ambiciona-se um turismo que privilegie o desenvolvimento sustentável, com maior qualidade, baseado na utilização dos recursos endógenos existentes. Sob o ponto de vista da gestão turística e cultural, são propostos alguns modelos desenhados para relacionar estas temáticas do turismo náutico-desenvolvimento-sustentabilidade [capítulo 2]. O turismo pela sua atividade dinâmica e transdisciplinar tem-se transformado num importante multiplicador de valor económico em qualquer região. O turismo náutico, que aborda componentes que o podem associar ao turismo subaquático, como é o caso de visita a naufrágios, é um dessas modalidades. Diferentes situações assumem um papel crucial quando se pretende viabilizar componentes culturais subaquáticas no turismo, dando-se destaque à importância da educação patrimonial como ferramenta de gestão sustentável para esta área, considerando as suas relações ao turismo náutico e subaquático [capítulo 3]. A atividade de canyoning (Açores), tendo vindo a ganhar cada

vez mais expressão, consubstanciada num aumento do número de praticantes ao longo dos anos. As características únicas deste território insular, e em particular o seu património natural, justificam a procura crescente da prática do canyoning nos Açores, com maior incidência nas ilhas de São Miguel, Flores e São Jorge. Apesar das excelentes condições e qualidade dos serviços oferecidos, verifica-se existir ainda um importante potencial de desenvolvimento da atividade de Canyoning na região, que se apresenta como uma oportunidade para um melhor aproveitamento turístico dos recursos hídricos [capítulo 4]. Os rios enquanto ecossistemas únicos e complexos, oferecem uma grande diversidade de recursos e habitats, fatores que contribuíram para a sua contínua utilização como motor de desenvolvimento humano desde os primórdios da civilização. No entanto, questões relacionadas com a poluição ambiental, agravadas pelas alterações climáticas conduzem à atual escassez de água especialmente na sua forma mais pura, o que coloca estes ecossistemas em risco. As características ecológicas dos rios, a sua formação, classificação, habitats aquáticos e corredores ripícolas, considerando algumas estratégias de gestão, que enquanto temáticas ecológicas contribuem para o ensino da sustentabilidade em turismo fluvial [capítulo 5]. De facto, a água é um precioso bem e chave do desenvolvimento sustentável. Um recurso didático que se revela potenciador para a formação em educação para o desenvolvimento sustentável: por ser essencial à vida das pessoas e dos ecossistemas; pelas questões que suscita de relação com o quotidiano, impulsionando ações concretas de cidadania; pela sua dimensão global e simultaneamente local, transversal no tempo e no espaço; pela sua abrangência didática e de competências a desenvolver. O contributo apresenta-se na ligação da educação ao desenvolvimento sustentável através de um itinerário turístico em torno das cisternas existentes nas casas do Luiza Andaluz Centro de Conhecimento, como recurso pedagógico e de turismo com potencial a explorar, onde o passado, o presente e o futuro sustentável se entrecruzam [capítulo 6]. Outro dos contributos propõe uma estrutura para posicionar o empreendedorismo sustentável em relação à inovação para a sustentabilidade. A estrutura fornece uma referência para os gestores introduzirem a inovação da sustentabilidade e “descobrirem” o empreendedorismo sustentável. O grau de orientação para a responsabilidade ambiental ou social de uma empresa é avaliado com base nos objetivos e políticas ambientais e sociais. O grande contributo diz respeito às motivações para a inovação e para os modelos de empreendedorismo sustentável [capítulo 7]. Também a questão sobre o turismo acessível que visa a possibilidade de todos poderem usufruir dos espaços e atividades da forma mais autónoma possível é nesta publicação considerado.

Pelo que os turistas (que tenham limitações físicas, sensoriais, cognitivas, deficiências, idosos e famílias com crianças pequenas) necessitam que sejam formuladas políticas que levem à criação de soluções de acessibilidade para a oferta turística de qualidade, possibilitando a experiência única do destino. Existe uma lacuna no que concerne às atividades de animação turística, pela quase inexistência de um atendimento inclusivo, ou de acessibilidade ao meio físico, equipamentos e locais onde a prestação dos serviços é realizada. É possível compreender que são necessárias políticas que sejam direcionadas para estas atividades em concreto, bem como ações de sensibilização [capítulo 8]. A gestão do turismo náutico sustentável em zonas fluviais requer ferramentas adequadas no âmbito do desenvolvimento sustentável. Uma questão levantada é se o após fim da pandemia COVID-19 é responsável por manter o mesmo crescimento do número de turistas. Sublinham-se possíveis efeitos negativos no meio ambiente derivados do crescimento descontrolado da atividade turística que exigirão uma consideração de todos os atores sobre como se poderá avançar e harmonizar o turismo náutico fluvial com outras prioridades [capítulo 9]. As comunidades pesqueiras artesanais utilizam as suas heranças patrimoniais imateriais (tradições, crenças religiosas e celebrações) como um mecanismo de sujeição à fé no sagrado, mas também de oportunidade de renda e trabalho, considerando a presença e a participação de visitantes em seus ritos e no consumo de suas produções culturais. Da fé impressa em missas, rezas e procissões terrestres e náuticas aos espaços de comercialização de artesanato e gastronomia a base de pescados, a festa congrega moradores e visitantes em um mesmo lócus, onde tradição e mercado atuam conjuntamente em práticas culturais e experiências enaltecidas. O contributo eleva o tema da tradição, da cultura imaterial, do turismo cultural e das festas populares religiosas realizadas num contexto onde os navegantes e a temática náutica se encontram presentes [capítulo 10]. O turismo náutico e o turismo inclusivo também se encontram integrados, no sentido de se criarem ofertas turísticas inovadoras e adequadas para as famílias com crianças com diagnóstico de Perturbação do Espectro do Autismo (PEA). Trata-se de um grupo muito específico a ser considerado pelas empresas do turismo, principalmente de turismo náutico: por um lado, pela sua prevalência e leque alargado de potenciais clientes e, por outro, pela evidência de que as atividades náuticas acarretam benefícios para estas crianças, podendo constituir-se como um tipo de turismo bastante atrativo para este público-alvo. Em termos de contributo descrevem-se os benefícios do turismo náutico para estas crianças e as suas famílias, bem como os benefícios de o turismo náutico apostar em ofertas turísticas inclusivas para a população [capítulo 11].

A rede de estações náuticas permite que as estações náuticas existentes em território nacional, sejam inseridas na política de desenvolvimento do turismo náutico em Portugal, concretamente no processo de certificação de estações náuticas em Portugal. Estas constituem-se como redes de atores territoriais. Os atores que integram a rede turística juntam as suas forças, num processo de cooperação, em torno de objetivos comuns, nomeadamente a construção e desenvolvimento de um produto turístico integrado ancorado no turismo náutico, complementado por recursos e produtos endógenos, de segmentos turísticos diversos [capítulo 12]. O turismo náutico é uma atividade que pode ser praticada em qualquer altura do ano, revestindo-se de uma forte oportunidade de mitigação à sazonalidade. A preocupação pelo meio ambiente é um tema cada vez mais premente na sociedade atual, tentando-se encontrar estratégias que reduzam cada vez mais o impacto dos agentes antrópicos na natureza e na biodiversidade, sem esquecer as implicações advindas dessa atuação no desenvolvimento territorial [capítulo 13].

A publicação deste livro em formato digital *TURISMO NÁUTICO: a gestão sustentável dos recursos hídrico-fluviais, culturais e naturais*, permite desta forma partilhar conhecimento e perspectivas de trabalho neste domínio temático.

As perspetivas de investigação que se obtiveram dos vários autores que colaboraram nesta publicação, são fortes indícios de reflexão, inspiradores para pesquisas futuras inovadoras de aprofundamento sobre este tema, fundamentais para o desenvolvimento da atividade turística de qualquer território.

Muito obrigada pelo espírito de reflexão e colaboração!

Eunice Ramos Lopes

Coordenação| Turismo IPT@2022

CURRÍCULO RESUMIDO DOS AUTORES

Alexandra Figueiredo

(Orcid ID: 0000-0003-3354-0727)

Doutorada em Pré-história e Arqueologia. É Professora Adjunta no Instituto Politécnico de Tomar e responsável pelo Laboratório de Arqueologia e Conservação do Património Subaquático. Atualmente é também Conselheira Geral do Instituto Politécnico de Tomar. Coordena dois cursos de Pós-graduação em Arqueologia e Património Subaquático. Ao longo do seu percurso profissional e académico foi responsável por diversos projetos nacionais e internacionais em Arqueologia e Património e é autora de mais de uma centena de artigos e obras nacionais e internacionais. Colabora como docente em cursos de doutoramento de Universidades parceiras. É representante Nacional no grupo 4, do Union de Scienses Pré and Proto-Historiques internacional; no Computers Applications in Archaeology e no Institucional no Arcland Internacional Association. Em 2016, foi uma das 100 mulheres cientistas homenageadas, a convite da

Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica (Portugal), Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e está patente em exposição permanente no Pavilhão do Conhecimento, sendo a única representante da área da Arqueologia na exposição Mulheres Cientistas Portuguesas.

Ana Balão

(Orcid ID: 0000-0003-3744-3764)

Professora adjunta convidada do Instituto Politécnico de Portalegre, integra o CICS. NOVA.UÉvora; Técnica Superior do Município de Avis.

Doutora em Sociologia pela Universidade de Évora; investiga e publica nas áreas da cooperação intermunicipal, prospetiva estratégica, redes, desenvolvimento local e turismo. Está integrada em equipas de projetos de investigação/estudos, nomeadamente em projetos que visam a reflexão e análise em territórios de baixa densidade. Encontra-se a frequentar o Doutoramento em Turismo, Universidade de Santiago de Compostela.

Ana Cristina Costa

(Orcid ID: 0000-0002-0258-3460)

Bióloga marinha e professora auxiliar do Departamento de Biologia da Universidade dos Açores, doutorada em Ciências do Mar (Ecologia Marinha) em 2004. Seu principal interesse é a biodiversidade aquática, ecologia e, taxonomia em particular de macro invertebrados. Também tem interesses em monitorização ambiental (WFD e MDFD), conservação e planeamento (CZMP e MSP) marinhos e costeiros.

Ana Rita Conde

(ORCID ID: 0000-0003-4493-5388)

Licenciada em Psicologia, Mestre em Psicologia Clínica e Doutora em Psicologia da Justiça pela Universidade do Minho. Professora Auxiliar na Universidade Lusófona do Porto, Investigadora no projeto Turismo & Autismo (ACORES-01-0247-FEDER-000043), sob a coordenação do Centro de Desenvolvimento Infantojuvenil do Açores (CDIJA) e desenvolvido em Co-Promoção com a Açoreana DMC e a Universidade dos Açores. Membro efetivo da Ordem dos Psicólogos Portugueses (*Cédula Profissional N.º 1693*); especialista em Psicologia Clínica e da Saúde (agosto 2016) e com especialidade avançada em Psicologia da Justiça (Dezembro 2016). Tem diversos artigos científicos publicados na área da psicologia da psicologia da justiça (e.g., criminalidade, delinquência, vitimação), da psicologia clínica (reabilitação cognitiva, alexitimia, autismo) e no âmbito das metodologias qualitativas.

Ana Rita Marques

(Orcid ID: 0000-0002-2031-0765)

Doutoranda em Turismo na Universidade de Vigo e com Mestrado em Gestão do Turismo, pelo Instituto Politécnico do Cávado e do Ave. A sua investigação tem sido desenvolvida na área do Turismo Fluvial, nomeadamente, na indústria do Turismo de Cruzeiros.

Andrea Zita Botelho

(Orcid ID: 0000-0001-5688-2979)

Doutorada em Ciências do Mar pela Universidade dos Açores. Investigadora auxiliar da Universidade dos Açores. Licenciada em biologia, e com mestrado em gestão e conservação da natureza. Sua investigação tem sido desenvolvida nas áreas da biologia e ecologia marinha, planeamento e ordenamento do espaço marítimo e turismo. Também tem interesses na biodiversidade marinha, gestão, conservação, monitorização ambiental, áreas marinhas protegidas, serviços dos ecossistemas, economia do mar.

Bruno Sousa

(Orcid ID: 0000-0002-8588-2422)

Professor no Ensino Superior desde 2009 e investigador nas áreas do Marketing, Estratégia e Turismo. É Professor Adjunto no Instituto Politécnico do Cávado e Ave (IPCA) e coordenador do Mestrado em Gestão do Turismo e do Mestrado em Marketing Turístico da Escola Superior de Hotelaria e Turismo do IPCA. Membro investigador integrado no CiTUR. Doutorado em Marketing e Estratégia pela Universidade do Minho / Universidade de Aveiro / Universidade da Beira Interior. Enquanto docente convidado na U. Minho obteve o Prémio de Ensino da Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho, assim como o *Best Thesis in Tourism Award na International Conference on Innovation and Entrepreneurship in Marketing and Consumer Behavior* (2015).

Eunice Duarte

(Orcid ID: 0000-0002-5425-3017)

Assistente convidada no Instituto Politécnico de Setúbal, e investigadora no CiTur Leiria. Tem desenvolvido vários estudos em diferentes áreas do turismo, não só devido à multidisciplinariedade implícita ao mesmo, mas especialmente por terem como ponto comum o desenvolvimento do turismo e dos territórios. Como tal, já participou em diversos congressos e conta com alguns artigos científicos publicados. Atualmente, é doutoranda em Turismo, no Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, cujo tema de dissertação é intitulado “O turismo criativo como fator de desenvolvimento de territórios de baixa densidade - o caso do Alentejo”, com o objetivo de promover e valorizar o património material e imaterial do Alentejo de forma sustentável.

Eunice Ramos Lopes

(Orcid ID: 0000-0001-9812-851X)

Professora Adjunta da Escola Superior de Gestão de Tomar do Instituto Politécnico de Tomar. Diretora dos cursos de Turismo do Instituto Politécnico de Tomar. Tem curso de Formação Avançada em Turismo pelo DEGEIT- UA. Doutoramento em Antropologia (Especialização em antropologia do turismo, política e imagens da cultura e museologia), pela FCSH- UNL. Mestrado em Património e Museologia pela FCSH-UNL. Investigadora integrada no TECHN&ART-IPT) e colaboradora no CiTUR -IPL; CRIA-FCSH-UNL e GOVCOPP-UA. Membro do conselho editorial e científico de revistas académicas nacionais e internacionais e membro de comités organizadores e científicos de conferências internacionais de turismo. Áreas de investigação: turismo, antropologia do turismo, património e museologia.

Francisco Silva

(Orcid ID: 0000-0002-9742-7339)

Doutorado em Geografia, Planeamento Urbano e Regional pela Universidade de Lisboa (2013). É professor adjunto na Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril e investigador integrado do Centro de Estudos Geográficos, IGOT, Universidade de Lisboa e investigador associado do CiTUR Estoril. As suas principais áreas de especialização são: Planeamento turístico; Turismo na natureza e aventura; Turismo em espaços insulares; Geografia e Sistemas de Informação Geográfica; Eventos.

Isabel Bernardo

Consultora na Smart Things Consulting; Consultora e Coordenadora executiva no Luiza Andaluz Centro de Conhecimento. Licenciatura em Organização e Gestão de Empresas, no Instituto Superior de Economia; experiência profissional no Setor Bancário nas áreas de gestão de projeto, marketing e comunicação; prestação de Serviços de Consultoria, nas áreas de gestão de projeto, marketing, comunicação e research de mercado, focado na especialização e aprofundamento do conhecimento e compreensão dos territórios, principalmente das cidades e dos seus cidadãos.

Isabel Rego

(Orcid ID: 0000-0001-6908-2591)

Tem um B.A. em Psicologia pela Northeastern University, um M.A. em Psicologia do Aconselhamento pelo Boston College e um Doutoramento em Psicologia da Educação pela Universidade dos Açores. É Professora Associada do Departamento de Psicologia da Universidade dos Açores onde tem lecionado psicologia social, comunitária, ambiental e do desenvolvimento. Foi membro do Centro de Investigação da Biodiversidade e Recursos Genéticos (CIBIO - Grupo Açores) até outubro de 2013, altura em que ingressou no Instituto de Investigação em Vulcanologia e Avaliação de Riscos (IVAR). Os seus interesses de investigação incluem perceção e comunicação de risco, preparação para desastres, atitudes pró-ambientais, comportamento sustentável, desenvolvimento comunitário e relações pessoa-lugar.

Jorge Simões

Professor Adjunto no Instituto Politécnico em Tomar (IPT), Tomar, Portugal. O Seu percurso académico engloba um Doutoramento em Gestão realizado na Universidade da Beira Interior (UBI) e um Mestrado em Gestão, Contabilidade e Administração realizado na Universidade do Minho (UM). Atualmente, é o Diretor do Mestrado em Gestão no IPT. É investigador no Techn&Art (IPT). A sua investigação considera como áreas de interesse o empreendedorismo, a criação de empresas e a gestão de conhecimento.

José Rodrigues

(Orcid ID: 0000-0002-3227-9208)

Professor Adjunto no Instituto Politécnico de Tomar; Doutor em Novos Recursos em Turismo. Tem várias publicações e comunicações em congressos nacionais e internacionais no âmbito do turismo sénior e no domínio do desenvolvimento, planeamento, turismo e territórios do interior. Detentor de vasta experiência profissional na área do Turismo e Direção Hoteleira. Atualmente, integrado em equipas de projetos de investigação no domínio do turismo com incidência nos territórios rurais.

Laurentina Vareiro

(Orcid ID: 0000-0001-8945-1593)

Doutorada em Ciências Económicas, pela Universidade do Minho. É Professora Coordenadora do Departamento de Gestão da Escola Superior de Gestão do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave, onde é docente desde 1997, lecionando unidades curriculares da área científica de Economia. É investigadora integrada na Unidade de Investigação Aplicada em Gestão (UNIAG). É autora de artigos na área da Economia Regional, da Economia do Turismo e do Turismo Rural e Cultural.

Luís Santos

(Orcid ID: 0000-0003-1006-4131)

Doutorado em Biologia, especialização em conservação de recursos biológicos pela Università Degli Studi Di Ferrara, MSc. em Aplicações informáticas (GIS) pela Lieden University Países Baixos e Licenciado BSc. Hons em Biologia Ambiental pela Napier University, Escócia. Participou e coordenou vários projetos Europeus, FP5 Ecos-Ouverture Monitoring European Drainage Basins, Interrreg IIIC, Union des Terres des Rivières, COST A27 Landmarks, COST - SMIRES, Erasmus+ KA2 Apheleia e Highlands.3 RISE, entre outros. Profissionalmente, Professor desde 2001, Diretor do Curso de Proteção Civil e Responsável pelo Gabinete de Apoio a Atividades de Investigação e Desenvolvimento. Cientificamente, membro do Centro de Geociências – Universidade de Coimbra (uID73) e colaborador do Centro de investigação Techn&Art. Nomeado ponto focal educativo para dois comités de gestão das reservas da biosfera do Paul do Boquilobo e do Tejo Internacional/Tejo, fazendo parte do Conselho de Co-gestão da reserva da Biosfera do Paul do Boquilobo. Membro da Rede de Estudos Ambientais de Língua Portuguesa (REALP), orientador de várias Teses de Mestrado e Doutoramento Internacionais. Autor de vários artigos internacionais, revisor e membro de comissões científicas de várias revistas internacionais.

Mafalda Franco Leitão

(Orcid ID: 0000-0003-3600-951X)

Doutoramento em Ciências da Educação (2013), pela Universidade Aberta.

Investigadora no Centro de Estudos das Migrações e Relações Interculturais da Universidade Aberta (CEMRI – UAb); Coordenadora no Luiza Andaluz Centro de

Conhecimento. Áreas de investigação: Ciências da educação; educação para o desenvolvimento sustentável (auto formação de professores; competências em educação para o desenvolvimento sustentável); água (educação, sustentabilidade, recursos e acesso de água potável); educação integral; comunidades de prática.

Manuela Malheiro Ferreira

(Orcid ID: 0000-0002-9307-1574)

Doutoramento em Ciências da Educação (1992). Especialidade: Educação em Geografia - Instituto de Educação da Universidade de Londres - GB.

Investigadora no Centro de Estudos das Migrações e Relações Interculturais da Universidade Aberta (CEMRI – UAb), no grupo de investigação de Comunicação Intercultural. Professora Aposentada da Universidade Aberta.

Áreas de investigação: Metodologias de investigação em Ciências Sociais; Educação em Geografia; Educação intercultural; Educação para a Sustentabilidade.

Marco Martins

(Orcid ID: 0000-0002-2085-6020)

Iniciou os seus estudos académicos na licenciatura em Marketing e Publicidade no Instituto Superior de Ciências Empresariais e do Turismo (ISCET). Em 2012 obteve o Doutoramento em Ciências do Turismo pela Université de Perpignan Via Domitia (França). Atualmente é investigador independente, mas foi docente convidado em várias instituições de ensino superior em Portugal, entre as quais, ESACT do Instituto Politécnico de Bragança, ESTH do Instituto Politécnico da Guarda; ISCET - Instituto Superior de Ciências Empresariais e do Turismo, entre outros. Ele é membro do conselho editorial do Journal of Advanced Research, autor publicado e reviewer em várias Revistas Científicas.

Maria Anunciação Ventura

(Orcid ID: 0000-0002-3735-6655)

Licenciada em Biologia pela Universidade de Lisboa em 1986, e doutorada em Biologia, especialidade de Ecologia Animal pela Universidade dos Açores. É Professora

Auxiliar da Faculdade de Ciências e Tecnologia, da Universidade dos Açores. O seu percurso científico tem-se focado em estudos de Ecologia, Conservação, Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Turismo, tendo sido responsável por várias prestações de serviços de cariz ambiental (estudos de monitorização) e projetos de I&D, e tem participado em projetos Europeus como o LIFE e ações RISE H2020, e projetos de divulgação científica, cujos resultados têm sido divulgados na imprensa regional e nacional, e publicados em revistas científicas nacionais e internacionais da especialidade.

Michel Constantino Figueira

(Orcid ID: 0000-0002-6262-1318)

Bacharel em Turismo, Mestre e Doutor em Memória Social e Patrimônio Cultural. Pós-Doutorando em Gestão e Planeamento em Turismo pela Universidade de Aveiro - UA. Atuou como Tutor do Grupo Programa de Educação Tutorial em Turismo pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG) entre os anos de 2010-2012, onde desenvolveu diversas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Atualmente é Professor do Curso Superior de Tecnologia em Hotelaria da Universidade Federal de Pelotas – UFPel atuando nas linhas de investigação em Turismo Patrimonial (Heritage Tourism) e Turismo de Experiência. Possui doze anos de Docência e Pesquisa atuando como Professor de Graduação e Pós-Graduação de Instituições Públicas e Privadas no Brasil.

Osvaldo Silva

(Orcid ID: 0000-0002-0269-8153)

Doutorado em Matemática e Estatística. Professor Auxiliar na Universidade dos Açores, Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais. Publicou 28 artigos em revistas especializadas e 65 trabalhos em atas de eventos, possui 18 capítulos de livros e 3 livros publicados. Atua na área de Ciências Exatas com ênfase em Matemática. Nas suas atividades profissionais interagiu com 36 colaboradores em coautorias de trabalhos científicos. Produção científica que se destaca no âmbito da Análise de Dados, Ensino Superior, Praxe Académica, Affinity coefficient, VL methodology, Ascendant hierarchical cluster analysis, Group Peers, Grupo e Processos Interpessoais, Juventude e Higher education. Investigador no projeto Turismo & Autismo (ACORES-01-0247-FEDER-000043), sob a coordenação do Centro de Desenvolvimento Infantojuvenil do Açores (CDIJA) e desenvolvido em Co-Promoção com a Açoreana DMC e a Universidade dos Açores.

Paula Reis

(Orcid ID: 0000-0002-0258-8990)

Professora adjunta do Instituto Politécnico de Castelo Branco e Professora Adjunta Convidada no Instituto Politécnico de Portalegre; Investigadora colaboradora do CICS.NOVA.UÉvora; Doutorada em Turismo pela Universidade de Coimbra; Áreas de investigação: desenvolvimento, planeamento, prospetiva, turismo, políticas públicas, governança, territórios rurais; Coordenadora de trabalhos de investigação no domínio do turismo; (co)autora de vários artigos em revistas nacionais e internacionais; e participou em vários eventos científicos nacionais e internacionais.

Paulo Torres

(Orcid ID: 0000-0002-4452-5832)

Doutorado em Biologia pela Universidade dos Açores. Licenciado em Biologia pela Universidade de Lisboa. Sua investigação tem sido desenvolvida nas áreas da biologia marinha e ciências do mar, ecologia, conservação. Também tem interesses em monitorização ambiental marinha (MDFD), conservação, impactos humanos nos ecossistemas marinhos: poluição, pesca, turismo, alterações climáticas.

Pilar Mota

(Orcid ID: 0000-0001-5087-6164)

Licenciada em Psicologia Clínica pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto. Especialista em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações e em Psicologia Clínica e da Saúde; Especialidade avançada em Psicologia Comunitária (Ordem dos Psicólogos Portugueses). Assume a Direção Geral do Centro de Desenvolvimento Infanto-juvenil dos Açores (CDIJA). Responsável pela Coordenação Científica e Técnica do Projeto Turismo & Autismo (ACORES-01-0247-FEDER-000043), desenvolvido em Co-Promoção com a Açoreana DMC e a Universidade dos Açores. Investigadora no Estudo Epidemiológico sobre a Perturbação do Espectro do Autismo, na Região Autónoma dos Açores, com o apoio da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade dos Açores.

Priscila Vasconcellos Chiattonne

(Orcid ID: 0000-0003-4410-4939)

Bacharel em Turismo, Mestre e Doutora em Ciência e Tecnologia Agroindustrial, atuou como professora na Universidade Estadual do Oeste do Paraná- Foz do Iguaçu, nos Cursos de Bacharelado em turismo e hotelaria, entre os anos de 2007-2012, onde realizou diversos projetos em parceria com a rede hoteleira e turismo local. Atualmente é professora do Curso Superior de Tecnologia em Hotelaria da Universidade Federal de Pelotas – UFPel, curso este em que participou do projeto de criação e do projeto de seu hotel escola, totalizando assim quatorze anos de docência. A professora tem como principal linha de pesquisa e atuação a gastronomia e o turismo gastronômico

Ruben Loureiro

(Orcid ID: 0000-0002-3728-9886)

Professor Adjunto Convidado no Instituto Politécnico de Tomar.

Doutor em Gestão pela Universidade da Beira Interior e Investigador no NECE | Universidade da Beira Interior.

A sua investigação considera como áreas de interesse a Estratégia, Inovação e as Capacidades Dinâmicas. Tem várias publicações e comunicações nacionais e internacionais no âmbito da Estratégia.

Tem desenvolvido a sua atividade profissional em várias Direções dos Serviços de Logística e Aprovisionamento Hospitalar.

Suzana Caldeira

(Orcid ID: 0000-0002-1024-6958)

Licenciada em Psicologia, pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, realizou Provas de Aptidão Pedagógica e Científica, pela Universidade dos Açores, e tem um Doutoramento em Psicologia da Educação, pela Universidade dos Açores. É Professora Associada do Departamento de Psicologia da Universidade dos Açores onde leciona, principalmente, na área da Psicologia da Educação. É membro do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, CICS.NOVA - CICS.NOVA.UAc. Os seus interesses de investigação começaram por incidir em

problemáticas no âmbito da psicologia das carreiras passando estes, gradualmente, a serem integrados em questões da educação para a convivência e da prevenção de comportamentos disruptivos, conflituos e violentos, com incidência para os ambientes educativos. É acreditada como especialista em Psicologia da Educação e em Psicologia Vocacional e do Desenvolvimento da Carreira pela Ordem dos Psicólogos Portugueses.

Tânia Botelho

(Orcid ID: 0000-0002-2077-7824)

Licenciada em Terapia de Fala na Escola Superior de Tecnologias e Saúde do Porto (ESTSP). Possui Pós-Graduação em Perturbações da 1ª Infância à Adolescência (CRIAP) e Pós-Graduação em Motricidade Orofacial (EPAP). Coordenadora do NIITE no Centro de Desenvolvimento Infantojuvenil dos Açores (CDIJA). Investigadora no Estudo Epidemiológico sobre a Perturbação do Espectro do Autismo, na Região Autónoma dos Açores, com o apoio da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade dos Açores. Investigadora no projeto Turismo & Autismo (ACORES-01-0247-FEDER-000043), sob a coordenação do Centro de Desenvolvimento Infantojuvenil do Açores (CDIJA) e desenvolvido em Co-Promoção com a Açoreana DMC e a Universidade dos Açores.

Victor Figueira

(Orcid ID: 0000-0002-2936-0195)

Victor Manuel do Sacramento Figueira nasceu em 1965, em Beja. Realizou um Mestrado (1999) em Estudos Portugueses, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, tendo elaborado a tese “O turismo cultural/rural no Baixo Alentejo. Doutorou-se em 2009, na Universidade de Évora, em Turismo, tendo elaborado a tese “O Turismo Inteligente: a cultura e a natureza – O Parque Natural do Vale do Guadiana - “. É, desde 1998, docente do ensino superior no Instituto Politécnico de Beja onde está afecto em tempo integral e em exclusividade. É Professor Adjunto desde 2002 e responsável científico de várias disciplinas na licenciatura em Turismo e estudos pós-graduados. Foi durante cerca de cinco anos coordenador da licenciatura em Turismo do IPBeja e é desde 2014 Responsável pelo Laboratório de Turismo do IPBeja. Foi nomeado pelo Presidente do IPBeja, seu Representante, em

vários trabalhos de parceria institucional em diversas instituições/órgãos públicos e privados. Já apresentou e publicou diversos trabalhos apresentados em conferências e congressos no âmbito das suas áreas de trabalho, em Portugal e no exterior e foi membro de diversos júris de trabalhos académicos, provas públicas, mestrados e doutoramentos bem como membro de várias comissões científicas de congressos/seminários nacionais e internacionais. É co-autor do livro “A Responsabilidade Social no Turismo”. Paralelamente à actividade académica tem, desde sempre e na prossecução da missão do ensino politécnico, estado estritamente ligado a projectos de investigação e de intervenção social e comunitária tendo participado em diversos projectos de investigação com equipas nacionais e internacionais orientados para a área do Turismo Sustentável, Responsabilidade Social e Desenvolvimento Comunitário. Faz parte de diversas associações profissionais, nacionais e estrangeiras na área do Turismo, Desenvolvimento Regional e dos Estudos Rurais. É Investigador no GOVCOOP (*Research Unit on Governance, Competitiveness and Public Policies*) e do CITUR. (Centro de Investigação, Desenvolvimento e Turismo).

Segmentação Turística no Contexto (Pré) Pandémico: Desafios e Tendências no Turismo Náutico

Ana Rita Marques

Universidade de Vigo (PhD Student)

rita.fcmarques@gmail.com

Victor Figueira

Instituto Politécnico de Beja (IPBeja)

CiTUR/GOVCOPP

victorfigueira@ipbeja.pt

Bruno Sousa

Instituto Politécnico do Cávado e Ave (IPCA)

CiTUR

bsousa@ipca.pt

Laurentina Vareiro

Instituto Politécnico do Cávado e Ave (IPCA)

UNIAG

lvareiro@ipca.pt

RESUMO

O presente capítulo visa compreender algumas das principais tendências da segmentação turística em contextos de turismo náutico. O estudo (preliminar) reúne um modelo conceptual proposto a testar empiricamente algumas das principais determinantes da procura turística em ambientes de turismo náutico no contexto (pré) pandémico e respetivas intenções comportamentais (i.e. satisfação e lealdade). O turismo náutico pressupõe a prática de viajar para fins culturais, de repouso e de fuga ao *stress*.

Nesse sentido, o modelo conceptual proposto pelos autores enfatiza algumas variáveis determinantes da procura turística deste segmento, como disso sejam exemplo o compromisso, a confiança, a qualidade de serviço, o valor percebido e a cooperação. O presente capítulo representa um importante contributo relativamente à gestão de

destinos turísticos e desenvolvimento da relação junto do consumidor, nomeadamente, no que diz respeito às intenções comportamentais (i.e., satisfação e lealdade).

O presente manuscrito é um instrumento de auxílio ao marketing e à gestão em contextos específicos de turismo náutico. Este estudo apresenta como principal limitação o seu estágio embrionário, não incluindo recolha de dados primários ou desenvolvimento de estudo empírico. O contributo inicial da presente investigação deverá abrir caminho a estudos futuros de natureza qualitativa e/ou quantitativa.

PALAVRAS-CHAVE

Covid-19, marketing relacional, segmentação, tendências, turismo náutico

Segmentation of Tourism in the (Pre) Pandemic Context: Challenges and Trends in Nautical Tourism

ABSTRACT

This chapter aims to understand some of the main trends in tourism segmentation in nautical tourism contexts. The (preliminary) study brings together a conceptual model proposed to be empirically tested in order to understand some of the main determinants of tourism demand in nautical tourism environments in the (pre) pandemic context and respective behavioral intentions (i.e. satisfaction and loyalty). Nautical tourism presupposes the practice of traveling for cultural purposes, rest, and escape from stress.

In this sense, the conceptual model proposed by the authors emphasizes some variables that determine tourism demand in this segment, such as commitment, trust, service quality, perceived value, and cooperation. This chapter represents an important contribution regarding the management of tourist destinations and the development of the relationship with the consumer, namely, concerning behavioral intentions (i.e., satisfaction and loyalty).

This manuscript is an instrument to aid marketing and management in specific contexts of nautical tourism. The main limitation of this study is its embryonic stage, not including primary data collection or development of an empirical study. The initial contribution of this research should pave the way for future studies of a qualitative and/or quantitative nature.

KEYWORDS

Covid-19, relational marketing, segmentation, trends, nautical tourism

Introdução

A indústria dos cruzeiros é o setor mais visível e relevante do turismo náutico (Tey & Paris, 2010). De acordo com estatísticas da CLIA (2021), a procura pelo turismo de cruzeiros (cruzeiros de oceano e cruzeiros fluviais) em todo o mundo terá crescido de forma acentuada até março de 2020, quando a pandemia de Covid-19 parou a indústria. Devido à sua crescente popularidade, o turismo de cruzeiros está a tornar-se um estudo de caso para a importância do desenvolvimento sustentável, uma vez que é considerado como um turismo de massas por via marítima (Amorim et al., 2012).

De facto, aliados à imagem de uma indústria com efeitos positivos, em crescimento e com grande potencial, surgem impactos nas comunidades recetoras associados a problemas ambientais, sociais e económicos (Ponton & Asero, 2018). Importa, por isso, assegurar um desenvolvimento sustentável da indústria (Pinto da Silva et al., 2019), o que implica grandes exigências e ainda muito a fazer para combater os impactos negativos do turismo de cruzeiros (MacNeill & Wozniak, 2018). Contudo, o caminho a trilhar neste sentido, levará a turistas mais satisfeitos, que retornam e recomendam os cruzeiros. Deste modo, propomo-nos desenvolver um modelo onde as dimensões do marketing de relacionamento (ou seja, compromisso, confiança e cooperação) se conjugam com a satisfação do turista náutico e a intenção comportamental de repetir a experiência ou reforçar a mesma com um marketing focado na motivação “marítima”.

Turismo de Cruzeiros no Mundo – uma Breve Análise Pré e Pós Pandémica

A indústria de cruzeiros é o mais evidente e relevante setor do turismo náutico (Tey & Paris, 2010) e apesar deste estar em cada vez maior expansão a nível global, a região da América do Norte é um marco devido à quantidade de passageiros, embarques e desembarques, portos, diversidade de itinerários e navios dedicados à região (Miller & Grazer, 2006). Ainda assim, a Cruise Lines Internacional Association – CLIA (2021) identifica cinco grandes regiões pelo mundo: Caribe/Bahamas, destino com maior procura a nível mundial com cerca de 50% dos cruzeiros em 2019; Mediterrâneo e Sudeste da Europa; Alasca; Norte da Europa; Ásia/Pacífico, com destinos ricos em história, cultura e tradições.

De acordo com estatísticas realizadas pela CLIA (2021), a procura pelo turismo de cruzeiros pelo mundo (cruzeiros de oceano e cruzeiros fluviais) terá vindo a crescer de forma abrupta até março de 2020, altura em que a indústria estagnou devido à pandemia Covid-19. Dados de 2019 revelam que o número de passageiros em cruzeiros de oceano aumentou em cerca de 50% desde o ano de 2009, passando de 17,8 milhões para 29,7 milhões de passageiros no ano de 2019.

Segundo Amorim et al. (2012, p.24), o crescimento do setor do turismo de cruzeiros baseia-se em quatro fatores relevantes para o desenvolvimento do mesmo, que são:

- 1) Os passageiros têm a oportunidade de visitar diversos lugares em um curto período de tempo sem os problemas de outros meios de transporte;
- 2) O navio é autossuficiente;
- 3) Os navios de cruzeiro possuem um diretor e os funcionários cuja única função é fazer com que os passageiros passem um tempo agradável;
- 4) Os alimentos são de alta qualidade e são servidos em um estilo elegante.

Um estudo do impacto económico global de 2019 da CLIA (2020) revela que aliados aos mais de vinte e nove milhões de passageiros que viajaram nesse ano, existiam um total de 1 166 000 postos de trabalho na indústria gerando assim um total de cerca de 154 biliões de euros só com o setor de cruzeiros em todo o mundo. Por outro lado, os dados recolhidos durante o período pandémico divulgam que a interrupção da atividade teve impactos devastadores em toda a comunidade direta e indiretamente ligada à indústria de cruzeiros. Entre março e setembro de 2020 estima-se que ocorreu uma perda de cerca de 70 biliões de dólares para a economia global e de 518 000 postos de trabalho (CLIA, 2021).

Apesar dos efeitos assoladores da pandemia e consequente crise global na indústria, as perspetivas para o ano de 2021 são otimistas e revelam que: 74% dos passageiros que já fizeram um cruzeiro pretendem voltar a fazê-lo nos próximos anos; 2 em cada 3 espera voltar a fazê-lo no período de 1 ano; 58% dos turistas internacionais que nunca fizeram um cruzeiro apontam essa hipótese para os próximos anos (CLIA, 2021).

Impactos do Turismo de Cruzeiros

O turismo de cruzeiros é a indústria turística com o mais rápido desenvolvimento do setor crescendo, muitas vezes, desproporcionalmente em países em vias de

desenvolvimento. Por este facto, o seu impacto local (nos destinos turísticos por onde passa), é um caso que merece atenção e estudo (MacNeill & Wozniak, 2018). A este setor é cada vez mais indispensável aliar a sustentabilidade por ser agora considerado como um turismo de massas por via marítima (Amorim et al., 2012).

Aliados à imagem de uma indústria com efeitos positivos, em crescimento e com grande potencial, surgem impactos nas comunidades recetoras associados a problemas ambientais, sociais e económicos (Ponton & Asero, 2018). A nível económico, o turismo de cruzeiros tem consequências que poderão ser diretas, indiretas ou induzidas: Diretas, são as despesas em fornecedores que vendem bens e serviços diretamente aos navios, passageiros e tripulação. Indiretas, são os gastos dos fornecedores diretos, como por exemplo a compra de bens a outras empresas. Induzidas, provêm das despesas dos beneficiários diretos e indiretos resultantes dos seus rendimentos aumentados.

A contribuição económica da indústria de cruzeiros depende do tipo de porto em questão que poderá ser porto de chamada ou base (“homeport”). No primeiro, o passageiro passa menos tempo uma vez que é uma paragem intermédia ao longo do itinerário do cruzeiro. *Homeport*, é o destino onde o cruzeiro inicia e termina o seu percurso (Brida & Zapata, 2010).

Segundo Brida e Zapata (2010), a nível económico o *homeport* sofre impactos diretos em vários segmentos da indústria como os transportes, restauração ou a hotelaria uma vez que uma grande parte dos passageiros passam, no mínimo, uma noite nesse porto antes de embarcar no cruzeiro. Para os autores, o facto de os navios de cruzeiro incluírem transporte, alojamento (com refeições incluídas), entretenimento e agências de tours, representando assim todas as faces da indústria turística, torna-os competidores diretos com outros negócios turísticos localizados em terra. Ainda, como influência na intensidade dos efeitos económicos, os autores referem a possibilidade que os passageiros têm de escolherem não desembarcar nos portos de escala, a dimensão que esses portos têm e ainda o investimento de capital necessário à construção e manutenção das infraestruturas necessárias à existência de um porto de navios.

O turismo de cruzeiros é muito procurado por contemplar a maioria das comodidades num só pacote turístico. Por este motivo, Brida e Zapata (2010) consideram que as companhias de cruzeiros são as maiores beneficiadas pela atividade a nível económico na medida em que:

- Grande parte das atividades nos destinos são vendidas a bordo e a companhia retira, muitas das vezes, 50% ou mais do valor pago pelo turista;
 - Os operadores turísticos que pretendam fazer a sua publicidade a bordo, têm que pagar à companhia de cruzeiros em questão;
 - Algumas das maiores companhias de cruzeiros possuem uma ilha privada, obtendo assim todos os rendimentos dos bens e serviços lá prestados;
 - Dominam a operação de tours e excursões em terra controlando os operadores locais que se sujeitam aos preços estipulados pelas companhias de cruzeiros e à incerteza da realização da sua atividade até um ou dois dias antes da chegada dos passageiros ao porto (uma vez que são atividades vendidas a bordo), temendo o risco de perderem o seu negócio caso não cooperem.
- No entanto, dados da CLIA (2020) revelam que a indústria de cruzeiros no ano de 2019 contribuiu positivamente para a economia europeia. Graças ao aumento do número de passageiros que viajam na Europa e também ao aumento de navios que lá são construídos, esta indústria tem impactos significativos na economia do continente. Em termos de números, estudos revelam que este setor do turismo era responsável, no ano de 2019, por mais de 413 000 postos de trabalho pela Europa gerando 16,01 biliões de euros em salários e benefícios para os trabalhadores e contribuindo com um valor de 64,50 biliões de euros para a economia europeia em 2019.

A nível ambiental, um dos assuntos que atualmente causa mais controvérsia, Johnson (2002, p. 263) identifica como principais impactos: as modificações aos ambientes naturais e já construídos de forma a capacitar os destinos a receberem navios de cruzeiro provocando, conseqüentemente, a perda de habitats naturais; os que envolvem o uso de energia, água e outros, como anti-incrustantes que resultam em estragos acidentais ou deliberados aos ecossistemas marinhos; associados ao transporte de passageiros nos *homeports* e nos portos de escala; as atividades recreativas na vida selvagem, que provoquem distúrbios e lixo e pressões sobre as espécies ameaçadas. As emissões dos cruzeiros cobrem uma infinidade de resíduos orgânicos e inorgânicos em formas gasosas, líquidas e sólidas. Fatores como descargas de lixo orgânico e material tóxico, emissões de gases poluentes existentes nos combustíveis usados, descarga de águas residuais e de lastro, uso de biocidas, distúrbio físico dos animais e colisão e a poluição sonora e luminosa, são alguns dos impactos negativos da atividade da indústria (Caric & Mackelworth, 2014).

Ponton e Asero (2018) afirmam que apesar de já existirem várias medidas verdes implementadas nos navios de cruzeiro e de muitas das companhias se considerarem e publicitarem como *ecofriendly*, ainda há um longo caminho a percorrer para a sustentabilidade desta indústria turística.

No que diz respeito a fatores socioculturais, os impactos do turismo de cruzeiros, no geral, vão de encontro aos identificados para o setor turístico. No entanto, Brida e Zapata (2010) referem alguns fatores diferenciadores que se apresentam como aspetos negativos da indústria de cruzeiros:

- Concentração no mesmo espaço de passageiros de cruzeiros, residentes e turistas que permanecem de férias nesse mesmo destino;
- Adoção de hábitos e rotinas dos visitantes (ex.: foi relatado que alguns destinos das Caraíbas deixaram de usar o seu idioma regional);
- Competição por um espaço, em especial em destinos pequenos onde o rácio de turistas por residente é grande;
- Questões trabalhistas – por navegarem com Bandeiras de Conveniência (Flag of Convenience) as companhias de cruzeiros não têm que pagar um salário mínimo legal sendo, por este motivo, muitas vezes os postos de trabalho vistos como uma exploração dadas as longas horas e salários baixos.

Num estudo realizado por MacNeill e Wozniak (2018) sobre os impactos do turismo de cruzeiros em Trujillo nas Honduras, os autores concluem que os inúmeros benefícios apontados durante os estudos para avaliar a viabilidade da construção de um porto de cruzeiros em Trujillo acabaram por não coincidir com a realidade estudada após a construção e atividade do mesmo. Os autores referem que existiram benefícios no capital social e segurança, mas estes foram ofuscados por um aumento da corrupção e dos custos ambientais e uma diminuição da capacidade dos residentes se proverem para as necessidades do dia-a-dia. Em suma, assegurar um desenvolvimento sustentável da indústria (Pinto da Silva et al., 2019) num determinado destino tem grandes exigências e que ainda existe muito a fazer para combater os impactos negativos do turismo de cruzeiros (MacNeill & Wozniak, 2018).

Turismo Fluvial no Rio Douro

Nunes et al. (2016) referem que o turismo fluvial contempla a utilização de meios de transporte fluviais aliada a um conjunto de atividades variadas - passeios de

barco, desportos náuticos e atividades de lazer e aventura - que abrange vários planos de água como os rios, canais, lagos, lagoas e albufeiras. Contempla a utilização de embarcações mais ou menos tradicionais, para a realização de percursos de barco com durações variáveis, de que são exemplo: os cruzeiros fluviais de um dia ou vários dias como os navios hotel, o barco casa (*houseboat*), os barcos de recreio privado e ainda a prática de desportos náuticos e atividades de lazer e aventura. Parte integrante deste tipo de turismo é também a visita a atrações turísticas em zonas ribeirinhas e a frequência de praias fluviais. Para que este tipo de turismo se torne possível são necessárias infraestruturas e equipamentos que o suportem.

Os cruzeiros fluviais são, hoje em dia, uma realidade relevante no setor. As condições dos barcos e as diferentes “rotas e ofertas nos rios navegáveis do mundo transformam-se num grande aliado na divulgação do lugar, além da costa marítima” (Amorim et al., 2012 p. 52). Atualmente, é sobretudo na Europa que se concentra a maior oferta de cruzeiros fluviais, tendo aí iniciado a sua atividade pelos rios e canais do continente e que agora se vem a alargar a outros países com rios navegáveis pelo mundo. É um setor da oferta turística diferente dos cruzeiros marítimos uma vez que, dadas as limitações geográficas dos canais fluviais, englobam navios de porte menor (sendo a sua capacidade média entre 150 a 300 passageiros), com rotas que podem ser feitas em apenas um dia e com itinerários que conjugam a navegação com atividades em terra.

Em Portugal, o Turismo Náutico é considerado como um dinamizador do destino turístico porque consegue apoiar positivamente o melhoramento das áreas turísticas já existentes e predefinidas e, também, fortalecer os recursos dos destinos que eram pouco frequentados pelos turistas (Carrasco, 2002). A aposta no Turismo Náutico em Portugal é cada vez mais fortalecida graças à longa costa e às praias de qualidade existentes, às praias fluviais, aos rios e às barragens existentes no interior do país.

Nesse sentido, existe uma aposta do Turismo de Portugal, expresso no documento «Estratégia Turismo 2027» (Turismo de Portugal, 2017) onde desenvolve linhas de atuação para um espaço temporal de 2017-2027, sendo o Turismo Náutico inserido na valorização do território por forma a desenvolver e adaptar melhorias nos sistemas de navegabilidade, ou seja, criar condições favoráveis à navegação fluvial, promovendo a melhoria dos cais e a criação de plataformas de acostagem de embarcações de recreio ou de outras infraestruturas de apoio às águas da região interior do país.

Neste contexto importa referir o projeto “Portugal Náutico”, desenvolvido pela Associação Empresarial de Portugal em cooperação com a Fórum Oceano – Associação

da Economia do Mar e apoio do Turismo de Portugal, enquanto impulsionador para a certificação das Estações Náuticas de Portugal (atualmente com 27 estações certificadas e 7 em processo de certificação) que visam criar uma oferta turística náutica de qualidade, organizada a partir da valorização integrada dos recursos náuticos presentes num território.

No caso do Douro, apenas após a abertura do rio à navegabilidade para embarcações de passageiros se tornou possível a evolução do turismo fluvial na região. Em 2015, na Estratégia de Marketing Turístico do Porto e Norte de Portugal foram definidos os produtos turísticos de determinada região para o período entre 2015 e 2020, nos quais a nível regional, nomeadamente no território do Douro, o turismo náutico (cruzeiros e tours no rio Douro) foram definidos como produtos âncora do destino (Bernardo, 2018).

O turismo náutico no rio Douro cresceu significativamente até ao ano pré-pandémico de 2019. Dados da evolução do número de passageiros na Via Navegável do Douro revelam taxas de crescimento muito significativas desde o ano de 2014, tendo o número total de passageiros evoluído de 615 361 para 1 645 133 no ano de 2019. De realçar que inseridos nestes valores estão os passageiros que navegam em navio-hotel que cresceram de 53 070 em 2014 para 99 574 em 2019.

Esta expansão torna-se possível de ano para ano, pelo facto do número de operadores e embarcações no rio Douro estar em constante crescimento – passando de 36 operadores com 92 embarcações em 2014 para 85 e 186, respetivamente no ano de 2019, sendo que 25 destas embarcações são navios hotel com uma capacidade total de 3 433 passageiros (APDL, 2021). Em 2020, com a interrupção da indústria do turismo em geral e consequentemente do turismo de cruzeiros, todos os números alcançados até ao ano de 2019 foram atingidos por uma quebra histórica sem precedentes. Estatísticas da Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo (APDL, 2020) divulgam que a redução do número de passageiros a navegar em navios-hotel em 2020 foi de cerca de 95% em relação a 2019 (passando de 99 574 para 5 241 passageiros).

Apesar da inexistência, até à data, de dados concretos, estima-se que o ano de 2021 seja bastante positivo quer para o turismo de cruzeiros, quer para as outras vertentes de turismo no Douro, comparativamente a 2020 (Agência Lusa, 2021).

De todos os operadores existentes no rio Douro atualmente, há cinco que se destacam no âmbito dos navios hotel: Viking Cruises Portugal, detentora das embarcações

Viking Hemming, Viking Helgrim, Viking Torgil e Viking Osfrid; Scenic Tours com os navios Scenic Azure e Scenic Emerald; Croisi Europe titular das embarcações Fernão Magalhães, Vasco da Gama, Gil Eanes, Infante D. Henrique, Amália Rodrigues e Miguel Torga; Douro Azul, empresa portuguesa, detentora dos navios Douro Queen, Douro Serenity, Douro Spirit, Queen Isabel, Douro Elegance, Spirit of Chartwell, Douro Splendour, La Rosa, Amadouro, Amavida, Douro Cruiser e São Gabriel; Tauck, que chegou a Portugal em 2020 no entanto apenas começou a operar em 2021, com o navio MS Andorinha. Estas operadoras disponibilizam um total de 25 embarcações de navios hotel no rio, com a empresa Douro Azul a fretar a maior parte dos seus navios para diferentes agências (APDL, 2021).

Posto isto, tendo em conta a quantidade de navios hotel a circular no Douro e por conseguinte a quantidade de turistas que este tipo de turismo traz para a região, torna-se cada vez mais importante ter uma perceção cuidada dos impactos que esta indústria acarreta diariamente para o Vale do Douro.

Proposta de Modelo Conceptual

O presente estudo discute o fenómeno crescente do turismo náutico e a perspetiva do marketing de relacionamento associada a contextos específicos de turismo náutico. Com base na revisão da literatura, propomos um modelo que relaciona as dimensões do marketing de relacionamento (ou seja, compromisso, confiança, qualidade de serviço, valor percebido e cooperação) com a consequente satisfação com o turista do contexto náutico e a intenção comportamental de recomendação ou revisita.

Vários estudos em contextos de marketing e turismo têm discutido o marketing de relacionamento da associação ao destino e o comportamento de compra do consumidor, incluindo o estudo da satisfação, lealdade ou qualidade do serviço (Santos et al., 2021). Uma extensa revisão da literatura atual revela que não existe uma estrutura teórica integrada para o estudo holístico da indústria do turismo náutico. O modelo de pesquisa proposto não só tem implicações para pesquisas futuras, mas também fornece informações úteis para profissionais do turismo náutico. Propõe-se, por conseguinte, que a percepção da qualidade de serviço náutico terá um efeito direto sobre a lealdade e terá um efeito indireto por meio do valor percebido e da satisfação do turista. A qualidade do serviço pode ser entendida como o resultado da comparação entre as expectativas dos consumidores com as suas percepções do serviço recebido (Zeithaml et al., 1993). Para medir a qualidade de serviço tem sido

sistematicamente utilizada a escala SERVQUAL, que integra 5 dimensões (tangibilidade; fiabilidade; segurança; capacidade de resposta e empatia) com ajustes que permitem avaliar os padrões de serviço no turismo náutico (Marques et al., 2021). Vários estudos mostraram que mais compromisso e confiança com a marca levam a um comportamento de satisfação mais positivo (e.g. Sousa et al., 2019). A literatura de marketing destaca o importante papel de valor percebido na intenção de um consumidor encaminhar um serviço a outras pessoas por meio da recomendação (Taheri et al., 2021).

Com base nessa discussão, propõe-se um modelo conceptual, que descreve que, num contexto de turismo náutico, o aumento da qualidade de serviço, da confiança, da cooperação, do valor percebido e do compromisso facilitam o desenvolvimento da satisfação e da lealdade comportamental. Assim, formularam-se as seguintes hipóteses de investigação: H1: a qualidade de serviço, a confiança, o compromisso, o valor percebido e a cooperação têm um efeito positivo na satisfação dos serviços e turismo náutico; H2: a qualidade de serviço tem efeito positivo no valor percebido pelo turista náutico e H3: a qualidade de serviço, o valor percebido e a satisfação têm um efeito positivo sobre a lealdade do turista náutico.

Considerações Finais e Perspetivas Futuras

O presente capítulo discute os fenómenos crescentes do turismo náutico (em específico o turismo no contexto (pré) pandémico) e a perspetiva do marketing de relacionamento. Com base na revisão da literatura, propomos um modelo que conecta as dimensões do marketing de relacionamento (ou seja, compromisso, confiança e cooperação) com a consequente satisfação com o turista náutico e a intenção comportamental de repetir a experiência ou reforçar a mesma com um marketing focado na motivação “marítima”. Vários estudos em contextos de marketing e turismo têm discutido a associação do marketing de relacionamento com o destino e o comportamento de compra do consumidor, incluindo o estudo da satisfação, lealdade ou qualidade de serviço (e.g. Sousa & Alves, 2019; Taheri et al., 2021). Estudos futuros podem explorar mais profundamente a compreensão do complexo processo de tomada de decisão de viagens em contexto náutico, num cenário pós-pandémico (i.e., covid-19), como a escolha do destino e avaliação de risco.

Numa perspetiva interdisciplinar, o presente manuscrito representa um importante contributo relativamente à gestão dos destinos turísticos e segmentação de mercado em contextos de turismo náutico e marítimo. O presente capítulo é um instrumento

de auxílio ao marketing e à gestão em contextos específicos da tecnologia de informação e documentação. Estudos futuros poderão conduzir a uma maior generalização dos resultados (através da administração de inquéritos por questionário junto dos consumidores e utilização de modelos de equações estruturais – SEM).

Referências Bibliográficas

Agência Lusa (2021). Expectativas positivas para o Turismo no Douro em 2021. Consultado em 09 de outubro de 2021. Disponível em Consultado em 09 de outubro de 2021. Disponível em <https://www.dnnoticias.pt/2021/5/12/261110-expectativas-positivas-para-o-turismo-no-douro-em-2021/>.

Amorim, E., Andrade, C., Tarlow, P., Mariotti, V. & Cardona, N. (2012). Abordagem Multidisciplinar dos Cruzeiros Turísticos. Lisboa: Textiverso, 24.

APDL (2021). Estatísticas. Consultado em 09 de outubro de 2021. Disponível em https://www.apdl.pt/pt_PT/estatisticas/passageiros2.

APDL (2020). Boletim Estatístico Anual 2020. Consultado em 09 de outubro de 2021. Disponível em <https://www.apdl.pt/documents/10180/54335/Boletim+Anual+2020/88b57f0d-bd8f-4ee0-93d0-f824c0791922>.

Bernardo E. (Coord.). (2018). Para um enfoque territorial do turismo no Douro. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural. 21,27 – 35.

Brida, J.G. & Zapata, S. (2010). Cruise tourism: economic, socio-cultural and environmental impacts. Int. J. Leisure and Tourism Marketing. 1(3), 205 - 226.

Carrasco, S. (2002). El turismo náutico en el mediterráneo. *Cuadernos de Turismo*, 9, pp. 19-32.

Caric, H. & Mackelworth, P. (2014). Cruise tourism environmental impacts - The perspective from the Adriatic Sea. *Ocean & Coastal Management*. 102, 350 – 363.

CLIA (2021). State of the Cruise Industry Outlook. Research report by the Cruise Lines International Association, New York.

CLIA (2020). The Economic Contribution of the International Cruise Industry Globally in 2019. Research report by the Business Research & Economic Advisors for Cruise Lines International Association.

Johnson, D. (2002). Environmentally sustainable cruise tourism: a reality check. *Marine Policy*. 26(4), 261 - 270.

Miller, A.R. & Grazer, W.F. (2006). Cruise ship tourism. Australia: CABI Publishing, 74-85.

MacNeill, T. & Wozniak, D. (2018). The economic, social and environmental impacts of cruise tourism. *Tourism Management*. 66, 387 – 404.

Marques, A.; Sousa, B.; Vareiro, L. & Figueira, V. (2021). O turismo fluvial e o desenvolvimento local em regiões demarcadas e contexto vinhateiro: um contributo teórico, *Revista Turismo & Desenvolvimento*, 35, 185-200, <https://doi.org/10.34624/rtd.v0i35.24646>.

Nunes, A., Moreira, C. O., Paiva, I., Cunha, L. (2016). Territórios de Água. Coimbra: Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território, 256 – 271.

Pinto da Silva, F., Brandão, F., & Sousa, B. (2019). Towards Socially Sustainable Tourism In Cities: Local Community Perceptions And Development Guidelines. *Enlightening Tourism. A Pathmaking Journal*, 9(2), 168-198.

Ponton, D. M. & Asero, V. (2018). Representing Global Cruise Tourism: A Paradox of Sustainability. *Critical Approaches to Discourse Analysis across Disciplines*. 10(1), 45–62

Santos, V.; Ramos, P.; Sousa, B., Almeida, N. & Valeri, M. (2021). Factors influencing touristic consumer behaviour. *Journal of Organizational Change Management*, <https://doi.org/10.1108/JOCM-02-2021-0032>.

Sousa, B. and Alves, G. (2019), “The role of relationship marketing in behavioural intentions of medical tourism services and guest experiences”, *Journal of Hospitality and Tourism Insights*, Vol. 2 No. 3, pp. 224-240. <https://doi.org/10.1108/JHTI-05-2018-0032>.

Sousa, B. & Rocha, A. T. (2019). The role of attachment in public management and place marketing contexts: a case study applied to Vila de Montalegre (Portugal). *International Journal of Public Sector Performance Management*, Vol. 5, N. 2, pp. 189-205 <https://doi.org/10.1504/IJPSPM.2019.099094>.

Taheri, B., Chalmers, D. Wilson, J. & Arshed, N. (2021). Would you really recommend it? Antecedents of word-of-mouth in medical tourism. *Tourism Management* 83 (2021) 104209.

Teye, V., & Paris, C. M. (2010). Cruise Line Industry and Caribbean Tourism: Guests' Motivations, Activities, And Destination Preference. *Tourism Review International*. 14(1), 17-28.

Turismo de Portugal (2017). *Estratégia Turismo 2027*. Consultado em 05 de dezembro de 2021. Disponível em <http://www.turismodeportugal.pt/SiteCollectionDocuments/estrategia/estrategia-turismo-2027.pdf>.

Zeithaml, V. A., Berry, L. L., & Parasuraman, A. (1993). The nature and determinants of customer expectations of service. *Journal of the Academy of Marketing Science*, 21(1), 1–12.

Turismo e os Recursos Hídrico-Fluviais, Culturais e Naturais

Eunice R. Lopes

Instituto Politécnico de Tomar. Departamento de Ciências Sociais, Tomar, Portugal
Centro de Tecnologia, Restauro e Valorização das Artes (TECHN&ART-IPT)
Centro de Investigação, Desenvolvimento e Inovação em Turismo (CiTUR-IPL)
Centro em Rede de Investigação em Antropologia (CRIA-FCSH-UNL)
Unidade de Investigação em Governança, Competitividade e Políticas Públicas (GOVCOPP-UA)
eunicelopes@ipt.pt

Eunice Duarte

Instituto Politécnico de Setúbal
Centro de Investigação, Desenvolvimento e Inovação em Turismo (CiTUR-IPL)
eunice.duarte29@gmail.com

RESUMO

A importância dos recursos endógenos existentes em qualquer território para o turismo, tanto a nível nacional como mundial, é indiscutível. O crescente desenvolvimento deste setor é um forte impulsionador do desenvolvimento regional e local. É, no entanto, requerido o desenvolvimento de um turismo equilibrado, principalmente para as áreas turísticas que detêm importantes recursos hídrico-fluviais, culturais e naturais, onde sejam integradas de forma ponderada as dimensões: cultural, económica, ambiental e social. Ambiciona-se um turismo que privilegie o desenvolvimento sustentável, com maior qualidade, baseado na utilização dos recursos endógenos existentes.

O presente trabalho apresenta discussão sobre os recursos hídrico-fluviais, culturais e naturais existentes no Médio Tejo, região Centro de Portugal, ancorado na bacia hidrográfica do Tejo cujo recurso fluvial é fundamental para a prática de um turismo náutico sustentável.

Pretende-se, através de uma análise a documentos produzidos e que relacionam o turismo náutico com o desenvolvimento territorial e a sustentabilidade, perceber como esta relação pode ser implementada através do turismo náutico no Médio Tejo. Sob o ponto de vista da gestão turística e cultural, neste trabalho são propostos

alguns modelos desenhados para relacionar estas temáticas do turismo náutico-desenvolvimento-sustentabilidade.

Neste contexto, pretende-se perceber, a importância dos recursos hídrico-fluviais, culturais e naturais do Médio Tejo para o desenvolvimento territorial.

PALAVRAS-CHAVE

Recursos hídrico-fluviais, turismo náutico, sustentabilidade, recursos culturais e naturais

Tourism and River, Cultural and Natural Water Resources

ABSTRACT

The importance of endogenous resources existing in any territory for tourism, both nationally and globally, is indisputable. The growing development of this sector is a strong driver of regional and local development. However, the development of balanced tourism is required, mainly for tourist areas that have important water-river, cultural and natural resources, where cultural, economic, environmental, and social dimensions are carefully integrated. The ambition is for tourism that favours sustainable development, with higher quality, based on the use of existing endogenous resources.

The present work presents a discussion about the water-river, cultural and natural resources existing in the Middle Tagus, Central region of Portugal, anchored in the Tagus watershed whose river resource is essential for the practice of sustainable nautical tourism. It is intended, through an analysis of documents produced and that relate nautical tourism with territorial development and sustainability, to understand how this relationship can be implemented through nautical tourism in the Middle Tagus. From the point of view of tourism and cultural management, this work proposes some models designed to relate these themes of nautical tourism-development-sustainability.

In this context, it is intended to understand the importance of the water-river, cultural and natural resources of the Middle Tagus for territorial development.

KEYWORDS

Water-river resources, nautical tourism, sustainability, cultural and natural resources

Introdução

Ao identificar-se um possível recurso a ser explorado, podem ser definidas estratégias de produto turístico que permitam um aproveitamento desse mesmo recurso e o transformem num produto ou produtos turísticos, criando um destino turístico capaz de trazer diversos benefícios económicos, sociais e ambientais. Caraterizado pelo uso de navios para a deslocação de passageiros, são designados de turistas náuticos por embarcarem numa espécie de “cruzeiro-empresa”, onde se oferece todos os serviços de lazer dentro de uma embarcação (Carrasco, 2001). Pode constatar-se que o setor do turismo náutico representa uma área em forte crescimento podendo trazer bastantes benefícios para a comunidade onde se encontra inserido.

Esta tipologia de turismo tem-se revelado como um instrumento fundamental à promoção das atividades relacionadas com o meio aquático de um país ou região, podendo verificar-se que “a náutica contribui para uma identificação das camadas mais jovens com o mar, criando uma consciencialização coletiva” (Zamith, 2012, p.1). A Economia do Mar é considerada um setor estratégico em Portugal em expansão e cuja importância é relatada na Estratégia Turismo 2027. Verifica-se uma oferta estruturada do produto náutico no Médio Tejo.

Assim, o turismo náutico é também uma forma de combater as assimetrias regionais e sazonalidade pois há uma grande concentração da oferta por toda a região e são desenvolvidos produtos turísticos até para as épocas baixas. Para este tipo de turismo há um maior fluxo de turistas no inverno pois tanto o clima, como as restantes condições, são apreciadas como vantagens competitivas no mercado. Para que o produto turismo náutico se desenvolva de forma favorável em relação ao território, é necessário relacionar o produto turístico de turismo náutico e o desenvolvimento territorial sustentável, que passando por um conjunto de fases e processos pode resultar no desenvolvimento territorial. Observa-se uma tendência crescente da procura desta atividade por residentes e turistas que aliam o lazer ao conhecimento dos recursos patrimoniais deste território. Condição favorável para transformar um território num destino de turismo náutico (Lopes, Carvalho & Simões, 2021). A motivação pode ser vista como forte impulsionadora que conduz as pessoas a agirem de um certo modo em busca de alcançar os seus objetivos, relacionando as particularidades de cada indivíduo com os seus comportamentos. É algo que sujeita o consumidor a praticar uma certa ação que o satisfaça (Shiffman & Kanuk, 2004). Neste sentido, algumas das estratégias do Turismo de Portugal para promover o

destino na vertente da náutica, passam por destacar os recursos do território, como o oceano, paisagens e praias, assim como enfatizar a sua história marítima e os eventos nacionais e internacionais que acolhe. É fundamental o envolvimento das administrações públicas, das instituições públicas e privadas relacionadas com o turismo náutico, das organizações da sociedade civil, empresas e profissionais do setor para tornar possível o crescimento de um turismo náutico sustentável. As estratégias a nível local devem estar devidamente enquadradas, nomeadamente à escala nacional e regional (Federação Europeia de Destinos Turísticos Náuticos, 2012). O turismo náutico é um setor estratégico que concede maior notoriedade a um destino turístico, nomeadamente Portugal que possui as características e condições de excelência para a prática das suas atividades.

O Médio Tejo: Recurso Hídrico-Fluvial

O Médio Tejo integra a região do Centro de Portugal, do distrito de Santarém, da qual fazem parte os seguintes concelhos: Abrantes, Alcanena, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Mação, Ourém, Sardoal, Tomar (capital da comunidade intermunicipal), Torres Novas, Vila Nova da Barquinha, Sertão e Vila de Rei (Figura1).

A região Centro de Portugal, nomeadamente o Médio Tejo, contempla diferentes atrativos naturais como rios e barragens, lagos artificiais e praias fluviais, que agregam as características fundamentais à prática de atividades náuticas. Na região do Médio Tejo podem ser praticados desportos e atividades náuticas tais como: *ski aquático*, *wakeboard*, canoagem, passeios de jangadas, gaivotas e catamaran.



Figura 1. Concelhos da região do Médio Tejo
Fonte: mediotejo.net

O domínio hídrico abrange as águas, leitos e margens e pode ser público ou privado, sujeito a servidões de uso público. Existe para garantir o acesso às águas, reconhecendo o seu interesse público no âmbito da defesa nacional, das atividades económicas, nomeadamente o turismo e a atividade pesqueira, e também a navegabilidade. O Domínio Público Hídrico (DPH), engloba o domínio público marítimo, o domínio público lacustre e fluvial e o domínio público das restantes águas e refere-se às águas públicas que podem pertencer ao Estado, Regiões Autónomas, Municípios ou Freguesias. A Lei da titularidade dos recursos hídricos define a pertença dos recursos hídricos nacionais, incluindo as águas, os respetivos leitos e margens, zonas adjacentes, zonas de infiltração máxima e zonas protegidas (Agência Portuguesa do Ambiente, s.d.).

A gestão das regiões hidrográficas é materializada no terreno através de serviços desconcentrados no território: as Administrações de Região Hidrográfica do Norte,

afluente que apresenta a maior das sub-bacias: o Sorraia, com 7555 km², tendo o Zêzere, na vertente norte, cerca de 5080 km² de bacia.

A bacia do Tejo constitui a zona central do país e, em relação à sua divisão administrativa, abrange uma franja reduzida do distrito da Guarda e do distrito de Leiria, a quase totalidade do distrito de Castelo Branco, do distrito de Portalegre e da parte não alentejana do de Setúbal, todo o de Santarém, cerca de um terço do de Évora, bem como a metade oriental do de Lisboa. Quanto a concelhos, 94 são atingidos pela bacia do Tejo, sendo que da Região Alentejo integram um total de 20 concelhos, 30 da Região Centro e 44 da Região de Lisboa e Vale do Tejo (CADC, 2020).

De facto, as questões relacionadas com a gestão da água revestem-se de um carácter multidimensional e intersectorial fundamental, na medida em que a água interage com recursos naturais, culturais e também diferentes ambientes e comunidades. Há necessidade de equilíbrio do meio hídrico e dos ecossistemas nesta abrangência da importância dos recursos hídricos-fluviais, naturais e culturais.

Turismo Náutico Sustentável

No turismo náutico, os portos são utilizados como equipamentos de carga, alimentados por motores a diesel e libertam para a atmosfera compostos orgânicos voláteis, óxidos de azoto e óxidos de enxofre. Não só estes gases são nocivos para a saúde, como também para o meio ambiente e, por isso, é necessário reduzir estas emissões. Relativamente aos recursos hídricos, deve proceder-se a uma manutenção adequada das operações portuárias.

A libertação de águas (contaminadas) de lastro dos navios, assim como de resíduos, óleos e lixo doméstico colocam em causa o ecossistema e põe em causa algumas espécies. Deve assegurar-se uma gestão sustentável dos mares e rios, tendo em conta os recursos renováveis e não renováveis. A utilização dos recursos renováveis deve ser proporcional ao seu tempo de renovação. Os recursos não renováveis devem ser utilizados de forma racional e dar preferência aos renováveis (Pereira, 2019). A prática de atividades turísticas de forma sustentável conduz ao desenvolvimento do território. O destino adquire uma posição estratégica no mercado turístico, com uma oferta mais diversificada e cuja procura tende a aumentar. Aumenta o valor do destino e concede-lhe mais notoriedade, atraindo desta forma alguns eventos nas modalidades de competição e que são reconhecidos a nível internacional.

O reconhecimento da prática de algumas dessas atividades, contribui para a formação de *clusters* no território.

Ao estudar-se a possível criação de um produto turístico no Médio Tejo, conclui-se que a Albufeira de Castelo do Bode tem potencial para ser um grande ponto de atração de turistas, através do *wakeboard*, que pode impulsionar a região neste setor (Figura 3).

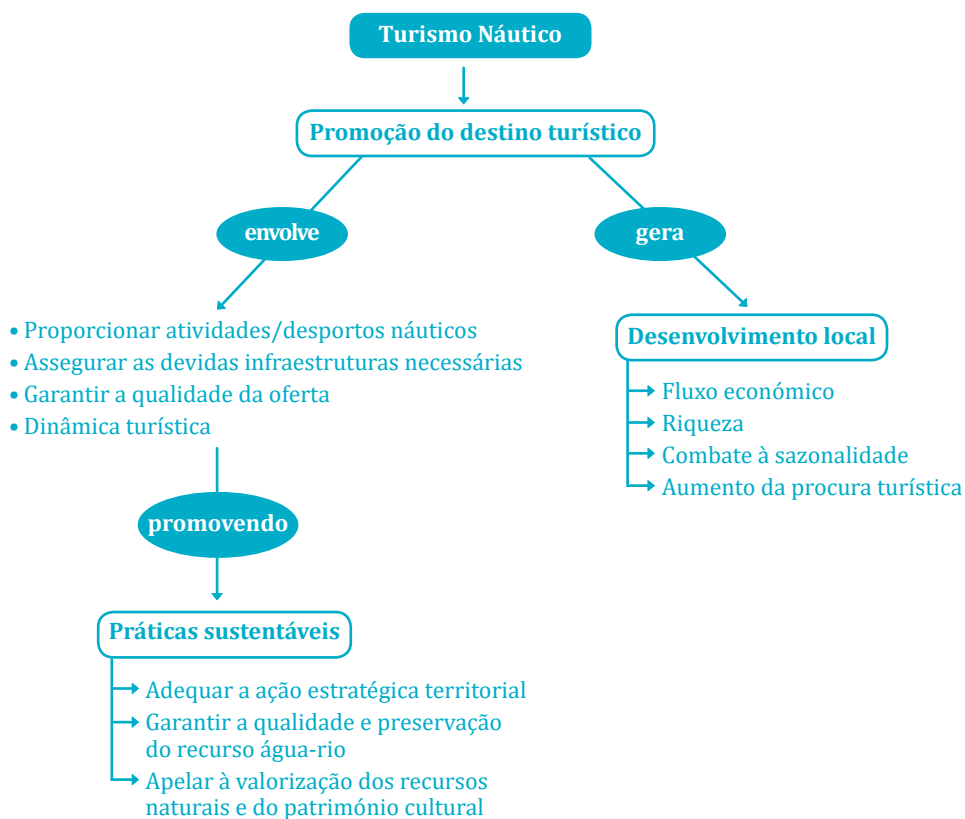


Figura 3. Turismo náutico: promoção de um destino turístico

Fonte: Rosa, 2021

No turismo náutico verifica-se que a sustentabilidade é um conceito cada vez mais presente. O planeamento e ordenamento dos territórios tem tido em conta uma gestão baseada nos ecossistemas e na comunidade residente. Em Portugal, a preocupação pela sustentabilidade e boas práticas encontra-se manifesta na Estratégia do Turismo 2027 e encontra-se de acordo com o pretendido na Agenda 2030. É um país que apresenta um grande potencial, visto que cerca de 50% das suas fronteiras são marítimas (Ferreira, 2016). Além disso, exibe uma rede fluvial extensa. Deste modo, torna-se indispensável uma gestão marítima e fluvial sustentável. A sua utilização excessiva poderá condicionar o desenvolvimento do território, nomeadamente a perda de tradições e “autenticidade”, para dar lugar a infraestruturas e edificações destinadas ao turismo.

Na prática das atividades do turismo náutico, é notável o envolvimento e participação da comunidade nas mesmas (Figura 4).



Figura 4. Prática de turismo náutico: wakeboard (Praia fluvial Aldeia do Mato)

Fonte: Santos, CIMT, 2021

Verifica-se um reforço crescente das instalações onde se praticam estas atividades, que são simultaneamente espaços educativos e desportivos, e que contribuem para melhorar a qualidade de vida e saúde, tanto para a população, como para os turistas. Através do turismo náutico, é possível experimentar modalidades desportivas, sem entrar num ambiente competitivo e fazê-lo somente por lazer. É atribuída a oportunidade ao turista de experienciar modalidades pela primeira vez e de perceber como a atividade funciona.

O pilar ambiental leva em conta que a ação humana pode constituir oportunidades, riscos, desafios e como tal, deve procurar reduzir-se a pegada ecológica. A utilização dos mares, rios e outros recursos hídricos superficiais obriga à sua preservação. Assim, deve promover-se uma produção e consumo responsáveis, levando à proteção da biodiversidade. O meio ambiente é o mais vulnerável na prática destas atividades e por isso, necessita de uma gestão eficiente dos seus recursos, de forma a reduzir e evitar eventuais problemas.

A poluição atmosférica e hídrica são dois dos problemas resultantes da atividade turística. Apesar disso, verifica-se que o turismo náutico tem afetado o crescimento económico do país, bem como a competitividade nos mercados mundiais. O turismo desempenha um papel fundamental na atividade económica global, gerando empregos e valor agregado (Eastlack et al., 2019). Uma das atividades chave para alcançar a sustentabilidade do turismo é o desenvolvimento da comunidade local e ter em consideração os impactos económicos, ambientais e sociais futuros. Muitos estudos indicam o aumento do consumo de energia nas atividades de turismo com um impacto considerável sobre o meio ambiente (Dziuba, 2016). Assim, a promoção do desenvolvimento sustentável e a implementação destas atividades podem ser baseadas na utilização de recursos mais económicos. A maior parte dos Estados reconhece os portos comerciais de turismo náutico, ou mais popularmente, a indústria marítima, uma parte importante de qualquer economia europeia, independentemente de um país ter acesso ao mar ou não.

As atrações relacionadas com a água são uma característica dominante no turismo, estando presente para além do mar, também lagos, rios e canais. A atividade náutica é ainda um meio para conservar e valorizar o património natural, promover o progresso e a coesão social dos destinos turísticos. A prática do turismo náutico no Médio Tejo contribui para a formação de uma imagem positiva do destino, em que é valorizado o produto turístico na região.

No entanto, deve haver um equilíbrio entre os recursos endógenos e a sua apropriação, de forma a aumentar o valor do destino em termos de competitividade (Figura 5).

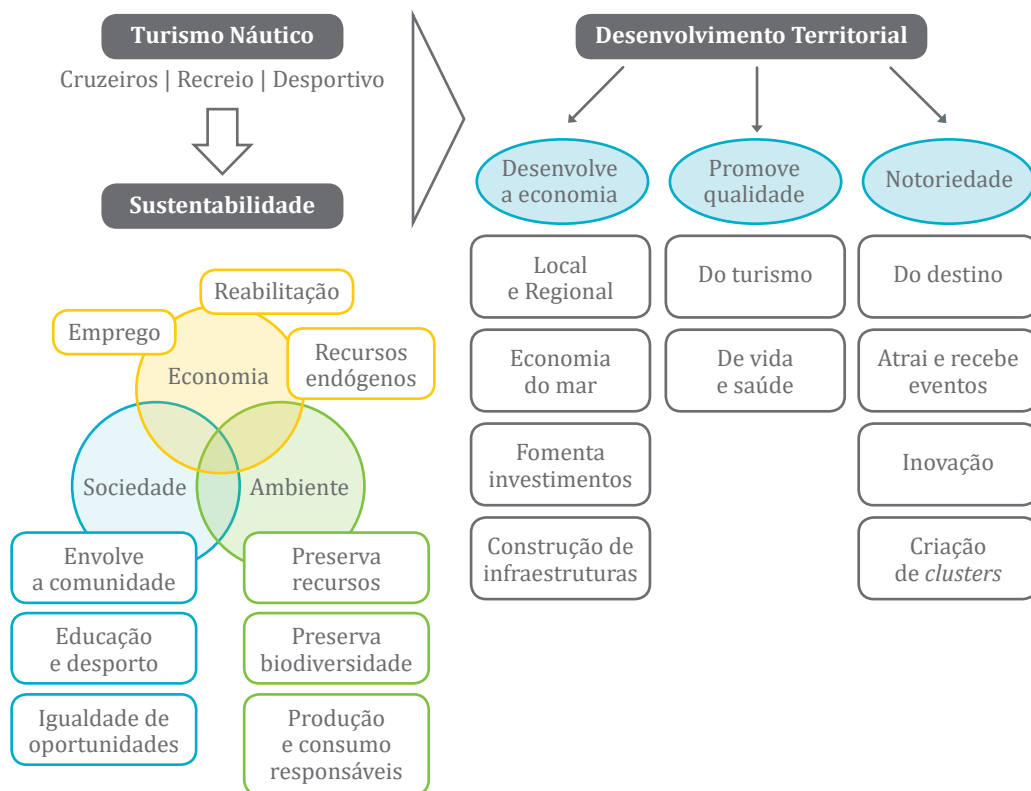


Figura 5. Relação entre turismo náutico, sustentabilidade e desenvolvimento territorial

Fonte: Severino, 2021

A prática de um turismo náutico sustentável conduz ao desenvolvimento do território. As três tipologias que o compõem, isto é, o turismo de cruzeiros, de recreio e desportivo, têm impactos no território. Como tal, devem adotar-se práticas sustentáveis de acordo com os três pilares da sustentabilidade: economia, sociedade e ambiente. O pilar económico, refere-se à procura de eficiência e prosperidade das atividades económicas, bem como a promoção de empregos dignos e gerar riqueza para os territórios. Isto verifica-se cada vez mais no turismo náutico em que são desenvolvidas atividades comerciais a partir dos recursos da região.

Os recursos naturais são aproveitados não só para a realização de atividades associadas ao setor náutico, mas também são cada vez mais visíveis através de um maior reaproveitamento de recursos materiais.

Verifica-se na reabilitação de áreas portuárias sem uso comercial e a sua apropriação, recuperação de armazéns e estaleiros para sediar clubes náuticos ou ainda reutilizar espaços de pesca e zonas ambientalmente degradadas (Guerreiro, 2016). São também criados postos de trabalho, que surgem como forma de combate ao desemprego e como incentivo à população para adquirir mais qualificações e competências. O pilar social integra um conjunto de ações que visam melhorar a qualidade de vida da população, bem como o respeito pelos direitos humanos, promoção da igualdade e equidade, inclusão social, erradicação da pobreza e preocupação pelas comunidades locais.

O turismo náutico representa um produto altamente dinâmico do espaço turístico costeiro com grande potencial para o desenvolvimento de destinos consolidados e pode servir destinos que não são atraentes para o desenvolvimento (Gonzalez, 2015). Com a competição crescente no mercado, torna-se necessário inovar, com recurso à tecnologia e práticas mais ecológicas. São também criados empregos, com o aparecimento de novas atividades comerciais de alojamento, restauração, serviços complementares e que, conseqüentemente, conduz à necessidade de melhorar e construir infraestruturas, dentro do contexto dos impactos do turismo náutico no território (Figura 6).



Figura 6. Impactos do turismo náutico no território
Fonte: elaboração própria. Adaptado de Morais, 2021

O fator da sustentabilidade tem um peso significativo no ato de escolha do destino a visitar e a prática de um turismo náutico sustentável contribuirá para que a procura pelo segmento do turismo náutico aumente. Consequentemente, o aumento da procura irá beneficiar o território, nomeadamente o reconhecimento a nível nacional e internacional, tornando este tipo de turismo diferenciado, de forma positiva, dos outros.

O turismo náutico representa uma grande parte da economia portuguesa e grande parte da economia mundial. Trata-se de um somatório de fenómenos e relações que surgem da interação dos turistas, empresas, governos e comunidades receptoras no processo de atração e receção de turistas e de visitantes. (Lago, 2014). As principais motivações do turista que procura o turismo náutico são o contacto com o recurso água.

A experiência de praticar o tipo de atividades náuticas que estão ao dispor do turista que consigam mantê-lo em contacto com a água por um período de tempo é o ponto principal da escolha, principalmente pela sensação que reflete no turista, o bem-estar que causa neste e o sentimento que origina (Duarte, 2017). O turismo náutico atua como ferramenta no desenvolvimento da economia, pois implica a construção de infraestruturas e a possibilidade de investimento na região.

Existe um aumento do número de turistas que tem interesse em visitar a região devido ao acréscimo de uma nova atração turística, e sendo uma prática que requer um gasto monetário elevado assume-se que o turista tem poder económico que leva a uma variação da economia local e consequentemente nacional (Macaronesia, 2015). O turismo náutico é um elemento que diferencia uma zona das demais localidades, melhora a oferta turística do local e, tem um papel preponderante na imagem do destino, destacando-se a importância de uma boa gestão e planeamento territorial, da segurança e do meio ambiente para a sua sustentabilidade. O turismo náutico e o desenvolvimento de um destino turístico, apresenta várias variáveis onde se inclui os recursos primários e complementares e, também os eventos (Figura 7).



Figura 7. Relação do turismo náutico desportivo num destino turístico

Fonte: Hipólito, 2021

O recurso primário necessário à prática de turismo náutico é a água, um recurso hídrico, que é imprescindível quando se pensa em turismo náutico. Os recursos complementares são um conjunto de serviços e atrativos turísticos que valorizam a região e são necessários para o desenvolvimento do turismo na região. Dentro dos recursos complementares estão inseridos os alojamentos, a restauração e os atrativos turísticos, elementos que complementam a prática do turismo náutico desportivo, mas essenciais para o desenvolvimento e promoção do destino turístico como marca de turismo náutico.

Os eventos são indispensáveis para a prática do turismo náutico, pois estes são umas das principais formas de alcançar um grande número de visitantes num período de tempo limitado. Com os eventos pretende-se alcançar o turista praticante e o turista espectador, que é um membro passivo do turismo náutico.

No paradigma atual da dinâmica turística, da própria gestão dos ativos do território, os novos desafios *sociais* suscitam instrumentos que sustentem a valorização territorial onde se inclui os recursos hídrico-fluviais, sendo que o turismo náutico através de algumas modalidades aquáticas, surge como um relevante produto dinamizador do território, em que o rio é crucial para a valorização da prática turística e para a gestão sustentável do território (Serigado, Lopes, Santos & Simões, 2021). A este respeito, a competitividade é necessária para o melhor aproveitamento e valorização do destino turístico. Pode concretizar-se através da implementação de projetos, incentivos e criação de atividades que não sejam praticadas noutros destinos. A prática do turismo sustentável pela prática de turismo náutico, poderá ser alcançada pela promoção de normas ambientais que visem a prevenção e preservação ambiental pois são locais onde predominam recursos hídricos e recursos florestais. Havendo, no entanto, a necessidade de preservar a qualidade das águas que é o recurso principal indispensável às práticas das atividades náuticas.

Considera-se o território o recurso que gera mais competitividade uma vez que é único da região onde se encontra. Gera valor pela inclusão de pessoas que são parte do território. A consciência de grupo de um destino turístico é o que valoriza o território, pois cada vez mais a comunidade de um destino turístico é parte integrante do turismo.

A comunicação baseada em parcerias e redes são também fundamentais para a promoção territorial. As parcerias contribuem para promover o destino turístico como marca de turismo náutico elaborando, por exemplo, um plano de marketing nesse sentido, para que exista uma associação automática do destino turístico com o turismo náutico.

As redes são também uma fonte de promoção e é um recurso necessário para a criação de eventos e para a comunicação entre agentes turísticos para que a promoção seja direcionada para a criação da marca do destino, como destino de turismo náutico.

Considerações Finais

O desenvolvimento estratégico do setor turístico, associado às atividades náuticas na região do Médio Tejo deriva de três setores estruturantes: a náutica de recreio/náutica desportiva, cruzeiros, fluviais e marítimos, e marinas e portos de recreio.

Neste sentido, o desenvolvimento do turismo náutico na região do Médio Tejo articula-se principalmente pelas dimensões económicas, sociais, culturais, institucionais e ambientais. Isto é, na área da revitalização do património histórico e cultural, a navegação com objetivos recreativos com base na existência de uma rede de infraestruturas de apoio, contribui para a revitalização do património histórico-cultural, visando a captação de novos segmentos da procura turística. Também a requalificação dos espaços na promoção de infraestruturas de apoio à náutica em articulação com os projetos de requalificação das frentes ribeirinhas, no sentido de criar sinergias capazes de favorecer os processos de revitalização urbana.

Igualmente, a sustentabilidade ambiental que está presente no processo de planeamento das infraestruturas de apoio à náutica, nas atividades de navegação, tendo como base uma conduta sustentável.

A gestão estratégica de desenvolvimento do turismo náutico centra-se no crescimento regional e pode fazer parte do crescimento visto de fora e dentro da região, as quais representam o desenvolvimento global. O turismo náutico é um segmento turístico que reúne toda as atividades recreativas nas costas e portos de destino.

Em Portugal, o turismo náutico tem um papel cada vez mais preponderante, são os jovens essencialmente que ocupam este segmento turístico, principalmente na prática de atividades como o remo, canoagem. É essencial, a criação de mecanismos para aumentar a procura deste segmento para novos destinos turísticos como na região do Médio Tejo. No mercado da náutica a competitividade encontra-se ligada aos destinos com recursos hídricos como é o caso da região do Médio Tejo, que possui uma maior apropriação dos recursos para a prática de desportos aquáticos e as instalações adequadas para a sua manutenção.

Os recursos hídrico-fluviais, culturais e naturais existentes no Médio Tejo são fundamentais para a atratividade turística, para o desenvolvimento e valorização do território.

Referências Bibliográficas

Agência Portuguesa do Ambiente (2014). Questões significativas da gestão da água (QSiGA). Região hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste (RH5). Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/viewer.html?pdfurl=https%3A%2F%2Fapambiente.pt%2Fsites%2Fdefault%2Ffiles%2F_Agua%2FDRH%2FParticipacaoPublica%2FPGRH%2F201. Acesso em: outubro de 2021.

CADC (2014). Comissão para a Aplicação e o Desenvolvimento da Convenção de Albufeira. Disponível em: <http://www.cadc-albufeira.eu/pt/cuencas-hidrograficas/cuenca-tajo/>. Acesso em: novembro de 2021.

Carrasco, S. (2001). La relevancia del turismo náutico en la oferta turística. Cuadernos de Turismo, (7), 67–80.

Duarte, I. N. (2017). As motivações do turista para a prática de Turismo Náutico na Região Centro de Portugal. Dissertação de mestrado, Instituto Superior de Tecnologia de Viseu, Viseu. Acesso em: setembro de 2021.

Dziuba, R. (2016). Sustainable Development of Tourism—EU Ecolabel Standards Illustrated Using the Example of Poland. Comp. Econ. Res. 12, 112–127.

Eastlack, E.; Faiss, E.; Sauter, R.; Klingenberg, S.; Witt, M.; Szymanski, S.; Lidqvist, A.; Olsson, P. (2019). Zero Emission Super-Yacht. In Proceedings of the Fourteenth International Conference on Ecological Vehicles and Renewable Energies, Monte-Carlo, Monaco, 8–10.

Ferreira, S. C. (2016). Marinas e Portos de Recreio. Da Gestão Ambiental à Sustentabilidade. Caso de Estudo da TROIA MARINA. Dissertação para obtenção do Grau de Mestre, IST Lisboa, Engenharia do Ambiente, Lisboa. Disponível em: https://fenix.tecnico.ulisboa.pt/downloadFile/281870113703454/Dissertacao%20MEAmbi_65488_VF_2.pdf. Acesso em: agosto de 2021.

Gonzalez, Y. E. L., Ledesma, J. L., & Gonzalez, C. J. L. (2015). European nautical tourists: Exploring destination image perceptions. *Tourism and Hospitality Management*, 21(1), 33–49.

Guerreiro, M. I. (2016). Caracterização das Infraestruturas para a Náutica de Recreio em Portugal. Disponível em: https://fenix.tecnico.ulisboa.pt/downloadFile/1970719973966306/Dissertacao%20de%20Mestrado_Maria%20Ines%20Guerreiro_63027.pdf. Acesso em: setembro de 2021.

Hipólito, N. (2021). Relatório I. Estágio. Lopes, E (coord.). Estágio. Gestão Turística e Cultural. Escola Superior de Gestão de Tomar. Instituto Politécnico de Tomar.

Lago, E. R. (2014). Património, Turismo e Desenvolvimento. Dissertação, Faculdade de Engenharia da Universidade da Beira Interior, Departamento de Engenharia Civil e Arquitetura. Acesso em: setembro de 2021.

Lopes, E.; Carvalho, F.; Simões, J. T. (2021). Nautical Tourism at Médio Tejo (Portugal): the wakeboard activity. *International Conference on Tourism Technology & Systems (ICOTTS'2021)*. 05 november 2021. Universidad de Cartagena. Cartagena de Indias, Colombia.

Serigado, I.; Lopes, E.; Santos, J.; Simões, J. (2021). Sustainability and new societal challenges for nautical tourism. *International Symposium of Tourism and Hospitality ((ISTH5)*. Escola Superior de Hotelaria e Turismo, Seia, Instituto Politécnico da Guarda.

Macaronesia, P. T. (2015). O que é o turismo náutico e que benefícios tem. Disponível em: <https://ptmac.webs.ull.es/pt-pt/blog/2015/07/29/o-que-e-o-turismo-nautico-e-que-beneficios-tem/>. Acesso em: outubro de 2021.

Morais, I. (2021). Relatório I. Estágio. Lopes, E (coord.). Estágio. Gestão Turística e Cultural. Escola Superior de Gestão de Tomar. Instituto Politécnico de Tomar.

Pereira, F. M. (2019). Sustentabilidade do Território da Área Metropolitana de Lisboa: Caso da Navegação Marítimo- Estuarina. Dissertação de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa, Gestão do Território. Disponível em: <https://run.unl.pt/handle/10362/65289>. Acesso em: setembro de 2021.

Rosa, S (2021). Relatório I. Estágio. Lopes, E (coord.). Estágio. Gestão Turística e Cultural. Escola Superior de Gestão de Tomar. Instituto Politécnico de Tomar.

Schiffman, G., & Kanuk, L. (2004). Consumer behavior (8th ed.). Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall.

Severino, C. (2021). Relatório I. Estágio. Lopes, E (coord.). Estágio. Gestão Turística e Cultural. Escola Superior de Gestão de Tomar. Instituto Politécnico de Tomar.

Zamith, J. (2012). Turismo náutico português em destaque na Rede Atlântica. Intercéltica - Associação cultural, desportiva e turística. Press release: ref.^a 8 de março.

O Património Arqueológico Subaquático: Sustentabilidade, Educação e Turismo

Alexandra Figueiredo

Instituto Politécnico de Tomar.

Departamento de Arqueologia, Conservação e Restauro e Património, Tomar, Portugal

Diretora do Laboratório de Arqueologia e Conservação do Património Subaquático

alexfiga@ipt.pt

RESUMO

O turismo pela sua atividade dinâmica e transdisciplinar tem-se transformado num importante multiplicador de valor económico em qualquer região. O seu desempenho na criação de recursos e de estratégias difusoras de conhecimento têm gerado competências de exploração comercial em diferentes modalidades, emergindo conceitos dessas relações. O Turismo Náutico, que aborda componentes que o podem associar ao Turismo Subaquático, como é o caso de visita a naufrágios, é um dessas modalidades.

A Arqueologia Subaquática debruça-se sobre o Homem em todas as suas valências e relações com o meio aquático, integrando o estudo dos vestígios arqueológicos registados em meio húmido ou encharcado e a compreensão dos comportamentos e práticas associadas, como é o caso da náutica. Atendendo ao meio em que opera possui um conjunto de metodologias próprias para o registo, exumação e conservação de bens, garantindo um efetivo rigor no tratamento da informação para a captação de todos os dados referentes ao Homem e o seu processamento analítico, podendo depois ser convertido em produtos de turismo.

Estes sítios arqueológicos são verdadeiros locais históricos privilegiados, que como cápsulas do tempo, prendem momentos vividos que podem ser facilmente observados. No caso dos naufrágios, pelo momento brusco que terá resultado no afundamento, assumem a quase totalidade do ambiente vivenciado a bordo nos últimos minutos, sendo absolutamente importante a sua análise rigorosa em contexto. Contudo, pela sua invisibilidade à superfície, são sujeitos, a saques, sem ainda terem sido estudados e na maioria das vezes referenciados.

As diferentes situações mencionadas assumem um papel crucial quando se pretende viabilizar componentes culturais subaquáticas no Turismo.

Neste artigo abordaremos a importância da Educação Patrimonial como ferramenta de gestão sustentável para esta área, considerando as suas relações ao Turismo Náutico e Subaquático, registaremos alguns problemas existentes no âmbito da preservação do património subaquático e mencionaremos algumas boas práticas a realizar e discutir perante a exploração turística de sítios arqueológicos.

PALAVRAS-CHAVE

Arqueologia subaquática, educação patrimonial, ecoturismo, turismo subaquático, preservação *in situ*, boas práticas, património cultural

The Underwater Archeological Heritage: Sustainability, Education and Tourism

ABSTRACT

Tourism, due to its dynamic and transdisciplinary activity, has become an important multiplier of economic value in any region. Its performance in the creation of resources and knowledge diffusion strategies have generated commercial exploration skills in different modalities, emerging concepts of these relationships. Nautical Tourism, which covers components that can be associated with Underwater Tourism, such as visiting shipwrecks, is one of these modalities.

Underwater Archaeology focuses on Man in all its valences and relationships with the aquatic environment, integrating the study of archaeological remains recorded in damp or wet environments and the understanding of associated behaviours and practices, as is the case of nautical. Given the environment in which it operates, it has its own set of methodologies for the registration, exhumation, and conservation of assets, guaranteeing an effective rigor in the treatment of information for the capture of all data referring to Man and its analytical processing, which can then be converted in tourism products.

These archaeological sites are true privileged historical sites, which, like time capsules, hold lived moments that can be easily observed. In the case of shipwrecks, due to the sudden moment that would have resulted in the sinking, they assume almost the entire environment experienced on board in the last few minutes, and their rigorous analysis in context is important. However, due to their invisibility on the surface, they are subject to looting, without having yet been studied and most of the time referenced.

The different situations mentioned assume a crucial role when trying to enable underwater cultural components in Tourism.

In this article, we will address the importance of Heritage Education as a sustainable management tool for this area, considering its relationship to Nautical and Underwater Tourism, we will record some existing problems in the context of the preservation of underwater heritage and we will mention some good practices to be carried out and discussed before the exploration. tourism of archaeological sites.

KEYWORDS

Underwater archaeology, heritage education, ecotourism, underwater tourism, in situ preservation, good practices, cultural heritage.

Educar como Ponte entre o Ecoturismo Subaquático e a Arqueologia

Trabalhar o mar é trabalhar um ambiente de que pouco se sabe. Não é sem sentido a frase que vai replicando em vários folhetos de marketing que refere que se “conhece melhor a lua que o fundo do mar”. Na verdade, para além da extensão desconhecida, é um meio que, mesmo com os equipamentos atuais, estamos sujeitos às diferentes pressões e à necessidade de respirar, reduzindo o nosso tempo de contacto.

A curiosidade e beleza de um ambiente tão próprio fez despoletar o turismo subaquático e ele continua em crescente expansão mundial. No entanto, pelos fatores associados à proteção do património cultural, é mais direcionado para *spots* de mergulho associados ao património ambiental ou sítios de naufrágio relativamente recentes. A convenção da UNESCO, em 2001, ratificada por Portugal (**Aviso n.º 6/2012, de 26 de Março, aprovada pela Resolução da Assembleia da República n.º 51/2006 e ratificada pelo Decreto do Presidente da República n.º 65/2006, ambos de 18 de Julho**), assumiu uma discussão profunda sobre diferentes aspetos, entre eles, o problema de garantir uma maior proteção aos sítios arqueológicos e permitir a exploração de alguns pontos de naufrágios tão procurados por estes turistas. Assim, considerou-se que os sítios com mais de 100 anos, mais pertinente em termos de estudo, deveriam ser considerados mais preocupantes, podendo haver uma legislação de proteção mais precisa, permitindo que os naufrágios com menos de 100 anos pudessem ser considerados também para outros fins, como de entretenimento e mergulho recreativo. Isto porque o desenvolvimento tecnológico dos equipamentos e do interesse deste tipo de turismo, associado à falta de uma educação de cidadania para a preservação dos sítios submersos começou a ameaçar seriamente a salvaguarda destes bens. O ritmo que a modernização tecnológica tem alcançado não está a ser acompanhado “*pelo crescimento sustentável e consciente da necessidade da preservação do meio em que interage*” (Figueiredo, 2020). O documento que foi produzido pela UNESCO nesta altura é, ainda atualmente, o “*principal instrumento [...] para aumentar a proteção jurídica e operacional do património cultural subaquático*” (Unesco s/d).

Contudo, coube e cabe a cada governo criar a sua legislação de proteção, retificando ou não as convenções e tentando, conforme as diferentes realidades, assumir perante a sociedade as melhores opções estratégicas e diretrizes para o registo e valorização do passado e da sua identidade.

A Arqueologia quando aborda o mar, os recursos hídricos ou as zonas húmidas, quer pelos sítios arqueológicos que são descobertos ou pelas relações intrínsecas humanas, tem necessariamente de recorrer a especializações científicas e técnicas para os poder estudar e naturalmente, neste caso em concreto, atendendo ao meio em que muitos se encontram, de operar em ambientes que não são naturais ao investigador. As formas de aproximação mais direta pressupõem metodologias científicas muito precisas, planeamentos exigentes, equipas de investigação bem treinadas e operações coordenadas ao milímetro, para garantir o máximo de segurança dos membros da equipa e o sucesso de todo o processo. Os resultados são tratados para depois serem convertidos em produtos disponíveis ao público, quer pelo meio da musealização, quer de informações que vão garantir a compreensão da nossa história e identidade. Muitos deles, pelo ambiente em que se encontram, dificuldade da sua preservação à superfície e insustentabilidade económica, pela necessidade constante de tratamentos de manutenção começaram a ser considerados que deveriam ser estudados e conservados *in situ*. Tal prerrogativa tem sido defendida por vários autores, devido à falta de resposta às problemáticas do armazenamento e de confiança nos tratamentos de conservação atuais (Pomey, 1998; Bergstrand, 2001; Bugani, et al., 2008; Lillie & Smith, 2009; Palma, et al., 2011, Monteiro, 2015).

A convenção da UNESCO 2001 também assume, pelo mesmo motivo, que “*a proteção do património cultural, por meio da preservação in situ deva ser considerada como primeira opção*” (Frigerio, 2010). Entre vários casos que poderíamos relatar que são reflexo desta insustentabilidade são notórios: o túmulo Viking de Oseberg (exposto à superfície, no Museu de História Cultural da Noruega), “*onde decorre um enorme projeto de investigação na tentativa de evitar a perda deste tesouro histórico [...] até ao momento sem solução*” (Monteiro, 2015, ppp. 7) ou o caso do navio de guerra sueco Vasa, de 1628, que está exposto em Estocolmo, no Museu Vasa, que carece de preservação constante, comportando custos avultados na sua manutenção, apresentando um gigantesco desafio aos conservadores, devido à continua degradação das madeiras (*idem*, 2015, pp.8).

O gosto crescente pelo ecoturismo, onde se integram as atividades de mergulho, faz com que se possa juntar perfis de amantes do turismo exótico e de aventura e os apaixonados pela história e cultura, emergindo uma procura pelos sítios de naufrágio ou zonas submersas habitadas na antiguidade, transformando estes *spots*, designação pela qual os pontos de interesse de mergulho são conhecidos, em museus com características muito particulares. Trata-se de um turismo participativo,

onde a principal característica “*é enfatizar o conteúdo, ou seja, o interesse principal da viagem é a informação, a compreensão e a experiência*” (Furtado, 2000, pp.66 citado por De Lavar, 2019, pp.800), e que normalmente depende da atividade e envolvimento físico do turista.

Estes sítios, para serem acedidos, na quase totalidade das vezes requerem embarcações, interrelacionando-se, em algumas situações com o turismo náutico. Por todo o mundo observamos pacotes trilhados para o turismo subaquático, que passa pelos típicos *liveaboard*. A título de exemplo para o ano de 2021, o site **www.liveaboard.com** apresentava 30243 destinos, entre eles em países como a Indonésia, Antártida, Ártico, Austrália, Bahamas, Maldivas ou Egipto, estando este último no top do número de ofertas e possibilidades que oferece, integrando inúmeros naufrágios a visitar.

Mesmo quem procura o Turismo Náutico para passeio, pelo seu perfil pretende auferir de atividades desportivas e lúdicas de exploração de experiências diferenciadas do quotidiano, selecionando para esse fim possibilidades como o batismo de mergulho ou até a realização de cursos de mergulho autónomo. Como ambos são atividades que envolvem práticas desportivas, estão regulamentadas por entidades associadas a este tipo de eventos, que operam, fazendo a ligação pelos centros náuticos e de mergulho recreativo, não havendo ainda, salvo algumas raras exceções, uma política educativa de abordar temas que foquem assuntos do foro de património cultural ou o que fazer perante a descoberta de vestígios arqueológicos, que pode ocorrer ao mergulhar em águas livres.

Atendendo à dimensão da área de atuação do turismo náutico e subaquático, as autoridades que cobrem e fiscalizam este espaço não conseguem garantir a boa salvaguarda dos achados.

A simples extração indiscriminada de materiais e remeximentos nos sítios arqueológicos são crimes, punidos pela lei portuguesa (**Decreto-Lei nº 164/97 de 27 de Junho e Decreto-lei nº 164/2014, de 4 de novembro**) e verdadeiros atentados ao património pela destruição do contexto de registo em que eles aparecem. Somente arqueólogos especializados devem coordenar e desenvolver estes trabalhos para garantir um registo fidedigno de todos os dados que podem ser recuperados e uma exumação correta dos destroços ou materiais. Para uma melhor compreensão possível dos danos, para além dos principais que se centram na descontextualização das informações e perda das relações com o sítio arqueológico, o facto dos materiais estarem conservados num ambiente aquático e serem expostos a outro (retirados

da água) pode levar à sua completa deformação e destruição total em poucos dias (Monteiro, 2005).

Sabemos que o turismo é o veículo ideal para promover e proteger os valores patrimoniais de uma região ou país (não só no país como também a nível externo) e pode ter um papel fundamental na consciencialização da população, até porque da defesa e promoção do património depende a sua sobrevivência e crescimento. Bem como temos consciência que a exploração turística desta atividade permite efetivamente o aumento das receitas das empresas de uma dada região e consequentemente um desenvolvimento sustentado que poderá também contribuir para o estudo de novos sítios e achados, que, na sua valorização, cumpram os requisitos de poderem ser musealizados e integrados novamente no turismo, seja ele associado ao meio terrestre, com exposições em edifícios preparados para o efeito, ou subaquático, no próprio meio onde foram encontrados. Esta, na verdade, seria a situação ideal, mas tal realidade só poderá ocorrer com uma comunidade consciente da importância do património, sendo cada indivíduo, um agente ativo na sua salvaguarda e preservação (Figueiredo & Berezowsk, 2017, pp.75; Figueiredo 2020, pp.7; Lopes et al. 2020). Desta forma, qualquer gestão terá de equacionar as melhores estratégias para garantir uma boa formação cívica social. Só assim poderá ser considerada sustentável, pois carece da valorização correta que devemos dar ao nosso passado e o que fazer com ele, para que possa estar presente no nosso futuro.

Consciencializar para Proteger

Temos vindo a referir que *“as técnicas de educação e sensibilização patrimonial apresentam-se como ferramentas cruciais para a divulgação e reconhecimento por parte da população dos trabalhos desenvolvidos e da importância da preservação dos vestígios culturais, nomeadamente os arqueológicos. Estas desempenham um papel social fundamental, mediando e estimulando o conhecimento sobre a história e o património cultural.”* (Lopes et al. 2020, pp. 328). Para sensibilizar uma comunidade é necessário que a mesma integre os sistemas de captação e se torne ativa neste processo. *“A educação patrimonial serve, assim, como um instrumento que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória história-tempo em que está inserido, reconhecendo o seu passado e tudo o que lhe está inerente como seu, ligando-o emotivamente a estes espaços de vida, habitando-os também socialmente. Este processo leva ao reforço da*

autoestima dos indivíduos e comunidades em que se integram, pelo reconhecimento e ligação a um determinado território, que vai para além de uma ligação essencialmente materialista, permitindo a valorização da cultura compreendida e tornando-se, cada um, como agentes dinamizadores desses mesmos conceitos e de uma nova realidade mais sensível para a salvaguarda do património e sua valorização.” (Figueiredo e Berezowsk, 2017, pp.72).

Sabemos que o motor se traduz no conhecimento que a sociedade possui, somente conhecendo poderá valorizar, mas que para conhecer é necessário haver a estrutura capaz de criar a receptividade de toda a ação. Isto quer dizer que o patamar de consciencialização não ocorre independentemente da sensibilização e esta não pode funcionar sem existir o produto que vai ser a energia geradora e permitir esse reconhecimento. Desta forma, todo o trabalho de arqueologia não se pode desvincular do agente que o vai receber, pois a forma como este último o recebe e o traduz está dependente, em parte, desta operação, concedendo ou não um bom retorno dos conceitos de salvaguarda e valorização. Estes serão, por sua vez, os que irão garantir uma atenção melhorada ao património cultural e à abertura de novas oportunidades de conhecimento científico. Logo, temos defendido que a Educação Patrimonial é um elemento fundamental para a preservação e gestão sustentável do património cultural (Figueiredo 2020, pp. 11), e que saber as boas práticas para poder respeitar o meio, o ambiente e o passado é uma obrigação geral de todos os cidadãos.

É já bem conhecida a expressão de que o Património é de todos, todos o devemos proteger, mas na inversão da frase poderá estar o caminho certo, pois o património só é nosso se chegar a nós e para isso devemos tomar a iniciativa de exigir a sua salvaguarda.

O funcionamento deste processo é cíclico, com braços de ação que chegam a muitos pontos de relação com a comunidade, como é o caso do turismo. Este pode servir de ponte, mas não o deve ser somente num sentido, de ciência para público, como normalmente ocorre. As estratégias de implementação de projetos, eventos ou pacotes devem trabalhar de forma assertiva, resiliente e efetiva na formação cívica e contextual das ofertas existentes, servindo de alavanca para uma Educação Patrimonial da comunidade. No decorrer do tempo e a um ritmo cada vez mais acelerado iremos verificar uma maior sensibilização, valorização patrimonial, exploração turística sustentável e conjectura comercial condigna, bem como um crescer de sítios intervencionados e estudos realizados que serão produto a trabalhar e a incluir

nos destinos turísticos, quer pelas empresas diretas de turismo, quer pelos centros náuticos e subaquáticos, de exploração mais desportiva.

São vários os trabalhos que têm apresentado que as utilizações de ações de contacto formativo arqueológico com as comunidades têm revelado dinâmicas participativas da população (Horta, et al. 1999; Soares, 2003; Machado, 2004; Fratini, 2009; Figueiredo & Berezowsk, 2017; Lopes et al. 2020). As atividades didáticas podem ocorrer em contextos formais (Telmo, 2005; Conde & Magalhães, 2008; Papafina, 2011) ou informais, que podem ir desde o ensino escolar a pequenos briefings anteriores ao desenvolvimento de batismos de mergulho, que ocorrem no âmbito do turismo náutico ou subaquático. Existe uma panóplia de possibilidades de atividades que podem contribuir para esta literacia do mar, alguns desenvolvidos pelo próprio governo, como é o projeto Escola Azul¹, e das melhores formas de o interperlar, aumentando significativamente as formas possíveis para criar uma verdadeira gestão sustentável, quer patrimonial, quer turística.

Este discurso sobre o que fazer, como se relacionar, como melhor valorizar o património e o porquê, são as sementes, que depositadas em cada ação, poderão germinar numa participação da comunidade, criando as raízes necessárias para saber exigir um maior reconhecimento do nosso passado e valorização. Esta realidade acaba por estar ligada à identidade, que é traduzida pela pertença de um indivíduo a uma comunidade e logo ao património que ela possui, fortalecendo os laços entre o passado, o presente e o futuro (Peliano & Figueiredo, 2020). *“Os sítios arqueológicos são esses lugares de memória que permitem à comunidade reencontrar-se com o seu passado e redefinir a sua posição no mundo”* (Figueiredo, 2020, pp. 11). Nesta relação turística com estes locais constitui-se *“uma forma impar de percorrer o tempo de vivência dessa comunidade e de compreender as suas continuidades e descontinuidades, diferenciando estas em relação a outras comunidades e criando vínculos de pertença dos indivíduos com os seus ancestrais e com a sua história”* (idem, 2020, pp.11). Esta é a relação que determina a diferenciação e a atratividade dos diferentes locais turísticos culturais, sejam eles terrestres ou subaquáticos, e nos conecta com o mundo.

¹ <https://escolaazul.pt>

Condições para um Futuro Sustentável e Boas Práticas em Turismo Subaquático Arqueológico

Portugal possui uma extensa costa, palco de muitas investidas e mobilidade ao longo da história e a Direção Geral do Património Cultural dá conta de 1790 sítios arqueológicos subaquáticos, inscritos no portal do arqueólogo. Ao longo da costa existem diversos locais com pontos de mergulho recreativo, nomeadamente em naufrágios, e são vários os centros que desenvolvem pacotes turísticos ou desportivos para visita a lugares emblemáticos quer a nível ambiental ou cultural. Se nos debruçarmos nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Assembleia das Nações Unidas, que ao todo se centra num conjunto de 17 metas, se verifica que o turismo subaquático se pode facilmente associar à conservação do meio natural e a importância das parcerias para o seu desenvolvimento na criação de valor económico e social nas comunidades.

Uma gestão turística sustentável dos locais arqueológicos subaquáticos passa necessariamente por uma rede colaborativa entre instituições, e pela compreensão das boas práticas de proteção que devem ser desenvolvidas aquando da visita a sítios abertos ao turista ou aquando, num mergulho recreativo, se descobre um novo possível local. Para ser uma atividade turística de sucesso, é fundamental possuir estratégias que minimizem os impactos negativos no espaço onde a prática turística ocorre (De Lavor et al., 2019, pp.799). Como consumidor dos recursos culturais e naturais, que é a base para o desenvolvimento da atividade turística, é conveniente que o motor onde se estrutura esteja assente num processo sustentável, pois é este que *“corrobora com a manutenção ecológica, minimiza as divergências sociais e também, prioriza a qualidade de vida e o futuro das próximas gerações”* (idem, 2019, pp. 800). Neste sentido, este turismo requer uma responsabilidade acrescida, pois é importante o cuidado com a salvaguarda do património cultural e a dinâmica natural desses ambientes.

De seguida falaremos resumidamente desta problemática, dando alguns conselhos que nos parecem pertinentes a implementar por todos os postos turísticos ou por aqueles que possuem contacto direto com naufrágios ou *spots* patrimoniais culturais, de forma a garantir uma menor degradação e impacto nos sítios. É perante esta análise que se sugere a realização de uma importante ação de educação patrimonial nos grupos que frequentam e visitam estes locais.

Antes demais, convém assinalar que seria conveniente que qualquer entidade pública ou privada na criação dos pacotes turísticos que envolvam *spots* arqueológicos ou históricos, para além das devidas autorizações, desenvolvesse um estudo de impacte ambiental, envolvendo diferentes parceiros que possam auxiliar gradativamente no acompanhamento desses locais ao longo do tempo e assim garantir a preservação e salvaguarda do património cultural. Pois o facto de termos, em território português, pela legislação aplicada, sítios abertos ao turismo com menos de 100 anos, que no ano seguinte, por já entrarem nesse período, passam a sítios arqueológicos protegidos, não nos iliba, enquanto esse período não ocorrer, que como cidadãos, exijamos a sua referida proteção e salvaguarda. Também, por seu turno, no estudo de alguns locais com uma datação superior ao considerada livre (menos de 100 anos), nada impede, que possa também ser apresentado um plano de viabilização, que ao ser avaliado pela entidade de tutela possa ser aprovado e disponível turisticamente para ser um produto a oferecer. É importante deixar claro, que quer tenha mais ou menos de 100 anos, isto não é limitativo do seu conceito. Em qualquer situação é Património Cultural.

Também, no processo de abertura ao público de qualquer local a visitar deverá ser considerado um código de conduta ou comportamento padrão a adotar durante a atividade. Sempre que se observar vestígios ainda não conhecidos, que se encontraram por acaso durante um mergulho recreativo, a boa prática será sempre tirar fotografias, fixar o posicionamento e alertar o Centro Nacional de Arqueologia Subaquática, da Direção Geral do Património Subaquático. Em qualquer caso, mesmo num naufrágio recente, o pressuposto será nunca atuar intrusivamente, isto é, nunca mexer ou tocar em nada, nem nos sedimentos. Para isso carece, logo à partida, de boas competências no uso dos equipamentos de mergulho, para que durante a prática haja sempre uma boa fluutuabilidade. Esta situação não está salvaguardada, uma vez que a legislação está presa somente na profundidade, permitindo que recém-formados com o primeiro nível, possam realizar mergulhos num naufrágio, que esteja a pouca profundidade. Existindo diversos na nossa costa.

A agravar esta situação, esta prática turística, pelo ambiente que encerra, não possibilita um controlo eficaz por parte do monitor ou *divemaster*, pois basta uma má visibilidade provocada pela suspensão do fundo marinho para inviabilizar o controlo do grupo. Na maior parte das vezes, sobretudo em território português continental, a visibilidade não ultrapassa os 5 metros, sendo que os mergulhos são quase sempre de controlo das duplas, pela proximidade que as mesmas devem manter para efeitos

de segurança, exigida pela legislação da prática de mergulho recreativo. Para além desta falta de controlo, também existem outras possibilidades de proteger o local, como, por exemplo, acontece com uma simples vitrine num museu terrestre. Por isso a forma de como agir deve ser transmitida com o máximo rigor ao visitante e repetida a cada mergulho. O desconhecimento de como proceder é um fator que limita a boa acessibilidade e a abertura de mais possibilidades turísticas de *spots* arqueológicos. Encontrando a estratégia para colmatar este problema será um passo dado na sustentabilidade dos sítios e na sua salvaguarda.

As autorizações pela entidade de tutela têm em conta esta situação, pois é um fator fundamental na preservação dos locais. Logo, interligado é premente uma análise ao sítio, a respetiva aprovação e a formação de técnicos especializados em cada empresa/organismo interessada em efetuar visitas a estes locais, sem o qual esse acesso fica interdito. Nesta questão poderia ser emitida uma licença – acreditação, para aceder a um ou outro *spot*, que a comunidade científica considere relevante nesta relação de estudo de prós e contras, ficando os organismos que exploram turisticamente o local responsáveis, inclusive por alertar as equipas de acompanhamento arqueológico que estudam o local, para o facto de observarem qualquer alteração, como por exemplo no processo natural de sedimentação. Nessas visitas poderia até ser cobrado um valor para ser vertido na manutenção e pesquisa continuada do local, podendo haver uma rede de colaboração entre entidade de tutela, laboratórios de arqueologia subaquática e centros de investigação.

Na formação a dar devem constar informações como: características, cronologia, história de uso ou história do naufrágio que poderão ser transmitidos ao visitante, para enriquecer o seu conhecimento sobre o local, bem como técnicas de vigilância para reconhecimento de potenciais perigos de segurança, atentados ao património ou danificações próprias naturais (violações, desmoronamento, processos pós-deposicionais, conservação, etc.), levantando-se os devidos autos, no caso de ocorrências de crime ao património. Estas formações direcionadas ao instrutor e técnicos auxiliares teriam no seu conteúdo conhecimentos expressos das boas práticas. Estes deveriam fazer passar aos seus alunos de mergulho autónomo desde o primeiro nível de formação, capacitando-os de uma maior sensibilidade e consciência para a defesa e valorização do património, garantia que deveria ser exigida nos cursos de mergulho a operar em qualquer território.

Ao atingir um determinado patamar de formação de competência, sobretudo no conhecimento de boas práticas e fluabilidade, poderiam então integrar equipas

para visitar estes espaços. Por exemplo, somente em creditações que permitem ir aos 30 metros de profundidade, não querendo falar das empresas internacionais que creditam os cursos de formação, se poderia considerar capaz da operacionalização dos equipamentos de mergulho, sendo que seria no primeiro e segundo nível que se acrescentariam, pela legislação de cada nação, uma parte de conteúdos que deveriam ser lecionada em parceria com instituições de ensino, que possuem competências na formação de arqueologia e educação patrimonial.

De uma forma indireta também se poderia encontrar soluções alternativas, nomeadamente de visita à distância, sem uso de equipamentos de mergulho, para uma abertura a um público mais vasto. Claro que aqui está centrado uma maior implicação de investimento económico, mas que poderia ser viável em determinadas situações.

Estes pontos apresentados são algumas ideias que têm sido já aplicadas e exploradas até noutros sentidos, expandindo-se à componente artística, e que fazem destes spots locais de excelência procurados por turistas de todo o mundo. A título de exemplo veja-se o parque de esculturas subaquáticas Moliner (Granada, Bahamas), o Museu Subaquático de Arte (Cancun, México) ou, mais próximo de nós o Museu Atlântico (Espanha), localizado na baía de Las Coloradas; mais associado a património cultural temos, entre outras possibilidades, a Cidade Perdida de Cleópatra, Heracleion (Alexandria, Egito), ainda não considerado oficialmente como Museu, mas visitável; o Museu Subaquático de Cape Tarhankut (Crimeia, Rússia); o Sítio arqueológico com cerca de 2000 anos, de Shicheng (Zhejiang, China); o Museu Subaquático de Cesárea (Israel), que apresenta um antigo porto romano ou o Parque Arqueológico Subaquático da Baía de Angra (Açores, Portugal). Este último caso registando mais de 40 ânforas visíveis, o cemitério de âncoras e vários navios, como o Lidador, que naufragou a caminho do Brasil, em 1878.

Por todo o mundo existem inúmeros naufrágios, alguns associados às guerras mundiais, que são pequenas preciosidades visitáveis, destaco o sítio do navio britânico SS Thistlegorm, afundado em 1941 (Mar Vermelho, Egito), que pode ser explorado na internet² em realidade 360º e visitado em vários liveboards. Em território português para além da existência de diferentes navios com menos de 100 anos que pode fazer parte do pacote de visita do turista, existem áreas com alguma concentração e um riquíssimo património ambiental, como a zona das Berlengas e Farilhões, Sesimbra ou Algarve.

² <http://thethistlegormproject.com/thistlegorm-2017/index.html>

A potencialidade do património subaquático, enquanto produto turístico, está longe de estar esgotado e estará intimamente ligado à evolução tecnológica dos equipamentos de mergulho e ao interesse dos operadores turísticos no investimento no turismo subaquático e na salvaguarda do património. O desenvolvimento de submarinos turísticos permitiria libertar, por exemplo, os visitantes da necessidade de possuírem conhecimentos e licenças de mergulho, aumentando significativamente o público alvo, a segurança e o controlo das próprias incursões turísticas, bem como visitar locais ainda mais profundos que possuem, não só, melhores condições de visibilidade, como melhor preservação dos sítios arqueológicos. Esta possível linha evolutiva do turismo subaquático, traria impactos muito relevantes na exploração de um património, até hoje, praticamente intocado, como serviria de enorme alavanca à capacidade arqueológica para conhecer, estudar e proteger estes locais.

Neste momento, cabe à arqueologia e aos governos, proporcionarem condições para se desenvolver um levantamento exaustivo do património subaquático existente nas águas nacionais, envolvendo os operadores turísticos, numa estratégia de médio/ longo prazo que servirá de matéria-prima ao turismo, numa enorme fonte de riqueza histórica, patrimonial e económica para o país.

Referências Bibliográficas

Bergstrand, T. (2001). In Situ Preservation and Re-Burial. In: *Proceedings of the 8th ICOM Group on Wet Organic Archaeological Materials Conference*. Stockholm: Per Hoffmann; James A. Spriggs; Tara Grant; Clifford Cook; Andrea Recht, 155-166.

Bugani, S. et al. (2008). Evaluation of Treatments for Archaeological Waterlogged Wooden Artifacts. In: *9th International Conference on NDT of Art*. Jerusalem Israel: NDT.

Conde, A. F.; Magalhães, O. (2008). Abordagem educativa de um monumento: O Aqueduto de Évora, in *Actas del Seminario Internacional El Patrimonio Cultural: Tradiciones, Educación y Turismo*, Extremadura – Portugal: Cáceres, Universidad de Extremadura/Consejería Provincial de Cáceres

De Lavor, L.; Souza, A.; Lima, V. (2019). Navios Naufragados na Costa Paraibana: Uma potencialidade para o desenvolvimento do Turismo Subaquático na Paraíba. *Terra – Políticas Públicas e cidadania/ Giovanni Seabra (organizador)*. Ituiutaba: Barlavento, 2019. Ppp.1737. ISBN:978-85-68066-81-2

Figueiredo, A. (2020) – *Estórias com História do Mundo Subaquático*. Ed. Figueiredo, A. Laboratório de Arqueologia e Conservação do Património Subaquático, Instituto Politécnico de

Tomar, ISBN 9789898840448, Tomar ppp.37. https://politecnicotomar-my.sharepoint.com/personal/alexfiga_ipt_pt/_layouts/15/onedrive.aspx?id=%2Fpersonal%2Falexfiga%5Fipt%5Fpt%2FDocuments%2Fe%2Dbook%2Destorias%2Dcom%2Dhistoria%2Epdf&parent=%2Fpersonal%2Falexfiga%5Fipt%5Fpt%2FDocuments&originalPath=aHR0cHM6Ly9wb2xpZGVjbmljb3RvbWFyLW15LnNoYXJlcG9pbmQuY29tLzpiOi9nL3BlcnNvbWFsL2FsZXhmaWdhX2lwdF9wdC9FUW1mSkJmMVYyTk1qX1hBUGVNhXh4SUJrUk1DdTZwclFfY2pSM1RiU1EzX1hnP3J0aW1lPU52amFrV1p2MkVn

Figueiredo, A.; Berezowski, W. (2017). A Educação Patrimonial como via para uma comunidade arqueologicamente mais consciente: O caso do complexo megalítico de Rego da Murta - Portugal. In *Revista TEMPORIS[ação]. Dossiê Prática Arqueológica e Educação Patrimonial*, Vol 17. ISSN 2317-5516. Brasil, 65-87. <http://www.revista.ueg.br/index.php/temporisacao/article/view/5842/4661>

Figueiredo, A.; Monteiro, C.; Silveira, A.; Lopes, R. (2020). Análise do conhecimento histórico-arqueológico da população juvenil no concelho das Caldas da Rainha, CPGP, in *Boletim do Centro Português de Geo-História e Pré-História*, Série III, Vol. 2, nº 2. <https://www.cpgpp.pt/boletim.php>

Fratini, R. (2009). *Educação Patrimonial em Arquivos*. Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo, São Paulo, n. 34.

Frigerio, A. (2010). Léntrata in vigore in Italia della Convenzione UNESCO 2001 sulla protezione del património culturale subacqueo. Aedon: *Rivista di arti e diritto* on line, n.2.

Horta, M. L. PP.; Grunberg, E.; Monteiro, A. Q. (1999). *Guia Básico de Educação Patrimonial*. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial.

Lopes, R.; Figueiredo, A.; Monteiro, C.; Silveira, A.; Simões, S. (2020). A importância da Educação Patrimonial para a salvaguarda e reconhecimento do património local, in *atas do Congresso de História e Património da Alta Estremadura e Terras de Sicó*, Alvaiázere, 21 e 22 de setembro de 2019, Leiria: 61

Machado, M. B. PP. (2004). *Educação Patrimonial: orientação para professores do ensino fundamental e médio*. Caxias do Sul: Maneco.

Monteiro, C. (2015). *Secagem de Madeiras Arqueológicas: Análise dos comportamentos físicos e aplicação do modelo de secagem binário*. Tese de doutoramento, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real

Pais, J. M. (1999). *Consciência Histórica e Identidade: os Jovens Portugueses num Contexto Europeu*. Secretaria de Estado da Juventude. Oeiras: Celta Editora Lda.

Palma, PP.; Capretti, C.; Macchioni, N. & Pizzo, B. (2011). The Swash Channel Wreck in Situ Protection and Preservation. In: *Proceedings in Shipwrecks*. Stockholm: Vasa Museet, 50-57.

Papafina, L. (2011). *O conceito de Património em alunos de 1º ciclo do ensino básico*. Mestrado em Ciências da Educação Administração e Gestão Educacional. Universidade de Évora, Escola Ciências Sociais, pp. 82.

Peliano, S.; Figueiredo, A. (2020). Deambulando sobre o mecanismo gerador de identidade: o nosso pensamento e o património sustentado, CPGP, in *Boletim do Centro Português de Geo-História e Pré-História*, Série III, Vol. 2, nº 2.

Pomey, PP., (1998). Remarques Sur la Conservation “In Situ” du Bois de Quelques Epaves Antiques de Méditerranée. In: *Proceedings of the 7th ICOM-CC Working Group on Wet Organic Archaeological Material Conference*. Grenoble: ARC-Nucléart; CEA/Grenoble, 53-57.

Pureza, J. M. (1998). *O Património comum da Humanidade: Rumo a um direito internacional da solidariedade?* Edições Afrontamento. Centro de Estudos Sociais. Porto. Tese de Doutoramento.

Soares, A. L. R. (2003) *Educação Patrimonial: relatos e experiências*. Santa Maria: Ed. da UFSM, Soares, A (org).

Telmo, I. C. (2005). *O património e a escola. Do passado ao futuro*. Texto editora.

Unesco (s/d). Património Cultural Subaquático em Portugal, Comissão Nacional da Unesco. <https://unescoportugal.mne.gov.pt/pt/temas/proteger-o-nosso-patrimonio-e-promover-a-criatividade/patrimonio-cultural-subaquatico-em-portugal>, consultado em 11 de novembro de 2021.

Canyoning: uma Atividade Emergente de Turismo de Natureza com Grande Potencial nos Açores

Andrea Zita Botelho

Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade dos Açores
Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos (CIBIO)
Laboratório Associado (InBIO), Pólo dos Açores
andrea.zc.botelho@uac.pt

Paulo Torres

Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos (CIBIO)
Laboratório Associado (InBIO), Pólo dos Açores
biol.paulo@gmail.com

Ana Cristina Costa

Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade dos Açores
Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos (CIBIO)
Laboratório Associado (InBIO), Pólo dos Açores
ana.cm.costa@uac.pt

Maria Anunciação Ventura

Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade dos Açores
Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos (CIBIO)
Laboratório Associado (InBIO), Pólo dos Açores
maria.am.ventura@uac.pt

Francisco Silva

Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril
Centro de Estudos Geográficos, IGOT, Universidade de Lisboa
CiTUR, Estoril – Portugal
francisco.silva@eshte.pt

RESUMO

A atividade de canyoning iniciou-se nos Açores em 2004, tendo vindo a ganhar cada vez mais expressão, consubstanciada num aumento do número de praticantes ao

longo dos anos. As características únicas deste território insular, e em particular o seu património natural, justificam a procura crescente da prática do canyoning nos Açores, com maior incidência nas ilhas de São Miguel, Flores e São Jorge. Esta atividade assenta na realização de percursos ao longo de cursos de água e cascatas, usando várias técnicas de progressão como saltos, rapel e tobogãs, proporcionando um misto de adrenalina e aventura, num cenário paisagístico único, refletido na monumentalidade da geodiversidade e riqueza única da biodiversidade.

Ainda há muito para conhecer acerca do valor paisagístico e natural associado a estas atividades nos Açores, mas a singularidade dos recursos, como os numerosos cursos de água que correm nalguns troços em desníveis de cota consideráveis, intercalados por lagoas de águas mais calmas em diferentes altitudes, e a proximidade da costa e do oceano, proporcionam uma experiência turística difícil de igualar noutras geografias.

Com base na informação obtida através de entrevistas aos responsáveis das empresas de canyoning na região, foi analisada a tendência da representatividade desta atividade no contexto do turismo de natureza, e caracterizaram-se os principais percursos, nomeadamente considerando a singularidade dos recursos (e.g., paisagem, vegetação, geodiversidade), acessos e nível de dificuldade.

Apesar das excelentes condições e qualidade dos serviços oferecidos, verificou-se existir ainda um importante potencial de desenvolvimento da atividade de Canyoning na região, que se apresenta como uma oportunidade para um melhor aproveitamento turístico dos recursos hídricos, e uma estratégia de desenvolvimento económico tirando partido dos atrativos naturais locais, relevantes no contexto das microeconomias das ilhas.

PALAVRAS-CHAVE

Canyoning, turismo de natureza, património natural, geodiversidade

Canyoning: an Emerging Nature Tourism Activity with Great Potential in the Azores

ABSTRACT

The canyoning activity started in the Azores in 2004, having gained more and more expression, substantiated in an increase in the number of practitioners over the years. The unique characteristics of this island territory, and in particular its natural heritage, justify the growing demand for canyoning in the Azores, with greater incidence on the islands of São Miguel, Flores, and São Jorge. This activity is based on taking courses along water courses and waterfalls, using various progression techniques such as jumping, abseiling and toboggans, providing a mix of adrenaline and adventure, in a unique landscape scenario, reflected in the monumentality of the geodiversity and unique richness of the region. biodiversity.

There is still a lot to know about the landscape and natural value associated with these activities in the Azores, but the uniqueness of the resources, such as the numerous watercourses that run in some sections at considerable height differences, interspersed by lagoons with calmer waters at different altitudes, and the proximity to the coast and the ocean, provide a tourist experience difficult to match in other geographies.

Based on the information obtained through interviews with those responsible for canyoning companies in the region, the trend of representativeness of this activity in the context of nature tourism was analysed, and the main routes were characterized, namely considering the uniqueness of the resources (e.g. , vegetation, geodiversity), accesses and level of difficulty.

Despite the excellent conditions and quality of the services offered, there was still an important potential for the development of Canyoning activity in the region, which presents itself as an opportunity for a better tourist use of water resources, and an economic development strategy taking advantage of local natural attractions, relevant in the context of the islands' micro-economies.

KEYWORDS

Canyoning, nature tourism, natural heritage, geodiversity

Introdução

O turismo é um setor com uma relevância económica crescente à escala mundial, sendo particularmente importante para países como Portugal, cujos territórios rurais, naturais e insulares, possuem condições e recursos únicos que possibilitam que o turismo de natureza seja considerado um produto emergente e estratégico (e.g., IPDT, 2016), procurado por um mercado cada vez mais focado em questões ambientais e ecológicas (Turismo de Portugal, 2017).

A atração pelas atividades ligadas ao turismo de natureza assenta também na exploração de locais remotos e prístinos, o que tem contribuído para destacar a importância de áreas protegidas neste contexto, especialmente aquelas que oferecem ambientes mais selvagens (Ceballos-Lascuráin, 1996; Cole, 1996; Hardiman & Burgin, 2010). Um exemplo deste tipo de atividade com grande potencial de exploração e crescimento, em território nacional, é o canyoning.

O canyoning é considerado como um produto de (eco)turismo na natureza e aventura, náutico, muitas vezes realizado na zona costeira que, apesar de ser relativamente recente (reconhecido apenas desde a década de 1980), mostra um grande potencial de desenvolvimento desportivo, lúdico e turístico (Silva & Almeida, 2019). A descoberta de ambientes de grande beleza natural, a aventura e a componente lúdica, muito associada a saltos para a água, são elementos fortes desta atividade (Hardiman & Burgin, 2011). O canyoning é caracterizado por uma progressão pedonal controlada, ao longo de cursos de água e cascatas com caudal limitado, ultrapassando diversos obstáculos verticais com recurso a diferentes técnicas (e.g., rapel, saltos, destreps ou tobogãs), conjugando habilidades associadas ao montanhismo, à espeleologia e às águas bravas (FFME & FFS, 2007), com equipamento específico (Paz et al., 2014). Proporciona um misto de adrenalina e aventura, num cenário paisagístico único, entre a exuberância da geodiversidade que o enquadra e a biodiversidade que a habita.

A grande diversidade de cursos de água e a geomorfologia vulcânica das ilhas, permite uma oferta diversificada de acordo com o perfil do participante, existindo percursos com diferentes níveis de dificuldade e características mais ou menos técnicas. Conforme referido por Silva e Almeida (2018), podem ser identificados dois grupos principais de consumidores do produto canyoning: i) praticantes desportivos/aficionados; e ii) consumidores de experiências de canyoning. O primeiro grupo é constituído por praticantes com conhecimentos técnicos da modalidade e que praticam a atividade em autonomia e frequentemente realizam viagens cuja principal motivação é a

prática de canyoning. Já os segundos, são praticantes casuais, com pouca ou nenhuma experiência da atividade, em busca de experiências diferenciadoras que recorrem aos serviços das empresas de animação turística especializadas.

O canyoning tem crescido em popularidade, evidenciado, por exemplo, pela formação de associações de canyoning, fóruns da web e empresas de turismo comercial em muitos países, incluindo a América (e.g., ACA), Europa (IAPCG), Nepal (NCA), Escócia (SWWR), Nova Zelândia (NZOAR) e Austrália (e.g., High and Wild Mountain Adventures; Oz Canyons.com).

A abertura dos primeiros itinerários de canyoning em Portugal foi realizada em 1989, no Gerês. Nos Açores a primeira abertura foi realizada em 1997, mas o grande impulso desta modalidade na região inicia-se a partir de 2003, (com o trabalho desenvolvido por uma equipa da Associação Desportos de Aventura Desnível (ADA Desnível), pioneira a nível nacional na formação de técnicos, organização de estágios, jornadas e equipamento de percursos (Silva et al., 2014a; Silva & Almeida, 2018).

A aposta na excelência de serviços baseados em recursos naturais e no turismo náutico potenciam a criação de um destino de excelência, com condições para proporcionar experiências de grande valor aos visitantes.

Arquipélago dos Açores

O arquipélago dos Açores (36°45' a 39°43'N e 24°45' a 31°17'W) é composto por nove ilhas vulcânicas e vários pequenos ilhéus, emergindo da Crista Média Atlântica, e engloba um território marítimo com uma Zona Económica Exclusiva (ZEE) de cerca 1 000 000 km² (Menezes, 2003).

Os Açores foram povoados pelos portugueses no século XV (Santos et al., 1995) que estabeleceram as primeiras povoações na costa (Leite, 2017), onde o acesso aos cursos de água terá tido um papel fundamental no desenvolvimento dos aglomerados populacionais.

O turismo apesar de um início tímido a partir do sec. XIX (Machado, 2019) teve uma grande expansão a partir da década de 1990 e, hoje, atividades recreativas costeiras como vela, passeios de barco, caminhadas, observação de baleias e golfinhos, pesca desportiva e mergulho, atraem cada vez mais turistas (Calado et al., 2011). Estas atividades apresentam um grande potencial de crescimento, nomeadamente

após a criação e promoção da marca “Açores”, especialmente focada no ecoturismo e produtos turísticos ligados à zona costeira (IPDT, 2016).

A Região Autónoma dos Açores é reconhecida internacionalmente como um destino turístico com grande enfoque na natureza. Este estatuto advém do modelo de desenvolvimento da Região, designadamente desde 1998, em promover uma aposta estratégica no turismo, não descurando a necessidade de articular as características naturais do arquipélago com a atividade turística (Ponte, 2010). A biodiversidade e a geodiversidade dos Açores, potenciadas pelas características geográficas das ilhas e pela sua origem vulcânica (Alves & Silva, 2018), representam as faces mais visíveis do manancial de recursos naturais que requerem uma gestão cuidada e estratégica para a sua sustentação e valorização (Ponte, 2010). Em 2014 e 2015, os Açores ganharam o *Quality Coast Award Gold* e, em 2021, o *Quality Coast Award Platinum*, um prémio internacional que distingue a qualidade ambiental costeira para um turismo sustentável. Também em 2021, foi atribuído o prémio *Europe's Leading Adventure Tourism Destination*. Este prémio, apoiado pela Comissão Europeia, é um dos programas de certificação mais importantes do mundo. Identifica destinos que se destacam em relação ao turismo sustentável e reconhece os esforços que contribuem para manter a identidade local, património natural e cultural, e ambiente limpo.

Os recursos hídricos são abundantes no arquipélago, mas extremamente dependentes do clima e da geomorfologia das ilhas. Apesar da sua abundância, não se encontram uniformemente distribuídos pelas ilhas, uma vez que as características geológicas distintas e a ocupação territorial condicionam as reservas disponíveis e o seu tempo de residência, que é normalmente curto. A drenagem superficial nos Açores, caracteriza-se por cursos de água com pequena extensão, apresentando a mais longa linha de água do arquipélago um comprimento máximo de 29 km, e geralmente com regime torrencial. Apenas nas ilhas de Santa Maria, São Miguel, São Jorge, Faial e Flores, existem cursos de água de regime permanente. A área das bacias hidrográficas é reduzida, não excedendo 30 km² (DROTRH/INAG, 2001). Não obstante, a água doce é um dos recursos naturais explorados pelas empresas do sector turístico (Ponte, 2010). Atualmente, as ilhas e lugares remotos são elementos positivos e diferenciadores no imaginário turístico (McElroy, 2006). Mesmo que a força dessa imagem resida especialmente no ideal paradisíaco em torno de ilhas tropicais que os Açores não partilham, muitas das marcas são comuns, em especial uma certa pureza, forte autenticidade e um património natural ímpar.

As atividades de turismo de natureza, em que o Canyoning se insere, foram impulsionadas nos Açores a partir de 2003, com um aumento no número de praticantes ao longo dos anos. Contudo, tal como acontece com muitas atividades recreativas de aventura, existem ainda importantes lacunas a mitigar. Existe escassez de informação, incluindo as estatísticas mais básicas e as tendências de desenvolvimento. É ainda necessário assegurar a gestão adequada dos acessos e equipamentos e muito pode ainda ser feito para a promoção do produto turístico e do empreendedorismo, do acesso responsável à modalidade e de um maior envolvimento da comunidade.

Abordagem Metodológica

A base metodológica para este trabalho foi, em grande parte, suportada por uma cuidada revisão bibliográfica, consulta de bases de dados, trabalho de campo, entrevistas com empresários do sector, e contamos ainda com a colaboração de especialistas da modalidade. Para a avaliação e hierarquização dos percursos recorreu-se à realização de questionários a 8 empresas de animação turística que disponibilizam o produto de canyoning na região, em 3 ilhas: Flores, Santa Maria e São Miguel. Estas ilhas foram seleccionadas no âmbito do projeto SCAPETOUR (Promoção das paisagens costeiras e marinhas para a diversificação de produtos turísticos) que está, neste momento, a ser desenvolvido no CIBIO-Açores, e que visa a valorização do património natural sobre o qual assenta o turismo de natureza nos Açores. De realçar ainda a valorização dos recursos costeiros através da conceção de novos percursos ecoturísticos para a realização de atividades turísticas costeiras e marítimas. O canyoning é uma dessas atividades que nos Açores apresenta muitos percursos costeiros e como tal se enquadra no âmbito do projeto supracitado.

As ilhas das Flores e de São Jorge são lugares de eleição para a prática desta atividade e a ilha de Santa Maria apresenta algum potencial de expansão. Contudo, é em São Miguel que a oferta é mais relevante, pelo facto desta ilha concentrar a maioria do fluxo turístico da região (Tiago et al., 2016, 2021).

Parte das fontes bibliográficas utilizadas neste capítulo, resulta de trabalho realizado pelo coordenador da secção de canyoning da Associação Desportos de Aventura (ADA) Desnível e coautor deste capítulo, que conjuntamente com uma ampla equipa de técnicos da modalidade, foi responsável pela exploração e equipamento dos atuais percursos e pela formação de muitos técnicos na região, para além da sistematização da informação que culminou com a edição do guia de canyoning da

região (Silva et al., 2014a,b). Mais recentemente, em articulação com o Turismo dos Açores, está a ser desenvolvido o projeto de constituição e promoção dos percursos oficiais de canyoning dos Açores.

As entrevistas às empresas que realizam canyoning nos Açores nas três ilhas abrangidas pelo estudo, foram realizadas, durante o ano de 2021, com o objetivo de perceber as tendências da atividade de canyoning dos últimos anos nos Açores, e debruçaram-se sobre: caracterização da atividade; evolução do número de clientes; sazonalidade da atividade; percursos preferenciais; hierarquização e avaliação de percursos; critérios de valorização; geo e biodiversidade; boas práticas e conservação.

O Canyoning nos Açores

Evolução da atividade

Nos Açores, a primeira atividade associada ao canyoning ocorreu em 1992, com realização de rapel em cascatas na ilha São Jorge, e a primeira descida de uma ribeira foi realizada em 1997, com a exploração da ribeira da Praia Superior. A partir de 2002 foram exploradas outras ribeiras, destacando-se a ribeira do Lime e a ribeira dos Caldeirões Inferior, em São Miguel, sendo esta última o percurso mais realizado no Arquipélago (Silva & Almeida, 2018). Contudo, o desenvolvimento da atividade e a sua afirmação como produto turístico apenas se torna efetivo com o trabalho desenvolvido pela ADA Desnível, a partir de 2003, a qual, até 2011, realizou 16 expedições ao arquipélago que permitiram a abertura e equipamento de mais de 100 percursos de canyoning. De entre essas expedições destacam-se, por serem as primeiras em cada uma das ilhas: São Miguel, em 2003; Flores, em 2004; São Jorge, em 2007; Santa Maria, em 2009; Terceira, em 2011; e Faial, em 2014 (Silva & Almeida, 2018). A criação de uma secção de canyoning desta associação nos Açores em 2011, e a formação de técnicos e formadores locais nas diversas ilhas, junto com o trabalho da Associação Internacional de Canyoning (ICA), foram passos importantes para a consolidação da atividade na região.

A abertura de percursos e as primeiras ações de formação, estimularam a criação de empresas de animação turística, com a oferta de canyoning na Região, a partir de 2007, na ilha de São Miguel. Contudo, em São Jorge já existia há alguns anos oferta de rapel em cascatas, então designado por “cascading”. Após esta data regista-se um aumento do número de empresas a operar nas diversas ilhas. Em 2022, existiam

12 empresas a proporcionar diretamente esta atividade (não contando com as que oferecem indiretamente este produto), distribuídas por seis ilhas e com maior predominância em São Miguel (Figura 1).

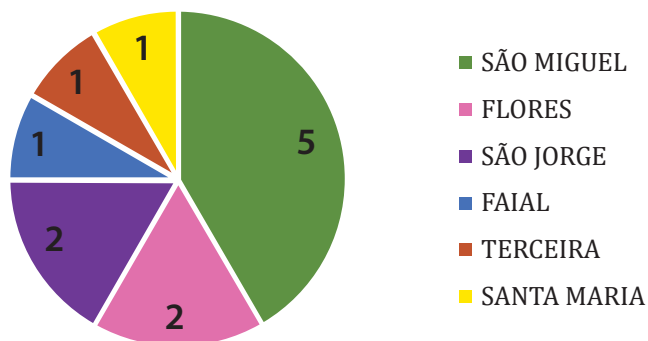


Figura 1. Número de empresas por ilha que oferecem a atividade de canyoning nos Açores

A partir de 2013, a potencialidade do canyoning na região passou a ter um maior reconhecimento institucional, levando ao desenvolvimento de diversas iniciativas por parte de associações locais e do Turismo dos Açores, das quais se destacam a criação da plataforma online “ZoomAzores” (entretanto descontinuada), a edição dos mapas de turismo na natureza e aventura para as ilhas de São Jorge, Flores, Faial e Terceira, e três edições do encontro internacional de canyoning (Canyoning International Meeting Azores - CIMA), em 2014, 2015 e 2016. Em 2014, foi compilada e atualizada toda a informação disponível para a produção do guia, em versões portuguesa e inglesa, “Por caminhos de água ... nos Açores” (“Along water trails ... in the Azores”, na versão inglesa) (Silva et al., 2014a), com a caracterização da generalidade dos percursos da Região.

A oferta de percursos de canyoning nos Açores é bastante diversificada (Figura 2). Para os aficionados de canyoning as grandes verticalidades e percursos de grande dificuldade técnica são muito apelativos, mas existem igualmente muitos outros itinerários mais lúdicos (possibilidade de pequenos saltos e tobogãs) e de pequena extensão, propícios a quem não é praticante da modalidade e recorre aos serviços das empresas de animação turística para usufruir de uma experiência turística de grande valor emocional (Silva & Almeida, 2018).

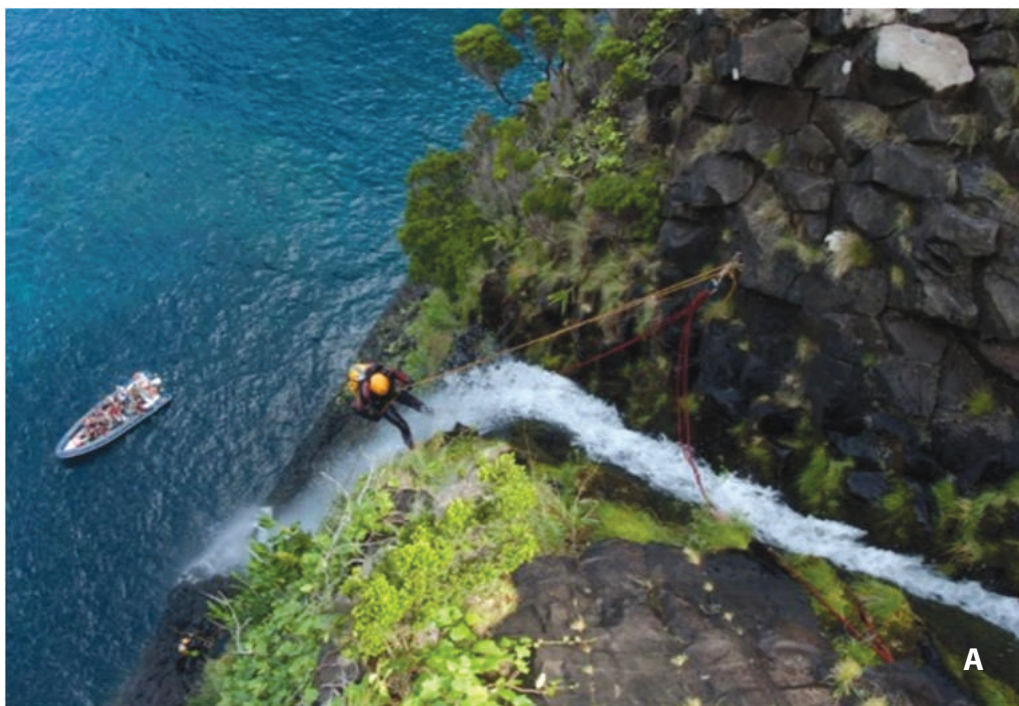


Figura 2. Exemplos de técnicas utilizadas em percursos de canyoning nos Açores. A. Rapel; B. Slide

Classificação e caracterização dos percursos

Os Açores reúnem condições ímpares para a prática de canyoning, com percursos equipados em seis das nove ilhas do arquipélago, nomeadamente, nas ilhas das Flores, São Jorge, São Miguel e Santa Maria, enquanto no Faial e na Terceira a oferta é mais limitada. A ilha do Pico possui algum potencial de exploração, embora apresente percursos secos a maior parte do ano. Desde o início da atividade, tem ocorrido um aumento do número de troços abertos e devidamente equipados disponíveis para a prática da atividade. A generalidade dos percursos dos Açores foi aberta e equipada até 2014 (104 percursos), sendo até 2016 equipados mais 8 percursos (Figura 3) (Silva & Almeida, 2018) e até 2020 mais 7, destacando-se entres estes o canyoning da Salga Superior (São Miguel) e o das Lixivias (São Jorge).

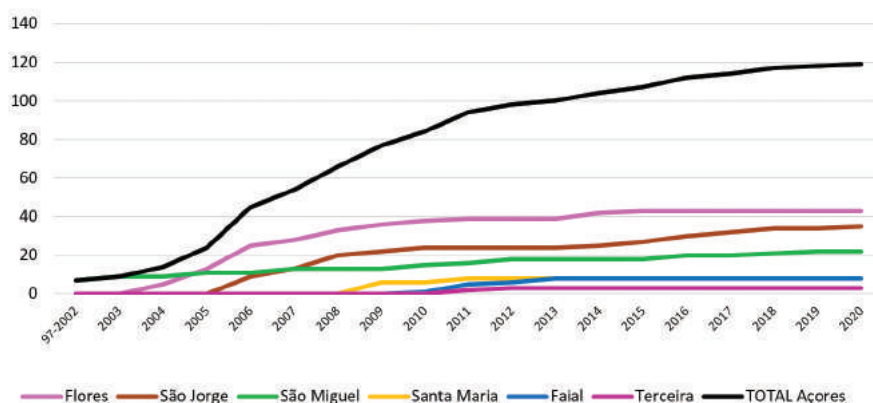


Figura 3. Evolução da abertura e equipamento de percursos de canyoning por ilha

Dos 119 percursos abertos atualmente, alguns deles são realizados apenas esporadicamente. Verifica-se uma concentração das descidas num número reduzido de percursos, utilizados pelas empresas de animação turística, e num número mais alargado de percursos de excelência nas ilhas das Flores e de São Jorge (Silva & Almeida, 2019).

As ilhas das Flores e de São Jorge destacam-se pela quantidade de percursos, interesse e, sobretudo beleza, afirmando-se como destinos de excelência a nível internacional

(Silva et al., 2014a). A melhoria e a abertura de novos troços, permite uma ampla divulgação da atividade e, por conseguinte, um aumento do número de clientes.

Tendo em conta a natureza vulcânica do Arquipélago, os percursos de canyoning apresentam características semelhantes quanto à sua geodiversidade, mas níveis de dificuldade muito diversos. Porém, a maioria apresenta dificuldade média, bastante declive, muitos ressaltos e algumas piscinas naturais que tornam a atividade mais lúdica. Devido à abundância de água e ao clima ameno, é possível percorrer os itinerários durante quase todo o ano, embora sempre condicionado pela meteorologia e caudal das ribeiras.

Em geral, as ribeiras são de pequena a média extensão, com um nível de encaixe e de verticalidade muito variáveis. O caudal da maioria dos percursos é relativamente reduzido devido à limitada área das bacias hidrográficas e o escoamento é condicionado pela precipitação, geomorfologia e declive, em geral muito acentuado. Por outro lado, a estrutura geológica das ilhas, nomeadamente a porosidade dos solos e os maciços rochosos, determina em grande parte, a tipologia dos percursos de canyoning. Estes caracterizam-se essencialmente por grandes desníveis e abundância de cascatas em vales muito encaixados, rodeados de vegetação luxuriante, uma progressão difícil no leito das ribeiras, com rochas muito escorregadias e arestas rochosas cortantes, e risco associado ao desprendimento de pedras nos rapeis em algumas das maiores verticais.

A classificação dos percursos de canyoning pressupõe um conjunto de variáveis e competências técnicas em áreas distintas (técnicas de rapel, resgate, manobras aquáticas, entre outras), considerando igualmente a inacessibilidade dos ambientes e as alterações nas condições de progressão, devido a variações de caudal e meteorológicas (Silva et al., 2014a; Silva & Almeida, 2019). Em Portugal, geralmente utiliza-se o sistema francês definido pelas Federação Francesa de Montanha e de Escalada e Federação Francesa de Espeleologia, com três indicadores de nível de dificuldade; dificuldade técnica vertical, dificuldade aquática e dificuldade de exposição. As escalas para cotação técnica vertical e para a cotação aquática, são divididas em sete classes de dificuldade, de 1 a 7, e a escala de exposição e continuidade em seis, de I a VI (Silva et al., 2014a). A cotação global de dificuldade é definida pelo critério com nível mais elevado das três escalas. As escalas de dificuldade têm como referência condições normais (débitos relativamente baixos), associados aos períodos mais propícios para a sua descida, considerando um grupo de cinco praticantes

com competências técnicas básicas e adequadas ao nível de exigência do percurso numa situação de descoberta.

Independentemente destes indicadores, os canyonings mais adequados para iniciação e prática de experiências direcionadas para os turistas não praticantes da modalidade, devem ser diversificados, com pequenas cascatas e lagoas, que permitam uma progressão simples com recurso a caminhada, rapel, saltos e tobogãs. Nestes percursos, as verticais e consequentemente os rapeis devem ser inferiores a 20 metros, e o acesso e regresso ao canyoning a partir do local do transporte devem ser relativamente simples. No total a duração da atividade não deve exceder 3 horas, e deve apresentar uma componente lúdica significativa (Silva & Almeida, 2019).

Para além de todos estes fatores, há que considerar o potencial turístico destes percursos nos Açores, o qual depende do próprio recurso (beleza, acessibilidade, equipamento, dificuldade, perigosidade), da oferta concorrente noutros destinos e do mercado. Contudo, o principal fator distintivo do canyoning dos Açores a nível da oferta à escala internacional, é a oferta de percursos costeiros, particularmente com a saída em cascatas em praias rochosas e até no mar (Silva & Almeida, 2019). Esta particularidade leva a que esta modalidade possa ser enquadrada no território como um produto de turismo na natureza, de montanha, aquático e mesmo marítimo. Por exemplo, o percurso da ribeira das Barrosas, na ilha das Flores, tem um grande impacto a nível internacional, não só devido à sua beleza ímpar, como pelo facto de terminar em cascata para o mar, algo muito raro a nível mundial (Silva et al., 2014a).

Intensidade da atividade

O canyoning é uma atividade que, apesar de se conseguir praticar durante todo o ano, a sua realização quer pelas condições no terreno, quer pela procura por parte dos utilizadores/turistas tende a ser mais favorável no Verão quando ocorre maior atividade e coincide com os meses com maior fluxo turístico na região. Agosto é de forma inequívoca (Figura 4), para todas as empresas, o mês com maior venda deste tipo de atividade. No entanto, já se começa a notar uma maior procura deste produto ao longo de todo o ano, fruto da abertura do espaço aéreo a novas companhias que permitem atrair mais visitantes às várias ilhas dos Açores, não exclusivamente na época baixa.

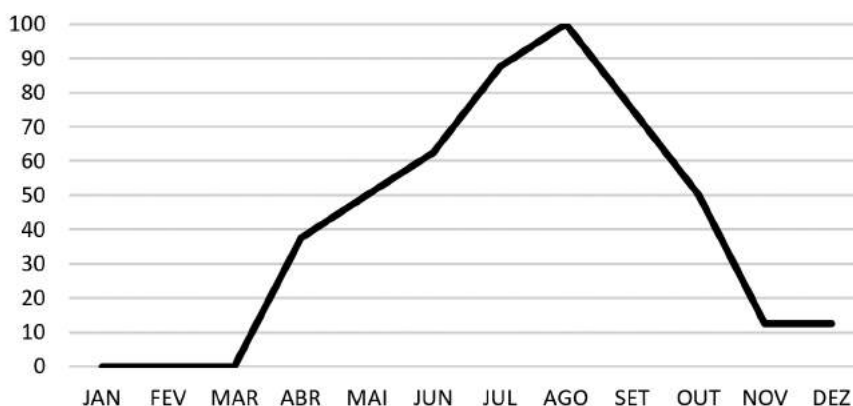


Figura 4. Variação anual da atividade de Canyoning

Apesar de não existir regulamentação do número máximo de clientes, a realizar a atividade por cada percurso, existe um entendimento por parte das empresas relativamente ao número que consideram ser o adequado para a prestação de um serviço de qualidade e em segurança. Desde 2018, aquando da elaboração do plano de desenvolvimento da atividade de Canyoning nos Açores (Silva & Almeida, 2018), foram estabelecidas sugestões de boas práticas para a atividade, sendo uma delas a indicação de oito como o número máximo de pessoas por grupo enquadrado por uma empresa. No entanto, este número depende do tipo de percurso a efetuar, bem como dos recursos das empresas, pelo que por vezes a aposta destas é operar com um número menor clientes por forma a proporcionar uma maior qualidade no dis-frute da atividade (menos pressão/ruído). Existe também uma diferença no número de clientes entre as várias ilhas, sendo que em Santa Maria, devido a uma menor procura desta atividade, geralmente os grupos são mais pequenos, de 2 a 4 pessoas.

Seleção dos percursos de canyoning

Dos 43 percursos existentes na ilha das Flores, os mais procurados são o do Além Inferior e o dos Ilhéus Inferior. Para um praticante mais autónomo e já com alguma experiência de canyoning, existem outros percursos disponíveis, em particular: Casas, Barrosas; Alquevins, Algares, Cabo, José de Fraga, Cão e Ferreiro. No entanto, quando questionadas as empresas, sobre quais os percursos que consideravam mais interessantes ou representativos em termos da atividade de canyoning na ilha das Flores, foram mencionados os seguintes percursos: Alquevins, Ribeira das Barrosas,

Ribeira das Casas e Ribeira dos Ilhéus. Em São Miguel, dos 20 troços existentes, são maioritariamente utilizados: Ribeira dos Caldeirões, Ribeira da Salga e Salto do Cabrito. Em Santa Maria, dos 8 percursos (troços) existentes, os mais utilizados são: Ribeira Funda, Ribeira do Engenho e Aventura em São Lourenço (canyoning e coasteering). Não obstante, outros troços são utilizados na presença de utilizadores mais experientes que procuram percursos de nível de dificuldade superior, como é o caso da Ribeira das Casas, na ilha das Flores, as Lombadas na ilha de São Miguel, e a Ribeira do Aveiro na ilha de Santa Maria. Neste caso, são procurados não como canyoning de experiência, mas sim como canyoning de desporto.

Avaliação dos percursos de canyoning

A escolha de um top 3 de locais, solicitada às empresas, nem sempre foi fácil, ou mesmo consensual, uma vez que a diversidade existente permite que vários percursos sejam escolhidos como tendo características merecedoras de destaque. No entanto, a escolha, por parte dos diferentes operadores (exceto em Santa Maria onde escolha foi efetuada pela única empresa a operar), recaiu maioritariamente no mesmo conjunto de troços por ilha. Para a escolha foram tidas em conta as características naturais do percurso bem como o interesse em termos técnicos e de experiência.

Verificou-se que as classificações com maior pontuação recaem sobre os percursos que apresentam uma combinação entre a diversidade de elementos técnicos com a acessibilidade e a beleza natural (Figura 5). Em São Miguel, um dos percursos mais efetuados é o da Ribeira dos Caldeirões Inferior, que apesar de não ter alcançado uma das maiores pontuações em termos da paisagem, apresenta algumas características que no seu conjunto possibilitam uma boa pontuação em termos de classificação geral. De entre estas características destaca-se a facilidade de acesso que permite que utilizadores menos experientes sejam capazes de efetuar este percurso. Apesar da pontuação atribuída a cada elemento técnico não ser das maiores, como apresenta uma grande diversidade de atividades desenvolvidas como saltos, rappel, tobogãs, etc., torna-o merecedor de grande atração. Sendo uma das ribeiras mais utilizadas, ter-se-á que ter em conta o impacto que a atividade poderá causar ao longo do tempo, neste local, algo ainda não contabilizado, mas que requer particular atenção.

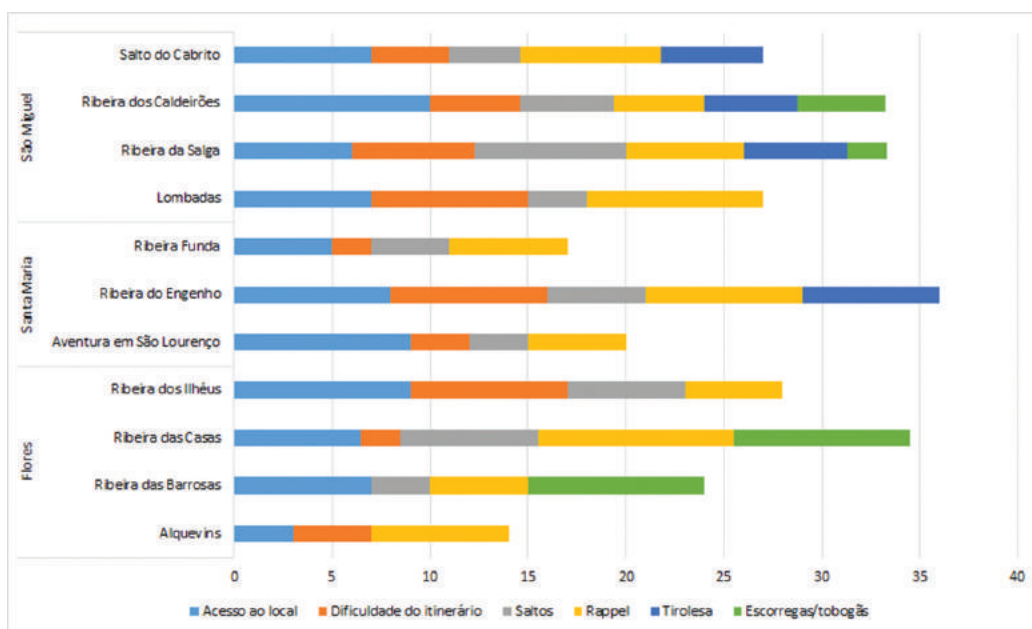


Figura 5. Pontuação atribuída às componentes de acessibilidade, dificuldade e elementos técnicos por percursos mais relevantes

Os percursos que obtiveram maior pontuação por parte das empresas inquiridas, na componente natural, foram a Ribeira do Engenho (na ilha de Santa Maria) e as Lombadas (em São Miguel), com destaque para a beleza das suas cascatas, da geo-diversidade e vegetação nativa (Figura 6).

Contrariamente ao expectável, a menor pontuação atribuída à componente natural, foi atribuída aos troços existentes na ilha das Flores. A beleza existente ao nível da ilha das Flores é incontornável, no entanto quando estamos perante uma atividade de aventura, dá-se maior destaque à componente técnica e ao nível de dificuldade da atividade.

Na Figura 7 é apresentado o resultado das classificações obtidas para diferentes componentes (natural, técnica), a da paisagem e a geral. É interessante verificar que alguns dos troços mais cotados em termos de classificação geral, não são os que apresentam maior pontuação ao nível das componentes “natural” e “técnica” (e.g., Alquevins e Ribeira das Casas). É notória uma sobrevalorização destes percursos, no cômputo geral, que não se revela no conjunto das suas características quer de elementos técnicos quer naturais, consubstanciado nas opiniões coletadas.

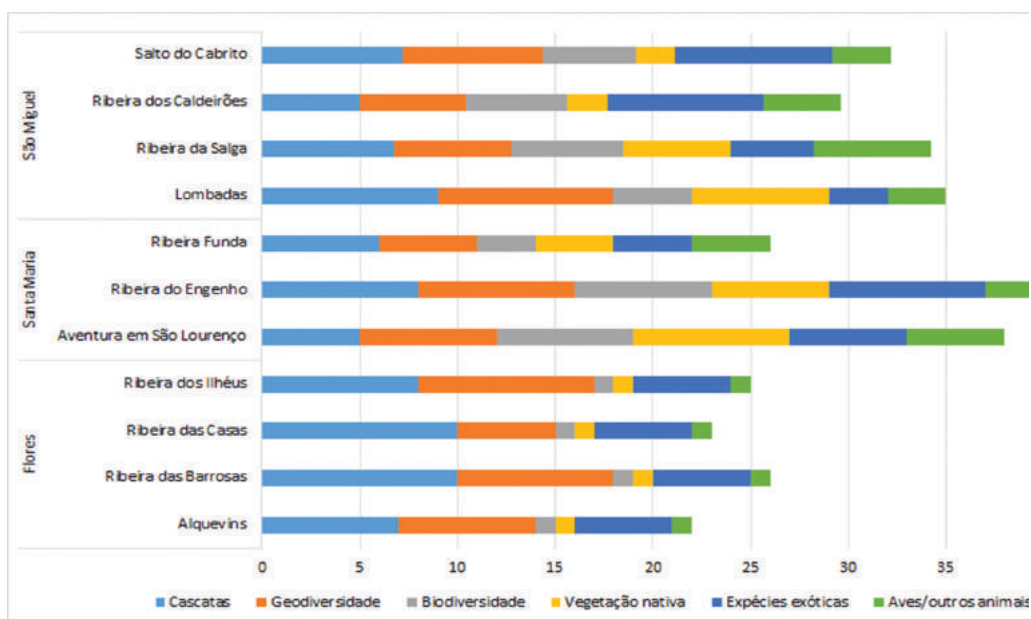


Figura 6. Pontuação atribuída à componente natural por percurso

De notar que a avaliação apresentada é efetuada meramente com a opinião dos operadores, pelo que se torna uma avaliação subjetiva. Como forma de colmatar a subjetividade já se encontra em prossecução uma análise destes componentes sob o ponto de vista dos utilizadores/visitantes, que permitirá obter uma avaliação dos percursos de uma forma mais imparcial.

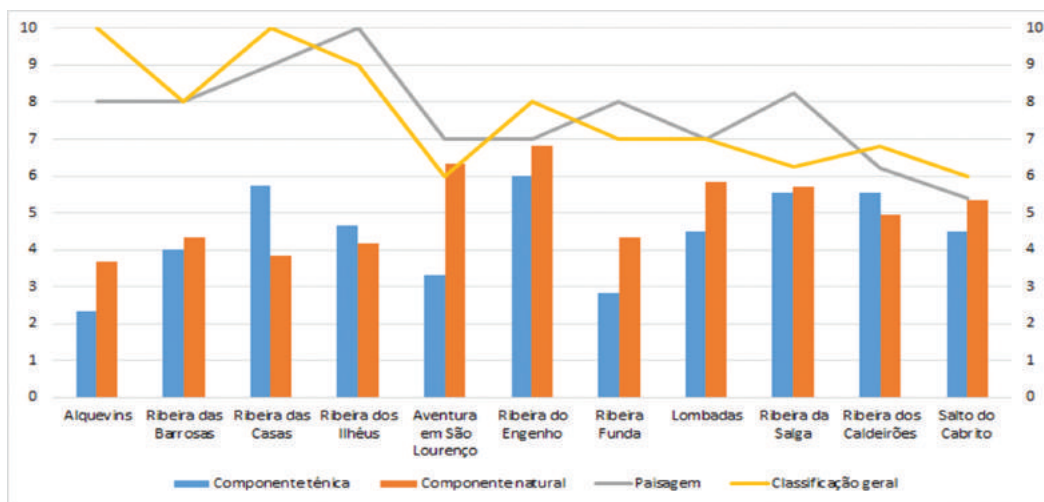


Figura 7. Pontuação atribuída à componente técnica e natural, paisagem e classificação geral por percurso, por parte dos operadores.

Informação fornecida aos praticantes de canyoning

Nas atividades de turismo de natureza e aventura, é comum existir uma explicação prévia antes do seu início. Esta breve conversa (*briefing*) entre os guias das empresas e os clientes, permite fornecer informação sobre:

- i) a atividade (técnica);
- ii) as normas de comportamento e segurança;
- iii) códigos de conduta;
- iv) as características do local (descrição dos percursos a efetuar, e o que é expectável de ser observado) (Oliveira, 2013).

Para ter uma noção do grau de importância da informação fornecida, foi solicitado a cada empresa que atribuisse uma pontuação de 1 a 10 à importância da informação que disponibilizam aos seus clientes. É de destacar que todas as empresas referiram que para além da informação dada em “briefing”, também costumam fornecer informações durante a atividade, bem como no final da mesma. De forma evidente, a componente mais importante do *briefing* apontada pelas empresas e a que apresenta maior pontuação, é a informação sobre as questões técnicas e regras de segurança, primando pelo zelo e pela salvaguarda e bem-estar dos clientes (Figura 8).

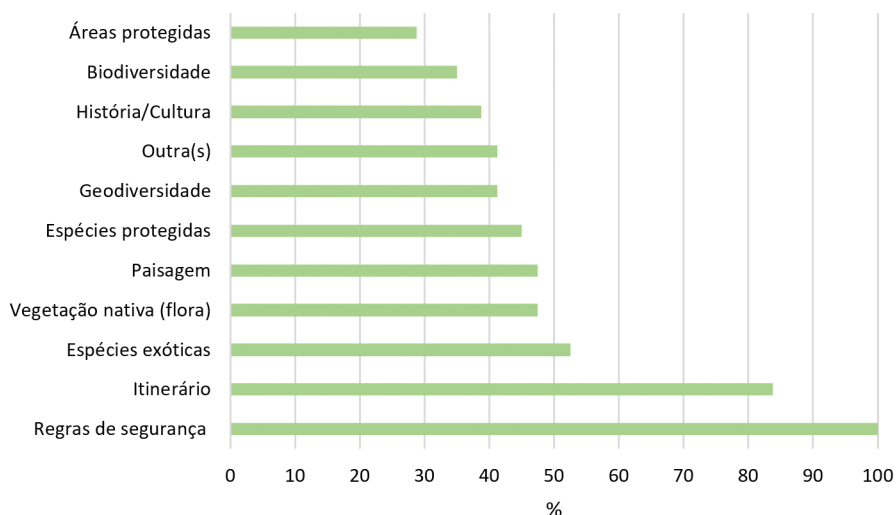


Figura 8. Importância atribuída pelos operadores, à informação fornecida antes, durante ou depois da prática de canyoning

Na ordem de importância atribuída, segue-se a informação disponibilizada sobre o itinerário a efetuar, para que os praticantes tenham conhecimento da área e das características inerentes aos percursos a efetuar. Denota-se que da componente natural é indicada como uma das questões mais abordadas, a presença de espécies exóticas, sendo mencionado pelos operadores que irão encontrar muitas espécies que não fazem parte da vegetação nativa dos Açores, e que esta vegetação invasora se apresenta como abundante ao longo dos trajetos, sobrepondo-se à vegetação nativa. Revelou-se que áreas protegidas e biodiversidade, não são aspetos considerados de maior importância pelas empresas. No entanto, denota-se por parte dos operadores, sensibilidade relativamente à importância da classificação de áreas protegidas e da sua manutenção, bem como da preservação da biodiversidade. Outros temas que não são tão frequentemente mencionados, tais como geodiversidade, história/cultura, espécies protegidas, são tidos como temas que apesar de serem considerados como importantes, não são muito explorados devido à falta de conhecimento de base que possibilite uma adequada explanação sobre o tema.

Gestão Sustentável da Atividade e Desafios Futuros

Os impactos sobre os percursos são limitados por questões técnicas e de operacionalidade. Acresce que a formação dos técnicos inclui aspetos de sustentabilidade ambiental da modalidade. Quanto a alterações no meio, apesar de aparentemente reduzidas, pois qualquer cheia “apaga” os eventuais vestígios da passagem dos visitantes, carece de aprofundamento e estudo de impactos. Os únicos elementos introduzidos são, tipicamente, dois pernos com plaquete em inox instalados na rocha, por cada linha de rapel. A qualidade da água também não é afetada de forma significativa, sendo o único efeito a turvação da água de forma pontual e muito localizada, em virtude de o leito dos percursos ser predominantemente rochoso. Estudos realizados em diversos rios franceses concluem que a prática de canyoning não afetava a qualidade da água (Andre, 1996; Veronique & Fabienne, 1994; DRE, 2005). Contudo, existem sempre alguns impactos, sendo que a maioria pode ser evitada ou atenuada com um acesso responsável ao meio e boas práticas de educação ambiental. Os praticantes e empresas que comercializam este produto estão conscientes que o meio ambiente é um património indispensável para a qualidade do produto, pelo que são os primeiros interessados na sua conservação.

Uma das preocupações também apontadas pelos operadores, recai na presença de lixo ao longo das ribeiras e áreas adjacentes, maioritariamente proveniente (comm. pessoal, e observação direta) de explorações agrícolas. Outro dos tópicos abordados é a necessidade de limpeza/desobstrução das ribeiras de troncos e ramagens cortados e/ou entulho. A manutenção destes troços torna-se imprescindível para que a atividade de canyoning decorra em segurança, que providencie uma boa experiência aos seus utilizadores, e que continue a ser uma fonte de turistas, e consequentemente de rendimento, para a RAA.

É comum os praticantes e diversas entidades ligadas a esta modalidade, desenvolverem ações de limpeza dos cursos de água e exercerem pressão para a sua conservação. Naturalmente que cada canyoning apresenta um ecossistema específico, pelo que é de interesse o estudo destes territórios para apoiar a definição das práticas a aplicar à sua gestão. Das ilhas com maior potencialidade para a prática do canyoning, duas apresentam menores recursos económicos e captam poucos turistas (São Jorge e Flores) pelo que o canyoning constitui um produto de grande interesse. O trabalho que tem vindo a ser desenvolvido no âmbito do canyoning nos Açores permite que a partir dos recursos hídricos locais seja oferecido um novo produto turístico (Silva & Almeida 2013), que poderá consubstanciar-se numa especialização destas ilhas para este tipo de produto.

Conclusões

O canyoning nos Açores encontra-se em franca ascensão, consequência da promoção do destino Açores como local privilegiado para a sua prática. A procura por este tipo de atividade tem sido cada vez maior, pelo que requer que as empresas acompanhem esta procura com o fornecimento de um serviço que continue a distinguir-se pela sua qualidade, mas que seja diferenciador.

Ainda que se verifique o interesse por parte dos operadores turísticos em providenciar um produto de experiência única repleto de adrenalina, também existe a preocupação relativamente à apresentação de informação detalhada sobre o ambiente circundante aos percursos em que a atividade decorre. A informação inicial (*briefing*), é composta essencialmente por questões técnicas aliadas à atividade por forma a esta se realizar em segurança, mas ao longo do percurso mencionam-se algumas das características dos locais. Esta informação adicional é considerada de especial importância para uma consciencialização ambiental, bem como para enriquecer o conhecimento sobre a componente natural tão amplamente contemplada e valorizada

por parte dos visitantes. Denotou-se, no decorrer das entrevistas, que os inquiridos começaram a ter a perceção de que, nos “briefings” e informação fornecida ao longo dos percursos, não era abordada alguma informação interessante e de divulgação sobre os locais visitados (e.g., áreas protegidas, biodiversidade).

Foi mencionada diversas vezes a necessidade de obtenção de apoio (recursos financeiros e humanos) para a manutenção dos troços, uma vez que na sua maioria esta é efetuada pelas empresas. Outra ressalva apontada, prende-se com a necessidade de melhoria na formação e capacidade de ação das equipas de resgate em situações de emergência, em locais de difícil acesso, seja ao nível das corporações de bombeiros e da proteção civil, como também dos próprios guias de cada empresa.

A aposta na formação e na certificação da atividade tem promovido a qualidade do serviço prestado, mas ainda requer um adequado enquadramento legal. As empresas começam a sentir cada vez mais necessidade em reforçar as suas equipas devido ao aumento da procura por este tipo de atividade, e pretendem para tal recursos humanos habilitados como guias de canyoning. Os resultados decorrentes da avaliação dos percursos de canyoning denotam que apesar de ser notória a componente natural dos percursos por vezes não é considerada como a mais relevante no exercício da atividade por parte das empresas de animação turística. A reprodução deste exercício de avaliação aos praticantes e/ou clientes poderá contribuir para valorizar a componente natural envolvente. As atividades de turismo de natureza estão por norma relacionadas com padrões de sustentabilidade que atestam uma consciencialização para as questões da preservação e conservação ambiental. As autoridades de gestão em matéria do Ambiente, têm aqui um papel preponderante na aplicação das medidas de gestão inerentes para que se garanta um Bom Estado Ambiental com base na preservação dos locais, diminuindo a pressão exercida quando necessário, e apostando num uso sustentável dos recursos naturais (património natural, recursos hídricos).

Agradecimentos

Este trabalho é financiado pelo FEDER em 85% e por fundos regionais em 15%, através do Programa Operacional Açores 2020, no âmbito do projeto ACORES-01-0145-FEDER-000083 - SCAPETOUR – Promoção das paisagens costeiras e marinhas para a diversificação de produtos turísticos. Este trabalho beneficiou também dos fundos Nacionais, através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no

âmbito do UIDB/50027/2020. Os autores agradecem a disponibilidade e o apoio prestado pelas empresas de canyoning consultadas.

Referências

Andre, S. (1996). Etude environnemental des canyons – *Chantiers de nettoyage de canyons*. Institut Supérieur Européen des Métiers de l'Environnement. Fédération Française de Spéléologie, Commission Canyon.

Alves, P.H., & Silva, F. (2018). Geoturismo e desporto aventura nos Açores: aplicação ao caso do canyoning. *Vulcânica-Revista Portuguesa de Vulcanologia*, 2, 483-484. <http://hdl.handle.net/10400.9/3100>

Calado, H., Borges, P., Phillips, M., Ng, K., & Alves, F. (2011). The Azores archipelago, Portugal: improved understanding of small Island coastal hazards and mitigation measures. *Natural Hazards*, 58, 427-444. <https://doi.org/10.1007/s11069-010-9676-5>

Ceballos-Lascuráin, H. (1996). *Tourism, ecotourism, and protected areas: The state of nature-based tourism around the world and guidelines for its development*. Gland: International Union for the Conservation of Nature.

Cole, D.N. (1996). Wilderness recreation in the United States e Trends in use, users, and impacts. *International Journal of Wilderness*, 2(3), 14-18. <https://www.fs.usda.gov/treesearch/pubs/23577>

DRE (2005). *Mesure de L'impact des pratiques de canyoning et d'aquarandonnée sur les invertébrés aquatiques des rivières Dourbie et Bramabiau dans le département du Gard*. Direction Régionale de L'Environnement, France.

DROTRH/INAG, 2001. *Plano Regional da Água*. Relatório técnico. Versão para consulta pública. DROTRH-INAG, Ponta Delgada.

FFME & FFS. (2007). *Manuel technique de canyonisme*. Nota Bene.

Hardiman, N., & Burgin, S. (2010). Canyoners' perceptions, their evaluation of visit impacts and acceptable policies for canyon management in the Blue Mountains (Australia). *Managing Leisure*, 15, 264-278. <https://doi.org/10.1080/13606719.2010.508667>

Hardiman, N., & Burgin, S. (2011). Canyoning adventure recreation in the Blue Mountains World Heritage Area (Australia): The canyoners and canyoning trends over the last decade. *Tourism Management*, 32(6), 1324-1331. <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2011.01.002>

IPDT – Instituto de Planeamento e Desenvolvimento do Turismo (2016). *Plano Estratégico e de Marketing para o Turismo dos Açores (PEMTA)*. Instituto do Turismo.

Leite, A.R. (2017). Os caminhos da construção do território dos Açores nos séculos XV e XVI. *Genius Loci: lugares e significados*, 2, 599-610.

Machado, M.V.D.R. (2019). A literatura de viagens e os olhares femininos sobre os Açores setecentistas e oitocentistas. *Memória e Identidade Insular: Religiosidade, Festividades e Turismo nos Arquipélagos da Madeira e Açores*, 277-290.

McElroy, L. (2006). Small island tourist economies across the life cycle. *Asia Pacific Viewpoint*, 47(1), 61-77. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8373.2006.00303.x>

Menezes, G.M. (2003). *Demersal fish assemblages in the Atlantic Archipelagos of the Azores, Madeira, and Cape Verde* [Doctoral dissertation, Universidade dos Açores]. Repositório da Universidade dos Açores.

Oliveira, C.P. (2013). *Caracterização do mercado de actividades de Turismo de Natureza em Portugal* [Master's thesis, Universidade Nova de Lisboa]. Faculdade de Ciência e Tecnologia.

Paz, A., Brandão, A., Duarte, A., Varela, A., Sá, A., Rocha, D., & Quaresma, L. (2014). *Guia de Canyoning Arouca Geopark*. Arouca: AGA -Associação Geoparque Arouca.

Ponte, J.B. (2010). *Caracterização do greenn-business no sector do turismo na Região Autónoma dos Açores* [Master's thesis, Universidade dos Açores]. Repositório da Universidade dos Açores.

Santos, R.S., Hawkins, S.J., Monteiro, L.R., Alves, M., & Isidro, E.J. (1995). Case studies and reviews: marine research, resources and conservation in the Azores. *Aquatic Conservation: Marine and Freshwater Ecosystems*, 5, 311-354. <https://doi.org/10.1002/aqc.3270050406>

Silva, F., & Almeida, M.C. (2018). *Dossier produto: canyoning Açores*. Oficina do Lazer Consultoria Lda. & Turismo dos Açores.

Silva, F., & Almeida, M.C. (2019). Inventário, classificação e gestão de recursos turísticos: o caso do canyoning. *Proceedings Book*, 378.

Silva, F., Almeida, M., & Pacheco, P. (2014a). *Por caminhos de água... nos Açores*. Guia de canyoning. Ponta Delgada: Turismo dos Açores.

Silva, M., Silva, F., & Carvalhinho, L. (2014b). A importância da formação no turismo de aventura. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, 21/22 (1), 255-264. <https://doi.org/10.34624/rtd.v1i21/22.11215>

Tiago, F., Gil, A., Stemberger, S., & Borges-Tiago, T. (2021). Digital sustainability communication in tourism. *Journal of Innovation & Knowledge*, 6 (1), 27-34. <https://doi.org/10.1016/j.jik.2019.12.002>

Tiago, T., Faria, S.D., Cogumbreiro, J.L., Couto, J.P., & Tiago, F. (2016). Different shades of green on small islands. *Island Studies Journal*, 11 (2), 601-618. <https://1library.org/document/6zkle24y-different-shades-of-green-on-small-islands.html>

Turismo de Portugal (2017). *Estratégia Turismo 2027. Liderar o turismo do futuro*. Turismo de Portugal I.P.

Véronique, B., & Fabienne, H. (1994). *Canyons des Pyrénées: Ecosystème impact de la descente sportive sur le Milieu*. Fédération Française de Spéléologie.

The Characterization of Rivers for Sustainable Tourism Management

Luís Carreira dos Santos

Instituto Politécnico de Tomar. Unidade Departamental de Arqueologia,
Conservação e Restauro e Património, Tomar, Portugal

Biologia Ambiental. Centro de Geociências da Universidade de Coimbra (CGEO)

Centro de Tecnologia, Restauro e Valorização das Artes (Techn&Art)

lsantos@ipt.pt

ABSTRACT

Rivers are unique and complex ecosystems that possess a great diversity of resources and habitats, harvested by humans to thrive since the dawn of civilization to present day status. Undoubtedly, humans have taken rivers for granted, exploiting them, and abandoning them under the assumption that the water cycle is endless and renewable. As that may be, a fact is that the environmental pollution and climate change issues lead us to the current scarcity of this precious element in its purest form.

Living in the information century it is unbelievable how little transdisciplinary knowledge is included in the evermore specialized educational system. Tourism as the emerging industry of the XXIst century with a broad multitude of areas which offer natural assets as attractions, holds a particular high responsibility in portraying a transdisciplinary approach, thus maintain the environmental quality of their important marketing asset.

For these motives, this chapter will describe summarily the ecological characteristics of rivers, addressing the formation, classification, the habitats, the riparian corridor and management highlights, contributing towards the sustainability of river tourism. The knowledge of the most important variables affecting this delicate ecosystem, should be used to plan, manage, educate and preserve its essence for future generations to enjoy.

The sustainable future of life in our planet will depend on the existence of clean water, humans acquired an enormous environmental debt which we must start paying back, why not start recovering our rivers as they hold the key for sustainability, ours and

the world's. This is where tourism holds a major responsibility, not only as a thriving industry, but as one that uses the natural assets available in nature to flourish.

KEYWORDS

Rivers, ecology, ecological assessment, tourism, environmental education

A Caracterização dos Rios para a Gestão do Turismo Sustentável

RESUMO

Os rios enquanto ecossistemas únicos e complexos, oferecem uma grande diversidade de recursos e habitats, fatores que contribuíram para a sua contínua utilização como motor de desenvolvimento humano desde os primórdios da civilização. Historicamente, os humanos assumiram uma atitude de desrespeito pelos rios, explorando-os e abandonando-os sob os pressupostos de que o ciclo da água é infinitamente renovável. No entanto, questões relacionadas com a poluição ambiental, agravadas pelas alterações climáticas conduzem-nos à atual escassez de água especialmente na sua forma mais pura, o que coloca estes ecossistemas em risco.

O século da informação, inacreditavelmente, não contribuiu para a disseminação transdisciplinar do conhecimento, especialmente quando consideramos o cada vez mais especializado sistema educativo. O turismo, enquanto indústria emergente do século XXI, que contempla uma multiplicidade de áreas características à diversificação da sua oferta, detém a particular responsabilidade de considerar uma abordagem transdisciplinar no ensino, garantindo a qualidade ambiental dos seus ativos.

Por consequência, este capítulo descreverá sumariamente as características ecológicas dos rios, a sua formação, classificação, habitats aquáticos e corredores ripícolas, considerando algumas estratégias de gestão, que enquanto temáticas ecológicas devem contribuir para o ensino da sustentabilidade em turismo fluvial. O conhecimento das variáveis mais importantes que afetam este delicado ecossistema devem ser utilizadas para planejar, gerir, sensibilizar e formar profissionais de turismo capazes de utilizar e simultaneamente preservar a essência destes ecossistemas.

O futuro sustentável do nosso planeta dependerá da existência de água potável, os humanos contraíram esta considerável dívida ambiental para com os nossos rios que devemos começar a saldar. A recuperação dos nossos rios, com recurso ao turismo poderá ser a chave para a sustentabilidade, desde que a solução assuma a responsabilidade, não só na perspetiva do desenvolvimento, mas como utilizadora de um ativo natural que carece de sustentabilidade.

PALAVRAS-CHAVE

Rios, ecologia, avaliação ecológica, turismo, educação ambiental

Introduction

For centuries humans harnessed rivers for their own purposes, they build dams for water reservoirs and hydroelectric power production, dredged, widened and straightened to aid navigation, improve land drainage and alleviate flooding, and stabilised to prevent the loss of buildings and bridges or to protect farmland. All these, change the natural behaviour of a river and may lead to instability problems, only solved by heavy engineering interventions with consequences to the conservation and amenity value of the riverine environment(Nottebaert et al., 2018).

Ecological assessment is currently recognised as paramount to sustainable management of the world's freshwater resources. In Europe, the European Union's Water Framework Directive 2000/60/EC of the European Parliament and of the Council of 23 October 2000, complemented by the Environmental Quality Standards Directive and the Groundwater Directive, which establishes a framework for community action in the field of water policy Official Journal L 327, 22/12/2000 P. 0001 - 0073, and requires that water resources be subject to ecological assessment, to provide a basis for the management and restoration of catchments. The USA, uses widespread biological surveys to regulate water quality, following the 1987 amendments to the federal Clean Water Act, where section 101(a) states that its primary objectives are to "restore and maintain the chemical, physical, and biological integrity of the nation's waters"(Mebane et al., 2003; Royer et al., 2001). In Australia, water quality has been assessed nationally using biological indicators since the mid 1990s, to guide water management agencies as well as the National Water Initiative 2004. In South Africa a national monitoring program has also been developed (Ollis et al., 2006) that incorporates several groups of biota for ecological assessment. Biological measurements provide direct information on the condition of groups of biota resident in the water resource, and therefore on the condition of the resource. Thus they address management issues more directly, and can provide a more sensitive time-integrated assessment of river condition, than physical or chemical variables, they have in many studies been determined as insufficient methodological approach under certain environmental conditions(Oberdorff et al., 2002; Parsons & Thoms, 2017; Feio et al., 2021).

During the last decades natural integrity of river basins and low levels of anthropogenic impact within protected areas rose public awareness to the social-economical value of freshwater resources (Parsons & Thoms, 2017). Nevertheless, activities such as irrigation for agriculture and catchments for energy production pose various

threats to water quality, flow reduction and ecosystem integrity (Oliveira & Cortes, 2006; Richter & Thomas, 2007; Robson et al., 2013). Many natural aspects of rivers ecosystem are threatened, for example floods cue fish to spawn, trigger insects to begin a new phase of their life cycle, while very low flows may be critical to riparian vegetation, cause eutrophication and consequently death of aquatic vertebrates (Richter & Thomas, 2007).

The preservation of ecosystem health must become an explicit goal of water development and management of the planet's rivers, which becomes highly impaired as populations and economies grow against a finite supply of water, many previously untapped rivers are being targeted for new dams and tourism activities, and already-developed rivers are coming under increased pressure. Spain and Portugal plans are to build 120 dams to meet alternative energy targets imposed by the EU, followed by many other newly member states. These proposed projects will almost certainly add to the ledger of ecological damage already brought on the Europe's rivers. Dams now alter the timing and volume of river flows on a wide geographic scale. Many researchers argue that, dams, diversions and other infrastructures have fragmented 60 percent of the 227 largest rivers. Most European, Japan, United States, and other industrialized regions rivers, are now controlled by humans, rather than by nature. Instead of flowing to the rhythms of the hydrologic cycle, rivers are turned on and off like pipe works.

Societies have reaped substantial economic rewards from these modifications to rivers. However, because inadequate attention has been paid to the ecological side effects of this development, society has lost a great deal as well. In their natural state, healthy rivers perform myriad ecosystem services, such as purifying water, moderating floods and droughts, and maintaining habitat for fisheries, birds, and wildlife. They connect the continental interiors with the coasts, bringing sediment to deltas and coastal beaches, delivering nutrients to fish habitats, and maintaining salinity balances that sustain productive estuaries. From source to sea and from channel to floodplain, river ecosystems gather, store, and move snowmelt and rainwater in synchrony with nature's cycles (Prideaux & Cooper, 2009). The diversity and abundance of life in freshwater ecosystems reflect millions of years of evolution and adaptation to these natural rhythms, whereas human activities took little over a century to alter.

Egypt is a very well known example, where before the 1960s dams' diversity of fish accounted for 47 species of fish diversity, whereas today only 17 species are known. Globally, the World Conservation Union estimates that 20 percent of the

world's 10,000 freshwater fish species are at risk of extinction or are already extinct. According to the US EPA, 37 percent of freshwater fish species in the United States are to some degree at risk of extinction, as are 69 percent of freshwater mussel species (Richter & Thomas, 2007).

To fully assess ecosystem health, it is necessary to investigate both ecosystem structure and function. Ecosystem structure identifies biological, chemical and physical patterns, while ecosystem function involves quantification of the processes that occur within an ecosystem. Ecosystem processes can help identify the vigour or resilience of a system (Botter et al., 2013) as well as being a direct measurement of ecosystem services, such as nutrient removal by de-nitrification (Bartkow & Udy, 2004).

From the ecological point of view, streams are not a random association of species and environmental factors (Parsons & Thoms, 2017), instead they are complicated four dimensional systems (longitudinal: Upstream-Downstream; lateral dimension: relationship river bed-riparian buffer; vertical dimension: water column-sediment; temporal dimension with different scales: daily, seasonal and inter annual) (Thoms, 2006). In particular the vertical dimension considers interactions between river water level and freatic level (ground water level), the latter functions as reserve and recharge system to river. The extraction of water from streams for the various causes observes a noticeable, obvious effect on water levels, which triggers, less noticeable but not less important changes in ecological aspects (Hildrew & Giller, 1994; Richter & Thomas, 2007).

As an attempt to provide a resumed ecological quality status of an ecosystem it should be considered the fluvial energetics (Vannote et al., 1980), the communities that inhabit the water body (Metzeling et al., 2006), the associated land use and riparian vegetation (Mao et al., 2014) ,and the possible continuous or temporary sources of pollution(Oliveira & Cortes, 2006).

The mentioned aspects reveal the necessity to protect the ecological function of a stream, where one of the parameters currently used is represented by the estimate of the minimum vital flow in sense of “quantity of water necessary in the river basin to maintain the ecological vital function of the stream under study”. Hydrological data based on this measure, that should be considered a valuable asset regarding environmental sustainability of water resources, in one sense it should guarantee the availability of resources, on the other it is necessary to guarantee the freshwater ecosystem function and quality. It is fundamental to associate hydrological measurements with biotic variables present in the considered ecosystems.

In the sequence of the analysed research another situation arises for the current state of streams, where hydrology alterations and modifications require the development of tangible policies, translating this ecological mindset for river management, defining the quantity, quality, and timing of water flows needed to protect river health, so that a sound foundation for decision-making is developed. This new area of Ecology attempts to, according to different scenario, propose the appropriate water policy tools to manage human demands for water within a scientifically defined sustainability boundary.

Ecological assessment of river quality has been a theme thoroughly invested upon by several ecologists who defended the use of biological indicators in terms of catchment management, stating that these were a more reliable, economical and long term, monitoring tools. The obvious necessity of developing an integrated management of the water cycle environmental aspects, aiming at sustainability, requires an inclusive knowledge of variables and stream characteristics that often is not understood by areas outside Ecology. Therefore, the following sections will address all variables summarily, awarding a basic knowledge of stream complexity to planners and managers of various scientific areas.

The Importance of the River Ecosystem

Rivers moreover represent an important study theme (Anderson et al., 2019; Khorooshi et al., 2016), the riverine ecosystem can be generally described as having currents that generate turbulence, short water residence time, variable discharge and physicochemical conditions, unidirectional transport of nutrients, sediments and biota, dynamic channel morphology, and they are variably exposed to light.

No ecosystem can be studied in isolation direct and indirect influences in their chemistry from the rocks and sediment beneath them as well as from all the area it drains, denominated drainage basin. The drainage basin's characteristics will influence the typology of stream, varying in size and topography having a direct impact in water chemistry by the load and characteristics of the sediment carried by the stream, furthermore regional climate and type of faunal and floral assemblages will affect the natural stream flow and sediment content.

Natural events can occur that alter the river's ecology by changing these kinds of factors, mudslides, heavy rainfall, and forest fires can make drastic changes. Extreme

events are a very large and slow, integral part of the river's ecosystem. These events must be considered extreme from a human point of view, as they have affected rivers and streams for far longer than the human existence and as life cycles of most species have higher frequencies than ours, hence evolution (genotypic changes) and biological adaptation (phenotypic, ontogenic or behavioral) contributed to developing ways to resist these events, though a carrying capacity exists, beyond which deterioration rampage occurs.

Atmospheric events are closely tied to river processes, take for example the gases trapped by rain droplets that fall or drain into rivers contribute to the enrichment of gases in a stream, nowadays a new chemical compounds released into the atmosphere are contributing to acid rain, despite the fact that rains pH is always below 7, therefore acid, the current levels of acid rain are surely threatening river ecosystems (Sandin & Verdonschot, 2006). The direct impact of acid rain in streams is slow and many species develop ways to resist these events, indirectly water falls on the earth and leaches minerals such as aluminium, copper, lead amongst others, whose effects are described by several ecotoxicology studies (Fujii et al., 2003; Sandin & Verdonschot, 2006). Pollution-induced Community Tolerance (PICT) a new approach to the study of communities in an ecosystem that exhibit increased tolerance as a result of exposure to contaminants is currently a new ecological approach with differences to the conventional approach where it accounts for causality in a more integrated manner accounting for biological indexes and density of species, furthermore it considers community level impacts whereas others focus solely on species or population levels (Boivin et al., 2017; Mebane et al., 2003).

Despite the known hazardous effects of acid rain, luckily not all streams are impacted in the same manner, some water bodies benefit from the substrate typology. Limestone contains calcium carbonate (CaCO_3) whose buffering effects of acid rainfall are well known, the strong base will neutralise the acid deposited in this type of streams, which pH is regularly close to neutral. Areas with acid geological characteristics, such as mountainous areas with recent igneous geologic characteristics (basalt, granite and schist) possess delicate equilibrium to acid rain episodes, forest fires or pollution discharges involving higher acidity input into the stream (Gallardo et al., 2007; Sanchis-Ibor et al., 2017).

Investigators increasingly recognise the human influence as a threat to the ecological integrity of river ecosystems, impacting habitat, water quality and biota (Feio et al., 2021; Kalicki et al., 2020; Notebaert et al., 2018). Recently gaining importance

are influences from exotic species(Prideaux & Cooper, 2009), dams(Maavara et al., 2020) and climate change (Parsons & Thoms, 2017; Robson et al., 2013).

Stream Formation

In general, streams flow downhill, a stream derives from slope induced water movement, reason why, most streams begin up in the mountains, where snow, ancient glaciers or rainfall from the winter create a flow downstream, which collect further water from rain and tributaries. Some rivers display a distinct type of origin rising up from springs where groundwater meets the surface, forming lakes or pools, or simply running downhill, this process is common in lowland rivers.

Rivers go beyond the surface running water, the hyporheic zone, so important in many intermittent rivers, represents in many cases the main supply of a stream and in other cases the source of species repopulation. The hyporheic zone depends on the type of sediment underlying the stream, where the gravelly the further the extent, in some cases as wide as the floodplain forming a single system with the aquifer that feeds them.

Aquifers are sometimes wrongly addressed as “water tables” where in fact these are just the top margin of the aquifer, they are underground streams respecting the same principles as surface streams, when seepage stops they move sideways downhill. The term underground stream may lead to misconception as an aquifer is not a stream, its underground nature, the percolation of water through different particles and sizes and the slow movement which are characteristic. They run at different depths and may reach the surface, in which case are defined as streams and rivers if they run in channels overland, or lakes and ponds if contained and slow running. Where aquifers “leak” out onto land, they are defined as springs.

Streams don't just receive water from precipitation and snowmelt, but also from aquifers (Fig. 1), if these go dry, due to water removal from wells for agricultural or human consumption, streams can dry. These types of streams will follow aquifers as they seep deeper into the ground hitting bedrock or clay resulting in total or partial drying up of the stream with consequent loss of plant and animal communities and becoming vulnerable to erosion. New flows after drying spells erode both streambeds and streambanks.

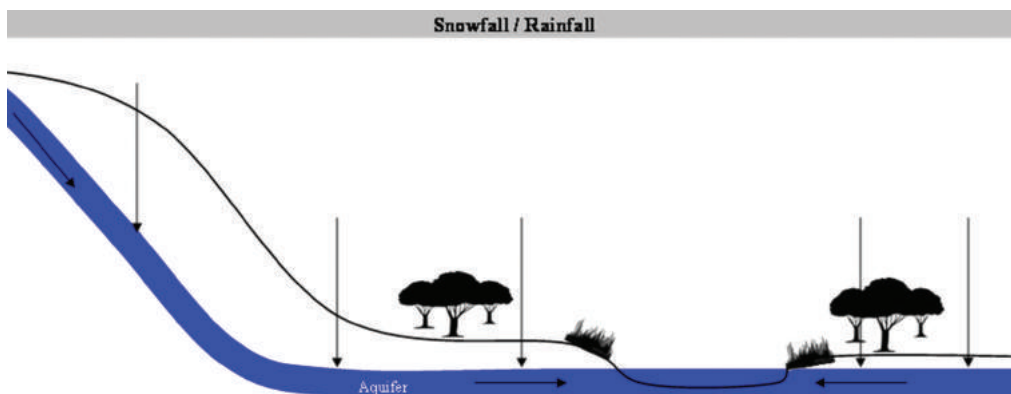


Figure 1. Water origin in streams

Drying spells can be caused by humans similarly, while building dams, channelling rivers and extracting large quantities of water from the aquifers, disregarding the relationship with the water cycle and the stream as a biologic system.

Recharge of aquifers is processed from the highest point to the lowlands and represents an important input in flow maintenance in dryer periods by the discharge process onto streams, lakes and ponds. The recharge of aquifers is impaired by human activity, specially observed in high industrialised or urban areas with heavy construction and roads, where very little water can recharge the aquifers and higher demand results in reaching deep into the aquifers for extraction.

Industry and housing are strongly dependent on water resources, hence their location by streams and rivers, where due to excessive water removal from wells results in inverted recharge process from streams creating depression cones on the aquifer (Fig. 2). This process results in eventual drying of the stream or river during droughts (depending on climatic conditions and latitudes) and flooding during heavy rainfall due to surface runoff.

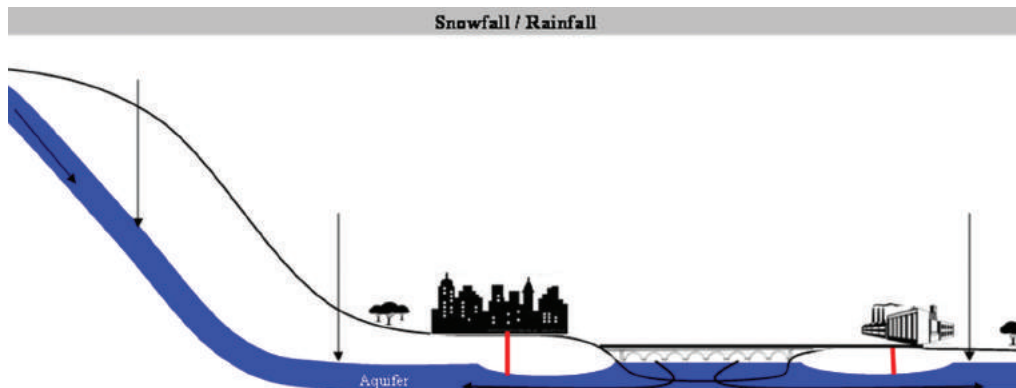


Figure 2. Flow reduction through depression cones formation

Floods and surface runoff are both controlled by marginal vegetation, evident when looking at a natural river bank. Common high level flows can be observed by bank vegetation, usually where rocky shore ends and mud and grasses begin while floods with origin in snowmelt or heavy rainfall are normally limited by long term vegetation, area denominated floodplain. Floodplains are easily identified in streams where these events take place with some frequency, land use and vegetation types that cannot endure submersion by water avoid these areas and allow an easy identification (Fig. 3).



Figure 3. Floodplain identification through aerial photography (Nabão at Senhora das Lapas)

Developments in physical geography aided by computer technology allow precise floodplain measurements where average values of flooding events are plotted spatially in maps (Fig. 4), normally considered only topographic floodplain.

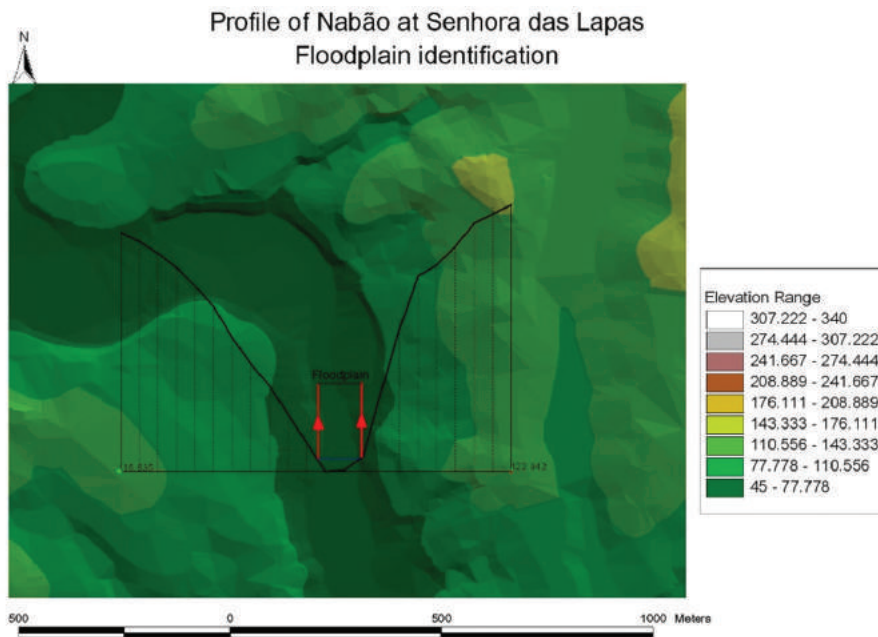


Figure 3. Topographic floodplain delimitation using GIS (QGIS)

Not always floodplains are bereft of vegetation, in fact submersion tolerant tree species occupy this ecological niche denominated riparian zone.

Streams don't just meander from side to side, in fact they display ascendant and descendent movements too, most evident in desert areas with sandy riverbeds and frequent drought, and not less evident in the Mediterranean region. Streams have completely dry stretches while further downstream some stretches bear water, in fact streams did not and rarely do get completely dry, especially if aquifer dependent, they continue flowing in the hyporheic zone.

In their natural state, rivers flow in a reasonably continuous fashion and when flow decreases during drought periods it allows animals and plants that rely on the river to adapt, move elsewhere or utilise genetic adaptations built over millions of years. Flow changes gradually as rainwater seeps into the ground and fills up swamps and

marshes, heavy rainfall or winter snowmelt episodes cause temporary and gradual flooding. Flooding represents a biological trigger for many species reproductive cycle while enriching the riparian zone soils.

Most probably this characterisation of stream does not apply to most rivers in the world; these are some of the ways humans manipulate the way rivers flow:

- Build dams provoking situations where extremely low water level is available and others where sudden floods occur out of season impairing the biological balance.
- Build artesian wells and pump groundwater from aquifers, lowering the water level around streams, lakes, and wetlands and thus drying them up and resulting in inverted recharge of aquifers.
- Create impermeable surfaces, such as roads, parking lots, sidewalks, and roofs generating urban runoff. Urban runoff results of the incapacity of water to soak into the ground and recharge aquifers, running directly into streams and while runoff during rainfall increases sudden unseasonably flooding occurs.
- Land reclamation, especially of wetlands, areas of swamps and marshes with the intention of building housing, industry or even agriculture. Wetlands hold an unsurpassed diversity of wildlife, while controlling rainwater from entering the river directly which would cause catastrophic flooding.
- Channelization of rivers to prevent meandering, protect their property or irrigate agricultural fields, defined by many as bank-stabilization techniques cause loss of habitat, nutrients and increase water energy, inevitably creating increased erosion downstream of the channelized site. This impairment of the natural riverine processes generates high energy, destroys habitat, reduces nutrients, strive aquifers and moves flooding downstream.

Riparian vegetation works as a bioindicator of good stream health, and where man-made structures are built degradation is evident.

Stream Classification

The classification of streams is one of the tools used by Ecology to understand biotic variation between and within basins. Some of the simplest ways of classification were created by Strahler, 1957 and Shreve, 1967. The former considering a classification

where when two streams of the same order, coming together, to make the next larger order (i.e. Two 1st order streams make a 2nd order stream and when 2nd and 1st order streams meet, is still a 2nd order) as exemplified in Fig. 6 representing the Strahler's classification of the Nabão basin. The latter considers stream ordering by magnitude, where two 1st order streams give origin to a 2nd order and two 2nd order give origin to a 4th order stream (Fig. 5).

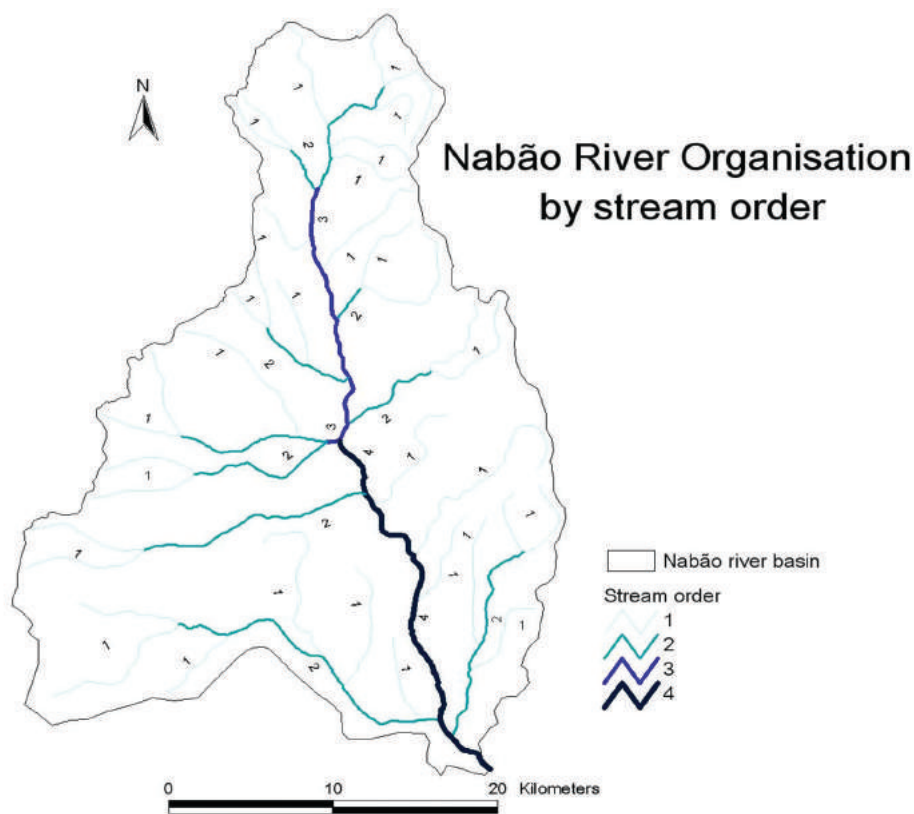


Figure 5. Nabão River basin organisation according to Strahler's stream order (QGIS produced)

These are very useful ways of distinguishing rivers from streams where in a watershed streams are group by number based on size. Normally for the Strahler system, headwater streams are orders 1-3, medium sized streams are orders 4-6 and large rivers >6.

Following Strahlers classification system the Nabão River is a headwater stream of 3rd order until Agroal (Karstic spring), from where is classified as a medium size

stream of 4th order. The Strahlers network geometry classification of the Nabão exhibits a dendritic pattern.

Other stream classification systems known are the Schumm's classification system (Schumm, 1977), Simon's channel evolution model and evolution stages (Simon, 1989; Simon & Hupp, 1987) and the Rosgen stream classification contemplating valley type, broad level of stream type delineation, stream types, cross section of stream types and a classification key for natural rivers (Rosgen, 1994). Rosgen offers the most comprehensive set of variables utilised by freshwater biologists nowadays.

Habitats and Hierarchy

Streams provide an astonishing number of different habitats, their classification lead ecologists to adopt the hierarchical approach system (Fausch et al., 2002), in which streams can be analysed from the largest spatial scale to successively smaller scales (Fig. 6).

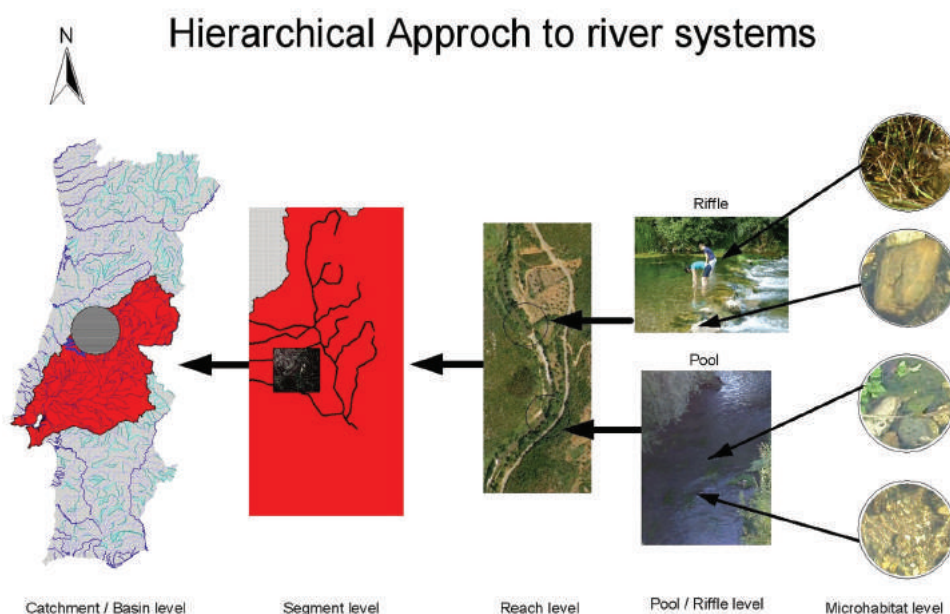


Figure 6. Hierarchical approach to river systems (Nabão) adapted from Allan (2004)

Freshwater Ecology researches at various levels, from catchments level to microhabitat depending on the typology and aim of the study. Notorious reduction in the number and amplitude of environmental variables is observed throughout the hierarchical approach where for microhabitat impacts of environmental disturbance present disasters of huge magnitudes.

Lotic Habitat

Lotic systems, known as running water rivers, possess a series of heterogeneous habitats formed by a myriad of physical, chemical and biological processes distributed over hierarchical scales (Fig. 7). Lotic biological assemblages are shaped by both natural and man-made variables, both acting as environmental filters along the streams spatial gradient (Oberdorff et al., 2002; Radecki-Pawlik et al., 2020; Sandin & Verdonschot, 2006) the regionalisation of catchment method may be used to assess many flows characteristics like regime or design flow and thus provide help in the analysis of hydrological and ecological processes and also in the management of water resources. Correct clarification of catchments requires knowledge about the main factors that influence on river regime, like meteorologic conditions, land cover/land use, geology, soil properties terrain features, human activities. The aim of the study was to analyse the relationship between selected catchment attributes along with precipitation climatology and seasonality of mean flows (MQ). Lotic communities represent an important role in the processing, consumption, transport and subsequent availability of nutrients downstream representing a continuum as described by Vannote et al. (1980), despite regulated lotic systems demonstrate a serial discontinuity concept (Fujii et al., 2003; Ward & Stanford, 1995), along a discontinuity distance. Ward is also responsible for the description of the four-dimensional nature of lotic systems, where the upstream-downstream interactions constitute the longitudinal dimension, channel-riparian floodplain exchanges of matter and energy the lateral dimension, channel-contiguous groundwater the vertical dimension and time and temporal hierarchy the fourth dimension (Ward & Stanford, 1995).

Due to the natural “wild” characteristics of lotic streams they were sought after for energy harvesting before electricity made its debut. Such structures were then abandoned worldwide allowing for rivers to recover and are currently being sought over for tourism development under the nature tourism flag.

Lentic Habitat

Lentic habitats in streams are commonly created by man-made structures, such as dams and reservoirs, naturally they are found in topographic accidents in streams or as lakes. A still body of water will inevitably disturb the equilibrium of streams affecting the distribution of organisms in the stream. The environmental factors affecting this type of water bodies are distinct from the ones affecting lotic systems. Wind and temperature are considered to be the prime factors, wind responsible for disturbing water and temperature can create convection currents creating a homogeneous temperature throughout the water body (Maavara et al., 2020; Richter & Thomas, 2007) meaning that most major rivers on Earth are now dammed. Dams impede the flow of essential nutrients, including carbon, phosphorus, nitrogen and silicon, along river networks, leading to enhanced nutrient transformation and elimination. Increased nutrient retention via sedimentation or gaseous elimination in dammed reservoirs influences downstream terrestrial and coastal environments. Reservoirs can also become hotspots for greenhouse gas emission, potentially impacting how 'green' hydropower is compared with fossil-fuel burning. In this Review, we discuss how damming changes nutrient biogeochemistry along river networks, as well as its broader environmental consequences. The influences of construction and management practices on nutrient elimination, the emission of greenhouse gases and potential remobilization of legacy nutrients are also examined. We further consider how regulating hydraulic residence time and environmental flows (or e-flows.

Lentic habitats also alter the chemical composition of water; the oxygenation process is altered, the accumulation of organic material and subsequent decomposition and release of CO₂, depth and light availability and the favouring of plant and animal species (Maavara et al., 2020; Nikolai & Dzialowski, 2014) internal mechanisms can also contribute to the processes of eutrophication. We assessed how the release of phosphorus (P.

In many countries the artificial nature of many reservoirs provoked a series of biodiversity introductions as a support measure to feed the tourism industry. Consequently, many of these reservoirs suffer considerably from tourism pressure with recreational activities threatening water quality and habitats alike.

Hyporheic Zones

The hyporheic zone is generally understood to be part of the landscape that contains water of both subsurface and stream channel origin and can be visualized as sub stream water. The importance of the hyporheic zone is such that it establishes a dynamic bi-directional link of multiple flow paths between streams within a watershed.

Water always moves from areas of higher energy to lower energy, technically described as moving from higher hydraulic head areas to lower hydraulic head areas.

Rain or snow melt, falling within a watershed, may run as Hortonian flow or it may infiltrate into the ground flowing down hydraulic gradients to positions lower in the catchment. This water may intercept streams and contribute to surface water flow, reason why most streams get larger in a downstream direction (Vannote et al., 1980).

In many rivers, water moves back and forth into and out of the stream depending upon the relative head energy between the stream channel and the groundwater. The area where water has moved from the stream channel, back into the subsurface (below the streambed) sediments is termed the hyporheic zone.

Hyporheic zones may have more diverse invertebrate communities than surface streams. Organisms that live in the river may use the hyporheic zone as a refuge from floods, squeezing down into the sediment pores in the hyporheic zone (Davis et al., 2006; Sanchis-Ibor et al., 2017) incorporating macroinvertebrate and environmental data, similar to that developed for Australian rivers (AUSRIVAS).

Because hyporheic zones have no light, all of the organic matter that supports the food web comes in with the water as it flows through the hyporheic zone on its way back to the river. This organic matter is taken up by an active community of bacteria, protozoans (i.e., amoebae and paramecium) and meiofauna (insects, worms and crustaceans) that live in the pores of the sediment or as a film on the gravel itself (Findlay, 1995).

This biofilm is denominated the epilithon, which removes organic matter from the water and serves as a basis for the foodweb by providing food to invertebrates, which in turn are a food source for fish fry and amphibians that forage in the stream bottom.

Hyporheic zones can double the amount of organic matter removed from a stream, helping purify the water as it flows to the sea; they intensively participate in the

nitrogen and carbon cycling as parts of the water filtering process. Nitrogen, being an important fertilizer for algae growing on the stream bed.

Nitrogen comes from different sources. One source is nitrogen fixing tree species, taking nitrogen gas from the atmosphere and converting it into organic matter. Much of this nitrogen rich organic matter ends up in riparian soils where it can enter the hyporheic flowpaths under the floodplain. This material is converted by the epilithon into simpler forms that are used by algae (Bartkow & Udy, 2004; Sajdak et al., 2021). Hyporheic zones are important habitats for maintaining water quality and healthy and diverse ecosystems.

The River Continuum

The River Continuum concept (Vannote et al., 1980) is a broad view of stream conditions within a watershed; it may not be considered a classification system, rather it expounds the harmonious relationship between biological specific characteristics and the dynamic physical conditions of the channel. The concept interprets that the physical variables within a river system are explained by a continuous gradient.

Despite considering obvious some of the conclusions presented by Vannote, is perfectly obvious and widely accepted that individual streams are part of a larger network defined as basin or watershed.

A watershed begins with water percolation, which accumulates and forms larger stream types, growing from brooks to creeks to rivers. As the volume of water increases in the stream channel, the stream channel develops a greater cross-sectional area.

Lower elevation streams have both larger cross-sectional areas and greater volumes of water than mid and high elevation streams.

This progressive pattern of physical changes includes:

- Increase in stream size - width, depth, velocity, and flow volume;
- Decrease in shading (canopy cover) by the riparian zone;
- Decrease in size of streambed substrate; from boulders in highland streams to sandy-bottom in lowland rivers.

These changes occur due to geology where higher elevations possess narrow shapes and thin soils with mostly rock streambeds. As a stream flows and grows, it picks up sediment and exhibits a much flatter typology.

Despite Vannote's opinion that producer and consumer communities of a given river reach become established in harmony with the dynamic physical conditions of the channel, by developing strategies involving minimum energy loss and downstream communities capitalize on upstream inefficiencies, and considering the obvious predictability that downstream communities adjust to conditions the concept simply describes the pattern of physical change in a watershed and the biotic adjustments to change.

The Riparian Corridor

The word Riparious derives from the Latin, meaning "of or belonging to the bank of the river" (Gallardo et al., 2007) the relationships between the physical and chemical characteristics of the aquatic and benthic environments and macroinvertebrate assemblages in seven wetlands representative of the floodplain of the Middle Ebro River (NE Spain, in the ecological understanding of the classification term riparian refers to biotic communities on the shore of streams and lakes which are characterised by a diverse mosaic of landforms, communities and environments used as an outline for the understanding of the organisation, diversity and dynamics of fluvial ecosystem's and associated communities (Feio et al., 2021).

The riparian zone is regulated by a set of physical controls resulting in complex interactions between hydrology, geomorphology, light, temperature, fire influence, dynamics and composition. Literature suggests Hydrology and Geology as the main factors underlying the composition and behaviour of riparian zones (Casotti et al., 2015).

Heterogeneity is dependent on succession pattern and evolution, while function depends on composition and environmental setting, hence the difficulty in delineating this zone with precision. In most works authors delineate the riparian zone as the area between the low and high water-levels and in some cases the area from the highest water level till influence from elevated water tables, flooding or capacity of water retention by the soils is verifiable (Kalicki et al., 2020; Kumar et al., 2021; Richter & Thomas, 2007) dumps, canals, pits, etc..

The importance of the riparian corridor has been reported in studies since the 18th century (Saint Venant) the narrow area alongside a stream that holds special vegetation characteristic of local climatic regimes is denominated riparian corridor. Further characteristics of the riparian corridor are determined by the space, time

scales and strength of interactions between adjacent ecological systems, varying in continent, climate, stream hydrology, geology, geomorphology and alkalinity (Casotti et al., 2015). The riparian corridor possesses specific physical and chemical attributes and contributes to stream ecosystem by providing nutrient input, shade, organic materials, soil stability, and habitat (Vannote et al., 1980). They also hold type specific habitats and function as wildlife corridors and source habitats for dispersal and colonisation of free ecological niches. Their importance to the stream ecosystems is further enhanced by their contribution as a food source for macroinvertebrates (leafs) and fish (insects) (Feio et al., 2021; Ollis et al., 2006; Terrado et al., 2016).

Interfaces between environmental patches occur where structural or functional system properties change discontinuously in space or time, they are described as transition zones, ecotones or boundaries all used with synonymous connotation. Their function as a semi-permeable membrane by regulating the flow of energy and material between adjacent environmental patches and streams (Niman et al., 1993) and are particularly sensitive to environmental change.

The delicate equilibrium between stream and riparian zone is regulated by the stream characteristics, where higher equilibrium will result in higher heterogeneity of riparian zones. Each riparian zone possesses a type specific resilient animal and plant communities that varies between and within streams. Stresses from seasonal variation are expressed in terms of flooding frequency, flood duration, erosion, abrasion, drought, freezing and occasionally toxic concentrations of ammonia in addition to the normal biotic challenges; extreme conditions are classified as endured, resisted or avoided (Gundersen et al., 2021; Niman et al., 1993; Vidon & Hill, 2004).

All vegetation strata composition of riparian zones possesses some type of adaptation to this harsh environment. Most morphological and physiological adaptations of the riparian zone respond to stresses inherent to stream or land use in neighbouring areas. Pioneer species demonstrate opportunistic behaviour mostly observed in situations where limiting factors are removed by fires or human intervention where space and light availability become plentiful. Most morphological adaptations are regarded as responses to unstable soils or anoxic conditions where adventitious roots, aerenchyma and root flexibility are observed (Niman et al., 1993). Physiological adaptations are expressed in the reproductive behaviour with the intent of maximising success and dispersion of the species, trade-offs between sexual and asexual reproduction, seed size, timing of dormancy, timing of seed dispersal, mechanisms of seed dispersal and longevity are some of the mechanisms described in

literature(Naiman & Décamps, 1997). Adaptations are classified in broad categories by Naiman and Décamps and described in Table 1 allowing a better understanding of succession and distributional patterns. Mechanisms of dispersal identified in literature are hydrochory , zoochory and anemochory.

Table 1. Vegetational adaptations in the riparian zone, adapted from Naiman&Décamps (1997)

INVADER	Easily disseminated (wind and water) in the colonisation of alluvial substrates.
ENDURER	Vegetative adaptations (growth) that confer resilience to floods, fires and predation.
RESISTER	Morphological and physiological adaptations that confer resistance to submersion (floods), moderate fires and epidemics.
AVOIDER	Germination occurs only under favourable conditions, lacking type specific adaptations.

Despite the myriad of variables inherent to riparian zones in the planet some authors attempt conceptual models applied to common characteristics, Brinson argues that power and frequency of floods are inversely proportional and follow a continuum from high-power infrequent floods of high magnitude to low-power frequent floods of low magnitude, where he associates the former with large long lasting geographic features and the latter with short lived geographic features(Brinson & Malvárez, 2002). Models are widely used in ecological interpretations of natural habitats and fail where detailed parameters are required.

External water sources and the ability of sediments to hold water can allow vegetation to persist independently of the flow regime. The type of hydrological basin can vary in alluvium type and content of sediment charge into floodplains which is directly related with stream bank erosion influenced by root strength and resilience. Bank erosion accounts for most of the sediment transported by streams, further enhanced in the absence of riparian vegetation (Vidon & Hill, 2004). Stream banks however may display the opposite behaviour entrapping materials or by altering channel hydraulics. Studies by Bilby (1980) on the role of organic dams demonstrated that the removal of trapped debris results in severe erosion downstream. The importance of transported and trapped debris is further evidenced by the increase in water residence time and habitat creation for fish and macroinvertebrates(Bilby & Likens, 1980).

Physical features such as meandering or lateral channel migration depend on channel type and hydraulics influencing the riparian zone. One way streams obtain nutrients is by changing their courses, continuous process that occurs at different rates and scales. Rivers meander with hydrological processes eroding banks as the river moves within floodplains. Rivers have to meander as part of their renewal process; by meandering they wash plants and soil from the land into their waters, serving as nutrients to plants and animals alike. Further influence from land use, climate, and tectonic activity are also important in the type and shaping of the riparian zone.

Biotic patterns also influence riparian habitats which play an important role as corridors within watersheds, the longitudinal patterns exerts substantial control on the movement of water, nutrients, sediment and species. In Portugal a good example of plants using riparian zones as corridors comes from the exotic invasion of *Acacia dealbata*. Animals using riparian zones as corridors are less recorded in the scientific record, however in southern areas of Portugal the plains and arid climate limit the cover to these regions hence their function as corridors. Succession patterns influenced by physical disturbance variables in riparian zones are typically of primary succession, thus a high portion is attributed to biomass from previous communities(Niman et al., 1993; Vidon & Hill, 2004).

Riparian zones are often the greatest contributor of plant food to streams; plants drop their leaves falling into or washed into the stream. This allochthonous matter (from outside the stream), as opposed to autochthonous matter (from inside the stream, like algae and diatoms). These leaves provide food to species in the stream, not only the leaves themselves can be eaten, but also whatever bacteria or fungus covering the leaves, will aid in the decomposition process. Bacteria are consumed by crayfish when eating decaying plant matter. Riparian plants also hold life on them which drop into the stream and provide food to stream-dwellers.

Riparian vegetation also influences the amount of sun/shade over the stream which combined with geographic location of north or south facing slopes creates several microclimates in streams. Stream water temperatures are highly correlated with riparian soil temperatures, air, soil, surface temperatures and relative humidity (Casotti et al., 2015), influences on stream discharge through evapotranspiration were also observed with higher influence in warmer climates and seasons.

The function of riparian zones as nutrient filters, controlling the movement of nutrients to streams is explained by several authors (Casotti et al., 2015; Naiman

& Décamps, 1997), who emphasize on the importance in controlling the input of pollutants and sediments from non point source in agricultural land use watersheds. The importance of the hyporheic zone in the exchanges between land use and stream further emphasize the role of the riparian zone as a filter. Other studies from Lawrence et al (1983) demonstrated that riparian areas function as buffers to soil loss in agricultural fields retaining up to 90% of the sediments. The function of riparian zones as biological buffers (Peterjohn & Correl, 1983; Groffman et al., 1992) can represent an important mechanism of nutrient removal by plant uptake, however with reduced importance where water accessibility is reduced.

Riparian buffer zones retain surface runoff of pollutants, owing this to their water storage capacity; they intercept dominant hydrologic pathways that are dependent on soil type, soil permeability, land use, slope, potential run-off generation areas, and land drainage. Hydrological pathways are likely to change widely in space and time. Vegetational growth or weather variations may affect the degree of saturation of the riparian zone and the proximity of the water table to the soil surface (Lowrance et al., 1995), thereby complicating the intricacy of groundwater routes and the ways water-borne nitrate encounters roots and soil microbes.

Different pollutants affect riparian zones and ultimately streams in a differentially manner; hence different loading rates for different pollutants (Lowrance et al., 1995). For nitrate, higher rates of N-removal generally occur with higher loading rates as a consequence of denitrification and vegetative uptake. For other nutrients and metals, biological processes similar to denitrification are lacking, and higher rates of loading may result in excess release when the filtering capacity of the riparian buffer is exhausted (Osborne & Kovacic, 2007).

Management and Restoration

Hydrologic characteristics are of primary importance in managing stream and riparian ecosystems. The importance of the riparian zone (described in previous sections) deserves particular attention when managing fluvial ecosystems, riparian systems facilitate sediment removal and infiltration therefore preventing these systems from becoming sources of pollutants, hence the increasingly important managerial use of riparian zones to control diffuse pollution (Lowrance et al., 1995). Riparian effectiveness increase where upstream catchments benefit from no pollution or reduced pollution inputs, furthermore the integrated effects of riparian zones on

water quality will also differ according to stream order, smaller streams having a greater potential than larger ones to buffer against pollution despite flooding and erosion of riparian soils during winter may be a general limitation to buffering capacities for nutrients and metals (Naiman & Décamps, 1997; Lowrance et al., 1995).

The control of water quality in headwater catchments is an effective management strategy because in polluted streams, few inexpensive possibilities are available for improvement. Some strategies suggest multi-species riparian buffer strips provide the best protection against agricultural impact (Osborne & Kovacic, 2007; Young, 2000; Naiman & Décamps, 1997; Lowrance et al., 1995). These strategies use a zonation from the water edge to several meters inland and suggest a composition of permanent forest strips of variable widths, followed by bushes and small trees up to 4m wide strip and last herbaceous vegetation strip of up to 7m. The first strip influences the stream environment; the second zone controls pollutants that infiltrate the soil and on surface runoff, both contributing to nitrogen, phosphorus, and sediment pollution removal; the third zone provides spreading of overland flow, thus facilitating deposition of coarse sediments. Riparian systems fulfil ecological functions related to biodiversity, habitat, information flow, biogeochemical cycles, microclimate, and resistance and resilience to disturbance. The common denominator to all effective methodologies of management that may be used in stream is the imitation of natural river processes.

Significant progress has already been made in mapping riparian systems using remotely sensed data (Lowrance et al 1995) recommended that linear forests be characterized at a resolution of 10 m to 20 m. In combination with computer models such as REMM and CONCEPTS that study the effects of riparian forests and in stream restoration measures on water quality enable the understanding of correct measure to be applied in management strategies (Fausch et al., 2002; Terrado et al., 2016).

As discussed throughout previous section human impacts are the main reasons for stream habitat deterioration, during several years well intentioned interventions in streams proved to be recipes for disaster. In the last two decades, interventions became smoother and aware of ecological impacts bringing results and benefits to impacted streams.

Benefits obtained from management and restoration of riparian zones include provision of diversified habitat for terrestrial and aquatic wildlife, corridors for plant and animal dispersion, input of organic matter to streams, control of extreme events, enhancement of the visual quality and increase in recreational value.

Overview

There are many natural and anthropic variables affecting streams omitted in this chapter, however the objective was to introduce key concepts of river Ecology to planners, managers and users of streams with tourism in mind. The observed development of the tourism industry in the last decade increased the pressure on these delicate balanced ecosystems. Humans by nature are attracted to water, which along with the growing environmental concerns and increasing educational awareness creates this thriving need to experience the last “wild” places on earth leading to the recent success of Ecotourism and Nature Based Tourism offers.

This “thirst” for water requires stricter policy and a very responsible attitude from the tourism industry to avoid the mistakes portrayed in the past. Every business exploiting a river should, be aware of the dangers involved in exploiting such an ecosystem, thus contribute with part of their revenues to stream wellbeing in a very clear and open way. Many examples from ecotourism business worldwide go from simple voluntary cleaning to research grant awards for local community young members, proudly displaying their initiatives as shrines of river worshipping.

Preserving these ecosystems rare beauty and ecological importance is an obligation more than a compromise.

Bibliography

Anderson, E. P., Jackson, S., Tharme, R. E., Douglas, M., Flotemersch, J. E., Zwarteveen, M., Lokgariwar, C., Montoya, M., Wali, A., Tipa, G. T., Jardine, T. D., Olden, J. D., Cheng, L., Conallin, J., Cosens, B., Dickens, C., Garrick, D., Groenfeldt, D., Kabogo, J., ... Arthington, A. H. (2019). Understanding rivers and their social relations: A critical step to advance environmental water management. *WIREs Water*, 6(6), 1–21. <https://doi.org/10.1002/wat2.1381>

Bartkow, M. E., & Udy, J. W. (2004). Quantifying potential nitrogen removal by denitrification in stream sediments at a regional scale. *Marine and Freshwater Research*, 55(3), 309–315. <https://doi.org/10.1071/MF04018>

Bilby, R. E., & Likens, G. E. (1980). Importance of Organic Debris Dams in the Structure and Function of Stream Ecosystems Author (s): Robert E . Bilby and Gene E . Likens Published by : Ecological Society of America Stable URL: <http://www.jstor.org/stable/1936830>. *Ecology*, 61(5), 1107–1113

Boivin, M., Buffin-Bélanger, T., & Piégay, H. (2017). Estimation of large wood budgets in a watershed and river corridor at interdecadal to interannual scales in a cold-temperate fluvial system. *Earth Surface Processes and Landforms*, 42(13), 2199–2213. <https://doi.org/10.1002/esp.4174>

- Botter, G., Basso, S., Rodriguez-Iturbe, I., & Rinaldo, A. (2013). Resilience of river flow regimes. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America*, 110(32), 12925–12930. <https://doi.org/10.1073/pnas.1311920110>
- Brinson, M. M., & Malvárez, A. I. (2002). Temperate freshwater wetlands: Types, status, and threats. *Environmental Conservation*, 29(2), 115–133. <https://doi.org/10.1017/S0376892902000085>
- Casotti, C. G., Kiffer, W. P., Costa, L. C., Rangel, J. V., Casagrande, L. C., & Moretti, M. S. (2015). Assessing the importance of riparian zones conservation for leaf decomposition in streams. *Natureza e Conservacao*, 13(2), 178–182. <https://doi.org/10.1016/j.ncon.2015.11.011>
- Davis, J., Horwitz, P., Norris, R., Chessman, B., McGuire, M., & Sommer, B. (2006). Are river bioassessment methods using macroinvertebrates applicable to wetlands? *Hydrobiologia*, 572(1), 115–128. <https://doi.org/10.1007/s10750-005-1033-4>
- Ethridge, F.G., & Schumm, S.A. (1977). Reconstructing Paleochannel Morphologic and Flow Characteristics: Methodology, Limitations, and Assessment.
- Fausch, K. D., Torgersen, C. E., Baxter, C. V., & Li, H. W. (2002). Landscapes to riverscapes: Bridging the gap between research and conservation of stream fishes. *BioScience*, 52(6), 483–498. [https://doi.org/10.1641/0006-3568\(2002\)052\[0483:LTRBTG\]2.0.CO;2](https://doi.org/10.1641/0006-3568(2002)052[0483:LTRBTG]2.0.CO;2)
- Feio, M. J., Hughes, R. M., Callisto, M., Nichols, S. J., Odume, O. N., Quintella, B. R., Kuemmerlen, M., Aguiar, F. C., Almeida, S. F. P., Alonso-egu, P., Arimoro, F. O., Dyer, F. J., Harding, J. S., Jang, S., Kaufmann, P. R., Lee, S., Li, J., Macedo, D. R., Mendes, A., ... Yates, A. G. (2021). The Biological Assessment and Rehabilitation of the World ' s. *Water*, 13(371), 1–6. <https://doi.org/10.3390/w13030371>
- Fujii, H., Garsdal, H., Ward, P., Ishii, M., Morishita, K., & Boivin, T. (2003). Hydrological roles of the Cambodian floodplain of the Mekong River. *International Journal of River Basin Management*, 1(3), 253–266. <https://doi.org/10.1080/15715124.2003.9635211>
- Gallardo, B., García, M., Cabezas, Á., González, E., Ciancarelli, C., González, M., & Comín, F. A. (2007). First approach to understanding riparian wetlands in the Middle Ebro River floodplain (NE, Spain): Structural characteristics and functional dynamics. *Limnetica*, 26(2), 373–386.
- Groffman, P. M., gold, A. J., simmons, R. C. (1992). Nitrate dynamics in riparian forests: microbial studies. *J. Environmental Quality* 21: 666–71.
- Gundersen, V., Skår, M., Flemsæter, F., & Köhler, B. (2021). A river runs through the landscape: Everyday use in an ever changing environment. *Journal of Rural Studies*, 87(September 2020), 67–76. <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2021.08.022>
- Hildrew, A. G., & Giller, P. S. (1994). Patchiness, species interactions and disturbance in the stream benthos. *Aquatic Ecology. Proc. BES Symposium, Cork, 1992, January 1994*, 21–62.

Kalicki, T., Przepióra, P., Kuształ, P., Chrabąszcz, M., Fularczyk, K., Kłusakiewicz, E., & Frączek, M. (2020). Historical and present-day human impact on fluvial systems in the Old-Polish Industrial District (Poland). *Geomorphology*, 357. <https://doi.org/10.1016/j.geomorph.2020.107062>

Khorooshi, S., Mostafazadeh, R., Esmaliouri, A., & Raoof, M. (2016). River health, importance and applications. *Extension and Development of Watershed Management*, 4(13), 5–11.

Kumar, P., Debele, S. E., Sahani, J., Rawat, N., Marti-Cardona, B., Alfieri, S. M., Basu, B., Basu, A. S., Bowyer, P., Charizopoulos, N., Jaakko, J., Loupis, M., Menenti, M., Mickovski, S. B., Pfeiffer, J., Pilla, F., Pröll, J., Pulvirenti, B., Rutzinger, M., ... Zieher, T. (2021). An overview of monitoring methods for assessing the performance of nature-based solutions against natural hazards. *Earth-Science Reviews*, 217(March), 103603. <https://doi.org/10.1016/j.earscirev.2021.103603>

Lowrance, R., altier, L. S., Newbold, J. D., Schnabel, R. R., Groffman, P. M., et al. (1995). Water quality functions of riparian forest buffer systems in the Chesapeake Bay Watershed. *Rep. Nutrient Subcommittee Chesapeake Bay Program*. Annapolis, MD: US EPA

Lowrance, R., Todd, R. L., Asmussen, L. E. (1983). Waterborne nutrient budgets for the riparian zone of an agricultural watershed. *Agric. Ecosys. Environ.* 10: 371–84.

Maavara, T., Chen, Q., Van Meter, K., Brown, L. E., Zhang, J., Ni, J., & Zarfl, C. (2020). River dam impacts on biogeochemical cycling. *Nature Reviews Earth and Environment*, 1(2), 103–116. <https://doi.org/10.1038/s43017-019-0019-0>

Mao, X., Meng, J., & Wang, Q. (2014). Modeling the effects of tourism and land regulation on land-use change in tourist regions: A case study of the Lijiang River Basin in Guilin, China. *Land Use Policy*, 41, 368–377. <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2014.06.018>

Mebane, C. A., Maret, T. R., & Hughes, R. M. (2003). Transactions of the American Fisheries Society An Index of Biological Integrity (IBI) for Pacific Northwest Rivers An Index of Biological Integrity (IBI) for Pacific Northwest. *Transactions of the American Fisheries Society*, 132:2(2), 239–261. [https://doi.org/http://dx.doi.org/10.1577/1548-8659\(2003\)132<0239:AIIOBII>2.0.CO;2](https://doi.org/http://dx.doi.org/10.1577/1548-8659(2003)132<0239:AIIOBII>2.0.CO;2)

Metzeling, L., Tiller, D., Newall, P., Wells, F., & Reed, J. (2006). Biological objectives for the protection of rivers and streams in Victoria, Australia. *Hydrobiologia*, 572(1), 287–299. <https://doi.org/10.1007/s10750-005-9005-2>

Naiman, R. J., & Décamps, H. (1997). The ecology of interfaces: Riparian zones. *Annual Review of Ecology and Systematics*, 28(102), 621–658. <https://doi.org/10.1146/annurev.ecolsys.28.1.621>

Nikolai, S. J., & Dzialowski, A. R. (2014). Effects of internal phosphorus loading on nutrient limitation in a eutrophic reservoir. *Limnologia*, 49, 33–41. <https://doi.org/10.1016/j.limno.2014.08.005>

Niman, R. J., Decamps, H., & Pollock, M. (1993). The Role of Riparian Corridors in Maintaining Regional Biodiversity Author (s): Robert J . Naiman , Henri Decamps and Michael Pollock Published by: Ecological Society of America Stable URL : <http://www.jstor.org/stable/1941822> . THE ROLE OF RIPARIAN CO. *Ecological Applications*, 3(2), 209–212.

Notebaert, B., Broothaerts, N., & Verstraeten, G. (2018). Evidence of anthropogenic tipping points in fluvial dynamics in Europe. *Global and Planetary Change*, 164(February), 27–38. <https://doi.org/10.1016/j.gloplacha.2018.02.008>

Oberdorff, T., Pont, D., Hugueny, B., Belliard, J., Berrebi Dit Thomas, R., & Porcher, J. P. (2002). Development and validation of a fish-based index (FBI) for the assessment of «river health» in France. *BFPP - Bulletin Francais de La Peche et de La Protection Des Milieux Aquatiques*, 365–366, 405–433. <https://doi.org/10.1051/kmae:2002043>

Oliveira, S. V., & Cortes, R. M. V. (2006). Environmental indicators of ecological integrity and their development for running waters in northern Portugal. *Limnetica*, 25(1–2), 479–498. <https://doi.org/10.23818/limn.25.33>

Ollis, D. J., Dallas, H. F., Esler, K. J., & Boucher, C. (2006). Bioassessment of the ecological integrity of river ecosystems using aquatic macroinvertebrates: An overview with a focus on South Africa. *African Journal of Aquatic Science*, 31(2), 205–227. <https://doi.org/10.2989/16085910609503892>

Osborne, L. L., kovacic, A. D. (2007). Riparian vegetated buffer strips in water-quality restoration and stream management. *Freshwater Biology* 52 (1), Pp. 243–258. DOI: 10.1111/j.1365-2427.1993.tb00761.x

Parsons, M., & Thoms, M. C. (2017). Assessment of rivers as social-ecological systems: A response to “The imperative need for nationally coordinated bioassessment of rivers and streams”, by Susan J. Nichols et al. *Marine and Freshwater Research*, 68(12), 2179–2183. <https://doi.org/10.1071/MF17012>

Peterjohn, W. T., Correll, D. L. (1984). Nutrient dynamics in an agricultural watershed: observations on the role of a riparian forest. *Ecology* 65: 1466–75.

Prideaux, B., & Cooper, M. (2009). River tourism. In *River Tourism* (Issue February 2009). https://doi.org/10.9774/gleaf.9781315680088_15

Radecki-Pawlik, A., Wałęga, A., Młyński, D., Młócek, W., Kokoszka, R., Tokarczyk, T., & Szalińska, W. (2020). Seasonality of mean flows as a potential tool for the assessment of ecological processes: Mountain rivers, Polish Carpathians. *Science of the Total Environment*, 716. <https://doi.org/10.1016/j.scitotenv.2020.136988>

Richter, B. D., & Thomas, G. A. (2007). Restoring environmental flows by modifying dam operations. *Ecology and Society*, 12(1). <https://doi.org/10.5751/ES-02014-120112>

Robson, B. J., Chester, E. T., Mitchell, B. D., & Matthews, T. G. (2013). Disturbance and the role of refuges in mediterranean climate streams. *Hydrobiologia*, 719(1), 77–91. <https://doi.org/10.1007/s10750-012-1371-y>

- Rosgen, D. L. (1994). C A T E N A A classification of natural rivers. *Catena*, 22, 169–199. [https://wildlandhydrology.com/resources/docs/Stream Classification/Rosgen_1994_A_Classification_of_Natural_Rivers.pdf](https://wildlandhydrology.com/resources/docs/Stream%20Classification/Rosgen_1994_A_Classification_of_Natural_Rivers.pdf)
- Royer, T. V., Robinson, C. T., & Minshall, G. W. (2001). Development of macroinvertebrate-based index for bioassessment of Idaho rivers. *Environmental Management*, 27(4), 627–636. <https://doi.org/10.1007/s002670010175>
- Sajdak, M., Siwek, J. P., Wasak-Sęk, K., Kosmowska, A., Stańczyk, T., Małek, S., Żelazny, M., Woźniak, G., Jelonekiewicz, Ł., & Żelazny, M. (2021). Stream water chemistry changes in response to deforestation of variable origin (case study from the Carpathians, southern Poland). *Catena*, 202(December 2020). <https://doi.org/10.1016/j.catena.2021.105237>
- Sanchis-Ibor, C., Segura-Beltrán, F., & Almonacid-Caballer, J. (2017). Channel forms recovery in an ephemeral river after gravel mining (Palancia River, Eastern Spain). *Catena*, 158(June), 357–370. <https://doi.org/10.1016/j.catena.2017.07.012>
- Sandin, L., & Verdonchot, P. F. M. (2006). Stream and river typologies - Major results and conclusions from the STAR project. *Hydrobiologia*, 566(1), 33–37. <https://doi.org/10.1007/s10750-006-0072-9>
- Simon, A. (1989). A model of channel response in disturbed alluvial channels. *Earth Surface Processes and Landforms*, 14(1), 11–26. <https://doi.org/10.1002/esp.3290140103>
- Simon, A., & Hupp, C. R. (1987). Channel Evolution in Modified Alluvial Streams. *Transportation Research Record*, 1151, 16–24.
- Terrado, M., Sabater, S., Chaplin-Kramer, B., Mandle, L., Ziv, G., & Acuña, V. (2016). Model development for the assessment of terrestrial and aquatic habitat quality in conservation planning. *Science of the Total Environment*. <https://doi.org/10.1016/j.scitotenv.2015.03.064>
- Thoms, M. C. (2006). Variability in riverine ecosystems. *River Research and Applications*, 22(2), 115–121. <https://doi.org/10.1002/rra.900>
- Vannote, R. L., Minshall, G. W., Cummins, K. W., Sedell, J. R., & Cushing, C. E. (1980). The river continuum concept. *Canadian Journal of Fisheries and Aquatic Sciences*, 37(1), 130–137. <https://doi.org/10.1139/f80-017>
- Vidon, P. G. F., & Hill, A. R. (2004). Landscape controls on the hydrology of stream riparian zones. *Journal of Hydrology*, 292(1–4), 210–228. <https://doi.org/10.1016/j.jhydrol.2004.01.005>
- Ward, J. V., & Stanford, J. A. (1995). The serial discontinuity concept: Extending the model to floodplain rivers. *Regulated Rivers: Research & Management*, 10(2–4), 159–168. <https://doi.org/10.1002/rrr.3450100211>
- Young K. A. (2000). Riparian Zone Management in the Pacific Northwest: Who's Cutting What?. *Environmental Management*. Vol. 26, No. 2, Pp. 131-144.

Do Passado ao Futuro: uma Exploração Didática e Turística em Torno de Cisternas em Santarém

Mafalda Franco Leitão

Centro de Estudos das Migrações e Relações Interculturais da Universidade Aberta (CEMRI – UAb)

Coordenadora no Luiza Andaluz Centro de Conhecimento.

mmleitao@cemri.uab.pt; mafalda.leitao@lacc.pt

Isabel Bernardo

Smart Things Consulting

Consultora e Coordenadora executiva no Luiza Andaluz Centro de Conhecimento

isabel.bernardo@smarthings.pt

Manuela Malheiro Ferreira

Centro de Estudos das Migrações e Relações Interculturais da Universidade Aberta (CEMRI – UAb)

manuelamalheirof@gmail.com

RESUMO

O turismo, sendo uma atividade económica estratégica e um importante veículo de sensibilização e mudança de comportamentos, revela-se uma força capaz de oferecer soluções que promovam o conhecimento e o uso sustentável da água.

Em linha com os objetivos de desenvolvimento sustentável bem como com os eixos da “Estratégia de Turismo 2027” (Turismo de Portugal, 2017), a aposta no turismo náutico ou relacionado com percursos em linhas de água que promovam a responsabilidade ambiental dos frágeis recursos hídricos, enquadrados na salvaguarda de recursos naturais e culturais, é pertinente.

De facto, a água é um precioso bem e chave do desenvolvimento sustentável. Um recurso didático que se revela potenciador para a formação em educação para o desenvolvimento sustentável: por ser essencial à vida das pessoas e dos ecossistemas; pelas questões que suscita de relação com o quotidiano, impulsionando ações concretas de cidadania; pela sua dimensão global e simultaneamente local, transversal no tempo e no espaço; pela sua abrangência didática e de competências a desenvolver.

O Luiza Andaluz Centro de Conhecimento é um espaço contemporâneo, sediado na cidade de Santarém. Em torno da educação e do conhecimento expressa, de uma forma inspiradora, a ligação do passado com um futuro que se pretende construir, sustentável e justo para todos, e pretende ser um marco potenciador no desenvolvimento da cidade de Santarém, nos setores do turismo e da cultura.

Assim, neste texto, pretende-se ligar a educação para o desenvolvimento sustentável e o estudo de um itinerário turístico em torno das cisternas existentes nas casas do Luiza Andaluz Centro de Conhecimento, integradas num percurso hídrico da cidade de Santarém e de relação com destinos de turismo náutico da região, como recurso pedagógico e de turismo com potencial a explorar, onde o passado, o presente e o futuro sustentável se entrecruzam.

PALAVRAS-CHAVE

Cisternas, responsabilidade ambiental, desenvolvimento sustentável, Luiza Andaluz Centro de Conhecimento

From the Past to the Future: a Didactic and Tourist Exploration Around Cisterns in Santarém

ABSTRACT

Tourism, being a strategic economic activity and an important vehicle for raising awareness and changing behaviours, proves to be a force capable of offering solutions that promote knowledge and sustainable use of water.

In line with the objectives of sustainable development as well as with the axes of the “Tourism Strategy 2027” (Turismo de Portugal, 2017), the focus on nautical tourism or tourism related to waterways that promote environmental responsibility for fragile water resources, framed in the safeguarding of natural and cultural resources, is pertinent.

In fact, water is a precious asset and key to sustainable development. A didactic resource that proves to be a potentiator for training in education for sustainable development: as it is essential to the lives of people and ecosystems; for the questions it raises in relation to everyday life, promoting concrete actions of citizenship; for its global and simultaneously local dimension, transversal in time and space; for its didactic scope and skills to be developed.

The Luiza Andaluz Knowledge Center is a contemporary space, based in the city of Santarém. Around education and knowledge, it expresses, in an inspiring way, the connection of the past with a future that is intended to be built, sustainable and fair for all, and intends to be a potentiating milestone in the development of the city of Santarém, in the sectors of tourism and culture.

Thus, in this text, we intend to link education for sustainable development and the study of a tourist itinerary around the existing cisterns in the houses of the Luiza Andaluz Knowledge Center, integrated in a water route of the city of Santarém and of relationship with destinations of nautical tourism in the region, as a pedagogical and tourism resource with potential to be explored, where the past, the present and the sustainable future intersect.

KEYWORDS

Cisterns, environmental responsibility, sustainable development, Luiza Andaluz Knowledge Center

Introdução

Integrado na Década Internacional para a Ação “Água para o Desenvolvimento Sustentável” que decorre de 22 de março de 2018 a 22 de março de 2028 (United Nations [UN], 2017), o Luiza Andaluz Centro de Conhecimento propõe-se realizar um percurso didático e turístico em torno de cisternas, na cidade de Santarém, concretamente as existentes em locais ligados com a vida e obra de Luiza Andaluz.

Sustentados em dois dos pilares do Luiza Andaluz Centro de Conhecimento (LA CC), a educação e a inovação, propomos uma abordagem que estabeleça a ligação entre as formas de captação e armazenamento de água da histórica Santarém – as cisternas – e as múltiplas possibilidades que hoje podemos desenvolver para preservar a água como recurso escasso e bem essencial para a humanidade. Abordagem justificada amplamente pelos atentados ambientais a que está sujeita a água, nomeadamente a poluição e o desperdício. O aumento da pressão sobre os recursos hídricos e ecossistemas, numa época de globalização da informação, torna-nos (ou deveria tornar) mais conscientes e solidários com a realidade vivida por muitos habitantes do nosso planeta.

Certos de que o turismo e os espaços de lazer são propiciadores para fecundas aprendizagens, propõem-se itinerários a serem implementados na cidade de Santarém, para turistas nacionais e internacionais, de todas as idades, em grupo ou individualmente.

“Para quem trabalha todo o ano uma viagem é sempre reconfortante e realmente é um prazer que nada excede, porque nos eleva, nos instrui”. (Luiza Andaluz)

Água e Desenvolvimento Sustentável: Relação com o Setor do Turismo

A água é um tema motivador e aglutinador. Essencial para a sobrevivência dos organismos vivos, desempenha também um papel sanitário, social e cultural no seio das sociedades humanas (UN, 2021).

A água estabelece, assim, um desafio ético, simultaneamente social, económico, ambiental e político, com uma atenção especial devido aos atentados de que é alvo, nestes diferentes campos, em especial no acesso e na qualidade da água potável (Leitão, 2012).

Assimetricamente distribuída, sobre a superfície da Terra e no período temporal, a água constitui uma prioridade, quase de todos os tempos e culturas. Hoje, numa era em que a percepção global dos fenómenos é evidente, a prioridade de uma justa e equitativa distribuição, que garanta o consumo, em qualidade e quantidade, a toda a humanidade e aos seres vivos é premente. Situação agravada à escala global mas sempre presente na história da humanidade, desde os povos nómadas, à necessidade da captação, armazenamento e distribuição de água nas sociedades sedentárias, como é o caso dos poços e das cisternas.

A água dá vida a tudo e está no centro do desenvolvimento sustentável. O objetivo 6 da Agenda 2030 para o Desenvolvimento, defende o acesso universal e equitativo à água potável e ao saneamento até 2030. Já em 2010 as Nações Unidas tinham reconhecido o acesso à água como um direito humano (UN, 2010).

Dado que, “as relações entre a água e o desenvolvimento sustentável são numerosas, complexas e, por vezes, subtis” (Miletto e Connor, 2015, p. vii), de seguida faremos uma breve abordagem da relação da água com os quatro pilares do desenvolvimento sustentável (sociocultural, económico, ambiental e político) bem como da sua relação com o turismo.

Sociocultural

A água é um recurso precioso e finito ao qual cerca de 2 biliões de pessoas não tem acesso, diretamente (UN, 2021). A escassez de água afeta já cerca de 4 em cada 10 pessoas e “espera-se que a procura de água para a indústria transformadora aumente, globalmente, 400 por cento entre 2000 e 2050” (Bokova, 2015, p. v). Do ponto de vista sanitário, 3 em cada 10 pessoas não têm acesso à simples lavagem das mãos com água e sabão, e ainda 818 milhões de crianças não o podem fazer na sua escola (World Health Organization [WHO], 2021a), o que desencadeia o aumento de doenças e problemas de desenvolvimento graves, nomeadamente no contexto pandémico da Covid 19.

É usual pensar-se que estas situações ocorrem em países menos desenvolvidos, no continente africano ou asiático, esquecendo que tudo se encontra interligado (Papa Francisco, 2015). De facto, a escassez de água e outros problemas relacionados devem-se também aos padrões de vida social das sociedades modernas e atingem a humanidade na sua globalidade. Por exemplo, no Reino Unido, em média, cada pessoa gasta 50l/dia nas descargas de autoclismo, mais de 10 vezes o total de água

disponível por pessoa em muitos meios rurais de África Subsaariana (United Nations Development Programme [UNDP], 2006). Estas são situações em que não é possível desligar os factos. Recentemente, na COP 26 ocorrida em Glasgow, em novembro de 2021, já se afirmou a correlação entre o *stress* hídrico, as alterações climáticas e os movimentos migratórios (WHO, 2021b).

Culturalmente o valor dado à água como recurso e bem varia largamente. Para além de ser essencial para o bem-estar humano, a água desempenha simultaneamente um papel na saúde mental, no bem-estar espiritual, no equilíbrio emocional e consequentemente na felicidade, por exemplo no valor estético de paisagens com a presença de água.

Não é novidade que a satisfação com a vida e a felicidade dependem em grande parte da água: a água pode atrair as pessoas por motivos espirituais, ou pela beleza cénica, pela sua importância para a vida selvagem ou recreação, entre outros.

A água desempenha também um papel importante nas tradições baseadas na fé, em todo o mundo, simbolizando elementos tão diversos como vida, pureza, renovação e reconciliação, mas também caos e destruição (UN, 2021). A conexão entre água e lugar, está presente em muitas culturas e, também no caso de Santarém, que segundo uma lenda o seu nome deriva do martírio de Santa Irene ou Santa Iria. Assassinada nas margens do rio Nabão, foi encontrado o seu corpo num sepulcro de mármore, o qual não se pôde remover e que permanece misteriosamente oculto no fundo do Tejo, onde hoje se ergue a cidade (Oliveira, 1957).

Económico

Para além de fazer parte integrante do ecossistema da Terra, a água é um bem social e económico. É, por isso, essencial manter-se a vida dos ecossistemas aquáticos, reconhecendo os valores ambientais de proteção da água, quando se tomam decisões económicas no domínio da distribuição e uso da água (Flint, 2004).

A sobre exploração, que muitas vezes pretende obter uma produção agrícola de alto rendimento e um crescimento económico de curto prazo, tem consequências devastadoras para o ambiente, provocando a diminuição de caudais de rios e o desaparecimento ou diminuição drástica de alguns lagos (UNDP, 2006; Santos, 2007), o que ocasiona consequências económicas graves. Apesar da possibilidade de algumas medidas reparadoras em zonas de grande degradação ecológica, a

prevenção é sempre mais vantajosa ambiental, social e economicamente. Exploração a níveis ambientalmente aceitáveis das reservas hídricas, prevenção da poluição no abastecimento das águas desde a fonte ao consumidor (Federal Ministry for the Environment, Nature Conservation and Nuclear Safety e Federal Ministry for Economic Cooperation and Development [FM], 2001), controle das perdas de água nos sistemas de transporte e abastecimento (Santos, 2007), tratamento de águas residuais e outras formas de combate à poluição das águas são algumas das ações possíveis. Também a implementação de políticas de boa gestão da água que tenham em conta o ambiente, subsídios e incentivos fiscais (FM, 2001) que promovam boas práticas de exploração da água na indústria, agricultura e turismo têm tido resultados positivos tanto económicos, como sociais e ambientais (UNDP, 2006).

Porém, as características únicas da água não permitem uma relação clara entre o seu preço e o seu valor. É uma mercadoria fortemente regulamentada, geralmente sem mercados livres (UN, 2021).

Ambiental

Apenas 1% da água na Terra está acessível para uso humano direto (Flint, 2004; World Water Assessment Programme [WWAP], 2006) mas, mesmo assim, existe suficiente quantidade de água disponível para fazer face às necessidades humanas e ambientais (FM, 2001; UNDP, 2006). Devido ao aumento da procura da água para a alimentação, consumo humano e saneamento (FM, 2001), e a diminuição da oferta de água (reservas) devido às alterações climáticas, para 2030, prevê-se que “metade da população mundial esteja a viver em áreas de elevado stress hídrico” (Intergovernmental Hydrological Programme [IHP], 2014, p. 2). Esta situação tem implicações inerentes na saúde dos ecossistemas (World Wide Fund for Nature [WWF], 2020), produção de alimentos, qualidade da água disponível (Santos, 2007) e recursos energéticos (IHP, 2014). A bacia do Tejo, onde se insere a cidade de Santarém, é considerada de risco elevado em termos de *stress* hídrico (4, numa escala de 5), segundo dados de 2021, do Programa Hidrológico Intergovernamental (IHP, 2021).

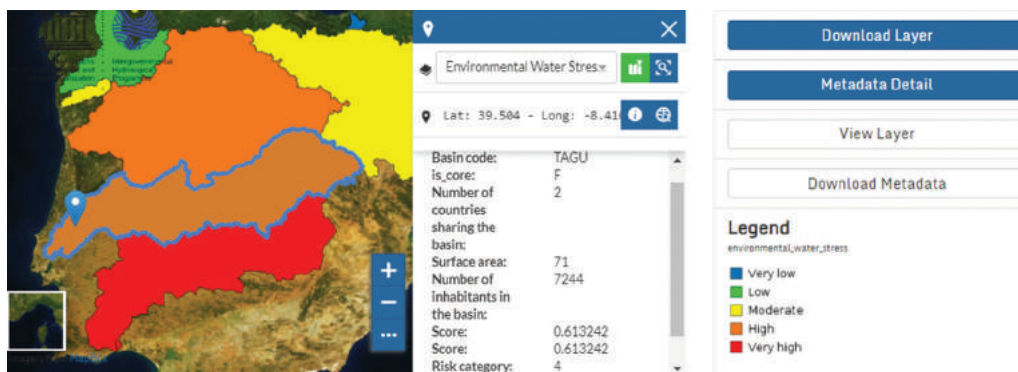


Figura 1. Stress hídrico nas bacias de rios (IHP, 2021)

De facto, as influências humanas no meio ambiente são, geralmente, negativas para os recursos hídricos. Qualquer mudança no meio ambiente pode influenciar a localização, a quantidade, o tempo e a qualidade da água disponível para uso humano. No entanto, a *interface* ambiente-água pode ser gerenciada de forma proativa para enfrentar os desafios relacionados com a água (UN, 2021).

O desafio é grande e urgente! Algumas ações prioritárias são: preservação dos sistemas de abastecimento de água; tratamento de águas residuais, tanto domésticas como industriais, o que implica investimento no saneamento que proteja a água de poluição e reduza os riscos para a saúde; reutilização e reciclagem dos desperdícios da água; combate à desertificação (FM, 2001), com proteção dos solos férteis, prática de agricultura não intensiva (WWF, 2020) e outras formas de promoção ecológica e ambiental.

Político

A água é um direito fundamental para toda a humanidade e uma prioridade de governação: defender a qualidade dos recursos hídricos, gerir a água existente para que possa chegar a quem precisa, garantir o saneamento e tratamento das águas residuais, acautelar as reservas de água em quantidade e qualidade para os consumidores de hoje e de amanhã e de todas as espécies delas dependentes. Qualquer que seja a situação socioeconómica do país, de entre as diversas decisões políticas que é necessário adotar sobre a água e distribuição dos recursos hídricos, a garantia da equidade no acesso e uso da água e saneamento é uma das prioritárias (UN, 2021).

Considerando o envolvimento político local, as pessoas precisam de estar efetivamente envolvidas na gestão e nas decisões de governação relativas aos recursos hídricos (FM, 2001). Mais conhecedoras da realidade onde vivem podem contribuir eficazmente para que as decisões políticas estejam centradas nas autênticas necessidades da população (FM, 2001). Podem contribuir também para uma melhor mobilização social das políticas a aplicar.

As decisões políticas e a gestão dos recursos hídricos serão potenciadoras de um verdadeiro desenvolvimento sustentável quanto mais abrangentes forem. Deste modo, deveriam ter em conta as inter-relações da água com as “alterações climáticas, desertificação, biodiversidade” (FM, 2001, p. 25), bem como, refletir as ligações entre águas superficiais e subterrâneas e entre águas interiores e costeiras, a crescente urbanização, o ordenamento do território, a necessidade de manter a integridade do ecossistema e as ameaças de desertificação e de degradação ambiental (WWF, 2020).

A relação com o turismo

Sendo um setor económico forte, o turismo é uma força capaz de oferecer soluções que promovam o acesso e o uso mais sustentável da água. Com mais de um bilião de pessoas a viajar internacionalmente, em cada ano, o turismo também pode ser um importante veículo de sensibilização e mudança de comportamentos.

Os objetivos de desenvolvimento sustentável, no número 12, “Assegurar padrões de produção e consumo sustentáveis” referem-se expressamente ao turismo sustentável. Propõem que até 2030 todas as pessoas tenham informação relevante e a consciencialização para o desenvolvimento sustentável, bem como desenvolvam estilos de vida em harmonia com a natureza. Para tal, é crucial, o desenvolvimento e implementação de ferramentas para monitorar os impactos do desenvolvimento para um turismo sustentável, que gere empregos, promova a cultura e os produtos locais (UN, 2015).

O dia mundial do turismo, celebrado a 27 de setembro, tem também sido sensível às questões do desenvolvimento sustentável. Destaca-se o ano de 2013 com a temática “Turismo e água: protegendo o nosso futuro comum”. De facto, todos os anos, milhões de pessoas viajam para desfrutar destinos relacionados com a água. A água é um dos recursos mais preciosos do turismo, abastecendo todas as indústrias turísticas, desde hotéis a restaurantes, atividades de lazer e transporte. Como um dos maiores setores económicos do mundo, é responsabilidade do setor de turismo assumir um papel de liderança e garantir que empresas e destinos invistam na gestão adequada

da água, bem como desenvolver soluções inovadoras para garantir que o turismo contribua para o acesso sustentável dos recursos hídricos em todo o mundo (World Tourism Organization [WTO], 2013).

A nível nacional, na Estratégia Turismo 2027 (Turismo de Portugal, 2017), com o objetivo de impulsionar uma gestão racional do recurso água no turismo apresenta-se como “meta de sustentabilidade ambiental: assegurar que mais de 90% das empresas do turismo adotam medidas de utilização eficiente de energia e da água e desenvolvem ações de gestão ambiental dos resíduos” (p. 7). E elege-se a água como um dos 10 ativos estratégicos (ativo diferenciador) do turismo nacional, dada a reconhecida qualidade ambiental de rios, lagos, albufeiras e águas termais. Um suporte de ativos únicos localizados na sua grande maioria no interior do país e com potencial turístico.

Ainda na tipologia de projetos prioritários a implementar na década 2017-2027, no eixo - Valorizar o território e as comunidades: Potenciar economicamente o património natural e rural e assegurar a sua conservação – surgem como ações, “a valorização turística e de promoção dos lagos e águas interiores, rios, albufeiras, nascentes e águas/estâncias termais” (Turismo de Portugal, 2017, p. 55).

Do Passado: Cisternas em Santarém

Trabalhos de arqueologia realizados em Santarém, cidade situada a uma cota média de 100 metros acima do nível do mar, sobranceira ao rio Tejo, permitem afirmar que a sua ocupação data do I Milénio a.C. Na Alcáçova de Santarém as ocupações romana e islâmica foram muito importantes e, no planalto onde se ergueu a Alcáçova, a vivência urbana manteve-se até a atualidade.

Dada a localização da cidade, verificam-se anualmente períodos de seca e, desde o tempo da ocupação romana, os habitantes construíram cisternas ao longo dos séculos até ao século XIX, pois em 1878 foi introduzido um novo sistema de abastecimento de água por elevação mecânica (a vapor).

A construção de cisternas verificou-se em Santarém dentro e fora das muralhas essencialmente para usos domésticos, enquanto na Ribeira de Santarém foram abertos poços tanto para fins agrícolas, assim como outros para fins domésticos.

Os sucessivos habitantes de Santarém tornaram-se exímios construtores de cisternas para a captação e armazenamento da água das chuvas.

No século XIX a introdução do novo sistema de abastecimento, que referimos anteriormente, não impediu que se continuasse a utilizar a água das cisternas para fins domésticos, para rega e como ajuda para o combate de incêndios.

A maioria das cisternas mantém-se em bom estado de conservação porque estão inseridas em unidades familiares e a sua destruição implicaria a necessidade de grandes obras. Só em alguns casos em que foram construídos novos edifícios se precedeu à sua demolição, ou adaptação (Custódio et al., 1996). Em situações semelhantes também são descobertas novas cisternas como é o caso do poço-cisterna do palácio do Visconde de Landal descoberta devido a obras de requalificação do edifício (Matias, 2012).

Para a elaboração desta apresentação das cisternas de Santarém baseámo-nos nos dados recolhidos pela Divisão de Cultura, Património Cultural e Turismo do Município de Santarém, e posteriormente apresentados no Inventário editado pela Câmara Municipal de Santarém aquando da apresentação da candidatura de Santarém a Património Mundial (Custódio et al., 1996). Neste inventário foram identificadas 115 cisternas na área da cidade e 59 poços urbanos na área de Alfange e Ribeira de Santarém. A partir dessa data os dados não foram atualizados, por isso, nesta investigação, baseámo-nos também na observação e conhecimento local.

Foram identificadas cisternas de áreas conventuais (algumas atualmente com funções públicas), cisternas de unidades familiares, cisternas para uso de vários fogos, assim como cisternas inseridas em logradouros. Em alguns casos coexistem num mesmo logradouro cisternas de várias idades: romanas, islâmicas e medievais, juntamente com outras dos séculos XVI e XVII.

Foram identificados vários tipos e métodos de construção das cisternas: “de abóboda de berço, circular ou quebrada com abobodamento em cantaria, alvenaria de reboco ou tijoleira” (Custódio et al., 1996, p. 173). As cisternas estão localizadas em claustros, pátios interiores com sistemas de captação de água com caleiras e manilhas e cerâmica ou outros materiais mais recentes o que levou à construção dos telhados tradicionais em “tesoura” de quatro águas, que ainda hoje se podem observar na arquitetura da cidade.

A recolha da água é feita manualmente à boca da cisterna onde se montavam guardas de pedra, como nos poços, com ferros e roldanas para tirar a água da cisterna.

Nas áreas de captação de água, encontram-se construções de diferentes tipos de acordo com as épocas, os artistas e os gostos dos proprietários: existem construções de gosto manuelino, renascentista, maneirista ou clássico, forradas a azulejo

ou simples. Os bocais têm diferentes formas: secção quadrangular e forma cúbica, cilíndricas, prismáticas com diferentes secções (hexagonais ou duodecagonais) e as ferragens são em geral artísticas (Custódio et al., 1996).

Incluímos aqui fotografias de cisternas situadas na cidade de Santarém, cedidas por José Freitas.



Figura 2. Cisterna da Igreja Santa Maria Alcaçovas

Fonte: José Freitas STR



Figura 3. Cisterna do antigo Convento das Donas

Fonte: José Freitas STR



Figura 4. Cisterna do antigo Convento de S. Bento



Figura 5. Cisterna do antigo claustro Igreja da Piedade

Fonte: José Freitas STR



Figura 6. Cisterna do antigo Seminário de Santarém

Fonte: José Freitas STR



Figura 7. Cisterna do antigo Convento das Capuchas

Ao Futuro: uma Exploração Didática e Turística no Luiza Andaluz Centro de Conhecimento

O Luiza Andaluz Centro de Conhecimento

O Luiza Andaluz Centro de Conhecimento (LA CC), um projeto em construção da Congregação das Servas de Nossa Senhora de Fátima, quer ser um espaço contemporâneo e de vanguarda onde pessoas inquietas e buscadoras da verdade encontram o rosto de Deus e o expressam em novas linguagens.

Quem foi Luiza Andaluz

Luiza Maria Langstroth Figueira de Sousa Vadre Santa Marta Mesquita e Melo, filha de António Júlio de Sousa Vadre Santa Marta da Mesquita e Melo, Visconde de Andaluz, e de Ana Joaquina Langstroth Figueira. Foi a terceira de quatro filhas. Era prima afastada (do lado materno) de Katherine Drexel canonizada em 2000 pelo Papa João Paulo II, sendo também prima de Anselmo Br amcamp Freire historiador, genealogista e político. Luiza Andaluz nasceu a 12 de fevereiro de 1877, no Palácio Andaluz, em Marvila (Santarém). Mulher inspiradora, audaz, culta e multifacetada, colocou a sua vida ao serviço das causas da dignidade humana e do bem comum, numa conjuntura peculiar de ascensão e desmoronamento de três regimes políticos: Monarquia, Primeira República e Estado Novo.

Suportada pelos valores humanos e cristãos, encontrou na educação integral (conhecimento, *empowerment* social, capacitação técnica) e simultaneamente na imprensa cristã, a forma de expandir a sua ação, em especial para com as jovens mulheres.

Luiza, obteve o diploma de professora primária e, em 1923, abriu o Colégio Andaluz na sua casa de família. A expansão do colégio levou à construção de novas instalações que hoje albergam duas Escolas do Instituto Politécnico de Santarém.

Como forma de dar continuidade ao trabalho socioeducativo e de evangelização que caracterizou toda a sua vida, funda, em 1923, a Congregação das Servas de Nossa Senhora de Fátima, que irá celebrar o seu centenário em 2023, ano em que Portugal recebe, em Lisboa, a Jornada Mundial da Juventude, grande evento mundial, que junta jovens cristãos e não cristãos, oriundos de todo o mundo.

Morreu a 20 de agosto 1973, em Lisboa, e a 18 de dezembro de 2017 o Papa Francisco aprovou o decreto que confirma as virtudes heroicas de Luiza Andaluz, sendo assim declarada Venerável, passo fundamental para ser declarada santa.



Figura 8. Luiza Andaluz

Como surge o Luiza Andaluz Centro de Conhecimento

A ideia surge quando a Congregação das Servas de Nossa Senhora de Fátima se desafiou a olhar para a sociedade e para os espaços onde a humanidade do século XXI habita e, simultaneamente, olhando para si, para os seus recursos humanos e físicos, se interrogou sobre o seu lugar e missão. Assim, decidiu dar resposta às necessidades contemporâneas, renovando-se vocacionalmente e atualizando a sua missão, através de uma evangelização transformadora e com impacto na vida contemporânea multifacetada. O Luiza Andaluz Centro de Conhecimento é instrumento crucial nessa resposta.

O Luiza Andaluz Centro de Conhecimento começou a ser pensado em 2016 e, em 2021, no dia aniversário de Luiza Andaluz, 12 de fevereiro, a Congregação apresentou a marca do projeto.



Figura 9. Esquema ilustrativo da marca do LA CC

A ação do Luiza Andaluz Centro de Conhecimento desenrola-se em três casas com importante património histórico, onde coexistem comunidades de Irmãs da Congregação.

Em Santarém, o antigo palacete Andaluz, onde nasceu Luiza Andaluz – hoje, Casa Madre Luiza Andaluz – e local onde se encontra a sua cripta. Ainda em Santarém, do outro lado da rua, no antigo Recolhimento das Capuchas (geralmente conhecido por Convento das Capuchas), local onde Luiza assumiu, aos 14 anos, a sua primeira missão, e que compra em 1925, para albergar e dar educação a raparigas em situação social desprotegida, até hoje em atividade. E a terceira casa, em Lisboa, Casa de São Mamede, que Luiza adquire em 1934 para ser Noviciado e sede do governo da Congregação (o que ainda hoje se mantém).



Figura 10. Casa de S. Mamede; Casa Madre Luiza Andaluz; antigo Recolhimento das Capuchas (da esquerda para a direita)

Para além destes espaços físicos, ligados à vida e obra de Luiza e da Congregação que fundou, a ação do Luiza Andaluz desenvolve-se, em diálogo e ligação com a sociedade de hoje, simultaneamente no espaço digital.

Num diálogo entre passado e presente, que se projeta no futuro, o Luiza Andaluz Centro de Conhecimento, quer contribuir para a transformação da sociedade, configurando-a com os valores do evangelho. Deste modo, quer ser uma referência nas áreas da educação, cultura e espiritualidade, para cada pessoa contemporânea que busca o sentido da vida.

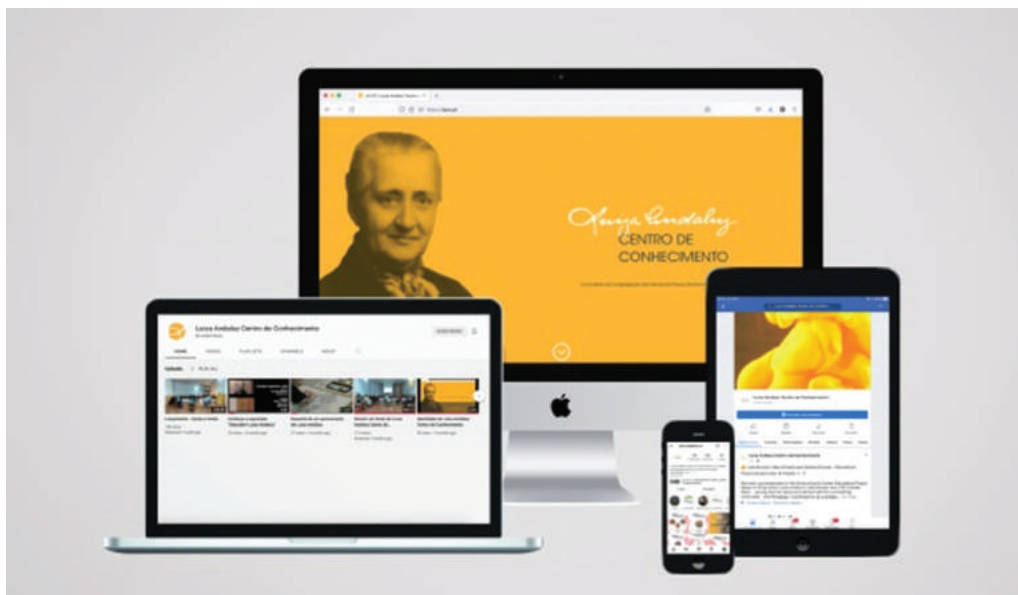


Figura 11. Exemplos de ações do LA CC, no digital

Uma proposta didática e turística em torno das cisternas ligadas com a vida de Luiza Andaluz

É com inspiração em Luiza que o LA CC, através deste texto, pretende contribuir de forma didática para enriquecer o conhecimento, despertar a atenção e aumentar a responsabilidade para com um elemento vital para a humanidade, a água, hoje nem sempre bem tratado e utilizado no quotidiano, com a consciência de ser um recurso muito valioso, vulnerável (World Wide Fund for Nature [WWF], 2020) e que começa a escassear na nossa Terra, a casa comum.

Porquê cisternas?

A água é a fonte de vida e da saúde e, como temos vindo a referir, recurso escasso que temos que ter em atenção e saber gerir. Além disto, a água também desempenha um papel espiritual e cultural, por exemplo no Batismo cristão, onde pela purificação da água o ser humano passa a ser filho de Deus.

O nome de cisterna é oriundo de uma cultura milenar de armazenar a água da chuva ou água de poço em uma caixa de água, para uso doméstico ou das comunidades. A cisterna, também conhecida como algibe, é um reservatório que serve para captar, armazenar e conservar principalmente a água da chuva. Ela é utilizada para tarefas que não exigem água potável como rega de jardins e hortas, para matar a sede de animais de criação e para lavagem de pisos ou sanitários. Logo, pode-se afirmar que a cisterna é um sistema sustentável de reaproveitamento de água.

Do ponto de vista arquitetónico e energético, as cisternas de água contribuem também para o equilíbrio térmico das casas, devido à elevada capacidade térmica mássica da água.

É com base no elemento água, e desafiados a escrever sobre turismo náutico e sua relação com Luiza Andaluz, à primeira vista relação pouco óbvia, que propomos desenhar e implementar dois itinerários turísticos que irão percorrer cursos de água assentes nas históricas cisternas que existem em Santarém, cidade natal de Luiza Andaluz, algumas das quais existem em Casas onde Luiza viveu e que hoje são património da Congregação que fundou, ou em caminhos tantas vezes palmilhados a pé por Luiza.

Itinerários didáticos e turísticos

Propõem-se dois diferentes itinerários para públicos distintos, com possibilidade de outros se poderem elaborar cruzando a vida de Luiza como mulher escalabitana e perfeitamente integrada na vida da sua cidade, com o património e história de Santarém. Os dados sobre as cisternas foram obtidos de Custódio et al. (1996, p. 174) e das notas para a elaboração do inventário, referido anteriormente, consultadas no Arquivo Distrital de Santarém.

Itinerário A – Luiza: uma vida

1 – *Nascimento*

O itinerário inicia com a cisterna da Casa Madre Luiza Andaluz

Referência ao nascimento de Luiza, vida no palácio Andaluz e posterior utilização como colégio e fundação da Congregação, onde muitas histórias existem à volta da cisterna.

Esta cisterna encontra-se no centro do pátio da casa. Construída no séc. XIX possui um bocal oitavado, de pedra, com um diâmetro de 43 cm, e tem uma estrutura de suporte de roldana e o tampo em ferro.

2 – *Primeira missão*

Cisterna do Antigo Convento das Capuchas – Referência à primeira missão de Luiza, aos 14 anos, no auxílio, às Irmãs Capuchas residentes no Convento, na reestruturação e acompanhamento de uma escola para crianças desfavorecidas e início de uma vida dedicada à educação integral, em especial das raparigas.

Construída entre os séculos XVI a XVIII, a cisterna está implantada no pátio do claustro. Tem um bocal de pedra, não trabalhada, circular, de 1,15 m de diâmetro e uma altura de 94 cm, com suporte para roldana e tampa em ferro. O seu interior é de tijoleira, com abóbodas.

A cisterna encontra-se em bom estado de conservação com ralos e tubos em PVC para captação das águas pluviais. A sua água é usada para a rega.

3 – Igrejas que marcaram a sua vida

Passagem pela Igreja do Milagre e visita às Cisternas da Catedral e do Museu Diocesano e da Igreja da Senhora da Piedade, marcos na espiritualidade de Luiza.

As cisternas da Catedral e do Museu Diocesano encontram-se em bom estado de conservação e estão integradas no percurso de visita ao Museu. Uma encontra-se no Claustro e outra num espaço interior à entrada do Museu.

A cisterna da Igreja de Nossa Senhora da Piedade está implantada no claustro do antigo convento dos Agostinhos Descalços. Com data provável do séc. XIX possui um bocal retangular (1,20x1,17 m). Encontra-se em mau estado de conservação e sem água.

4 – Vida social

Casa Museu Passos Canavarro e Jardim das Portas de Sol.

Alusão à sua vida social e de gosto pela sua terra natal. Vista privilegiada para o Tejo.

As cisternas situadas no jardim das Portas do Sol, anteriormente freguesia de Santa Maria da Alcáçova, são um importante achado arqueológico.

O seu território incluía a Alcáçova, a cidadela fortificada na qual se localizava o Paço Real. As escavações arqueológicas efetuadas permitiram obter um conhecimento relativamente aprofundado sobre a sua ocupação desde a Idade do Ferro. Segundo Arruda e Viegas (2003), no decorrer do século I a.C. a Alcáçova foi objeto de profundas alterações estruturais decorrentes do estabelecimento, no local, de romanos, entre as quais a construção de um conjunto de cisternas. Os trabalhos arqueológicos permitiram verificar que se trata de um conjunto de pelo menos quatro depósitos intercomunicantes, conservando-se ainda dois. Um está visível e outro encontra-se parcialmente sob a muralha medieval.

O depósito que está visível apresenta planta retangular, com paredes que conservam cerca de 4 m de altura. É ainda visível o arranque do teto que seria em abóboda de berço. A parede sul detém três aberturas que permitiam que a água circulasse para o depósito adjacente. Todo o interior foi revestido a *opus signinum* (material de construção usado na Roma antiga). As autoras do artigo, Ana Margarida Arruda e Catarina Viegas (2003), dizem que no caso da Alcáçova de Santarém, não é possível saber se a origem da água seria pluvial, de nascente existente no local ou conduzida

de outra zona da Alcáçova. Quanto à função deste depósito, uma das hipóteses é que tenha servido para o abastecimento de água às termas públicas da *Scallabis* romana, eventualmente localizadas a norte desta área.

Além destas, existem também na Alcáçova, cisternas incluídas em casas de habitação como a cisterna de bocal oitavado que se encontra no pátio da Casa Museu Passos Canavarro.

Itinerário B – Santarém e os seus conventos

1 e 2 – *Casa Madre Luiza Andaluz e Convento das Capuchas*

Visita às cisternas da Casa Madre Luiza Andaluz e antigo Convento das Capuchas, referindo a sua relação com a vida das religiosas que os edifícios albergaram e ainda albergam.

3 – *Igreja de Jesus Cristo*

Com uma importante cisterna no antigo claustro do Hospital de Jesus Cristo.

4 – *Convento das Donas*

Muito frequentado, por Luiza Andaluz e a sua irmã Eugénia. Hoje sede da Polícia de Segurança Pública (PSP).

A cisterna de origem medieval (séculos XII a XV) encontra-se implantada no claustro do antigo convento, hoje estacionamento da PSP. De bocal quadrangular (42x42 cm), o seu interior tem uma dimensão de 8x4x6,4 m, com uma capacidade de 76,80 m³. Está em funcionamento e a água é utilizada para lavagem das viaturas da polícia.

5 – *Convento de São Francisco e Convento de Santa Clara*

Importantes conventos na história de Santarém.

No convento de S. Francisco encontram-se duas cisternas, uma no claustro do convento e outra num segundo claustro (hoje Escola Prática de Cavalaria).

A cisterna do Convento de Santa Clara está implantada numa zona de quintal e possui um bocal quadrangular. Não está em funcionamento e serve como reservatório de lixo.

6 – *Convento de S. Bento*

Hoje Escola Secundária de Sá da Bandeira, e parceiro do Colégio Andaluz.

Vista privilegiada para o Tejo.

De bocal oitavado, em pedra trabalhada, encontra-se numa zona de quintal. A cisterna encontra-se desativada.

Com estes itinerários pretendemos chegar a um público o mais alargado possível, pelo que desenhamos diferentes versões de experienciar cada itinerário:

1. Uma “Experiência Auto Visitável”, para todos os que preferem fazer a visita de forma livre, em função do seu tempo e ritmo;
2. Uma “Experiência Guiada”, para todos os que pretendam aprofundar conhecimento e gostem de detalhe. Nesta versão, algumas sessões poderão ter início com uma pequena palestra de alguém conhecedor da cidade ou com estreita relação com o tema;
3. Uma “Experiência Científica”, para técnicos, cientistas, arqueólogos, preparada com equipamentos e apoios especializados que viabilizem a visita ao interior de algumas cisternas;
4. Uma “Experiência Otimizada” composta pelos pontos 1, 2, e 3 do itinerário A, para crianças e pessoas com mobilidade reduzida.

Com foco nos conteúdos didáticos dos itinerários estes podem ser enriquecidos com diferentes recursos como vídeos temáticos, textos exploratórios, experiências simples relacionadas com a água, para além das palestras já referidas.

Conclusão

Estamos assim convictas que com o desenvolvimento deste projeto o LA CC contribuirá de forma didática e turística, como complemento dos atuais percursos turísticos, despertando e apelando para o interesse de saber que por baixo dos pés daqueles que percorrem as ruas de Santarém se encontram reservatórios e circuitos de água não visíveis.

Será este um novo contributo para o turismo náutico?

Poderemos afirmar que ajudaremos os nossos visitantes a “navegar” nas ruas da cidade? Neste caso, sobre a água que está oculta mas que permitiu que os habitantes de Santarém vivessem ao longo de muitos séculos.

Pela sua história e morfologia, Santarém poderá explorar de forma única a ativação deste tema, contribuindo para um maior dinamismo da cidade, aumentando o interesse em se conhecer e visitar, dando assim maior protagonismo à cidade de Santarém, no grupo das cidades intermédias do país.

Paralelamente, os itinerários agora projetados inserem-se plenamente na missão do LA CC de contribuir para a educação de forma transformadora da sociedade, neste caso, numa abordagem mais sustentável da água, como garante para as gerações futuras.

Referências Bibliográficas

Arruda, A. M. e Viegas, C. (2003) Vinte anos de arqueologia na Alcáçova de Santarém: balanço de resultados e perspectivas de futuro. In *Associativismo e Património – 25 Anos da Associação para Estudo e Defesa do Património Histórico-Cultural de Santarém* (pp. 187-205). AEDPHCS.

Bokova, I. (2015). Foreword. In United Nations World Water Assessment Programme, WWAP. *The United Nations World Water Development Report 2015: Water for a Sustainable World* (p. v). UNESCO.

Custódio, J., Mata, L. e Nazaré, L. (1996). Património Monumental de Santarém: Inventário – Estudos descritivos. Câmara Municipal de Santarém.

Federal Ministry for the Environment, Nature Conservation and Nuclear Safety e Federal Ministry for Economic Cooperation and Development, FM (2001). *Conference report: Water – a key to sustainable development*. International conference on freshwater. www.un.org/esa/sustdev/sdissues/water/BonnConferenceReport.pdf

Flint, R. (2004). The sustainable development of water resources. *Water Resources Update*, 127, 41-51. <http://www.ucowr.org/updates/127/Flint.pdf>

Intergovernmental Hydrological Programme, IHP (2014). *Water in the Post-2015 Development Agenda and Sustainable Development Goals* [Discussion paper]. UNESCO-IHP

Intergovernmental Hydrological Programme, IHP (2021). *Environmental Water Stress in Transboundary River Basins* [Interactive Maps]. http://ihp-wins.unesco.org/layers/environmental_water_stress:geonode:environmental_water_stress.

- Leitão, M. (2012). *A constituição e o funcionamento de uma comunidade de prática de professores em educação para o desenvolvimento sustentável* [Tese de Doutoramento, Universidade de Lisboa]. Repositório Aberto. <http://hdl.handle.net/10400.2/2379>
- Matias, A. (2012). *Intervenção arqueológica: Poço-Cisterna do Palácio do Visconde Landal* [Relatório final]. Arqueologia Município de Santarém.
- Miletto, M. e Connor, R. (2015). Preface. In United Nations World Water Assessment Programme, WWAP. *The United Nations World Water Development Report 2015: Water for a Sustainable World* (pp. vii-viii). UNESCO.
- Oliveira, M. (1957). Santa Iria e Santarém. *Revista Portuguesa de História, II* (VII), 439-470. Imprensa da Universidade de Coimbra. https://doi.org/10.14195/0870-4147_7_8
- Papa Francisco (2015). *Louvado Sejas. Carta Encíclica Laudato Si'*. Apostolado da Oração.
- Santos, F. (2007). *Que futuro? Ciência, tecnologia, desenvolvimento e ambiente*. Gradiva.
- Turismo de Portugal (2017). *Estratégia de Turismo 2027*. Turismo de Portugal, I.P.
- United Nations, UN (2010). *A/RES/64/292 Resolution*. General Assembly. <https://undocs.org/A/RES/64/292>
- United Nations, UN (2015). *Transforming our world: The 2030 Agenda for Sustainable Development*. <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/21252030%20Agenda%20for%20Sustainable%20Development%20web.pdf>
- United Nations, UN (2017). *A/RES/71/222 Resolution*. General Assembly. <https://undocs.org/A/RES/71/222>
- United Nations, UN (2021). *The United Nations World Water Development Report 2021: Valuing Water*. UNESCO.
- United Nations Development Programme, UNDP (2006). *Human Development Report 2006. Beyond scarcity: Power, poverty and the global water crisis*. UNDP. <http://hdr.undp.org/en/media/HDR06-complete.pdf>
- World Health Organization, WHO (2021a). *Investing \$1 per person per year in hand hygiene could save hundreds of thousands of lives*. Departmental news. <https://www.who.int/news/item/15-10-2021-investing-1-dollar-per-person-per-year-in-hand-hygiene-could-save-hundreds-of-thousands-of-lives>
- World Health Organization, WHO (2021b). *COP26 - Direct linkages between climate change, health and migration must be tackled urgently – IOM, WHO, Lancet Migration*. Departmental News. <https://www.who.int/news/item/09-11-2021-cop26---direct-linkages-between-climate-change-health-and-migration-must-be-tackled-urgently-iom-who-lancet-migration>

World Tourism Organization, WTO (2013). *Message by UNWTO Secretary-General Taleb Rifai*. <http://wtd.unwto.org/en/content/unwtosg>

World Water Assessment Programme, WWAP (2006). *The United Nations World Water Development Report 2: Water, a shared responsibility*. UNESCO-Berghahn Books. <http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001454/145405E.pdf>

World Wide Fund for Nature, WWF (2020). *Living Planet Report 2020 - Bending the curve of biodiversity loss*. Almond, R.E.A., Grooten M. and Petersen, T. (Eds). WWF. https://wwf.eu.awsassets.panda.org/downloads/lpr20_full_report_spreads.pdf

O Empreendedorismo Sustentável e a Sustentabilidade da Inovação: Origens e Conceitos

Jorge Simões

Instituto Politécnico de Tomar. Unidade Departamental de Ciências Empresariais, Tomar, Portugal
Centro de Tecnologia, Restauro e Valorização das Artes (TECHN&ART-IPT)
jorgesimoes@ipt.pt

Ruben Loureiro

Instituto Politécnico de Tomar. Unidade Departamental de Ciências Empresariais, Tomar, Portugal
NECE - UBI
ruben.loureiro@ipt.pt

RESUMO

O objetivo deste artigo será o de propor uma estrutura para posicionar o empreendedorismo sustentável em relação à inovação para a sustentabilidade. A investigação baseia-se numa tipologia de empreendedorismo sustentável, desenvolve-a, incluindo o empreendedorismo social e institucional, ou seja, uma abordagem empreendedora para atender aos objetivos sociais, para contextos de mercado em mudança e relaciona-o com a inovação da sustentabilidade.

A estrutura fornece uma referência para os gestores introduzirem a inovação da sustentabilidade e “descobrirem” o empreendedorismo sustentável. Metodologicamente, o artigo desenvolve uma abordagem de medição qualitativa do empreendedorismo sustentável e de como avaliar a posição de uma empresa numa matriz de classificação. O grau de orientação para a responsabilidade ambiental ou social na empresa é avaliado com base nos objetivos e políticas ambientais e sociais, na organização da gestão ambiental e social na empresa e na comunicação das questões ambientais e sociais.

O impacto da empresa no mercado é medido com base na participação no mercado, no crescimento das vendas e nas reações dos concorrentes. O artigo encontra condições sob as quais o empreendedorismo sustentável e a inovação em sustentabilidade surgem espontaneamente. A pesquisa possui implicações para os académicos e os profissionais, pois esclarece quais as empresas que têm maior probabilidade, sob

condições específicas, de fazer movimentos em direção à inovação sustentável. O artigo traz uma contribuição, ao mostrar que a pesquisa existente precisa de ser expandida no que diz respeito às motivações para a inovação e que os modelos anteriores de empreendedorismo sustentável precisam ser refinados.

PALAVRAS-CHAVE

Empreendedorismo sustentável, inovação, sustentabilidade da inovação

Sustainable Entrepreneurship and the Sustainability of Innovation: Origins and Concepts

ABSTRACT

The purpose of this article will be to propose a framework for positioning sustainable entrepreneurship in relation to innovation for sustainability. The research is based on a typology of sustainable entrepreneurship, develops it, including social and institutional entrepreneurship, that is, an entrepreneurial approach to meet social goals, for changing market contexts and relates it to sustainability innovation. The framework provides a reference for managers to introduce sustainability innovation and “discover” sustainable entrepreneurship. Methodologically, the article develops an approach to qualitatively measure sustainable entrepreneurship and how to assess a company’s position in a ranking matrix. The degree of orientation towards environmental or social responsibility in the company is assessed based on the environmental and social objectives and policies, the organization of environmental and social management in the company and the communication of environmental and social issues.

The company’s impact on the market is measured based on market share, sales growth and competitors’ reactions. The article finds conditions under which sustainable entrepreneurship and innovation in sustainability arise spontaneously. The research has implications for academics and practitioners as it sheds light on which companies are most likely, under specific conditions, to make moves towards sustainable innovation. The article contributes by showing that existing research needs to be expanded regarding motivations for innovation and that previous models of sustainable entrepreneurship need to be refined.

KEYWORDS

Sustainable entrepreneurship, innovation, innovation sustainability

Desenvolvimento Sustentável e Empreendedorismo: Introdução

A relação entre o empreendedorismo e o desenvolvimento sustentável tem sido abordada por várias correntes do pensamento e da literatura como o eco empreendedorismo, o empreendedorismo social, o empreendedorismo sustentável e, de forma indireta também, o empreendedorismo institucional. Em termos da literatura existente, autores anteriores que abordaram a sustentabilidade e o empreendedorismo lidaram exclusivamente com o empreendedorismo orientado para o meio ambiente, muitas vezes chamado de “eco empreendedorismo”, com mais detalhes (Blue, 1990; Cohen et al., 2008). A motivação central e os principais objetivos mencionados com o eco empreendedorismo são ganhar dinheiro contribuindo para a solução de problemas ambientais. As metas econômicas são os fins dos negócios, enquanto as metas ambientais são consideradas parte integrante da lógica econômica do negócio. O desafio organizacional do empreendedorismo é integrar melhor o desempenho ambiental à lógica do negócio econômico ou multiplicar o número de (pequenos) negócios verdes (Hockerts e Wüstenhagen, 2010). Alguns autores focaram exclusivamente no empreendedorismo social (Brinckerhoff, 2006; Ridley-Duff, 2008).

A literatura sobre o empreendedorismo social preocupa-se em atingir os objetivos da sociedade e em garantir o seu financiamento.

Na maioria dos casos, o empreendedorismo social é sobre como fornecer bens do clube aos membros ou como fornecer acesso à inovação para segmentos de mercado carentes específicos (Desa e Kotha, 2006), especialmente no contexto de inovação da base da pirâmide em mercados emergentes e economias em desenvolvimento.

Também se preocupa com análises detalhadas de casos de empreendimentos sociais sem fins lucrativos bem-sucedidos, como, por exemplo, Benetech (Desa e Kotha, 2006). Nesta literatura, o empreendedorismo social tem sido descrito como uma forma específica de estrutura de propriedade (por exemplo, Mair e Noboa, 2003), bem como uma forma filantrópica, de arrecadação de fundos ou empreendimento de negócios de propósito social. Comparado com este foco da literatura sobre empreendedorismo social, o empreendedorismo ambiental está mais fortemente ligado à busca de oportunidades lucrativas de empreendedorismo. O desafio do desenvolvimento organizacional é integrar melhor as questões econômicas na lógica central de resolução de problemas sociais (Mair e Noboa, 2003).

Assim, a literatura sobre o empreendedorismo ambiental e, até certo ponto, também o empreendedorismo social, também aborda a influência corporativa nas mudanças

nas condições e regulamentações do mercado, bem como no início da mudança social. A ambição de mudar as configurações institucionais cria vínculos com o empreendedorismo institucional. Atores que iniciam mudanças que contribuem para transformar instituições existentes ou para criar novas instituições são chamados de empreendedores institucionais (Desa e Kotha, 2006), e o seu esforço para mudar as instituições, apesar das pressões em direção à estagnação, é discutido como empreendedorismo institucional (Ostrom, 1990). Além disso, a noção de empreendedorismo sustentável foi levantada mais recentemente para abordar a contribuição das atividades empreendedoras para o desenvolvimento sustentável de uma forma mais abrangente. Uma abordagem tão ambiciosa de empreendedorismo, que tenta não apenas contribuir para o desenvolvimento sustentável da própria organização, mas também criar uma contribuição cada vez maior da organização para o desenvolvimento sustentável do mercado e da sociedade como um todo, requer inovações substanciais de sustentabilidade. O desenvolvimento dessas diferentes correntes da literatura levanta a questão de saber se esses tipos de empreendedorismo são distintos, dadas as suas diferentes histórias. No entanto, embora as trajetórias históricas desses tipos sejam diferentes, parece que as motivações subjacentes às atividades são muito semelhantes e isso parece tornar provável uma convergência dessas literaturas atualmente bastante independentes. Apesar disso, até agora, significativamente menos atenção tem sido dedicada ao empreendedorismo sustentável ou de sustentabilidade como um conceito integrador de aspetos ambientais e sociais (Brinckerhoff, 2006; Ridley-Duff, 2008; Cohen et al., 2008).

O tratamento conjunto de empreendedorismo sustentável e inovação sustentável é crucial porque as lógicas subjacentes diferem consideravelmente. No que diz respeito à inovação, as dimensões centrais são os benefícios privados e sociais e estes podem estar relacionados a uma sequência definida de inovações de produto e processo, a existência de ativos complementares e os meios para proteger a inovação de *spillovers* indesejáveis de conhecimento para terceiros. Por outro lado, no que diz respeito ao empreendedorismo, a lógica dominante é a de reconhecimento e exploração de oportunidades e o aspeto da inovação é confinado principalmente ao nível do indivíduo.

A próxima seção discute uma primeira tipologia de empreendedorismo sustentável e os elementos de uma matriz de posicionamento de empreendedorismo sustentável. A seção seguinte analisa como os empreendedores sustentáveis surgem e quais são suas características prováveis.

O que é Empreendedorismo Sustentável?

O empreendedorismo sustentável é, na sua essência, a realização de inovações sustentáveis voltadas para o mercado de massa e que proporcionem benefícios para a maior parte da sociedade. Ao realizar essas inovações de sustentabilidade (radicais), os empreendedores sustentáveis geralmente atendem à procura não atendida de um grupo maior de partes interessadas. As partes interessadas são grupos ou indivíduos que afetam materialmente ou são afetados pelas atividades de uma empresa. As procuras das partes interessadas vão além dos estreitos interesses econômicos dos acionistas e são as principais fontes de oportunidades empresariais para a inovação sustentável (Wennekers e Thurik, 1999), cuja descoberta e exploração estão no cerne do empreendedorismo sustentável (Wennekers e Thurik, 1999). Essa interpretação também é consistente com o trabalho recente que argumenta que as falhas específicas do mercado são a causa raiz subjacente das atividades empreendedoras destinadas a realizar objetivos sociais, bem como melhorias ambientais (Cohen et al., 2008). As partes interessadas podem exigir melhorias ambientais (por exemplo, ONGs ambientais) ou melhorias sociais (por exemplo, associações de consumidores ou partes interessadas preocupadas com o trabalho infantil). Essas procuras, estendidas, das partes interessadas também são importantes, economicamente, pois podem prenunciar a procura de um grupo maior de clientes.

Assim, a teoria econômica e de gestão negligenciou o fenômeno do empreendedorismo por muito tempo. No entanto, nos últimos dois anos, mais e mais autores começaram a lidar com o empreendedorismo seguindo o trabalho de Schumpeter e Kirzner, e isso contribuiu parcialmente para o foco crescente no empreendedorismo sustentável como um tipo específico de empreendedorismo. A palavra “empresário” deriva do francês e pode ser considerada como significando “tomar a iniciativa de construir uma ponte”. Entre-empresários são o catalisador que reúne dinheiro, pessoas, ideias etc. para estabelecer redes de criação de valor. Enquanto todos os empreendedores lidam com atividades de ponte entre fornecedores e clientes para criar e mudar mercados, os empreendedores sustentáveis diferem dos empreendedores convencionais porque também constroem pontes entre o progresso ambiental e o sucesso no mercado. O empreendedorismo pode descrever vários fenômenos (Shane e Venkataraman, 2000).

Muitos autores se concentram no processo de uma empresa start-up. Nessa visão, os empreendedores são atores que abrem uma nova empresa e o empreendedorismo é o processo de criação e estabelecimento de uma nova empresa.

Outro aspeto do empreendedorismo é a busca pelo crescimento (Gartner, 2001). Os empreendedores são vistos como atores que aumentam as empresas e expandem os negócios; O empreendedorismo também tem sido interpretado como um movimento social ou outro tipo de movimento ambientalista de base ou de preocupação social (Gartner, 2001). Nesta perspetiva, os empreendedores são atores que mudam os padrões de consumo e produção existentes com base em iniciativas individuais; os empreendedores, às vezes, distinguem-se das empresas tradicionais pela sua capacidade de inovar e criar vantagem competitiva (White e Reynolds, 1996). O empreendedorismo vincula as invenções ao sucesso no mercado; finalmente, o empreendedorismo é caracterizado pelas características pessoais de um líder, como a ambição, a liderança, a formação de equipas, envolvimento pessoal e comprometimento. O termo “empreendedorismo sustentável” basicamente reúne muitos dos fenómenos acima e combina duas palavras, sustentabilidade e empreendedorismo.

O empreendedorismo sustentável é caracterizado por alguns aspetos fundamentais das atividades empreendedoras que são menos orientadas para sistemas de gestão ou procedimentos técnicos, e se concentram mais na iniciativa pessoal e nas habilidades da pessoa ou equipe empreendedora para alcançar o sucesso no mercado e na sociedade em larga escala mudando com inovações ambientais ou sociais. O pensamento empreendedor começa primeiro com os indivíduos. Preferências ambientais e sociais também são, em muitos aspetos, preocupações pessoais. É por isso que empreendedores sustentáveis como Hipp, um dos maiores produtores europeus de comida para bebês, Duttweiler, o fundador da Migros, o maior fornecedor de alimentos da Suíça, Pfenninger, chefe da Trisa, um dos maiores produtores europeus de escovas e vassouras, ou Anita Roddick, o fundador e ex-chefe da Body Shop, foi analisado para incorporar a combinação de fortes valores ambientais e sociais com uma atitude empreendedora enérgica. Empreendedores sustentáveis mostram domínio pessoal (Veciana, 1999) e consideram a sua vida profissional um ato criativo. As diferenças entre os objetivos pessoais e a realidade percebida são tidas como um desafio e não como um problema (Veciana, 1999).

Além disso, empreendedores sustentáveis influenciam muito a empresa com seus objetivos e preferências pessoais, de tal forma que eles se refletem nos objetivos da empresa. Isto é mais frequente e em maior medida o caso com empresas, no início de atividade, e pequenas empresas do que com empresas de maior dimensão. Enquanto os gerentes ambientais podem deixar uma empresa sem que ela perca um caráter substancial, os empreendedores sustentáveis constituem e mol-

dam a “cara” da sua empresa. Devido à forte influência da personalidade do líder (ou líderes) da empresa nos objetivos da empresa, o empreendedorismo sustentável e o status de tal empreendedor também podem estar relacionados diretamente à empresa. Como consequência, o empreendedorismo sustentável - definido em um sentido restrito - trata-se de start-up de empresa muito inovadora, fornecedora de produtos e serviços ambiental e / ou socialmente benéficos com potencial de conquista de grande parte do mercado. No entanto, o espírito e o processo de criação de sucesso de mercado substancial com produtos e serviços ambientalmente ou socialmente benéficos não se limitam a start-ups; empreendedorismo sustentável também pode ser visto em empresas estabelecidas, ou no processo de construção de empreendimentos corporativos, spin-offs, etc. para iniciar a mudança social e alterar as condições e regulamentações do mercado.

A ambição de atingir objetivos sociais por meio de abordagens de empreendedorismo e negócios foi tratada sob o termo de empreendedorismo social (Brinckerhoff, 2006; Ridley-Duff, 2008; Cohen et al., 2008). As empresas sociais constituem um movimento empresarial heterogêneo, orientado para a distribuição equitativa e não a acumulação de capital social e econômico. A ideia de uma aplicação “além do mercado” da abordagem empreendedora, porém, com o objetivo de mudanças nas instituições e nas regulamentações do mercado, também foi tomada pela noção de empreendedorismo institucional, que aborda a tentativa de mudar as configurações institucionais (Brinckerhoff, 2006; Ridley-Duff, 2008).

Definido de forma mais ampla, o empreendedorismo sustentável pode, portanto, ser descrito como uma forma inovadora, orientada para o mercado e orientada para a personalidade, de criar valor econômico e social por meio de inovações institucionais ou de mercado ambientalmente ou socialmente benéficas. Esta ampla definição de empreendedorismo sustentável leva em consideração os Intra empreendedores como um subgrupo importante de empreendimentos sustentáveis empresários; eles representam atores dentro de uma organização que mudam substancialmente e moldam o desenvolvimento ambiental e de crescimento de negócios da empresa. A ideia conceitual por trás desse subgrupo está relacionada à dos promotores, que é um conceito bem estabelecido na literatura de gestão da inovação.

Uma Matriz de Posicionamento de Empreendedorismo Sustentável

Esta seção mostra com mais detalhes o que pode ser entendido por empreendedorismo sustentável e como ele se distingue de outros tipos de atividade ambiental e socialmente responsável das empresas. Após uma introdução à matriz de posicionamento do empreendedorismo sustentável, as duas dimensões principais, prioridade dos objetivos ambientais e sociais e efeito de mercado, são discutidas em mais detalhes. Numa escala pragmática, o desenvolvimento sustentável requer a realização integrativa de objetivos ambientais, sociais e econômicos agora e para as gerações futuras. A gestão da sustentabilidade corporativa, portanto, tenta moldar os efeitos ambientais, sociais e econômicos de uma empresa de uma forma que resulte primeiro num desenvolvimento sustentável da empresa e, em segundo lugar, que a empresa contribua para o desenvolvimento sustentável da sociedade como um todo. Entre os principais desafios estão a gestão de questões sociais e ambientais com abordagens econômicas e a integração de questões ambientais e sociais em processos e ferramentas de negócios centrais (ver, por exemplo, Ridley-Duff (2008) para detalhes e exemplos).

As empresas contribuem mais para a sustentabilidade e desenvolvimento de uma economia e de uma sociedade se o seu *core business* lidar com soluções para problemas ambientais e sociais, se fornecerem produtos ambientais e socialmente superiores e se as suas inovações influenciarem substancialmente o mercado de massa e a sociedade. Uma influência positiva da sustentabilidade por parte das empresas exige uma contribuição real e substancial para o progresso da sustentabilidade. Isso, por sua vez, requer inovações de sustentabilidade.

A melhoria real só pode ser criada se os processos de produção, produtos e serviços forem superiores. Uma contribuição substancial requer que a empresa possa exercer uma grande influência no mercado e uma grande influência social ou política. Uma grande influência de mercado pode ser baseada numa grande participação de mercado ou na influência de concorrentes e outros atores do mercado (como fornecedores) para adotar soluções de sustentabilidade superiores.

Uma grande influência social e política inclui o desenvolvimento de tendências, moda, valores e opiniões políticas, instituições, regulamentos e estruturas. Ambas as dimensões da gestão da sustentabilidade podem ser subdivididas posteriormente. A prioridade das metas de sustentabilidade pode variar de baixa prioridade (requisitos sociais e ambientais como um dever do gestor) a média prioridade (questões

de sustentabilidade como um suplemento às questões de negócios convencionais) e alta prioridade (questões de sustentabilidade como parte integrante das atividades de negócios, centrais). Por outro lado, o eixo horizontal, retratará os efeitos reais da organização, os efeitos socialmente desejados podem ser criados fora do mercado ou de uma forma que ainda não é comercializável (à esquerda do eixo horizontal). Uma vez que o mercado é inserido, o efeito de mercado da empresa e dos seus negócios pode ser pequeno num nicho, e grande por meio de uma forte influência no mercado de massa ou até mesmo transbordar para a sociedade e a política em geral. As inovações necessárias para mover da esquerda para a direita no eixo horizontal são caracterizadas por melhorar a comercialização e aumentar os efeitos do mercado até que o mercado e a sociedade sejam influenciados substancialmente.

As posições permitem-nos distinguir diferentes formas de gestão da sustentabilidade e empreendedorismo. Organizações nas quais as questões de sustentabilidade são de baixa prioridade - e, portanto, são administradas ao invés de geridas - consideram isso como um dever de “curador” e se concentram na implementação de determinados regulamentos e padrões. As questões ambientais e sociais ficam a cargo do departamento jurídico e da burocracia, que administra as questões de acordo com normas e regulamentos formalmente definidos. Uma vez que, por definição, essas empresas não buscam uma estratégia de sustentabilidade proativa, recursos para inovação e empreendedorismo sustentável, como a capacidade de integrar as partes interessadas, estão faltando em tais empresas (ver, por exemplo, Brinckerhoff, 2006; Ridley-Duff, 2008; Cohen et al., 2008).

Os líderes da empresa que consideram as questões de sustentabilidade como um aspecto complementar dos negócios estabelecem sistemas e departamentos de gestão ambiental, de qualidade e social que tentam pilotar e controlar os impactos da maneira mais eficiente. A redução de custos, a melhoria da competitividade e ecoeficiência, as campanhas de imagem e a diferenciação de produtos e serviços são os grandes objetivos desta gestão sustentável e orientada para o bem fazer.

As empresas deste grupo provavelmente realizarão algumas atividades de inovação, mas com um foco mais forte principalmente na inovação incremental. A questão com uma motivação puramente econômica que leva a melhorias sociais e ambientais é que ela é orientada para o curto prazo e limitada por características inerentes à inovação incremental. A gestão da sustentabilidade em sua forma mais avançada torna-se um empreendedorismo sustentável e atende a ambos os requisitos.

Idealmente, o empreendedorismo sustentável puxa todo o mercado para a sustentabilidade e influencia a sociedade como um todo. Empreendedores sustentáveis buscam o sucesso dos negócios por meio de soluções de sustentabilidade para o mercado de massa. Com as suas inovações, eles são capazes de exercer uma influência construtiva na sociedade e nos políticos.

Os empreendedores sustentáveis tratam as questões de sustentabilidade como centrais para o seu principal negócio porque o seu sucesso econômico está fortemente vinculado ao seu desempenho de sustentabilidade. Focalizando os aspetos ambientais, os “ecos empreendedores” podem ser encontrados próximos ao empreendedorismo sustentável, mas com um foco menos forte de sustentabilidade total.

Os ecos empreendedores objetivam com as suas empresas, participações de mercado consideravelmente grandes e um volume de negócios alto ou crescente em mercados de massa (mais ou menos ecologicamente sensíveis). Embora os ecos empreendedores, historicamente, sempre tenham um foco um mercado maior (em vez de uma forte orientação sem fins lucrativos como o empreendedorismo social tradicional), o seu foco de valor estava no desempenho ambiental e não muito no desempenho social. Portanto, eles apenas até certo ponto tinham o desempenho de sustentabilidade (combinando desempenho social e ambiental) como meta principal do negócio. Nos últimos anos, no entanto, os aspetos sociais tornaram-se mais cruciais para os negócios, como testemunhado, por exemplo, pelo Pacto Global da ONU ou a meta do milênio de eliminar a pobreza mundial até 2025. Isso implica que os ecos empreendedores também devem abordar os aspetos sociais das suas inovações ambientais revolucionárias de forma mais sistemática e, na medida em que isso realmente acontece, eles avançam em direção ao empreendedorismo sustentável.

Para os ecos empreendedores, o seu conhecimento sobre problemas ambientais substanciais permite-lhes prever uma procura por inovações fundamentais também em mercados tradicionais. O desafio empresarial é, portanto, ter economicamente sucesso no fornecimento de produtos e serviços que alteram - de forma puramente voluntária - os padrões de consumo e as estruturas de mercado, levando a uma redução absoluta dos impactos ambientais. Diferentemente dos bioneers, os ecos empreendedores geralmente não são inventores. Em vez de gastar tempo em laboratórios, os ecos empreendedores buscam invenções que possam colocar nos mercados para criar volume de negócios e influenciar as estruturas do mercado. Apenas em casos excepcionais, como o do empresário Geoffrey Ballard, que desenvolveu a tecnologia de células de combustível, inventores de sucesso também são

ecos empreendedores. A atividade principal dos ecos empreendedores é, portanto, buscar ideias de negócios criadas por problemas e soluções ambientais, identificar o potencial de mercado das invenções e obter sucesso no mercado com elas.

A expressão ‘bioneer’ é uma combinação de ‘bio’ e ‘pioneiro’ e tenta expressar o papel central da pesquisa e desenvolvimento e a tentativa de encontrar clientes com altas preferências por suas invenções e inovações. Os bioneers se concentram em nichos de mercado atraentes com seus produtos ecológicos voltados para o cliente.

Fornecedores de nicho de mercado são, em geral, empresas que se concentram em uma parte bem definida do mercado, especializando-se nas preferências específicas do cliente. Os grandes concorrentes negligenciam esses nichos porque não os reconhecem, porque não os consideram atraentes o suficiente ou porque não são capazes de atender a essas preferências específicas dos clientes de maneira adequada. A estratégia da competição é focar numa área de mercado precisamente definida, grande o suficiente para ser economicamente bem-sucedida e pequena o suficiente para ser negligenciada pelos fornecedores do mercado de massa. Eles atendem a grupos-alvo exclusivos com uma estratégia de diferenciação consequente. Isso requer inovação dos produtos e serviços fornecidos, bem como das tecnologias de produção e conceitos organizacionais. Os fornecedores movidos pela invenção ambiental podem ser chamados de bioneers, pois cumprem a função de pioneiros para abrir novos caminhos de desenvolvimento ambiental nos mercados.

Os clientes-alvo dos bioneers estão na interseção de clientes com altas preferências de consumo ambiental e clientes com alta capacidade e disposição para pagar. É por isso que as abordagens usuais de marketing e comunicação do mercado de massa não são consideradas pelos bioneers. Além de uma renda mais alta e preferências ambientais, os clientes geralmente precisam de conhecimento substancial do mercado e do produto e de mais tempo. Além disso, eles tendem a aceitar distâncias maiores para encontrar os produtos que procuram. Muitos exemplos de bioneers podem ser encontrados no setor ambiental de alta tecnologia (energia solar e eólica, como a start-up Ecotricity Ltd., com sede no Reino Unido), na contratação de energia e na indústria têxtil. Outro grupo de bioneers são as PMEs tradicionais, que desenvolvem os seus produtos e serviços de acordo com critérios ambientais (por exemplo, a fabricante de papel canadense Cascades Inc.). Eles são frequentemente liderados e fortemente moldados por um proprietário da empresa ou autoridade familiar que luta por uma harmonia postulada entre objetivos ambientais, sociais e financeiros. ambiente de negócios, regulamentações de mercado e instituições

sociais. Tais processos, que criam tendências sociais ou inovações regulatórias que garantem que o consumo sustentável floresça, ou que produtos sustentáveis se tornem mais competitivos e que os desenvolvimentos sustentáveis prevaleçam, são tratados pelo empreendedorismo institucional como um elemento adicional do empreendedorismo sustentável. da inovação sustentável e do empreendedorismo sustentável do foco em grandes mercados para o cenário alternativo, deveria ter ficado claro que o tamanho da empresa não é per se um critério definidor para o empreendedorismo sustentável. Grandes empresas (por exemplo, a empresa de carpetes Interface Inc. nos Estados Unidos) podem mostrar esse tipo de empreendedorismo, bem como pequenas start-ups que visam introduzir um produto ou processo com altos benefícios ambientais ou sociais que seja atraente não apenas para um nicho compradores, mas também o mercado de massa, e tem potencial para transformação social (Brinckerhoff, 2006; Ridley-Duff, 2008; Cohen et al., 2008).

Conclusão

Neste artigo, apresentamos uma estrutura de empreendedorismo sustentável e exploramos as suas ligações com a inovação sustentável. As implicações de negócios da nossa análise relacionam-se, especialmente, a condições importantes que os empreendedores sociais e institucionais e outras start-ups e incumbentes precisam considerar ao decidir sobre o tipo de inovação de sustentabilidade. Em primeiro lugar, dizem respeito ao ciclo de vida da indústria, uma vez que os requisitos de inovação mudam com o tempo, quando surge um projeto dominante. Por isso, a inovação de produto e do processo precisam de ser entendidas, bem como determinadas, em conjunto. Para que possam reagir a isso, as empresas devem monitorar cuidadosamente o mercado em busca de mudanças, por exemplo, no que diz respeito a tecnologias ou contextos. Especificamente, os empreendedores institucionais podem querer, ativamente, tentar mudar os contextos de mercado, como foi observado no caso de novas entradas no mercado alemão de energia renovável.

Além disso, no que diz respeito à apropriabilidade das rendas de inovação, os bioneers e ecos empreendedores, na nossa investigação, são aconselhados a concentrarem-se na inovação que pode ser fácil e eficazmente protegida e onde os ativos complementares são menos relevantes, facilmente acessíveis ou disponíveis. Por outro lado, os administradores e gerentes, de sustentabilidade, podem beneficiar mais com a busca pela inovação, onde a apropriação é difícil para os primeiros e onde

a necessidade de ativos complementares é forte. Por fim, os modelos delineados para inovações de sustentabilidade sugerem a existência de inovações com alto benefício social, mas baixíssimo benefício privado apropriável. Para tal inovação, as atividades empreendedoras voltadas para a geração de lucros, frequentemente associadas a uma orientação para o mercado de massa, podem ser menos adequadas. Além disso, as parcerias multipartidas das partes interessadas parecem ser necessárias para criar estruturas institucionais estáveis que possibilitem a busca por tal inovação (Ostrom, 1990). Por exemplo, em situações em que não existe um business case, as políticas públicas podem-se envolver para regular as falhas de mercado, se a inovação de sustentabilidade em questão, representar um alto benefício social. A tarifa feed-in de energia na Alemanha é um exemplo de tal intervenção. Próximo às implicações de gestão e políticas discutidas, a análise sugere pelo menos dois fluxos futuros de pesquisa sobre inovações de sustentabilidade e empreendedorismo sustentável: (a) vinculação com institucional e a análise das condições e tipos de inovação que são melhor realizados com o empreendedorismo social tradicional; (b) uma investigação de quais variáveis apoiam que tipo de empreendedorismo sustentável sob quais condições, e a análise dos processos de transformação entre diferentes tipos de empreendedorismo social, institucional e sustentável. Em primeiro lugar, as classificações e movimentos da estrutura no esquema de classificação poderiam ser ligadas à economia evolucionária e institucional. Existem várias maneiras pelas quais a teoria da inovação e a economia da inovação influenciam o empreendedorismo sustentável e a inovação sustentável. Estes podem, por exemplo, estar vinculado ao conceito de sistemas de inovações, que está enraizado na economia evolucionária e institucional e tem particular relevância para o tema das inovações de sustentabilidade, ou pode se referir a diferentes modos de coordenação, como mercados, regulação (inovação induzida) ou redes de atores que podem trazer inovações de sustentabilidade em empresas ou entre empresas.

Tais caminhos poderiam ser explorados com mais detalhes, em particular no que diz respeito ao desdobramento longitudinal e ao desenvolvimento ao longo do tempo de atividades empreendedoras voltadas para a inovação sustentável. Além disso, pesquisas futuras devem esclarecer quais tipos de inovação o empreendedorismo social tradicional ou a inovação sustentável em um nicho são mais apropriados e em que condições, e qual é o papel das políticas públicas nisso.

Em segundo lugar, a estrutura provoca questões como: quais critérios ou variáveis de situação promovem diferentes tipos de empreendedorismo sustentável? Uma futura

corrente de pesquisa pode estar preocupada com a questão de moldar diferentes modos ou abordagens empresariais, dependendo das variáveis da situação, fatores externos de influência ou características dos objetivos empresariais.

Pesquisas futuras também devem nos informar mais sobre o processo de transformação do empreendedorismo social tradicional, o eco empreendedorismo e, possivelmente, também a inovação sustentável num nicho em direção ao empreendedorismo sustentável. Quando essa transformação é possível, quando é desejável e quando ocorre empiricamente? O empreendedorismo institucional é um fenômeno relevante na prática corporativa e necessário para garantir processos sociais de desenvolvimento sustentável? As redes de inovação são um componente importante desse processo de transformação para o empreendedorismo sustentável?

Referências Bibliográficas

- Acs, Z.J e Audretsch, D.B. (1988). "Innovation in Large and Small Firms: An Empirical Analysis", *The American Economic Review*, Vol. 78, 4, pp.678-690.
- Acs, Z.J; Arenius, P.; Hay, M. e Minniti, M. (2004). *Global Entrepreneurship Monitor. 2004 Executive Report*, Babson College and London Business School.
- Aldrich, H.E. e Martínez, M.A. (2001). "Many are Called, but Few are Chosen: An Evolutionary Perspective for the Study of Entrepreneurship", *Entrepreneurship Theory and Practice*, Vol. 25, 4, pp.41-56.
- Aponte, M (2002). "Factores Condicionantes de la Creación de Empresas en Puerto Rico: Un Enfoque Institucional", *Tesis Doctoral*, ES: Universidad Autónoma de Barcelona.
- Blue, J., (1990). *Ecopreneuring: managing for results*. Scott Foresman, London.
- Cohen, Boyd & Smith, J. & Mitchell, Ron. (2008). Toward a sustainable conceptualization of dependent variables in entrepreneurship research. *Business Strategy and the Environment*. 17. 107 - 119.
- Desa, Geoff & Kotha, Sharad. (2006). *Ownership, mission and environment: An exploratory analysis into the evolution of a technology social venture*.
- Drucker, P. (1964). *Managing for Results*, Harper and Row, New York.
- Drucker, P. (1986). *La Innovación y el Empresário Innovador. La Prática y los Principios*, Edhasa, Barcelona.
- Dubini, P. (1989). "The Influence of Motivation and Environment on Business Starts-Ups. Some Hints for Public Policies", *Journal of Business Venturing*, Vol. 4, 1, pp. 11-26.

Gartner, W.B. (2001): "Is There an Elephant in Entrepreneurship? Blind Assumptions in Theory Development", *Entrepreneurship Theory and Practice*, Vol. 25, 4.

Hockerts, Kai & Wüstenhagen, Rolf. (2010). Greening Goliaths Versus Emerging Davids—Theorizing about the Role of Incumbents and New Entrants in Sustainable Entrepreneurship. *Journal of Business Venturing*. 25. 481-492.

Hockerts, Kai. (2006). Entrepreneurial Opportunity in Social Purpose Business Ventures.

Mair, Johanna & Noboa, Ernesto. (2003). Social Entrepreneurship: How Intentions to Create a Social Enterprise Get Formed. IESE Business School, IESE Research Papers. 503. 10.2139/ssrn.462283.

Ostrom, E. (1990) *Governing the commons: the evolution of institutions for collective action*. Cambridge; New York: Cambridge University Press.

Ridley-Duff, R., & Bull, M. (2011). *Understanding Social Enterprise: Theory and Practice*.

Shane, S. e Venkataraman, S. (2000). "The Promise of Entrepreneurship as a field of Research", *Academy of Management Review*, Vol. 25, 1, pp.217-226.

Storey, D.J. (1982). *Entrepreneurship and the New Firm*, Croom Helm: London.

Storey, D.J. (1994). *Understanding the Small Business Sector*, London/New York Routledge.

Storey, D.J. (2000). "Six Steps to Heaven: Evaluating the Impact of Public Policies to support Small Business in Developed Countries", In D. Sexton e H. Landstrom (eds.). *Handbook of Entrepreneurship*, pp.176-193, Oxford: Blackwell.

Veciana, J.M. (1999): "Creación de empresas como Programa de Investigación Científica", *Revista Europea de Dirección y Economía de la Empresa*, Vol. 8, 3; pp.11-36.

Wennekers, S. and Thurik, R. (1999): "Linking Entrepreneurship and Economic Growth", *Small Business Economics*, Vol. 13, pp.27-55.

White, S.B. e Reynolds, P.D. (1996): "Government Programs and High Growth New Firms", *Frontiers of Entrepreneurship Research*, Babson College.

Young, M.; Wyman, S.M. e Brenner, C.T. (1999). "Assessment of Small Business Perception of Needed Information and Assistance", *Journal of Business and Entrepreneurship*, Vol. 11, 1, pp.99-105.

As Políticas Públicas para o Turismo Náutico Acessível - o Caso Setúbal

Eunice Duarte

Instituto Politécnico de Setúbal

Centro de Investigação, Desenvolvimento e Inovação em Turismo (CiTUR-IPL)

eunice.duarte29@gmail.com

Eunice R. Lopes

Instituto Politécnico de Tomar. Departamento de Ciências Sociais, Tomar, Portugal

Centro de Tecnologia, Restauro e Valorização das Artes (TECHN&ART-IPT)

Centro de Investigação, Desenvolvimento e Inovação em Turismo (CiTUR-IPL)

Centro em Rede de Investigação em Antropologia (CRIA-FCSH-UNL)

Unidade de Investigação em Governança, Competitividade e Políticas Públicas (GOVCOPP-UA)

eunicelopes@ipt.pt

RESUMO

O turismo acessível visa a possibilidade de todos poderem usufruir dos espaços e atividades da forma mais autónoma possível. Pelo que os turistas (que tenham limitações físicas, sensoriais, cognitivas, deficiências, idosos e famílias com crianças pequenas) necessitam que sejam formuladas políticas que levem à criação de soluções de acessibilidade para a oferta turística de qualidade, possibilitando a experiência única do destino. Tendo em consideração que a taxa de envelhecimento demográfico tem vindo a aumentar, esta é uma necessidade urgente. A Lei nº46/2006 proíbe e pune a discriminação para com estas pessoas, sendo que o Decreto-Lei nº163/2006 estabelece as normas e as regras para a sua aplicação. A nova ISO 21902 – Turismo Acessível e a Norma Portuguesa 4523 – Turismo Acessível em Estabelecimentos Hoteleiros, vêm reforçar a importância da inclusão e de políticas ajustadas à mesma.

Porém, existe uma lacuna no que concerne às atividades de animação turística, pela quase inexistência de um atendimento inclusivo, ou de acessibilidade ao meio físico, equipamentos e locais onde a prestação dos serviços é realizada.

Como tal, é importante conhecer o paradigma atual, quais as tendências e mercados, mas também, devido à importância deste segmento, entender a realidade e

identificar possíveis lacunas. Como tal, foram realizadas entrevistas aos prestadores de turismo náutico em Setúbal e a entidades de âmbito nacional que representam alguns desses turistas (limitações físicas, sensoriais, cognitivas, deficiências e associações de seniores).

Através das mesmas é possível compreender que são necessárias políticas que sejam direcionadas para estas atividades em concreto, bem como ações de sensibilização. Podendo culminar com a atribuição de um selo de como são acessíveis. Esta necessidade passa pela carência de recursos humanos para apoio especializado, ao nível das atividades e infraestruturas e ao nível da promoção e comunicação.

PALAVRAS-CHAVE

Acessibilidade, náutica, políticas públicas, turismo acessível, turismo náutico.

Public Policies for Accessible Nautical Tourism - the Setubal Case

ABSTRACT

Accessible tourism aims to enable everyone to enjoy spaces and activities in the most autonomous way possible. Therefore, tourists (who have physical, sensory, cognitive limitations, disabilities, the elderly, and families with young children) need policies to be formulated that lead to the creation of accessibility solutions for the quality tourist offer, enabling a unique experience of the destination. Bearing in mind that the rate of demographic aging has been increasing, this is an urgent need. Law No. 46/2006 prohibits and punishes discrimination against these people, and Decree-Law No. 163/2006 establishes the norms and rules for its application. The new ISO 21902 – Accessible Tourism and the Portuguese Standard 4523 – Accessible Tourism in Hotel Establishments, reinforce the importance of inclusion and policies adjusted to it.

However, there is a gap about tourist entertainment activities, due to the almost inexistence of an inclusive service, or accessibility to the physical environment, equipment, and places where the services are provided.

As such, it is important to know the current paradigm, which are the trends and markets, but also, due to the importance of this segment, to understand the reality and identify possible gaps. As such, interviews were carried out with nautical tourism providers in Setubal and with national entities that represent some of these tourists (physical, sensory, cognitive limitations, disabilities, and senior associations).

Through them, it is possible to understand that policies are needed that are directed to these specific activities, as well as awareness-raising actions. It can culminate in the attribution of a seal of how accessible they are. This need involves the lack of human resources for specialized support, in terms of activities and infrastructure and in terms of promotion and communication.

KEYWORDS

Accessibility, nautical, public policies, accessible tourism, nautical tourism.

Introdução: Tipos de Necessidades Especiais

Num primeiro momento importa compreender o que são as necessidades especiais. Nesse sentido, a Coordenação da Cooperativa Nacional de Apoio a Deficientes (2007) considera que existem quatro tipos de necessidades especiais, ou seja, visual, auditiva, de mobilidade e de aprendizagem.

Existem dois tipos de incapacidade, a temporária (exemplo: a utilização de carrinhos de bebé) e a permanente (exemplo: a utilização de cadeira de rodas por paralisia) (Devile, 2009; Fontes e Monteiro, 2009; Silva, 2009). Pelo que, a incapacidade permanente visa a continuidade da condição limitante, por oposição a incapacidade temporária visa a alteração da condição através da melhoria, implicando apenas a impossibilidade de realização de determinadas tarefas temporariamente. Sendo que a incapacidade é mais notória quanto mais barreiras existirem entre o meio social (fatores ambientais e/ou pessoais) e o indivíduo (com uma determinada condição de saúde). Já a deficiência é percecionada como “uma anomalia ou uma alteração das estruturas ou funções do organismo” (Devile, 2009, p. 40).

Como tal, Espírito Santo (2009) esclarece que existem algumas pessoas têm necessidades especiais devido a: doenças crónicas, físicas, mentais, serem grupos de crianças, idosos, mulheres grávidas ou pessoas que transportam bagagens.

A incapacidade pode ter várias dimensões, sendo que cada uma possui necessidades próprias. Pelo que a construção multidimensional compreende os seguintes fatores: “mobilidade, audição, visão, aprendizagem, saúde mental, sensibilidade e condições de saúde a longo prazo” (Darcy *et al.*, 2010, p. 516). Estas questões não são todas iguais, como tal, existem pessoas em cadeira de rodas (autónomas ou autónomas dependentes), indivíduos com necessidades especiais de mobilidade (temporária ou permanente), com visão condicionada ou invisuais, necessidades especiais auditivas (total ou parcial) e de compreensão (Queiroz, 2009).

Tipo de Incapacidade (Deville, 2009; Fontes e Monteiro, 2009; Silva, 2009; Queiroz, 2009)	Tipo de Barreiras (Deville, 2009)	Origem das necessidades especiais (Espírito Santo, 2009)	Construção Multidimensional (Darcy <i>et al.</i> , 2010)	Beneficiários do Turismo Acessível (UNWTO, 2016a)
Temporária	Meio social	Doenças Crônicas	Mobilidade	Física
		Doenças Físicas	Audição	Sensorial
		Doenças Mentais	Visão	Intelectual
		Grupos de Crianças	Aprendizagem	Pessoas Idosas
Permanente	Indivíduo	Grupos de Idosos	Saúde Mental	Outros
		Mulheres Grávidas	Sensibilidade	(Grávidas, Pessoas com Carrinhos de crianças e bebê;
		Transporte de bagagens	Condições de saúde a longo prazo	Crianças, Pessoas Obesas, etc.)

Fonte: Elaboração Própria

Nesse sentido, a *World Health Organization & World Bank* (2011) indicam que existem pessoas com diferentes níveis de incapacidade, sendo que estas tendem a ter uma participação na vida em sociedade em função de diversos fatores entre os quais a autoestima e a motivação.

A Acessibilidade e o Turismo

O turismo enquanto atividade parte de um princípio de igualdade, ou seja, de que é de todos para todos. No entanto “quero ir, mas tenho de ficar” ainda é uma realidade em muitos casos (Alves *et al.*, 2020). Nesse sentido importa entender a relação entre a acessibilidade e o turismo. Nesse sentido, o Código de Ética para o Turismo, adotado

pela Assembleia Geral da Organização Mundial de Turismo (OMT), em 1999, e aprovado pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 2001, no artigo 7º considera que todos devem ter acesso ao usufruto dos recursos, sendo deve ser facilitado e incentivado o acesso ao turismo por parte das pessoas com deficiência.

Através do artigo 30º da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência em 2006 é reconhecido o direito legítimo das com deficiência ao turismo.

Turismo Acessível

O termo turismo acessível, não reúne consenso pelo que por vezes são utilizados entre outros seguintes termos: “turismo inclusivo”, “turismo universal”, “turismo sem barreiras” (UNWTO, 2016a). Porém é unanime a ideia de o turismo ser acessível a todos de forma inclusiva. A consciência sobre a necessidade de tornar o turismo acessível surge a partir de 1980 com a declaração de Manila e com o relatório “Turismo para todos” em 1989. Com base nesses dois documentos foi posteriormente elaborado o Código Mundial de Ética para o Turismo, entre muitos outros que contribuíram para a conceção de políticas e diretivas que pretendem que toda e qualquer pessoa possa usufruir da atividade turística.

A *Economic and Social Commission for Asia and the Pacific* (2009) propõe que seja feita a integração na definição de turismo acessível que o mesmo é para pessoas com e sem incapacidade. Nessa sequência, a UNWTO (2016a) considera que a acessibilidade deve ser pensada para todas as pessoas levando a que exista uma maior qualidade nos serviços turísticos e gerando uma maior inclusão. Desta forma, o turismo acessível permite que pessoas com necessidades específicas (mobilidade, visão, audição e cognitivas) usufruir com dignidade e da forma mais autónoma possível dos produtos e serviços turísticos (UNWTO, 2016b).

No geral, parece existir um maior destaque para as questões da incapacidade física (Patterson *et al.*, 2012; Bowtell, 2015). Não obstante, como visto anteriormente, outros grupos da população enquadram-se nos problemas de acessibilidade temporária ou permanente.

Como tal, o turismo acessível visa tornar o turismo acessível para todos, nesse sentido tem vindo a ser aptada legislação um pouco por todo mundo de forma a impulsionar a existência de melhores práticas e reduzindo assim as

barreiras. No entanto, ainda estamos muito longe de conseguir que não existam constrangimentos quer a nível nacional quer a nível internacional. Nomeadamente no que concerne à prática do turismo náutico.

O Turista Náutico

Portugal devido ao seu posicionamento geográfico e ao seu clima possui um conjunto de características e vantagens competitivas para as atividades náuticas. Nesse sentido, a Economia do Mar divide-se em dois grupos: a náutica de recreio (experiências de prática de desportos náuticos como forma de lazer e/ou entretenimento) e a náutica desportiva (com o objetivo de participação em competições desportivas) (TdP, 2006; Freitas, 2010).

Desta forma, a náutica enquanto atividade turística foi considerada ao longos dos Planos Estratégicos Nacionais para o Turismo como um produto estratégico de relevância. Uma vez que se entende o turismo náutico como um segmento, ou subtipo de turismo (Lukovic, 2013). Neste contexto, de acordo com o Turismo de Portugal (2006) o turismo náutico tem como característica permitir viagens ativas onde exista interação com a água (albufeira, barragem, lago, lagoa, mar, rio, etc.), podendo esta interação ser de carácter lúdico ou de competição. Descaçam-se algumas atividades *bodyboard*, canoagem, *canyoning*, cruzeiros, *kitesurf*, mergulho, motonáutica, observação de cetáceos, *paddle*, pesca desportiva, *rafting*, remo, *ski* aquático, *surfing*, vela, *windsurf*, entre outras. Como tal, existem três tipologias de turismo náutico de recreio, charter náutico, desportos náuticos e estações náuticas.

Charter Náutico	Desportos Náuticos	Estações Náuticas
• Pacotes de viagens de cruzeiros; de curta duração; • Com itinerários por diversos pontos de visitação; • Normalmente engloba diversos serviços complementares.	• Pacotes de atividades desportivas náuticas; • Pode englobar diversos serviços complementares.	• Aglomeram no mesmo local várias atividades náuticas (cruzeiros em pequenas embarcações, canoagem, excursões marítimas, regatas; • Pode englobar diversos serviços complementares.

Fonte: Adaptado de TdP (2006)

Uma vez que existem diversas atividades náuticas o presente capítulo centra-se na náutica de recreio através de operações turísticas de observação de cetáceos.

As Políticas Públicas Atuais para o Turismo Náutico e para o Acessível

Políticas para o Turismo Náutico

Ao nível do enquadramento jurídico que sustenta a legislação do turismo náutico em Portugal, destaca-se o Decreto-Lei n.º 108/2009, de 15 de maio e Decreto-Lei n.º 186/2015, de 3 de setembro referentes à Animação Turística. O Decreto-Lei n.º 93/2018, de 13 de novembro, respeitante à Náutica de Recreio; Decreto-Lei n.º 149/2014, de 10 de outubro, sobre a Atividade Marítimo-Turística.

O Decreto-Lei n.º 204/2000, de 1 de setembro, estabeleceu, pela primeira vez, o enquadramento legal das atividades de animação turística, atualmente desajustado tendo em consideração o novo conceito de «oferta de experiências», reconhecendo-se a importância estratégica da atividade da animação turística. Como tal, o Decreto-Lei n.º 108/2009, de 15 de maio (em vigência apesar das alterações, destaca-se não só as condições de acesso à atividade como também as coberturas dos seguros obrigatórios), juntamente com o Decreto-Lei n.º 95/2013, de 19 de julho, que estabelece uma maior simplificação de procedimentos e a eliminação de burocracia e de obstáculos de acesso à atividade. Sendo que o Decreto-Lei n.º 186/2015, de 3 de setembro vem eliminar as taxas devidas pelo reconhecimento das atividades de animação turística e operadores marítimo-turísticos, promover a responsabilidade empresarial e de práticas ambientais e a simplificação do processo de reconhecimento. Promove ainda o Natural.PT. Sendo este o documento jurídico mais atual no que se refere às condições de acesso e de exercício da atividade das empresas de animação turística e dos operadores marítimo-turísticos. Nestes documentos nada consta sobre a acessibilidade ou inclusão.

Por outro lado, o regime jurídico da atividade da náutica de recreio resulta do Decreto-Lei n.º 93/2018, de 13 de novembro, que aprovou o novo Regime Jurídico da Náutica de Recreio, devido ao crescente desenvolvimento de atividades de náutica de recreio. Ou seja, implicando um número cada vez maior de embarcações e de navegadores justificou a necessidade de ajustamento do respetivo regime jurídico em vigor. Porém apesar de esta legislação estabelecer diversas regras quanto à navegação e à formação em momento algum faz menção às questões de acessibilidade e/ou de inclusão.

Os Decretos-Leis números 564/80, de 6 de dezembro, e 200/88, de 31 de maio, e a Portaria n.º 59/88, de 28 de janeiro visavam a regulação da atividade marítimo-turística, tendo sido revogados pelo Decreto-Lei n.º 21/2002, de 31 de janeiro. Por outro lado, o Decreto-Lei 21/2002, de 31 de janeiro, foi alterado pelos Decretos-Leis 178/2002, de 31 de julho, 269/2003, de 28 de outubro, 289/2007, de 17 de agosto e 108/2009, de 15 de maio que estabelecem as condições de acesso e de exercício da atividade das empresas de animação turística e dos operadores marítimo-turísticos. Como tal, com Decreto-Lei 149/2014 é aprovado o atual o Regulamento da Atividade Marítimo-Turística (RAMT), definindo as regras aplicáveis aos operadores marítimo-turísticos e às embarcações por eles utilizadas na atividade marítimo-turística. No entanto, não existe qualquer referência à inclusão ou às condições de acessibilidade nos referidos documentos.

Sendo que este capítulo irá incidir sobre o turismo náutico acessível em Setúbal, importa explicar que ao nível de obrigações em Portugal a observação de cetáceos em águas nacionais fora da Rede Nacional de Áreas Protegidas por parte dos operadores turísticos implica um pedido de autorização ao Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF). No entanto, neste pedido não é necessário indicar qualquer prática de acessibilidade ou de inclusão.

Políticas para o Turismo Acessível

Relativamente às políticas de acessibilidade a Lei nº46/2006 proíbe e pune a discriminação para com estas pessoas, sendo que o Decreto-Lei nº163/2006 estabelece as normas e as regras para a sua aplicação em edifícios e estabelecimentos que recebem público, via pública e edifícios habitacionais. Sendo que a sua aplicação, entre muitos outros espaços e serviços vitais para o turista engloba as gares marítimas.

Por outro lado, a nova ISO 21902:2021 – Turismo Acessível, publicada a 13 de julho de 2021, e cuja aplicação visa abranger toda a cadeia de valor no turismo, pelo que os operadores turísticos fazem parte da mesma. Porém a Norma Portuguesa 4523 – Turismo Acessível em Estabelecimentos Hoteleiros visa apenas os alojamentos.

O Guia de Boas Práticas de Acessibilidade – Turismo Ativo elaborado pela Federação pelo Turismo de Portugal é um documento que sugere algo mais concreto relativamente à acessibilidade nas atividades de animação turística e de alguma forma os operadores marítimos turísticos é o Portuguesa de Desporto para Pessoas com

Deficiência e o Turismo de Portugal. Sendo apenas mencionadas as seguintes atividades de água: canoagem, vela, *surf* e mergulho. Porém o documento dá exemplos de alguns produtos de apoio, de formas de apoio no atendimento e na informação.

Tendências no Mercado Nacional de Turismo Acessível

Segundo a Accessible Portugal, (2021) o Reino Unido, França, Espanha e Itália contam com mais de 10.000 fornecedores de turismo acessível. Sendo que países como a Alemanha, Países Baixos, Polónia e Portugal estão entre 5.000 a 9.999 fornecedores destes serviços pelo que importa identificar e capacitar os recursos turísticos nacionais.

No sentido de capacitar melhor os fornecedores de serviços, tal como indicam no seu estudo Silveiro *et al.* (2020) as agências de viagens e os prestadores de serviços turísticos necessitam de ter mais informação sobre as necessidades e sobre os serviços oferecidos. Sendo que os profissionais carecem de uma maior consciencialização e formação. Por outro lado, de acordo com Alves *et al.* (2020) existe um considerável número de pessoas com necessidades especiais que não realizam atividades turísticas quer por fatores estruturais quer por motivos individuais. No entanto, segundo os mesmos autores existem pessoas que se veem privadas de realizar atividades turísticas devido à falta de informação acessível, outros pela falta de recursos económicos. Pelo que é necessário que não sejam aplicadas taxas extras devido às necessidades específicas, bem como a garantia por parte da oferta da existência dos serviços que presta de forma acessível. Por outro lado, aos autores indicam ainda “que o turismo acessível deverá ter um carácter obrigatório para todos os agentes de oferta turística”. Sendo necessário que o turismo acessível seja obrigatório nos planos curriculares (Alves *et al.*, 2020, p. 94).

O Paradigma Atual do Turismo Náutico Acessível tendo como Exemplo o Caso Setúbal:

A metodologia utilizada para a apresentação do caso

Em 2018, foram contactados 98 agentes de animação turística registados no Registo Nacional de turismo e com atividades náuticas e/ou passeios marítimo turísticas. Tendo sido enviadas 9 questões abertas via e-mail durante os meses de março e abril desse ano. Ainda durante o mesmo período de tempo foram enviadas via e-mail

6 questões para 10 entidades que representam em território nacional as pessoas com necessidades especiais.

Em 2021, mais concretamente no mês de julho, foram entrevistados em profundidade dois operadores marítimo turísticos. A diferença temporal prende-se com a necessidade de verificar se existiam alterações ao cenário inicial.

Apresentação do Paradigma Atual do Turismo Náutico Acessível em Setúbal

No sentido de apresentar o paradigma do turismo náutico acessível serão apresentadas de forma global as respostas obtidas por parte das empresas com atividade em Setúbal. Como tal, quando questionadas sobre se “têm ofertas/atividades aptadas” a maioria respondeu negativamente, no entanto indicam ter “a consciência da necessidade dessa oferta”. Os fatores que indicam para tal prendem-se com as condições de acesso às embarcações quer ao nível dos acessos das próprias marinas (neste caso da responsabilidade da administração portuária), quer pelas questões relacionadas com as condições de acostagem que permitam posicionar a embarcação de forma a ser mais fácil o acesso à mesma, o que é de extrema importância para pessoas com condicionantes ao nível da mobilidade física. Para outro tipo de deficiências que não afetem a mobilidade física, a maior parte das embarcações e das condições de acesso que permitem a sua utilização, eventualmente possuem algumas condicionantes, que poderão ser facilmente ultrapassadas. Apenas dois animadores/operadores marítimos indicaram ter oferta/atividades para pessoas com necessidades especiais.

No sentido de compreender se nas embarcações e nas instalações têm espaços adaptados para receber este género de turistas foram questionados sobre tal, pelo que o cenário apresentado evidencia através das resposta uma maior dificuldade para as questões de necessidades especiais ao nível físico, uma vez que se prendem com as dificuldades de acesso às embarcações, a não existência nelas de casas de banho adaptadas, as áreas dentro das embarcações em vários casos não permite que uma pessoa em cadeira de rodas possa se movimentar no interior do mesmo, tendo de ser levantada e posteriormente colocada no local onde irá permanecer. Quanto às questões das instalações de acesso, indicam que as mesmas são concessionadas pela Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra (APSS). No entanto, para as outras necessidades especiais indicam que não existem dificuldades ao nível dos espaços aptados, porém não existem por exemplo braile ou outros ajustes nas mesmas, de

acordo com os mesmos. Apenas duas empresas indicaram ter espaços totalmente adaptados.

Tal como verificado anteriormente o apoio especializado é um fator crítico de sucesso para o Turismo Acessível, no caso do náutico em Setúbal indicam que não têm essa oferta por nunca lhe ter sido colocada essa questão “nem por quem possa necessitar desse apoio, nem por quem o possa prestar”. Sendo que todos indicam estar “abertos a colaborar com quem nos possa orientar nesse percurso de forma a ter essa oferta”. Até agora sempre que aparece alguém que necessita de apoio de forma não permanente, ou seja, durante toda a atividade são os responsáveis pela atividade que prestam esse apoio, apesar de não terem qualquer formação para tal, de acordo com os mesmos. Como tal, os seus recursos humanos maioritariamente não estão preparados para apoiar este género de turistas. Porém, existe “muita vontade de ajudar a vencer quaisquer obstáculos que se coloquem às pessoas que nos procurem para disfrutar do mar e das nossas embarcações”. Uma das empresas indica ter monitores todos certificados pelo Turismo de Portugal e outra que só não têm apoio para surdos-mudos.

Relativamente aos meios de divulgação das suas atividades todos indicaram que não estão adaptados, nomeadamente os sites, folhetos e no contacto direto. No entanto, agradeceram a questão, tendo a mesma despertado a vontade de pelo menos tornar os sites adaptados, tornando-os acessíveis a todos.

Em suma, maioritariamente indicam estar disponíveis para adaptar as suas atividades e infraestruturas, sendo que não será fácil para os mesmos alterar as embarcações e que é igualmente necessário que existam adaptações nas marinas.

A maioria indica que em Setúbal não existe facilidade nos acessos para todos os que têm incapacidades, destacando ainda que “nos diz respeito, a náutica de recreio, receamos que não exista a facilidade mínima desejável nos acessos para todos os que têm incapacidades”.

Na opinião dos mesmos um destino como Setúbal torna-se mais atrativo em termos turísticos se for um destino adaptado/inclusivo nas diferentes ofertas turísticas. Uma vez que “um destino que ajude a superar estas dificuldades será um destino de sucesso e positivamente diferenciado”. No entanto, algum indicam um certo receio ao nível das adaptações que permitam ser inclusivo.

Quando questionados se consideram este género de turismo um segmento de mercado a apostar, as respostas não são tão consensuais. Como tal, alguns indicam que não, ou que ligeiramente. No entanto, a maioria indica que “mais que os proventos que possam advir de trabalhar esse mercado, há algo superior que também nos deve guiar, o respeito pela pessoa humana”. “Que verdadeiramente é necessário é reconhecer e concretizar os direitos inalienáveis da condição humana e de sermos iguais mesmo na diferença”, ou “numa palavra, dignidade”. Porém acreditam que a vertente económica condicionará sempre o seu desenvolvimento devido ao custo que pode implicar pelo menos ao nível das embarcações e das infraestruturas.

É ainda de ressaltar que um dos operadores indicou ter a bordo um hidrofone que permite escutar os sons dos golfinhos, tornando assim a experiência única para todos os turistas, mas em especial para os invisuais.

No que concerne às entidades que representam as pessoas com necessidades especiais, as mesmas indicam que as principais ofertas/atividades aptadas que os seus associados/utentes, normalmente, procuram a nível turístico são as visitas a espaços de carácter cultural e a praias. Todos eles, porém, indicam a necessidade de saber se esses espaços estão aptados às suas necessidades, como por exemplo, geralmente os surdos procuram equipamentos que disponibilizem comunicação/informação em Língua Gestual Portuguesa.

Relativamente às principais dificuldades com que se deparam, consideram que “Setúbal não é considerada uma cidade acessível. O exercício em cadeira de rodas com estacionamento nos principais parques, demonstra que a cidade tem inúmeras barreiras arquitetónicas, assim como falta de comunicação/informação em Língua Gestual Portuguesa”, entre muitos outros exemplos apontados.

Quando questionados sobre se consideram que é importante que os destinos tenham uma estratégia definida para este género turístico, indicam “que qualquer estratégia de turismo inclui só por si o desenvolvimento de atividades para pessoas com deficiência e ou incapacidade”. Pelo que as pessoas com deficiência não devem ser consideradas “um nicho de negócio”. Deve sim, existir a garantia da inclusão do turista com necessidades especiais de forma a ter igualdade de circunstâncias face aos restantes turistas. Desta forma, esse destino acessível torna-se mais atrativo, de acordo com os mesmos.

Quando questionados sobre como posiciona na atualidade Setúbal enquanto destino de turismo acessível, as respostas são de que comparado a outros territórios não

é acessível, desde as praias, as atividades de animação entre as quais as náuticas aos equipamentos não adequados ou parcialmente adequados às necessidades dos seus utentes/associados.

Na opinião dos mesmos, o que falta em Setúbal para se tornar num destino de eleição para os seus associados/utentes é a disponibilização de equipamentos, serviços e de comunicação/informação inclusiva.

A Visão mais Detalhada de Dois Operadores Marítimo Turísticos

No sentido de verificar quais as práticas realizadas ao nível dos operadores marítimo turístico em 2021, foram realizadas duas entrevistas em profundidade, um dos operadores faz o aluguer de embarcações com e sem tripulação, bem como o aluguer de motas de água, ou seja, a empresa “Setúbal Alive”. O segundo operador realiza passeios e eventos a bordo, realiza ainda a observação de cetáceos, ou seja, a empresa “Rotas do Sal”. Ambas indicam as mesmas condicionantes ao nível quer das embarcações, quer ao nível das instalações das marinas. Os seus materiais de comunicação/informação não são inclusivos. No entanto, verificamos em ambos a existência da receção de turistas com necessidades especiais, onde os mesmos procuraram ajustar os seus serviços de forma a oferecer uma experiência positiva aos seus clientes. Quando questionadas sobre a necessidade de alterações a nível legal sobre a acessibilidade no turismo náutico ambas indicam que não seria necessário, bastaria existir um selo distintivo, onde se indica que as empresas tinham práticas inclusivas. Para obter o mesmo as empresas teriam que frequentar formação e implementar as práticas definidas para o sector. Relativamente à legislação consideram ainda que devido aos diversos tipos de embarcações seria muito complicado a sua aplicação nas mesmas, ou pelo menos nas já existentes.

Partilham ainda várias experiências de inclusão desde como colocam pessoas em cadeiras de rodas nas suas embarcações, a utilização de coletes de segurança em bebés e crianças, o auxílio com carrinhos, ajuda a subir a pessoas com dificuldades motoras e a grávidas. A Setúbal Alive indica ainda que num dos barcos é possível através da plataforma colocar a pessoa na mesma e assim ter contacto com a água.

Conclusões

As políticas públicas para o turismo náutico acessível, podem ser analisadas tendo em consideração as políticas para a prática de atividades náuticas, para as embarcações e para as empresas, no entanto existem várias lacunas relativamente às práticas de acessibilidade e inclusão. Como tal, é necessário consultar a políticas e a legislação relativamente à acessibilidade e inclusão, bem como à sua aplicação nas práticas de turismo acessível. E posteriormente com base nas mesmas tornar o turismo náutico acessível. Através da apresentação do caso Setúbal, foi possível verificar que a acessibilidade/inclusão no turismo náutico acontece ainda está numa fase muito inicial, sendo necessário adotar medidas de incentivo. Estas medidas podem ser tomadas ao nível das políticas públicas como as sugeridas pelos dois operadores, ou seja, a atribuição de um selo às empresas de turismo náutico acessível. Porém, é importante salientar que a prática de turismo nos destinos não se limita à realização de uma atividade sendo necessário pensar os destinos no seu conjunto, tal como indicam as entidades que representam as pessoas com necessidades especiais.

As questões relativas ao turismo náutico acessível ainda estão pouco estudadas em Portugal, pelo que se considera que seria interessante que existissem políticas públicas de incentivo ao estudo desta problemática de forma mais aprofundada, tendo em consideração as condições geográficas de Portugal e o potencial deste tipo de turismo.

Referencias Bibliográficas

Accessible Portugal (2021, 15 Novembro). Turismo Acessível. <https://accessibleportugal.com/turismo-acessivel>

Alves, J., Eusébio, C., Saraiva, L., & Teixeira, L. (2020). “Quero ir, mas tenho que ficar”: constrangimentos às práticas turísticas do mercado de turismo acessível em Portugal. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, (34), 81-97. <https://doi.org/10.34624/rtd.v0i34.22348>

Bowtell, J. (2015). Assessing the value and market attractiveness of the accessible tourism industry in Europe: a focus on major travel and leisure companies. *Journal of Tourism Futures*, 1(3), 203-222. <https://doi.org/10.1108/JTF-03-2015-0012>

Coordenação da CNAD - Cooperativa Nacional de Apoio a Deficientes. (2007). *Turismo acessível turismo para todos: guia de referências para profissionais de turismo. Uma resposta às necessidades especiais dos turistas com deficiência*. Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência. Lisboa.

Darcy, S., Cameron, B., & Pegg, S. (2010). Accessible tourism and sustainability: a discussion and case study. *Journal of Sustainable Tourism*, 18, 515–537.

Decreto-Lei n.º 564/80 do Ministério dos Transportes e Comunicações (1980). Diário da República: I série, n.º 282. <https://dre.tretas.org/dre/13690/decreto-lei-564-80-de-6-de-dezembro>

Decreto-Lei n.º 200/88 do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações (1988). Diário da República: I série, n.º 126. <https://dre.tretas.org/dre/16962/decreto-lei-200-88-de-31-de-maio>

Decreto-Lei n.º 204/2000 do Ministério da Economia (2000). Diário da República: I série, n.º 202. <https://dre.tretas.org/dre/118133/decreto-lei-204-2000-de-1-de-setembro>

Decreto-Lei n.º 21/2002 do Ministério do Equipamento Social (2002). Diário da República: I série, n.º 26. <https://dre.tretas.org/dre/148810/decreto-lei-21-2002-de-31-de-janeiro>

Decreto-Lei n.º 178/2002 do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação (2002). Diário da República: I série, n.º 175. <https://dre.tretas.org/dre/154664/decreto-lei-178-2002-de-31-de-julho>

Decreto-Lei n.º 269/2003 do Ministério das Obras Públicas Transportes e Habitação (2003). Diário da República: I série, n.º 250. <https://dre.pt/dre/analise-juridica/decreto-lei/269-2003-466833>

Decreto-Lei n.º 163/2006 do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (2006). Diário da República: I série, n.º 152. <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/163-2006-538624>

Decreto-Lei n.º 289/2007 do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações (2007). Diário da República: I série, n.º 158. <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/289-2007-636971>

Decreto-Lei n.º 108/2009 do Conselho de Ministros (2009). Diário da República: I série, n.º 94. <https://dre.pt/dre/legislacao-consolidada/decreto-lei/2009-66384284>

Decreto-Lei n.º 95/2013 do Ministério da Economia e do Emprego (2013). Diário da República: I série, n.º 138. <https://dre.tretas.org/dre/310571/decreto-lei-95-2013-de-19-de-julho>

Decreto-Lei n.º 149/2014 do Ministério da Agricultura e do Mar (2014). Diário da República: I série, n.º 196. <https://dre.tretas.org/dre/319705/decreto-lei-149-2014-de-10-de-outubro>

Decreto-Lei n.º 186/2015 do Ministério da Economia (2015). Diário da República: I série, n.º 172. <https://dre.tretas.org/dre/1392640/decreto-lei-186-2015-de-3-de-setembro>

Decreto-Lei n.º 93/2018 do Conselho de Ministros (2018). Diário da República: I série, n.º 218. <https://dre.pt/dre/legislacao-consolidada/decreto-lei/2018-116954925>

Devile, E. (2009). O desenvolvimento do turismo acessível: dos argumentos sociais aos argumentos de mercado. *Revista turismo & desenvolvimento*, (11), 39-46.

Economic and Social Commission for Asia and the Pacific. (2009). *Annual report, 1 May 2008-29*. New York.

Espírito Santo, R. (2009). Iniciativa natureza para todos: o acesso universal às áreas protegidas portuguesas. *Revista turismo & desenvolvimento*, (11), 81-94.

Freitas, J. (2010). *Turismo Náutico: agentes dinamizadores do estuário do Tejo. Contributos para uma estratégia de desenvolvimento turístico*. Dissertação apresentada à Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril para a obtenção do grau de mestre em Turismo, Estoril.

Fontes, A., & Monteiro, I. (2009). O projecto “Lousã, destino de turismo acessível”: um estudo de caso da aplicação de uma abordagem sistémica ao turismo acessível. *Revista turismo & desenvolvimento*, (11), 61-72.

International Organization for Standardization (ISO). (2021). Tourism and related services — Accessible tourism for all — Requirements and recommendations (ISO Standard No. 21902:2021). <https://www.iso.org/standard/72126.html>

Lei n.º 46/2006 da Assembleia da República (2006). Diário da República: I série, n.º 165. <https://dre.tretas.org/dre/201092/lei-46-2006-de-28-de-agosto>

Lukovic, T. (2013). Tourism and nautical Tourism. In T. Lukovic (Ed.). *Nautical Tourism* (1), pp. 5-32: Oxforshine, Cabi Publishing.

Instituto Português da Qualidade (IPQ). (2018). Norma Portuguesa 4523 - Turismo Acessível em Estabelecimentos Hoteleiros. (NP 4523:2018).

International Organization for Standardization (ISO). (2021). Tourism and related services — Accessible tourism for all — Requirements and recommendations (ISO Standard No. 21902:2021). <https://www.iso.org/standard/72126.html>

Organização Mundial Do Turismo (OMT). (1999). Código Mundial de Ética para o Turismo. Santiago.

Patterson, I., Darcy, S., & Mönninghoff, M. (2012). Attitudes and experiences of tourism operators in Northern Australia towards people with disabilities. *World Leisure Journal*, 54(3), 215-229. <https://doi.org/10.1080/04419057.2012.702452>

Queiroz, A. (2009). Turismo de natureza acessível: percursos pedestres. *Revista turismo & desenvolvimento*, (11), 161-170.

Silva, C. (2009). Acessibilidade e turismo, o direito à participação. *Revista turismo & desenvolvimento*, (11), 113-117.

Silveiro, A., Eusébio, C., & Teixeira, L. (2020). Estarão as agências de viagens portuguesas preparadas para satisfazer o mercado do turismo acessível?. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, (33), 151-168. <https://doi.org/10.34624/rtd.v0i33.20420>

Turismo DE Portugal, IP. (2006). *Turismo de Natureza*. In Turismo de Portugal (ed.), 10 produtos estratégicos para o desenvolvimento do turismo em Portugal. Lisboa: Turismo de Portugal.

UNWTO (2016a). *Compilation of UNWTO Recommendations 1975-2015*. Madrid.

UNWTO (2016b). Manual on Accessible Tourism for All: Principles, Tools and Best Practices Module I: Accessible Tourism – Definition and Context. Madrid.

World Health Organization & World Bank. (2011). World report on disability 2011. World Health Organization. <https://apps.who.int/iris/handle/10665/44575>

Nautical Tourism and Sustainable Development

– The Case of the Portuguese Douro River

Marco Martins

Independent Researcher (Portugal)

ORCID: 0000-0002-2085-6020

marco.mpm@gmail.com

ABSTRACT

The sustainable nautical tourism management in river zones requires appropriate tools within the framework of sustainable development.

This chapter through a case study methodology analysis the possible impacts that the development of nautical tourism can have in Douro river. The positive effects of nautical tourism in Douro are well documented, and are evident at several levels, however, research about the negative effects of its development is still scarce.

One question that must be made is if after the end of the COVID-19 pandemic it is responsible to maintain the same growth in tourist numbers in Douro river. In a more specific approach, we will focus on how demand has been developing in the Douro, with the aim of contributing to a greater understanding of the real impacts. Results demonstrate that it is not sustainable to continue to maintain the same growth rates as the ones between 2014 and 2019.

Therefore, this study underlines the need to rethink river nautical tourism in Douro in way to attain sustainability.

Possible negative effects in the environment derived from the uncontrolled growth of the tourism activity will necessitate a consideration of all stakeholders in how we will go forward and harmonize river nautical tourism with other priorities.

KEYWORDS

River nautical tourism, sustainable development, Douro river, tourism impacts, tourism growth rates

Turismo Náutico e Desenvolvimento Sustentável

– O Caso do Rio Douro Português

RESUMO

A gestão do turismo náutico sustentável em zonas fluviais requer ferramentas adequadas no âmbito do desenvolvimento sustentável.

Este capítulo através de uma metodologia de estudo de caso analisa os possíveis impactos que o desenvolvimento do turismo náutico pode ter no rio Douro. Os efeitos positivos do turismo náutico no Douro estão bem documentados, e são evidentes a vários níveis, no entanto, a investigação sobre os efeitos negativos do seu desenvolvimento ainda é escassa.

Uma questão levantada é se o após o fim da pandemia COVID-19 é responsável manter-se o mesmo crescimento do número de turistas no rio Douro. Numa abordagem mais específica, vamos focar-nos na forma como a procura tem vindo a desenvolver-se no Douro, com o objetivo de contribuir para uma maior compreensão dos reais impactos. Os resultados demonstram que não é sustentável continuar mantendo as mesmas taxas de crescimento entre 2014 e 2019.

Assim, este estudo sublinha a necessidade de repensar o turismo náutico fluvial no Douro de forma a atingir a sustentabilidade.

Possíveis efeitos negativos no meio ambiente derivados do crescimento descontrolado da atividade turística exigirão uma consideração de todos os atores sobre como vamos avançar, e harmonizar o turismo náutico fluvial com outras prioridades.

PALAVRAS-CHAVE

Turismo fluvial náutico, desenvolvimento sustentável, rio Douro, impactos do turismo, taxas de crescimento do turismo

Introduction

It all began in 1986, when Miller and Ditton published the first article on travel, tourism and marine affairs that analyzed tourism development policies and the opportunities for planning coastal tourism (Miller & Ditton, 1986). However, since then, still a definition that encompasses boating tourism, nautical recreational sports and marine activities at sea or in other aquatic environments has not become an easier task and there are multiple combinations of words that refer to this type of tourism (Martínez Vásquez, Milán García, & De Pablo Valenciano, 2021).

River nautical tourism is one of the segments that more have risen in the last decade. Yet, despite increased awareness of its economic and environmental significance, research on the subject is still very scarce.

Methodologically, decades of research and analysis serve as foundation for this particular work. Furthermore, this chapter consists of two distinct parts. The first relates to the theoretical study, definition and positioning of river nautical tourism in Douro Region. The second part covers specific and practical explanations and analysis.

Methodology

Several common philosophical rationales contributed to the development of case study research (Harrison et al., 2017). There is now a broad consensus that case study methodology if properly applied can become a valuable method to develop theory in tourism research (Baxter & Jack, 2008).

One has used in this chapter a case study research because one believes as Martins (2018) expressed, that with it, the researcher is more able to go beyond statistical results and better understand the underlying qualitative data, and because this study falls into the ideas of Yin (2003) who states, one should chose to conduct a case study research when:

- a) the focus of the study is to answer the 'how' and 'why' questions;
- b) one can not influence the behavior of those involved in the study;
- c) one wants to cover contextual conditions because one believes they are relevant to the phenomenon under study;
- d) boundaries are not clear between the context and phenomenon.

However, as in any case study research, several limitations exist, among which, as Tellis (1997) states, a common criticism is its dependency on a single case making it hard to reach generalizations. Authors like Stake (1995), Yin (2003) and Baxter & Jack (2008) also alert to the fact that researchers that use a case study methodology have a tendency to try to answer to a question that it is too broad or to a topic that it has too many objectives to just one study.

Impacts of Tourism Development

Tourism is an activity that encourages the interaction of visitors with places and with host communities. These interactions result in a set of impacts that are both negative and positive – the tourism activity is always ambivalent. So, when addressing sustainable issues, one must have in consideration these impacts.

Authors like Choi and Sirakaya (2006) and Martins (2020) express that the effects generated by tourism are almost always economically positive and negative in non-economic, social and environmental terms.

Although, Mason (2003:29) tell us that “typically a categorization of tourism impacts is accepted in three categories – sociocultural, economic and environmental”, the World Bank Group (WBG, 2015) states that more than categorizing tourism impacts, a more holistic accounting is crucial on the effects, scale and value of tourism diverse impacts across the value change to improve policy and planning formulation, operational interventions or destination stewardship. Only when such accounting is available it will be possible to stakeholders be better prepared to manage tourism growth and develop more effective and efficient sustainable strategies (Martins, 2020).

Economic Impacts

For several reasons the economic impacts of tourism were the first to be studied, among those, one can highlight the following: economic impacts are easy to quantify, there was a generalized optimism regarding the positive effects of tourism, and tourism industry stakeholders need to emphasize the economic relevance of tourism in order to get advantages, among others, at financial, taxation, regulation planning and subsidies levels (Hall, 2006; Stabler, Papatheodorou & Sinclair, 2010).

The benefits and costs generated by the tourism activity should be viewed from three sides: tourists, local community and authorities. On one side we have the

tourists, who pay to enjoy a certain form of tourism. On another side, we have the local community who enjoy the benefits (mainly financial) from the tourism activity. At the same time, they are the ones who have to face the hidden costs tourists leave behind. Last but not least, we have the government and the local authorities. For them, tourism generates revenues through taxes, the creation of jobs and contribution to the balance of payments (Saarinen, 2007:42 Goeldner and Ritchie, 2012:24).

Since then, much as changed, and today, there is a general consensus that tourism development brings with it both positive and negative effects; in some cases the negative impacts on communities and on the environment even overshadow the positive effects, something that was never predicted in the past (Dwyer, Forsyth & Spurr, 2004; Archer, Cooper & Ruhanen, 2005).

Sociocultural Impacts

The sociocultural impacts of tourism are the impacts that tourism development has on humans (Zhuang, Yao & Li 2019). Such impacts are however difficult to quantify and even harder to predict because they take time to manifest.

García, Vázquez and Macías (2015) state that tourism has an influence on the characteristics of the local social culture, affecting the social habits, customs, values, beliefs, and lifestyles of the residents at a given tourist destination, and Cooper et al. (2013) express that such changes in the norms and values in the short term are discernible, however, it is also possible to observe longer term and gradual changes in a society's values, beliefs, and cultural practices.

According to Stewart and Smith (2014:49) four important factors exist that influence the extent to which tourism generates specific types of sociocultural impact within receptive destinations:

The types and numbers of tourists are an important factor to consider. Usually, low numbers of tourist result in low destinations impacts whereas mass tourism will generate a much wider variety of impacts. However, not always this is the case because even low number of tourists will have a great impact on remote and isolated communities due to a 'cultural shock', on the other hand, resorts tend to limit overall levels of negative impacts by keeping tourists within confined geographical areas.

The relative economic importance of the tourist industry within a destination is also an important consideration. Impacts of tourism are more likely to be less in a mixed economy than on an economy reliant in tourism.

The size and stage of the tourism industry development will also have an effect on local sociocultural conditions. As previous indicated on point 1, larger host populations are better able to deal with the influence of tourists because contact is diluted. Similarly, old destinations are likely to experience less change than newly emerging destinations.

The pace of tourism development is very significant because some destinations have experienced rapid growth which has been relatively uncontrolled, and social impact will than be much higher in those areas.

Although, residents' attitudes and perceptions towards tourism is a highly discussed subject a comprehensive understanding has not yet been reached (Sharpley, 2014), specially because it is hard to examine how these positive and/or negative attitudes and perceptions impact tourism activities and their success (Peters, Chan & Legerer, 2018).

Concluding, according to Ramkissoon (2020:1) locals' overall well-being need a profound comprehension of "their perceived social impacts of tourism to determine appropriate management strategies to promote behaviours in support of tourism development". Furthermore, authors continue to advocate that residents' support to tourism is key for this activity to be well-managed in order to enhance locals quality-of-life (Deery, Jago & Fredline, 2012; Uysal, Berbekova & Kim, 2020).

Environmental Impacts

Martins (2020) states that if economic effects of tourism are usually positive, the same can not be said in what regards to the environmental effects, because these are frequently damaging. Even though, authors like Sharpley (2006) and Holden (2009) believe that the environment is a crucial factor when considering the tourist experience.

Stewart and Smith (2014:58) say that "negative impacts of tourism occur when the level of visitor use is greater than the environment's ability to cope with this use within the acceptable limits of change.

Sharpley (2006:122) says to us that the relationship between tourism and the environment can cross four stages over time:

- Coexistence in the beginning of tourism activities: - the impact is minimal;
- Conflict: - mass tourism is seen as a destroyer of nature;
- Idealism: - symbiosis is only possible by developing 'green' tourism;
- Realism: - different approaches to development that put in balance the needs of the tourists, the locals and the environment

Environmental impacts derived from tourism are complex and environment-specific (Peters et al., 2018) and these impacts take time to reveal themselves, so, normally residents' can only witness some ecological degradation, noise, a raise in air pollution and congestion problems. This results in the fact that residents' environmental negative attitudes towards tourism also take time to reveal themselves.

Table 1. Impacts from Tourism Development

	Positive Impacts	Negative Impacts
Economic Impacts	Increased Expenditure	Localised inflation
	Creation of employment	Real estate speculation
	Increasing labour supply	Failure to attract more tourists
	Increased standards of living	Capital outflows
	Increased investment	Inadequate estimation of the tourism costs
	Foreign exchange earnings	Non-predicted increase costs on infrastructure
	GDP growth	Acquisition of a poor reputation as a result of inadequate facilities, improper practices or inflated prices
	Increased tax revenues	Negative reactions from local stakeholders in result for example of local manpower shortages

Sociocultural Impacts	Regional export income	Seasonality
	Increased knowledge about the potential for investment	Inequality in income distribution
	Creation of new facilities, attractions and infrastructure	Homogenization of the productive system (as a result of Touristification)
	Increased accessibility	Less supply in housing due to tourism competition (as a result of Touristification)
	Positive impact on the trade balance	
	Growth of the Income Per capita in tourist places	
	Stimulus to entrepreneurship	
	Increasing level of local interest and participation in events	Acculturation
	Increasing of the cultural and professional levels of the population	Appearance of phenomena of social dysfunction in the family structure (disintegration of the community)
	Preservation and rehabilitation of monuments, buildings and historical sites	Increase in some crimes, racial discrimination and prostitution
	Valorization of cultural heritage - revitalization of local customs such as handicraft and gastronomy	Social differences between visitors and residents (appearance of luxurious "ghettos")

Environmental Impacts	Improvement of the quality of life of the local community	Mischaracterization of the local culture
	Experiences with visitors (different cultures and ways of life)	Standardization of certain cultural aspects
	Increased cultural offer	Gentrification
	The improvement of people's sense of national and local pride	Antipathy between the locals and tourists (the so-called Tourismphobia)
	Greater care with the collection of solid waste	The depletion and contamination of water resources
	Increase of green spaces (in some destinations)	Increase pollution (noise, air, water, soil)
	Promotion of the use of public transport	Architecture and urbanism inordinate and/ or not integrated into the landscape
	Local parks and buildings rehabilitation	Rivalry in the use of natural resources (competition between tourism and other economic activities)
		Destruction of the natural landscape, fauna and flora
		Degradation of the landscape, historic sites and monuments
		Increase traffic congestions

Source: Getz (1977), Pierce (1989), Hall (2001), Wall & Mathieson (2006), Zhuang, Yao & Li (2019), Martins (2020)

Table 1 clearly shows the impacts that tourism development can have in the economic, sociocultural and environmental levels. However, there is still a pending issue, the question remains on how to go further away from the qualitative paradigm, embracing in the future also more qualitative data. According to Deery et al (2012:65) "there has been insufficient descriptive work to adequately explain the 'why' of this research area", thus, an alternative research agenda should also be pursued.

Nautical Tourism

Researchers have struggled to present a consensual definition of nautical tourism. For some nautical tourism is considered to be a wider concept “that includes rivers, lakes and others aquatic environments where tourists can enjoy boat activities” (Martínez Vásquez et al., 2021:2). Others consider that the terms nautical tourism and maritime tourism are in fact synonyms and refer to the place where the activities are practiced (Lück, 2007). While other authors opt for considering the term cruises as something completely apart, for them the main motivation of cruises is not the realization of maritime, river, lake or underwater sports, and cruise tourism should therefore due to its magnitude and particularities be studied separately (Papathanassis & Beckmann, 2011).

The truth is that there is some consensus that nautical tourism (as a concept that includes tourist activities in rivers, lakes and others aquatic environments) has positioned itself as one of the most developed segments within the tourism market all over the world (Kovačić & Favro, 2012). Moreover, being such a dynamic and stable segment, it has been attracting business investments, in addition to a greater involvement from destinations management organizations aiming to encourage further development of the sector. That is happening particularly because studies show that nautical tourists have a high-level purchase power and contribute to activate the economy of the receptive area, leading to the supply of more tourism products and to parallel investments in other areas (Taveira, Correia & Pereira, 2020).

Nautical Tourism and Sustainable Development

The concept of sustainable development acquired consistency and visibility with the publication of the Brundtland Report – “Sustainable development is development that meets the needs of the present without compromising the ability of future generations to meet their own needs” (WCED, 1987:43). Development should have to do with the idea of quality of life and sustainability with the “capacity to maintain some entity, outcome, or process over time (Jenckins, 2009:380) and carrying out activities that do not exhaust the resources on which such capacity depends upon (Klarin, 2018).

But more than just presenting a definition the Brundtland defended a rational and controlled use of resources focused on renewable and long-term usage, protection and conservation of nature, raising ecological awareness, stricter national regulation and international cooperation, stopping population growth, using industry and technology in line with environmental requirements, developing technological innovations in order to reduce impact on environment (WCED, 1987).

Regarding tourism, and tourism sustainable development, The UNWTO (2017) defines sustainable tourism as the “tourism that takes full account of its current and future economic, social and environmental impacts, addressing the needs of visitors, the industry, the environment and host communities”. Important also, is to speak about the concept of sustainable destination management, and regarding to it, is now consensual that sustainable destination management “is about managing the visitor impact on a local destination economy, social fabric and environment in a way that benefits everybody, residents, business, landowners and visitors alike, both now and in the future” (Stewart & Smith, 2014:38).

Considering sustainability linked to rivers, water must be taken as a valuable resource, and researchers have conducted through the years studies focused on identifying practices and business that can be developed without putting in danger the quality and availability of water resources, seeking like that sustainability (Gössling, 2001). Therefore, the development of nautical tourism should be planned to respect the environment limitations and requirements, and always bearing in mind the principles of sustainable development (Favro and Saganić, 2006).

Because rivers ecosystems are very complex and since nautical river tourism businesses constitute a key player of the economy it fosters uncertain interactions between environmental and socio-economic processes. The growing complexity in interactions and the need for sustainability have increasingly become significant elements in the formulation and development of planning.

The Nautical Tourism In Douro River

The river Douro is the second longest river in the Iberia peninsula. Born in Sierra Urbión in the province of Soria Spain it travels 850 kilometers until it reaches the Atlantic Ocean near the cities of Porto and Gaia in Portugal.

In Portugal the Alto Douro Wine Region (ADV) was inscribed on the UNESCO World Heritage List in the category of Evolving and Living Cultural Landscape on 14 December 2001, at the 25th session of the World Heritage Committee, held in Helsinki (CCDR-N, 2014). The Northern Portugal Regional Coordination and Development Commission (CCDR-N) is incumbent to ensure the maintenance of the attributes that confer integrity and authenticity to the ADV, safeguarding the landscape, environmental and cultural values and bearing in mind the right balance between conservation, sustainability and development, encouraging the participation and initiative of civil society, raising awareness among the population and among the educational community, and supporting agents of change in the landscape, namely through the dissemination of good practices (D.R., 2014).

Today, along the Portuguese Douro we find five fundamental dams in water management and, therefore, in the implementation of a new function for this river – including tourist transport. Structures of gigantic dimensions, the dams created provided immense possibilities for the modernization of the waterway, thus becoming real launch pads for the river tourism product in the region. After its construction on October 10, 1986, the first tourist vessel, the “RIBADOURO” traveled between Porto and Régua. On October 19, 1990, the entire waterway was inaugurated by a tourist vessel that arrived in Barca d’Alva, the “TRANSDOURO”, covering the approximately 200 km of the navigable waterway (APDL, 2021). From this point on the tourist traffic really started, and according the Administration of the Ports of Douro, Leixões and Viana do Castelo, SA (APDL), exist operating about 186 boats that offer a wide variety of tourist offers ranging from the simple short-duration tour (tour of the Porto and Gaia bridges or the World Heritage) to the weekly cruise Porto - Barca d’Alva in a luxury hotel boat (APDL, 2021).

In the last five years before the pandemic of COVID-19 (2014-2019) data provided by the Administration of the Ports of Douro shows that tourism is one of the most important activities on the Douro River and it is continuing to grow (see table 2).

Table 2. Douro's River Nautical Tourism numbers

	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Passengers Movement	588,570	721,242	946,728	1,279,355	1,296,031	1,645,133

Source: APDL (2021)

In 2014 the number of passengers that have enjoyed an experience in Douro river was of 588,570 thousand. It was the beginning of a five-year continuous rise in the number of tourists. In 2015 the number was of 721,242 thousand passengers, a growth of 22,5%, by 2016 this number was already of 946,728 thousand what meant an increase of 31,27%. In 2017 the numbers continued to rise, and 1,279,355 passengers had a tourist experience in Douro river. But that was not the end of it, Douro maintained its attraction features and in 2018 the number was of 1,296,031 passengers that experienced it, a small rise of around 1,5%. Finally, in 2019 the number of tourists in Douro river climbed to 1,645,133, what meant a rise of almost 27%.

Results and Discussion

The question that this research rises is if this growth that can be observed in table 2 can be extended in time without considerably harming the environment. One must not forget that one of the main attractive of travelling in the Douro is the possibility to observe and admire its unique landscape, one that has the World Heritage status.

Observing the numbers, one can extrapolate that on the basis of parameters for a long-term sustainable development, it will be necessary to determine the maximum receptive capacity of the area, which would not endanger its natural balance, quality and value. By means of comparison between the existing conditions of nautical capacities and the estimated data on maximum admittance, it will be possible to implement a dynamic plan for achievement of maximum occupancy.

Final Considerations

According to Ness (2003:22) the question that rises is whether tourism is a nightmare or a godsend, or some combination of the two. He says that “it depends on an array of circumstances to vast and complex to model in general terms”.

In this chapter it was tried to establish an initial situation from which one can begin planning for the efficient management of the system, and after that to set the mission, vision, and policy, and establish a system for setting goals. Much has still to be done and researched but it is always important to define a starting point. This is necessary in order to achieve a synergy with the river nautical economy aiming to maintain the overall image of Douro as a sustainable destination on the long run. Specially because nautical tourism as proven to substantially contribute to the economic development and to the increase of the standard of life and wellbeing.

In the end, we all should agree that river nautical tourism in Douro should be developed within the limits of acceptable pressure. One must not contribute to destroy the recognizable characteristics of the region.

The research here presented and the data analyzed for this chapter can be used by others to reach other conclusions also plausible or for the adoption of new perspectives.

References

APDL (2015). *Relatório de Sustentabilidade 2014*. Online Available: <http://leixoes.apdl.pt/sustentabilidade2014/index.html>

APDL (2016). *Relatório de Sustentabilidade 2015*. Online Available: https://www.apdl.pt/documents/10180/43112/Rel_Sust_2015.pdf/1da6f5f1-f06d-4da3-a2c8-72305e09745a

APDL (2017). *Relatório de Sustentabilidade 2016*. Online Available: https://www.apdl.pt/documents/10180/43112/RS_2016.pdf/d2748cbc-a3bf-4806-a20e-e1a1a5ffbc87

APDL (2018). *Relatório de Sustentabilidade 2017*. Online Available: https://www.apdl.pt/documents/10180/48009/APDL_relatorio+sustenatbilidade_2017_WEB.pdf/47098f41-c007-43de-bcec-0c49755fea71

APDL (2019). *Relatório de Sustentabilidade 2018*. Online available: <https://www.apdl.pt/documents/10180/48009/Relat%C3%B3rio+sustentabilidade+2018+net+.pdf/c2429384-d2a7-45b8-801f-d5a06b3a8853>

APDL (2020). *Relatório de Sustentabilidade 2019*. Online Available: https://www.apdl.pt/documents/10180/48009/20020_Relat%C3%B3rio_Sustentabilidade_HL_Web-Singlespread.pdf/5b94f896-71cf-4dcc-a931-dcfc452628f3

APDL (2021). *Curiosidades*. Online available: http://douro.apdl.pt/f?p=100:6:59628191437:::6:P6_PAGINA:VIA_NAV_CUR

Baxter, P., & Jack, S. (2008). Qualitative Case Study Methodology: Study Design and Implementation for Novice Researchers. *The Qualitative Report*, 13(4), 544-559. <https://doi.org/10.46743/2160-3715/2008.1573>

CCDR-N (2014). *Missão Douro*. Online available: <https://www.ccdr-n.pt/pagina/servicos/missao-douro/apresentacao>

Cooper, C.P.; Fletcher, J.E.; Gilbert, D.C.; Wanhill, S. (2013). *Tourism: Principles and Practice*. NY, USA: Pitman Publishing.

D.R (2014). *Resolução Conselho de Ministros nº4/2014*. In Diário da República, 1ª Série-Nº7-10 de janeiro de 2014. Online available: <https://files.dre.pt/1s/2014/01/00700/0009200095.pdf>

Deery, M., Jago, L. & Fredline, L. (2012). Rethinking social impacts of tourism research: A new research agenda. *Tourism Management*, 33(1), 64-73. <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2011.01.026>

Favro, S., I. Saganić (2006). Sustainable Development of Nautical Tourism in Croatia. In *New Perspectives and Values in World Tourism & Tourism Management in the Future*, Turk-Kazakh International Tourism Conference, Alanya, 2006. Book 1, 602-620.

García, F.A.; Vázquez, A.B.; Macías, R.C. (2015). Resident's attitudes towards the impacts of tourism. *Tourism Management Perspectives*, 13, 33-40.

Goeldner, C. and Ritchie, B. (2012). *Tourism. Principles, Practices, Philosophies*. New Jersey: John Wiley&Sons.

Gössling, S. (2001). The consequences of tourism for sustainable water use on a tropical island: Zanzibar, Tanzania. *Journal of Environmental Management*, 61(2), 179-191. <https://doi.org/10.1006/jema.2000.0403>

Hall, C. M., Page, S. J. (2006). *The Geography of Tourism and Recreation*. 3rd edition. London: Routledge.

Hall, C.M (2001). Trends in ocean and coastal tourism: the end of the last frontier?. *Ocean & Coastal Management*, 44(9-10), 601-618. [https://doi.org/10.1016/S0964-5691\(01\)00071-0](https://doi.org/10.1016/S0964-5691(01)00071-0)

Harrison H, Birks M, Franklin R, Mills, J. (2017). Case study research: foundations and methodological orientations. *Qualitative Social Research*, 18(1):19. <https://doi.org/10.17169/fqs-18.1.2655>

Jenkins, W. (2009). *Berkshire encyclopedia of sustainability: the spirit of sustainability*, Vol. 1 (1st ed.). Berkshire: Berkshire Publishing Group.

Klarin, T. (2018). The Concept of Sustainable Development: From its beginning to the contemporary issues. *Zagreb International Review of Economics & Business*, 21(1), 67-94. <https://doi.org/10.2478/zireb-2018-0005>

Kovačić, M., & Favro, S. (2012). Development possibilities of nautical tourism within the Zadar County. *Pomorstvo: Scientific Journal of Maritime Research*, 26, 151-164.

Lück, M. (2007). *Nautical Tourism: Concepts and Issues*. NY, USA: Cognizant Communication Corporation.

Martínez Vásquez, R., Milán Garcia, J. & De Pablo Valenciano, J. (2021). Analysis and Trends of Global Research on Nautical, Maritime and Marine Tourism. *Journal of Marine Science and Engineering*, 9(1), 93. <https://doi.org/10.3390/jmse9010093>

Martins, M. (2015). The tourist Imagery, the Destination Image and the Brand Image, *Journal of Tourism and Hospitality Management*, Vol. 3, No. 2, pp. 1-22, <http://dx.doi.org/10.15640/jthm.v3n2a1>

Martins, M. (2018). Tourism Planning and Tourismphobia: An Analysis of the Strategic Tourism Plan of Barcelona 2010–2015. *Journal of Tourism, Heritage & Services Marketing*, 4(1), 3-7. <https://doi.org/10.5281/zenodo.1247519>

Martins, M. (2020) “The Impact of Touristification in City Neighborhoods – The Case of Lisbon”. In Oskam, J. A. (Eds). *The Overtourism Debate*, pp. 137-150. Bingley: Emerald Publishing Limited. <https://doi.org/10.1108/978-1-83867-487-820201010>

Miller, M. L., & Dittons, R. B. (1986). Travel, tourism and marine affairs. *Coastal Zone Management Journal*, 14(1-2), 1-19. <https://doi.org/10.1080/08920758609361992>

Ness, S. A. (2003). *Where Asia Smiles: An Ethnography of Philippine Tourism*, Philadelphia: University of Pennsylvania Press.

- Papathanassis, A. & Beckmann, I. (2011). Assessing the 'poverty of cruise theory' hypothesis. *Annals of Tourism Research*, 38(1), 153-174. <https://doi.org/10.1016/j.annals.2010.07.015>
- Pearce, D. G. (1989). *Tourist Development*. Harlow, San Francisco: Longman Scientific and Technical.
- Peters, M., Chan, C.-S., & Legerer, A. (2018). Local Perception of Impact-Attitudes-Actions towards Tourism Development in the Urlaubsregion Murtal in Austria. *Sustainability*, 10(7), 2360. <http://dx.doi.org/10.3390/su10072360>
- Ramkissoon, H. (2020). Perceived social impacts of tourism and quality-of-life: a new conceptual model. *Journal of Sustainable Tourism*, 1-17. <https://doi.org/10.1080/09669582.2020.1858091>
- Saarinen, J. (2007). "The Role of Tourism in Regional Development". In Muller, D. and Jansson, B. (Eds.) *Tourism in peripheries, Perspectives from the Far North and South*, pp. 41-52. Wallingford: CABI.
- Sharpley, R. (2014). Host perceptions of tourism: A review of the research. *Tourism Management*, 42, 37-49. <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2013.10.007>
- Stabler, M.J., Papatheodorou, A., Sinclair, M.T. (2010). *The Economics of Tourism*. 2nd edition. London: Routledge
- Stake, R. E. (1995). *The art of case study research*. Thousand Oaks, CA: Sage
- Stewart, S., Smith, J. D. (2014). *Cambridge International As and A Level Travel and Tourism*. UK: Cambridge University Press.
- Taveira, F.F.; Correia, A.I.; Silva, G.; Pereira, J. *The potential of nautical tourism as a strategic product for regional tourism development: The case of alto Minho and Esposende, northwest Portugal*. In Proceedings of the International Conference on Tourism, Technology and Systems, Cartagena, Colombia, 31 October 2020; Springer: Singapore; pp. 234–244
- Tellis, W. M. (1997). Introduction to case study. *Qualitative Report*, 3(2), 1–14. <https://doi.org/10.46743/2160-3715/1997.2024>
- Uysal, M., Berbekova, A., & Kim, H. (2020). Designing for quality of life. *Annals of Tourism Research*, 83, 102944. <https://doi.org/10.1016/j.annals.2020.102944>
- Wall, G. & Mathieson. A. (2006). *Tourism: Change, Impacts and Opportunities*. England: Prentice Hall.

WECD (1987). *Our common Future*. Oxford: Oxford University Press.

Yin, R. K. (2003). *Case study research: Design and methods* (3rd ed.). Thousand Oaks, CA: Sage.

Zhuang X, Yao Y, Li J. (2019). Sociocultural Impacts of Tourism on Residents of World Cultural Heritage Sites in China. *Sustainability*, 11(3), 840. <https://doi.org/10.3390/su11030840>

*Patrimônio Imaterial, Tradição e Turismo:
Um Olhar sobre a Festa de Nossa Senhora
dos Navegantes, Pelotas / RS.*

Michel Constantino Figueira

Universidade Federal de Pelotas – UFPel

michelhotelariaufpel@hotmail.com

Priscila Vasconcellos Chiattonne

Universidade Federal de Pelotas – UFPel

priscilachiattonne@hotmail.com

RESUMO

As comunidades pesqueiras artesanais se utilizam de suas heranças patrimoniais imateriais (tradições, crenças religiosas e celebrações) como um mecanismo de sujeição à fé no sagrado, mas também de oportunidade de renda e trabalho, considerando a presença e a participação de visitantes em seus ritos e no consumo de suas produções culturais. Neste artigo, apresenta-se os resultados do processo de materialização do turismo cultural tendo como objeto a Festa de Nossa Senhora dos Navegantes realizada, anualmente, na Colônia de Pescadores Z3, Pelotas, RS, Brasil.

Da fé impressa em missas, rezas e procissões terrestres e náuticas aos espaços de comercialização de artesanato e gastronomia a base de pescados, a festa congrega moradores e visitantes em um mesmo lócus, onde tradição e mercado atuam conjuntamente em práticas culturais e experiências enaltecidas.

A metodologia de produção desse manuscrito considerou a observação de campo participativa com um embasamento teórico-crítico condizente com o tema da tradição, da cultura imaterial, do turismo cultural e das festas populares religiosas realizadas no Brasil, de modo a investigar e compreender o estudo de caso investigado.

PALAVRAS-CHAVE

Patrimônio cultural imaterial, Festa de Nossa Senhora dos Navegantes, turismo cultural

*Inmaterial Heritage, Tradition And Tourism:
A Look at the Feastivity of Nossa Senhora
dos Navegantes, Pelotas / RS.*

ABSTRACT

Artisanal fishing communities use their intangible heritages (traditions, religious beliefs, and celebrations) as a mechanism for subjection to the faith in the sacred, but also as an opportunity for income and work, considering the presence and participation of visitors in their rites and consumption of their cultural productions. In this article, the results of the process of materialization of cultural tourism are presented, having as object the Festividade de Nossa Senhora dos Navegantes, held annually at Colonia de Pescadores Z3, Pelotas, RS, Brazil.

From the faith printed in masses, prayers, and terrestrial and nautical processions to the spaces for the commercialization of handicrafts and gastronomy based on fish, the festival brings together residents and visitors in the same locus, where tradition and market work together in cultural practices and uplifting experiences.

The production methodology of this manuscript considered participatory field observation with a theoretical-critical basis in line with the theme of tradition, immaterial culture, cultural tourism, and popular religious festivals held in Brazil, in order to investigate and understand the study of investigated case.

KEYWORDS

Intangible cultural heritage, Feastivity of Nossa Senhora dos Navegantes, cultural tourism

Introdução

Neste artigo apresenta-se os resultados de um trabalho de investigação sobre a interface entre patrimônio imaterial, tradição e mercado turístico, tendo como objeto de investigação a Festa de Nossa Senhora dos Navegantes, realizada na Colônia de Pescadores Z3, 2º Distrito Rural do município de Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil.

As tradições de um povo simbolizam a sua identidade cultural em um território particular de produções e práticas socioculturais. A atividade da pesca profissional artesanal aliada à inserção da localidade em um ambiente repleto de ecossistemas fez com que na Colônia de Pescadores Z3 – Pelotas RS manifestassem-se e reproduzissem-se, por gerações, tradições orientadas culturalmente pela relação dos pescadores com a natureza e com o sagrado.

Marcadamente, uma herança ativada e reatualizada por diversas gerações, a celebração da Festa de Nossa Senhora dos Navegantes realizada na Colônia Z3 representa parte de seu conjunto cultural imaterial. Sua celebração é uma tradição local realizada anualmente no segundo dia de cada mês de fevereiro e sua execução associa, na prática, religiosidade e mercado turístico-cultural.

O objetivo geral deste manuscrito é avaliar as interfaces presentes entre cultura imaterial, tradição e mercado turístico na Festa de Nossa Senhora dos Navegantes realizada na Colônia de Pescadores Z3, Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil, uma comunidade de pescadores profissionais artesanais.

Os objetivos específicos do presente estudo são: a) descrever a Festa de Nossa Senhora dos Navegantes, no que tange significados simbólicos associados ao sagrado e ao espírito de coletividade, incluindo o cronograma cultural da festa; b) descrever as atividades, produtos e atividades de lazer, comércio e entretenimento realizados e ofertados durante a festa e como religiosidade e comércio aproximam devotos e turistas em um mesmo lócus de produção cultural; c) avaliar o nível de participação dos visitantes nas atividades e práticas tradicionais da festa e o que faz desse patrimônio imaterial, prática tradicional local, um atrativo turístico estabelecido na cidade de Pelotas; d) verificar se a festa aconteceu no período de pandemia do Covid -19 e, se sim, quais as atividades realizadas.

Do ponto de vista teórico-crítico, ainda são poucos os estudos de caso acerca da interface entre mercado turístico e manifestações culturais imateriais em comunidades costeiras e pesqueiras do Brasil. Principalmente, os estudos sobre a interface

entre mercado turístico, tradição e cultura imaterial tendo como objeto de estudos celebrações religiosas. Dessa forma, esse trabalho busca contribuir com o avanço dos estudos sobre o tema, a partir de uma metodologia de pesquisa de ordem qualitativa, considerando a pré-definição de um estudo de caso, investigado com base em definição de marco para a aplicação de pesquisa teórica, associada à observação participativa na organização e execução da Festa de Nossa Senhora dos Navegantes. Ademais, a fim de compreender o simbolismo da festa para os pescadores e sobre o percurso realizado na procissão lacustre, realizou-se entrevista via telefone com pescador local. Para obter-se outras informações sobre a Festa e sobre atividades durante a Pandemia do Covid – 19, entrou-se em contato com a coordenadora da Igreja também via telefone.

Património Imaterial

A herança patrimonial dos povos, antes percebida institucional e politicamente como herança material de família foi revista, teoricamente, após a década de 2000 – por experts ligados a instituições patrimoniais, tais como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) – para além de sua condição de legado familiar material. A herança cultural, mantendo a noção patrimonial por expressar identidade, preservação do hábito e pertencimento territorial-produtivo, passa a ser percebida, agora, como uma referência da identidade, presente em lugares, técnicas de trabalho, saberes, fazeres, expressões e celebrações.

Do ponto de vista conceitual, nas palavras de Pelegrini e Funari (2008, p. 35),

O patrimônio cultural não material – intangível – é formado por todos aqueles conhecimentos transmitidos, como as tradições orais, a língua, a música, as danças, o teatro, os costumes, as festas, as crenças, o conhecimento, os ofícios e técnicas antigas, a medicina tradicional, a herança histórica, entre outros (Pelegrini & Funari, 2008, p.68).

Os mesmos autores explicam que a Convenção da Unesco de 2003 institui que o patrimônio intangível se manifesta, em particular, nos seguintes campos:

- a) tradições e expressões orais, incluindo o idioma como veículo do patrimônio cultural imaterial;
- b) expressões artísticas;
- c) práticas sociais, rituais e atos festivos;

- d) conhecimentos e práticas relacionados à natureza e ao universo;
- e) técnicas artesanais tradicionais (Pelegriani & Funari, 2008, p. 48).

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) define patrimônio cultural imaterial como:

As práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos os indivíduos, reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural (Unesco, s/p).

A dimensão de *imaterialidade* patrimonial está associada à uma condição de diversidade cultural adaptada ao tempo presente, de acordo com as novas percepções individuais e coletivas, mas, ainda, considerando o prestígio aos valores de lugar, de território, de uma lógica de transmissão de conhecimentos.

Essa transmissão de conhecimentos e expressividades, enquanto heranças simbólicas, é registrada, assimilada e ressignificada por agentes culturais locais, quais sejam, os próprios atores que se utilizam de práticas, experiências, simbolismos para salvaguardar e dividir/transmitir os hábitos, os valores comunitários, as crenças no sagrado e a relação com a natureza para as novas gerações, bem como com os visitantes locais. É quando a tradição se faz a baliza do equilíbrio sociocultural, da expressão identitária e da renovação socioeconômica.

A Tradição nas Comunidades

A herança cultural é a representação material e/ou imaterial da memória social transmitida entre gerações de um determinado grupo social, por meio de técnicas, gestos e comportamentos regulados por práticas socioculturais coletivas, transmitidas entre gerações por meio da oralidade. Essa herança é preservada por meio da transmissão e reprodução, o que chamaríamos de tradição.

A tradição é uma ação de reprodução cultural que permite ao homem a continuidade no tempo, os vínculos com o passado e a força da conveniência de agir de acordo com seus interesses mais particulares. O estudioso inglês Anthony Giddens (2005, p. 49) explica que “a palavra inglesa *tradition* tem origem no termo latino *tradere*, que significa transmitir, ou confiar algo à guarda de alguém” (Giddens, 2005, p. 49). Segundo Diegues (2001) apud Mendonça (2004, p. 85) “é importante destacar que

um dos critérios importantes para definir uma população como tradicional, além do modo de vida, é sem dúvida a questão da identidade, reconhecer-se como pertencente àquele grupo em particular” (Mendonça, 2004, p. 85). Ao estudar comunidades pesqueiras tradicionais do Nordeste Brasileiro, a mesma autora, ainda citando Diegues (2001), considera que as culturas e sociedades tradicionais se caracterizam, entre outros itens, pelas seguintes características:

Dependência e até simbiose com a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis, a partir do qual se constrói um modo de vida; noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente; moradia e ocupação desse território por várias gerações; (...) importância das simbologias, mitos e rituais (...). Há uma reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o artesanal, cujo produtor (e sua família) domina o processo de trabalho até o produto final (...). (Mendonça, 2004, pp. 85-86).

Ainda, segundo Giddens (2005) a tradição tem como finalidade a transmissão dos hábitos culturais às próximas gerações (Giddens, 2005). Neste caso, a tradição segue uma composição cultural condicionada pela ordem: informação = transmissão = repetição = registro = informação influenciada pelo presente (considerando a influência do presente e as transformações sociais, políticas, econômicas, tecnológicas e culturais: “a ideia de que a tradição é impermeável à mudança é um mito (Giddens, 2005, p. 51). Dias (2006, p. 59), complementa este posicionamento de Giddens (2005) citando que “de acordo com Hobsbaw (1997), as tradições ditadas pelos costumes são processos sociais que sofrem modificações ao longo do tempo e que só sobrevivem por meio de formas de adaptação diversas” (Dias, 2006, p. 58).

Para as comunidades, as tradições são percebidas como um legado dos antepassados acionados em saberes, fazeres, expressões, costumes, hábitos e celebrações que, além de enaltecer o simbólico, propõe a geração de trabalho, renda e valorização estético-econômica das próprias referências passadas por entre gerações. Por isso, “ao longo deste processo incessante de produção simbólica, inseparável da prática social, nascem novos sentidos, novos valores” (Ziegler, 1996, p. 24).

No que tange o processo relacional entre patrimônio imaterial, balizado na tradição pesqueira artesanal, em associação com o turismo cultural, na Colônia de Pescadores Z3, entende-se que seus elementos patrimoniais representam as suas reservas técnicas e artísticas passadas de geração em geração através da tradição, produzidas, mantidas, reutilizadas e ressignificadas pela condição do presente. São saberes, hábitos, costumes, celebrações e conhecimentos que permanecem vivos na

memória prática de diversos moradores da localidade. Um dos melhores exemplos nessa comunidade é a celebração da Festa de Nossa Senhora dos Navegantes.

Festas Religiosas: Valorização Turística do Patrimônio e Atração de Visitantes

Com relação as celebrações e festividades religiosas, como herança cultural dos povos, Pelegrini e Funari (2008) explicam que as festas tradicionais representam parte do patrimônio imaterial de um povo (Pelegrini & Funari, 2008). As celebrações simbolizam um legado imaterial constantemente reatualizado pelos povos, diante das dinâmicas coletivas no presente:

O culto aos santos e a valorização das relíquias deram às pessoas comuns um sentido de patrimônio muito próprio e que, como veremos, de certa forma permanece entre nós: a valorização tanto dos lugares e objetos como dos rituais coletivos. (Funari & Pelegrini, 2006, pp. 11-12).

Mas, por outro lado, esses eventos assimilam, não apenas a valorização simbólica das produções e das crenças, quanto, a oportunidade de geração de trabalho e renda: “o significado atribuído ao patrimônio se modifica segundo as circunstâncias de momento (Rodrigues, 2005, p.16)”.

A religiosidade como tema das festas populares ainda considera o foco na coletividade, na medida em que a festa congrega moradores, religiosos, devotos, em crenças, ações e temas comuns no que tange organização, estruturação, peregrinação, práticas econômicas e ritos religiosos de enaltecimento e agradecimento à entidades e santos.

Na visão de Ferreira (2001), particularmente no tange as festas religiosas cristãs,

Cada festa comporta uma organização comunitária e uma regulamentação da parte do grupo festivo, que é mais ou menos amplo ou complexo. Neste componente organizacional, ao lado do elemento organizativo-comunitário entra o quadro de referência ideológico anteposto à festa e que, segundo o caso, se refere a um mito de origem ritual ou simbolicamente reatualizado, à lenda de fundamentação de um culto; à imagem de um santo cristão; à um momento crítico da existência ou a um evento histórico, social ou político, que deve ser comemorado e re-evocado, para renovar o impulso de vencer os percalços da cotidianidade através do fenômeno festivo. (Ferreira, 2001, p.14).

Há no quadro social das festas religiosas um processo relacional entre tradição e mercado turístico e entre práticas sagradas e profanas, já que através de atos

simbólicos conduzidos por interesses e necessidades, os grupos que realizam as festas religiosas podem se utilizar de sua crença para rogar por saúde, paz, esperança e produtividade no trabalho, incluindo a oportunidade de ganhar algum dinheiro, dançar, beber, comer e cantar:

Por certo, a teatralização das procissões e a ritualização da comensalidade abalizam os ciclos de interação social, caracterizados por atitudes cerimoniais, que conjugam a adoração aos santos reverenciados e o entretenimento satisfeito por meio do consumo abastado de bebidas e comidas típicas, da apresentação de folguedos e cantorias – elementos que tradicionalmente completam um circuito recorrente nas festas de santo que articulam as práticas do ‘rezar’, ‘comer’ e ‘dançar’. (Pelegrini & Funari, 2008. p.99).

E é precisamente essa conjuntura entre o sagrado (crença religiosa, devoção, procissões) e o profano (música, dança, comida, passeios), conjuntamente associados, que atrai visitantes ávidos pelo consumo de bens, produtos e experiências, tais como a oferta de pratos de gastronomia típica, artesanato, participação em procissões, bailes, folguedos, dentre outros. Essa condição de prestígio pelo externo tende a gerar, inclusive, autoestima do residente diante do valor gerado, impresso e enaltecido de suas referências culturais.

Se cree que, cuanto más asociados estén as temáticas relativas a los aspectos culturales inherentes a la historia del lugar, mejor acondicionados y valorados serán dichos eventos, desde la perspectiva tanto de los residentes como de los visitantes, en cuanto instrumentos de reforzamiento de identidades y, por tanto, de valorización de los sistemas culturales antes indicados, que son buscados cada vez más por los visitantes (Brito, 2007, p.58).

Essa conjuntura entre sagrado e profano, presente nas festas populares religiosas, é vista por Banducci e Barretto (2001, p.17) como uma diluição de fronteiras, na medida em que tanto religiosos devotos, quanto turistas sem nenhum vínculo religioso e com o lugar, tendem a conviver e participar das mesmas cerimônias (Banducci & Barretto, 2001, p.17).

Particularmente as festas religiosas realizadas junto às águas (rios, mar, lagoas), em seu trabalho com o Cirio de Nazaré, maior evento religioso do Brasil, Amado explica que a presença da mesma tem sempre um cunho religioso, na medida em que a água simboliza purificação, espiritualidade e conforto emocional:

É com ela que as manifestações populares encontram o elemento vital para dar vazão à adoração religiosa, mística ou espiritual. Ela é fruto de milagres,

banha imagens santas para promover a purificação, abriga deuses, resgata crenças cujas origens se perdem no tempo. Mais do que vida, a água promove esperança. (Amado, 2011, p.11).

E, enquanto exemplo concreto, dessa dimensão entre patrimônio imaterial religioso e mercado turístico, a Festa de Nossa Senhora dos Navegantes, realizada anualmente na cidade de Pelotas - RS, Brasil, consolida-se como um atrativo de grande sucesso, considerando, principalmente, a participação de visitantes e moradores em experiências de celebração do sagrado e do profano impresso em atividades náuticas, gastronômicas, religiosas e de lazer.

A Celebração de Nossa Senhora dos Navegantes

A Festa de Nossa Senhora dos Navegantes teve início na Idade Média, quando pescadores e marinheiros, devotos da Virgem Maria, cientes das dificuldades, tempestades, tormentas e ondas revoltosas, pediam sua proteção ao atravessar o Mar Mediterrâneo na tentativa de proteger e defender lugares sagrados contra a ação de infiéis. Essa devoção amplificou-se com o advento das Grandes Navegações, quando os europeus, particularmente portugueses e espanhóis, deslocavam-se para a África, a Ásia e as Américas (Farinha, Michel & Carle, 2011).

E foi com a devoção à Virgem protetora dos navegantes que os pescadores, marinheiros e povos cristãos costeiros da Europa passaram, assim como o faziam com outras entidades católicas, a celebrar à Santa em reconhecimento e agradecimento pela crença de sua proteção, considerando a produtividade da abundância pesqueira e a proteção contra os mares revoltosos.

No Brasil, a Festa de Nossa Senhora dos Navegantes é evidenciada como a maior festa religiosa do Estado do Rio Grande do Sul, no sul do país, adquirindo status de grande celebração e atração turística, sendo realizada em diversos municípios do Estado (Della Mônica, 2001; Pellegrini, 1993).

E é particularmente na cidade de Pelotas, localizada ao sul do estado do Rio Grande do Sul, que se realiza uma das maiores celebrações da santa protetora dos navegantes, marinheiros e pescadores: a Festa de Nossa Senhora dos Navegantes. Segundo Farinha e Carle (S/D, p.1) destacam que a mesma foi criada no ano de 1932, sendo primeiramente realizada no Bairro do Porto, na Zona Urbana de Pelotas, e “posteriormente transferida sua realização com a transferência da Imagem da Santa para

a Colônia de Pescadores Z3 por ordem do Padre Florêncio Lunelli” (Farinha & Carle, S/D, p.1).

A Festa de Nossa Senhora dos Navegantes da Colonia Z3 em Pelotas

A Festa de Nossa Senhora dos Navegantes é uma celebração anual de ordem religiosa católica, realizada sempre no dia 02 de fevereiro, na Colônia de Pescadores Z3, Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil, uma comunidade de pescadores profissionais artesanais localizada a 25km da Zona Central, no 2º Distrito Rural da cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil. A festa é organizada pelos coordenadores da igreja e pelos “festeiros”, pessoas da comunidade local.

A atividade da pesca profissional artesanal aliada à inserção da localidade em um ambiente repleto de ecossistemas (Mata Atlântica, Lagoas e Campos) fez com que na Colônia Z3 surgissem e se reproduzissem, por diversas gerações, tradições orientadas culturalmente pela relação com a natureza, com o sagrado e com a produção pesqueira junto a Lagoa do Patos, principal território de trabalho e produção da atividade pesqueira local, a qual margeia diversos municípios do Rio Grande do Sul.

Antecipadamente à realização da Festa de Nossa Senhora dos Navegantes, a vila já começa a se enfeitar com pequenas bandeiras azuis e brancas para homenagear a sua santa protetora, como pode ser visualizado na Figura 1.



Figura 1. Casa enfeitada para homenagear a Santa.

No dia 01 de fevereiro, véspera da festa, realiza-se uma procissão terrestre marcada por uma teatralização onde pescadores recebem a santa junto ao *Ecocamping Municipal de Pelotas* (localizado a 2 Km de distância da Colônia Z3), e à pé vão andando em grupos de oito homens, rezando e se revezando, levando o pequeno barco que carrega a santa junto aos ombros (Figura 2), numa caminhada que dura aproximadamente duas horas, juntamente com um número geralmente superior a mil pessoas no decorrer da mesma.



Figura 2. Procissão Terrestre.

Após adentrar a vila, a circunscrevem por uma caminhada de duas ou três horas em direção ao *Santuário de Nossa Senhora dos Navegantes*. Durante todo o trajeto, crianças vestidas de anjo, pessoas com terços entre os dedos e mulheres segurando velas acesas seguem cantando hinos e louvores católicos. Nesta caminhada, moradores, turistas, curiosos e religiosos ficam parados, batendo palmas, num verdadeiro corredor de fé; outros soltam fogos de artifício, o que gera um espetáculo de religiosidade. Essa caminhada é chamada pelos moradores de procissão luminosa.

No mesmo dia da procissão terrestre realiza-se um baile junto ao Salão Comunitário João Paulo II, de propriedade da comunidade católica local, Igreja Nossa Senhora dos Navegantes, coordenada pela Dona Arlete Miranda Lima e Seu Inácio Mota Lima, os

quais colaboraram via entrevista para as informações obtidas nesse manuscrito. O Baile tem início à meia noite e se estende até 5h da manhã, sendo comercializadas bebidas e petiscos como pastéis, bolinhos de peixe e de carne. No dia seguinte pela manhã, 02 de fevereiro, dia oficial do evento, é realizada a missa em homenagem a Nossa Senhora e posteriormente acontece um evento cultural com música, oferta de almoço e comercialização de outros alimentos, bebidas e artesanatos locais junto à oito bancas, no pátio do *Santuário de Nossa Senhora dos Navegantes* e no salão comunitário. Segundo Dona Arlete, o lucro da festa é destinado para manutenção da Igreja e seus projetos sociais.

Segundo Bairros et al. (2007), o “carro-chefe” e principal atrativo da Festa é o almoço realizado ao lado do Santuário de Nossa Senhora dos Navegantes: “Aos fundos da igreja, havia o salão, onde seria servido o almoço com tainha assada, arroz, salada e churrasco, para quem comprasse as fichas (p.3). Além desse almoço em espaço maior, milhares de pessoas deslocam-se de um quiosque a outro, onde moradores vendem pasteis-de-camarão e siri, bolinhos de peixe e bebidas em geral, comercializados por pessoas que não fazem parte diretamente da organização da *Festa de Nossa Senhora dos Navegantes*, mas alugam esses quiosques durante o evento.

Segundo Moraes (2004), no decorrer da história da comunidade, moradores, sobretudo cozinheiras tradicionais, sempre participaram deste evento. Durante a realização de sua 73ª edição, por exemplo, “o apetitoso cardápio típico, elaborado por cozinheiras, todas moradoras da Z3, foi uma das atrações principais” (Moraes, 2004, p. 6).

O ponto alto da Festa de Nossa Senhora dos Navegantes é a procissão lacustre pela Lagoa dos Patos, espaço de trabalho dos pescadores da Colônia Z3. É tradição na comunidade que essa procissão se inicie a partir das 15h00min, logo após o almoço junto ao santuário. Nesta procissão centenas de barcos de pescadores, decorados com bandeiras azuis e brancas saem deslizando sobre as águas da Lagoa dos Patos, Figura 3.



Figura 3. Procissão Lacustre

Os turistas podem participar gratuitamente da mesma, adentrando qualquer barco que lhe interesse, mediante aprovação do responsável pela navegação. Nesse momento de celebração religiosa, famílias inteiras se abastecem de alimentos, bebidas e fogos de artifício e deslocam-se até a Praia do Laranjal, distante 8 Km da Colônia Z3. Um dos barcos é escolhido para levar a santa e todo ano ocorre uma premiação do barco mais bem decorado, quando a organização do evento, premia o proprietário com algum equipamento de pesca.

Em entrevista realizada no ano de 2021 com o pescador local Rudei Oliveira da Silva, indagou-se a importância da festa:

A festa dos Navegantes para nós pescadores é momento de gratidão e fé. Gratidão pelo ano que passou, com boa pescaria ou não, mas que ocorreu tudo bem, estamos todos com saúde e fé, na espera de uma nova safra que inicia depois da Festa. É um momento de muita devoção na mãe das águas que nos protege, dos perigos das águas.

Sobre a rota da procissão, Rudinei alega que:

A procissão sai da Divinéia, vai até o final da Z3, depois os barcos vão em direção ao Laranjal, sempre com o barco que leva a Santa na frente guiando os outros que seguem atrás. O momento de maior comoção é o encontro da Nossa Senhora dos Navegantes com a Iemanjá no Barro Duro, momento de muita emoção. Depois a procissão vai em direção ao trapiche do Laranjal, onde os barcos da Barra de Pelotas esperam a Santa e a levam em direção ao porto de Pelotas e nós voltamos à Colônia Z3.

Assim, na Colônia Z3 a Festa de Nossa Senhora dos Navegantes adquire a condição de espetáculo religioso, gastronômico e musical, atraindo anualmente milhares de visitantes (turistas e ex-moradores). E como complemento a dinâmica do evento, a procissão lacustre atinge o auge da celebração.

No entanto, como visto anteriormente, a festa de Nossa Senhora dos Navegantes, além de tempo/espço de agradecimento, da petição, da oração, do pagamento de promessas, envolvendo moradores e turistas em rituais e ações conjuntos, também é espaço/tempo de produção mercadológica com a comercialização de artesanato e pratos da gastronomia local preparados com pescados capturados na lagoa dos patos (tainhas assadas, pastéis de camarão, pastéis de siri, bolinhos de peixe). A festa ainda inclui a comercialização de artesanatos, além da apresentação de artistas da comunidade e apresentações musicais, atraindo um público interno e externo à comunidade. O público externo é formado basicamente por moradores de bairros urbanos de Pelotas e ex-moradores locais.

Os produtos artesanais comercializados no local são objetos (brincos, colares, porta-retratos) confeccionados com escamas, conchas e ossos de peixes e souvenirs como colares, pulseiras, miniaturas e outros produtos que destaquem a imagem de Nossa Senhora dos Navegantes. Anualmente, essas manifestações mercadológicas variam de acordo com o processo de produção do evento. Tudo isso num verdadeiro espetáculo de fé, entretenimento, atividades culturais e comércio. Por exemplo, no ano de 2007, Bairros, Moura e Rieth destacavam que na Festa de Nossa Senhora dos Navegantes:

Havia muitas bancas com petiscos zetrezenses, dos quais servem também de atrativo da comemoração: “Faz 3 anos que venho na festa, com o único motivo de comer o pastel de siri” (Indiara, estudante). Além do pastel, havia camarão frito, bolinho de peixe, casquinha de siri, entre outros, o que confirma o comentário de um pescador: “Tem povo que vem por fé, tem povo que vem

pela barriga”. Durante as entrevistas, umas das mais conhecidas quituteiras zetrezense, “Dona Olga”, disse que retira seu sustento a partir da culinária; relata que a criação, técnica e aperfeiçoamento, se fazem com o tempo e depende do gosto de cada um. (Bairros, Moura & Rieth, 2007, pp. 2-3).

Assim, nota-se que os mecanismos simbólicos de coesão sociocultural em torno da tradição de celebração do evento são mantidos, mas também direcionados às necessidades e circunstâncias atuais, sobretudo na dimensão adquirida pelo evento como “atrativo turístico”.

No ano de 2020, devido à pandemia do Covid – 19, a missa foi realizada por agendamento seguindo as recomendações de distanciamento social. O almoço aconteceu no sistema “pegue e leve”, a igreja ofertou camarão e tainha assada e as bancas também entregaram alimentos, como o pastel de camarão. Não houve a presença da banca de artesanato.

Considerações Finais

Para os moradores da Colônia de Pescadores Z3, a Festa de Nossa Senhora dos Navegantes representa sentido de pertencimento identitário balizado na crença religiosa e no equilíbrio emocional de uma comunidade dependente direta e indiretamente das boas safras na captura de pescados. Portanto, celebrar a santa protetora é celebrar o sucesso da produtividade pesqueira e seus resultantes econômicos, sociais, culturais e, principalmente, emocionais, na medida em que, com o decorrer dos anos, ampliou-se a crise na atividade pesqueira artesanal local, refletindo em desemprego, baixa autoestima e carência de perspectivas. Além disso, como grande enfoque na autoestima, a celebração representa a oportunidade de geração, mesmo que temporária, de renda e trabalho, onde os moradores podem oferecer para outros moradores e visitantes, seus produtos gastronômicos e artesanais.

Do ponto de vista antropológico, estes percalços da cotidianidade representam as dificuldades impostas pelo trabalho árduo da pesca profissional artesanal e as incertezas perante a atividade. Para uma sociedade que vive basicamente da cadeia produtiva da pesca artesanal, a festa oportuniza um carregamento das forças de propulsão ao trabalho através da crença no sagrado, bem como no estímulo à coletividade diante de interesses em comum, impressos em um evento religioso repleto de ações e rituais marcados pela reciprocidade e coletividade.

Já quanto ao seu caráter mercadológico, a *Festa de Nossa Senhora dos Navegantes* contribui na geração temporária de trabalho e renda alternativos, promovendo a imagem positiva da comunidade que trabalha numa ação conjunta para o desenvolvimento do turismo local e para promover a elevação do evento, já incluído no “Calendário de Eventos” do município de Pelotas.

Assim, com um público muito significativo e atividades gastronômicas, de entretenimento e comércio a *Festa de Nossa Senhora dos Navegantes* tornou-se um evento promotor da cultura local, contribuindo para revitalizar e dinamizar o cotidiano e o espaço local.

Por seu valor de participação, que envolve a preservação de vários rituais (procissões lacustres e terrestres, decoração das casas e ruas) sua conotação cultural transfere à sua estética de crença no sagrado, uma imaterialidade manifestada pela representação da produtividade na pesca artesanal, nas graças alcançadas, nos pedidos de mudança. É espetáculo, mas é simbólico, já que envolve milhares de pessoas sob um signo comum: a força da fé, colocando a racionalização econômica em segundo plano.

Referências Bibliográficas

Amado, R. (2011). *Festas nas águas: fé e tradição nos rios e mares do Brasil*. São Paulo: Editora Horizonte.

BAIROS, J.; MOURA, A.; RIETH, F. (2007). Estudo sobre a culinária e o artesanato local como atrativos turísticos na Colônia de Pescadores Z3/ Pelotas – RS. In *Anais do XVI CIC – Congresso de Iniciação Científica da UFPel. Universidade Federal de Pelotas*. Pelotas, RS. Brasil.

Banducci Jr, A. & Barreto, M. (Orgs.). (2001) *Turismo e identidade local: uma visão antropológica*. Campinas, SP: Papirus.

Brito, M. (2007). *Las ciudades históricas como destinos patrimoniales: potencialidades y requisitos*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid. Facultad de Geografía e Historia, Departamento de Geografía Humana, Grupo de Investigación “Turismo, Patrimonio y Desarrollo”. Disponível em: https://fci.uib.es/digitalAssets/171/171730_libro.pdf

Della Monica, L. (2001). *Turismo e Folclore: um binômio a ser cultuado*. (2.ed.) São Paulo: Global.

Dias, R. (2006). *Turismo e patrimônio cultural: recursos que acompanham o crescimento das cidades*. São Paulo: Saraiva.

Farinha, A. B. & Carle, C. B. (s/d). Memórias da Procissão de Navegantes na região do Porto em Pelotas – RS. In *XIII ENPÓS – Universidade Federal de Pelotas – UFPel*. Disponível em: <http://www2.ufpel.edu.br/enpos/2011/anaais>

Farinha, A. B., Michel, J. O. & Carle, C. B. (2011). A festa de navegantes na Colônia Z-3 de Pelotas: uma questão de identidade e fé. In *Cadernos do LEPAARQ – Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio*. (Vol.8, n.15/16). Pelotas, RS: Editora 181 da UFPEL. Disponível em: <http://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/lepaarq/article/viewFile/1680/1561>

Ferreira, M. N. (2001). *As festas populares na expansão do turismo: a experiência italiana*. São Paulo: Arte & Ciência – Villipress.

Funari, P. P. A., Pellegrini, S. (2006). *Patrimônio histórico e cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Giddens, A. (2005). *Mundo em descontrole*. Tradução de Maria Luiza X. de Borges. (4.ed.) Rio de Janeiro: Record.

Mendonça, T. C. de M. (2004). *Turismo e participação comunitária*: Prainha do Canto Verde a “Canoa” que não quebrou e a “Fonte” que não secou? Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Brasil. Disponível em: <http://www.google.com.br/search?hl=pt/BR&q=prainha+do+canto+verde+pdf&meta>

Moraes, S. (2004, março). Festa de Navegantes supera expectativas. *Jornal O Pescador*, Pelotas, (27), p.6.

Pellegrini, S. C. A. & Funari, P. P. A. (2008). *O que é patrimônio cultural imaterial*. São Paulo: Brasiliense.

Pellegrini Filho, A. (1993). *Ecologia, Cultura e Turismo*. Campinas: Papyrus.

Rodrigues, M. (2005). Preservar e consumir: o patrimônio histórico e o turismo. In Funari, P. P. & Pinsky, J. (4.ed., p.15-26). São Paulo: Contexto.

Unesco (s/d). Disponível em www.unesco.org/new/pt/brasil

Ziegler, J. (1996). *A vitória dos vencidos*. Tradução Vivaldo Coelho Martins. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Turismo Náutico Inclusivo Dirigido a Crianças com Diagnóstico de Perturbação do Espectro Autista (PEA): Potencialidades

Ana Rita Conde

Centro de Desenvolvimento Infantojuvenil dos Açores,
Projeto ACORES-01-0247-FEDER-000043 – Turismo & Autismo;
Universidade Lusófona, Hei-Lab
ritaconde@azoresallinblue.pt
p5025@ulp.pt

Pilar Mota

Centro de Desenvolvimento Infantojuvenil dos Açores,
Projeto ACORES-01-0247-FEDER-000043 – Turismo & Autismo
direcao.geral@cdija.pt

Tânia Botelho

Centro de Desenvolvimento Infantojuvenil dos Açores,
Projeto ACORES-01-0247-FEDER-000043 – Turismo & Autismo
tb@cdija.pt

Osvaldo Silva

Universidade dos Açores,
Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais – CICS.UAc/CICS.NOVA.UAc
osvaldo.dl.silva@uac.pt

Isabel Rego

Universidade dos Açores,
IVAR - Instituto de Investigação em Vulcanologia e Avaliação de Riscos
isabel.mc.rego@uac.pt

Suzana Caldeira

Universidade dos Açores,
Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais – CICS.UAc/CICS.NOVA.UAc
suzana.n.caldeira@uac.pt

RESUMO

No presente trabalho pretende-se mostrar como o turismo náutico e o turismo inclusivo se podem integrar, no sentido de se criarem ofertas turísticas inovadoras e adequadas para as famílias com crianças com diagnóstico de Perturbação do Especto do Autismo (PEA). Trata-se de um grupo muito específico a ser considerado pelas empresas do turismo, principalmente de turismo náutico: por um lado, pela sua prevalência e leque alargado de potenciais clientes e, por outro, pela evidência de que as atividades náuticas acarretam benefícios para estas crianças, podendo constituir-se como um tipo de turismo bastante atrativo para este público-alvo.

Assim, numa primeira parte, pretende-se clarificar o conceito de turismo náutico sob uma perspetiva mais abrangente, revelando a multiplicidade de atividades, contextos e objetivos que pode integrar. Face a esta abrangência e multiplicidade, argumenta-se que o turismo náutico é um tipo de turismo privilegiado para a inclusão, explicitando-se como o turismo inclusivo e o turismo náutico, pelas suas características, se podem associar de forma a criar um turismo náutico inclusivo para crianças com diagnóstico de PEA.

Descrevem-se os benefícios do turismo náutico para estas crianças e as suas famílias, bem como os benefícios de o turismo náutico apostar em ofertas turísticas inclusivas para esta população. Por fim, apresenta-se o projeto de investigação e desenvolvimento (I&D) *Azores all in blue*, focado no turismo inclusivo, que demonstra como a aposta do turismo açoriano num turismo náutico inclusivo dirigido a esta população pode tornar os Açores num local de eleição para estas famílias e constituir-se uma referência internacional.

PALAVRAS-CHAVE

Turismo náutico, turismo inclusivo, crianças, autismo, Açores.

Inclusive Nautical Tourism for Children with a Diagnosis of Autism Spectrum Disorder (Asd): Potentialities

ABSTRACT

The present work intends to show how nautical tourism and inclusive tourism can be integrated, to create innovative and suitable tourist offers for families with children diagnosed with autism spectrum disorder (ASD). This is a very specific group to be considered by tourism companies, mainly nautical tourism. On the one hand, due to its prevalence and wide range of potential customers and, on the other hand, due to the evidence that nautical activities bring benefits to these children and may constitute a very attractive type of tourism for this target audience.

Thus, in a first part, it is intended to clarify the concept of nautical tourism from a broader perspective, revealing the multiplicity of activities, contexts, and objectives that it can integrate. In view of this scope and multiplicity, it is argued that nautical tourism is a privileged type of tourism for inclusion, explaining how inclusive tourism and nautical tourism can be associated, due to their characteristics, in a way that create an inclusive nautical tourism for children diagnosed with ASD.

The benefits of nautical tourism for these children and their families are described, as well as the benefits of nautical tourism to invest in inclusive tourism offers for this population. Finally, the research and development (R&D) project *Azores all in blue* is presented, focused on inclusive tourism, which demonstrates how the Azorean tourism bet on an inclusive nautical tourism aimed at this population can make the Azores a place of choice for these families and become an international reference.

KEYWORDS

Nautical tourism, inclusive tourism, children, autism, Azores.

Turismo Náutico – Delimitação de Conceitos e Definição

Cada vez mais, nos últimos anos, tem sido destacada a importância do turismo náutico para o desenvolvimento económico regional em muitos países, principalmente as regiões que têm como recursos naturais o mar e a costa (Lukovik, 2013; Vásquez et al., 2021). Assim, verifica-se o crescente interesse da investigação e da literatura pelo fenómeno mas a definição e delimitação do conceito tem sido complexa e pouco consensual.

Talvez pelo facto de o turismo náutico ter surgido associado ao contexto marítimo e costeiro mas também por partilharem características comuns, é notória na literatura a confusão entre as terminologias turismo marinho, turismo costeiro e turismo náutico (Hall, 2001; Papageorgiou, 2016; Vásquez et al., 2021). Nesta secção, pretende-se delimitar estes conceitos e clarificar a conceptualização de turismo náutico, nomeadamente a sua natureza abrangente.

O turismo marinho tem sido definido como (Orams, 1999) as atividades recreativas no meio marinho que requerem viajar para longe do local de residência. Refere-se a atividades que envolvem diretamente o mar e o contexto marinho, tais como o mergulho, windsurf, pesca, observação da vida marinha e animais marinhos, cruzeiros, visitas a portos, faróis e vilas costeiras, etc. Assim, o turismo marinho constituiria um tipo de turismo totalmente ligado e dependente do mar e do meio marinho (Hall, 2001; Vásquez et al., 2021).

No que se refere ao conceito de turismo costeiro, antes de mais, há que referir que o turismo costeiro e o turismo marinho são conceitos intrinsecamente relacionados, dado que ambos se associam e dependem do mar e do ambiente marinho (Hall, 2001; Tegar & Gurning, 2018; Vásquez et al., 2021) – o dificulta a sua distinção. No entanto, a maioria dos autores postula que se trata de conceitos distintos (e.g., Hall, 2001; Tegar & Gurning, 2018), descrevendo o turismo marinho como aquele que ocorre principalmente no mar e o turismo costeiro como sendo aquele que ocorre nas zonas costeiras. Assim, o turismo costeiro é descrito como abrangendo as atividades que decorrem nas águas costeiras mas também atividades e passeios na praia, natação, banhos de sol, etc. (Tegar & Gurning, 2018).

Estas tentativas de diferenciação, no entanto, levantam algumas questões. As atividades que ocorrem nas águas costeiras, como alguns tipos de pesca ou de desportos, integram o turismo costeiro ou o turismo marinho? Se os portos, faróis, vilas

piscatórias se encontram nas zonas costeiras, porque é que alguns autores incluem as suas visitas no turismo marítimo (e.g., Orams, 1999)? Do nosso ponto de vista, há uma intersecção entre o turismo marinho e o turismo costeiro, não sendo conceitos mutuamente exclusivos, mas que podem compartilhar algumas atividades – por estarem relacionados com o mar e por ocorrerem nas zonas costeiras (e.g. visitas a portos, alguns tipos de desportos). No entanto, um não se reduz ao outro, dado que há atividades que claramente são do domínio do turismo costeiro (e.g., passeios na praia, banhos de sol, atividades recreativas na praia) e outras que são do domínio do turismo marinho (e.g., cruzeiros, observação de mamíferos marinhos, navegar em alto mar). Assim, trata-se de conceitos distintos mas que se sobrepõem.

A delimitação do conceito de turismo náutico tem suscitado, em si mesma, bastante controvérsia. Pegando na etiologia das palavras, o termo turismo náutico é composto por duas palavras: turismo e náutica, sendo a náutica uma palavra derivada do grego “naus”, que significa barco (Lukovic, 2012, 2013). Por seu turno, náutica no sentido atual significa ciência ou arte de navegar, podendo, genericamente, aplicar-se ao contexto marítimo como a contextos de água doce, tais como rios, lagos ou canais.

Nesta ótica, a literatura internacional tende também a utilizar expressão inglesa “yachting tourism” (e.g., Iannidis, 2019), que significa a utilização de embarcações ou barcos para fins de lazer, incluindo os cruzeiros, pesca, corrida ou a prática de outras atividades náuticas (CasaNovas, 2016).

Assumindo estas definições, o turismo náutico parece limitar-se exclusivamente às atividades que requerem o uso ou envolvam algum tipo de embarcação, sendo uma perspectiva reducionista. Lukovic (2013) descreve bem a dificuldade inerente às várias tentativas de definição do fenómeno. O autor indica que, globalmente, tem sido definido como o turismo realizado em embarcações e em portos de turismo náutico mas que, quando se procura dar uma especificação mais precisa, dados os avanços rápidos na área, esta pode gerar confusão.

Assim, propõe uma definição que pode ser útil do ponto de vista prático e científico, descrevendo o turismo náutico como sendo “o somatório das atividades multifuncionais que surgem da permanência de turistas-velejadores nos portos de turismo náutico ou fora deles, e pela utilização de embarcações e de outros objetos vinculados à atividade empresarial do turismo náutico, que visam a recreação, o desporto, entretenimento e outras necessidades” (Lukovic, 2013, p. 14).

Defende que esta proposta é a mais adequada por considerar as diferentes circunstâncias e contextos em que turismo náutico pode ocorrer. Ao utilizar a expressão “utilização de embarcações” (e não navegação), não limita o fenómeno à navegação, abrangendo as situações em que os turistas permanecem a “bordo” sem navegar (contemplando também os cruzeiros). Por outro lado, ao usar o termo “fora deles” não limita a permanência aos portos náuticos, mas inclui enseadas, baías ou outros locais, mostrando as múltiplas possibilidades da costa. Ao incluir o termo “outros objetos relacionados” considera a variabilidade das atividades que podem integrar o turismo náutico e que vão além das embarcações.

Por fim, ao contemplar “outras necessidades” suplanta a componente da recreação, do desporto ou do entretenimento, permitindo integrar outro tipo de necessidades, tais como o relaxamento, descanso, a promoção do bem-estar, da saúde física e mental. Assim, esta conceptualização oferece uma perspetiva mais abrangente do fenómeno, não a restringindo à navegação.

Da análise das três terminologias – turismo náutico, turismo marinho e turismo costeiro - verifica-se que todos estes termos apresentam uma característica comum: a oferta de produtos turísticos e atividades recreativas relacionadas com o mar e com as zonas costeiras. No entanto, o termo “turismo náutico” é um conceito mais amplo porque vai além do contexto marinho e da costa, englobando rios, lagos, barragens e outros ambientes aquáticos. À semelhança do que se constatou acerca da diferenciação entre o turismo marinho e o turismo costeiro, também há uma intersecção entre estes e o turismo náutico mas nenhum se reduz a qualquer outro. Há um vasto leque de atividades náuticas que ocorrem no contexto marinho (pesca, observação da vida marinha) e nas zonas costeiras (e.g., *surf*) mas o turismo náutico não se limita a estes contextos.

Paradoxalmente, a estratégia para o turismo 2027 associa as atividades náuticas exclusivamente ao mar e à zona costeira, remetendo as atividades turísticas relacionadas com rios, lagoas, canais ou barragens que ocorrem em zonas não costeiras ao património natural e rural (Turismo de Portugal, 2017).

No entanto, o turismo náutico é uma forma turística polifuncional com uma forte componente marítima mas que não se limita a ela (Lukovic, 2012, 2013), fazendo com que a indústria turística náutica englobe, em termos práticos, um vasto leque de atividades – de acordo com a tabela de classificação de turismo náutico internacionalmente reconhecida (ver Lukovic, 2012).

De acordo com esta classificação, a indústria do turismo náutico inclui as atividades consideradas principais (portos e marinas, cruzeiros, charter), várias atividades consideradas secundárias (mergulho, Surf, Rafting, Remo, Pesca, etc.) e outras atividades adicionais (de suporte e de produção dos equipamentos, infraestruturas e serviços).

Assim, o turismo náutico inclui múltiplas atividades, formas diferentes de turismo e diferentes contextos aquáticos, pelo que não deve ser reduzido a um subtipo do turismo marinho ou do turismo costeiro.

Turismo Inclusivo: Uma oportunidade para o Turismo Náutico

À semelhança do crescente interesse e visibilidade do turismo náutico, também o turismo inclusivo tem sido cada vez mais alvo de atenção. A inclusão é uma preocupação recente na área, apesar de desde sempre os investigadores se debruçarem sobre os benefícios sociais do turismo e procurarem estratégias para a sua maximização (Biddulph & Scheyvens, 2018). O turismo inclusivo surgiu como uma tentativa de resposta aos problemas de exclusão social e de desigualdade, procurando integrar e beneficiar os que são tipicamente marginalizados e/ou excluídos (Gillovic & McIntosh, 2020; Scheyvens & Biddulph, 2018).

Nesta tentativa verifica-se que o turismo inclusivo foi abordado, maioritariamente, sob um ponto de vista económico, procurando essencialmente dar resposta aos problemas de exclusão das populações locais, envolvendo-as na prestação de atividades e/ou produtos do turismo (e.g., Saarinen, 2017; Scheyvens, 2011). Como resposta, vários autores (Lawson, 2010; Scheyvens & Biddulph, 2018) chamaram a atenção para a necessidade de o turismo inclusivo ser mais amplo e incluir a noção de bem-estar dos grupos marginalizados.

Assim, o turismo inclusivo tem sido entendido como um turismo transformador, no qual os grupos marginalizados são envolvidos enquanto produtores ou enquanto consumidores e partilhar dos seus benefícios (Scheyvens & Biddulph, 2018). Esta proposta veicula uma conceção holística e abrangente: por um lado, o termo “transformador” implica que deve dar resposta à desigualdade, desafiar os estereótipos e concorrer para a compreensão dos grupos minoritários e/ou marginalizados; por outro, veicula que o envolvimento dos grupos marginalizados não se limita à

produção do turismo ético (e.g. como integrar os grupos locais mais vulneráveis) mas abrange também os consumidores do turismo, ou seja, grupos minoritários que usualmente não são considerados como público-alvo do turismo e que são alvo de estigmatização/exclusão social (e.g., pessoas com deficiência ou necessidades especiais).

Deste modo, não só a componente da produção do turismo, mas também a do consumo deve ser inclusiva, implicando que o turismo ofereça condições e ultrapasse barreiras para que os grupos marginalizados possam ter acesso ao turismo enquanto consumidores (Scheyvens & Biddulph, 2018). Neste contexto, é de salientar que, mais recentemente, o UNDP (2018) tem procurado enfatizar explicitamente que o desenvolvimento inclusivo deve considerar os grupos marginalizados e/ou excluídos. Um exemplo claro são as orientações para o desenvolvimento inclusivo de pessoas com deficiência (UNPD, 2018), referindo que desenvolvimento inclusivo tem necessariamente de as abranger.

Assim, o turismo, de uma forma geral, tem procurado dar resposta a este imperativo, atendendo cada vez mais às pessoas com deficiência. Esta tendência é menos evidente no turismo náutico, sendo quase inexistente a literatura e investigação específica sobre turismo náutico inclusivo ou sobre atividades náuticas que procurem ser inclusivas. As poucas exceções (e.g. Lapko, 2018; Ferrari, 2020) prendem-se com a acessibilidade das embarcações, dos cruzeiros ou dos portos náuticos a pessoas com algum tipo de limitação física.

No entanto, o turismo inclusivo não se limita à componente da acessibilidade e, de acordo com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, o princípio da inclusão só está inteiramente cumprido quando é promovido o *empowerment* e a participação ativa das pessoas e dos grupos marginalizados, incluindo as pessoas com algum tipo de limitação ou deficiência física e/ou mental.

A terminologia “turismo inclusivo” não traduz apenas a mais-valia de integrar todas as formas de marginalidade e interseccionalidade, incorpora a componente transformativa e, logo, de *empowerment*. Focando a inclusão de pessoas com deficiência, o turismo inclusivo pode e deve proporcionar produtos e experiências que promovam o desenvolvimento da pessoa, nomeadamente o seu bem-estar psicológico, a autoestima e autoconfiança. O turismo pode criar oportunidades únicas para que as pessoas, através do lazer e da diversão, experienciem algum sentido de mestria e autonomia, podendo ser um catalisador de transformação (Gillovic & McIntosh, 2020).

Considerando a abrangência e multiplicidade do turismo náutico, nomeadamente o enorme leque de atividades possíveis no ambiente aquático que visam não só a recreação, o desporto, o entretenimento mas também outras necessidades (Lukovic, 2012, 2013) - tais como o desenvolvimento da pessoa, o bem-estar psicológico, a autoestima, etc. – o turismo náutico pode constituir-se como um tipo de turismo privilegiado para a inclusão.

Turismo Náutico Inclusivo e Famílias com Crianças com Diagnóstico de PEA: Benefícios Recíprocos

Uma revisão da literatura recente sobre a prevalência da PEA (Chiarorri & Venerosi, 2021), focando os estudos publicados desde 2014, indica a dificuldade em estimar de forma precisa a prevalência ao nível mundial, havendo uma grande variabilidade das taxas decorrentes das diferenças metodológicas entre os estudos. No entanto, ao nível mundial, estima-se que cerca de 2% da população das pessoas com menos de 18 anos tenha diagnóstico de PEA (WHO, 2021). A estimativa da WHO (2021) aponta que 1 em cada 160 crianças tem diagnóstico de PEA, decorrente do valor médio dos estudos mas, na verdade, estudos mais pormenorizados indicam valores mais elevados (WHO, 2021). Também nas últimas décadas, a investigação tem reportado um aumento da prevalência do fenómeno (Chiaorotti & Venerosi, 2021; Fombonne, 2020), decorrente dos avanços ao nível das metodologias de diagnóstico, bem como de uma maior sensibilização para o fenómeno (Fombonne, 2020).

A PEA inclui uma variedade de sintomas caracterizados por comportamentos repetitivos, problemas sensoriais e dificuldades na fala, comunicação não verbal e na socialização. A palavra “espectro” indica uma vasta gama de sintomas e características (Elflein, 2021; Hamed, 2013), cuja combinação varia de pessoa para pessoa e pode envolver um comprometimento leve até problemas mais severos (Elflein, 2021). Assim, considerando-o num contínuo, num extremo pode incluir crianças com comportamentos bastante desafiadores e com graves problemas de comunicação e interação e noutro extremo incluir crianças com mais habilidades cognitivas e que conseguem comunicar de forma relativamente adequada.

É consensual entre os autores da área a importância da noção de qualidade de vida para as pessoas com diagnóstico de PEA. A literatura indica oito dimensões essenciais para a qualidade de vida de pessoas com diagnóstico de PEA, entre as quais

se destacam o bem-estar emocional (sentimentos de prazer, felicidade, reduzidos níveis de stress), as relações interpessoais (interação com os outros, relações de amizade e suporte social), o bem-estar físico (que implica a recreação e o lazer) e a Inclusão social (envolvimento em atividades da comunidade) (Schalock, 2000; Saldana et al., 2009).

Neste âmbito, o turismo é considerado uma atividade que proporciona experiências humanas e sociais que integra atividades de recreação, lazer e interação social e ambiental, pode constituir-se como um instrumento central na concretização daquelas dimensões, concorrendo para o incremento de sentimentos de bem-estar e a redução dos níveis de stress ou ansiedade (Hamed, 2013; Saldana et al., 2009).

O turismo náutico, pela variedade de atividades que pode oferecer em diferentes contextos aquáticos, é um contexto excecional e adequado para promover e melhorar a sua qualidade de vida das crianças com PEA, podendo proporcionar experiências que vão ao encontro das suas necessidades e, assim, constituir-se também como uma ferramenta de *empowerment* (Hamed, 2013; Wendell, 2006).

As atividades aquáticas têm sido referidas na literatura e na investigação como sendo não só atrativas como também benéficas para as crianças com diagnóstico de PEA (Hulls et al., 2006; Phytanza & Burhaein, 2019; Ylmaz et al., 2004). Vários estudos têm demonstrado os benefícios das atividades aquáticas nestas crianças, ao nível fisiológico (Aleksandrovic et al., 2015; Moritimer et al., 2014), ao nível sócio-emocional (e.g., Oriel et al., 2016) e ao nível intelectual e cognitivo (e.g., Caputo et al., 2018).

Os benefícios fisiológicos das atividade aquática decorrem dos efeitos biológicos da imersão do corpo na água (e.g., compressão linfática, compressão venosa, aumento da capacidade respiratória, aumento de oxigênio, aumento do fluxo sanguíneo muscular, descarga de peso, diminuição da compressão articular com o movimento, limiar de dor mais elevado, promoção da excreção de resíduos metabólicos, etc.), bem como do movimento da água gerado pelas atividades aquáticas (e.g., relaxamento, alívio da dor e do espasmo muscular, manutenção e/ou aumento da amplitude de movimento nas articulações, aumento da força e resistência muscular, etc.) (Phytanza & Burhaein, 2019).

As atividades aquáticas proporcionam também vários benefícios sociais e emocionais, nomeadamente, permitem a autoexploração e auto-relaxamento, potenciam uma autoimagem positiva e a autoconfiança, bem como humor positivo e sentimento de bem-estar e diversão. Quando realizadas em grupo podem também promover a

interação social e as competências de comunicação. Além disto, são indicados também benefícios cognitivos e intelectuais, podendo usar-se as atividades aquáticas para reforçar ou promover o desenvolvimento cognitivo (e.g., contar objetos que não conseguem “afundar”, mergulhar para apanhar objetos específicos, descrever as condições básicas da água depois de mergulharem, etc.) (Phytanza & Burhaein, 2019).

Vários estudos indicam também os benéficos das atividades aquáticas e da natação quer para as crianças com diagnóstico com PEA como para as suas famílias, nomeadamente ao nível da destreza e resistência física (Birkan, 2004), controlo comportamental, bem-estar, conforto e, inclusivamente, a autoconfiança e segurança dos pais (Ylmaz et al., 2004; Lawson et al., 2019). É de referir que as crianças com diagnóstico com PEA, pelas suas características, têm maior risco de sofrer acidentes relacionados com água (e.g., afogamento), pelo que as atividades aquáticas adaptadas bem como a natação diminuem esse risco (Lawson et al., 2019).

Assim, dada a evidência dos benefícios das atividades aquáticas nas crianças com diagnóstico de PEA, os produtos turísticos que possam oferecer estas atividades serão mais atrativos para este público-alvo: as famílias com crianças com este diagnóstico. Neste âmbito, o turismo náutico inclusivo pode destacar-se, delineando produtos e atividades náuticas que vão ao encontro das necessidades e características das crianças mas também das famílias. É de referir que os estudos com as famílias destas crianças sobre as suas experiências e preferências turísticas, indicam que a maioria escolhe produtos turísticos em função das necessidades das crianças (e.g., Freund et al., 2019; Sedgley et al., 2017), pelo que a oferta de experiências náuticas que considerem a família como um todo, projetando atividades conjuntas, poderá ser ainda mais atrativa.

Por seu turno, dada a prevalência de crianças com diagnóstico com PEA ao nível mundial, prevalência esta que tem vindo a aumentar (Chiarotti & Verenosi, 2021; WHO, 2021) não incluir esta população como *target* no turismo, significa excluir um levado número de potenciais clientes (Darcy et al., 2020; Gillovic & McIntosh 2020). É de notar que as crianças viajam sempre com os seus cuidadores e/ou famílias, o que aumenta exponencialmente o número de consumidores de turismo. Além disto, apesar do número reduzido de estudos, há evidência empírica de que o turismo inclusivo dirigido a pessoas com deficiência acarreta ganhos económicos para a indústria turística (Darcy et al., 2010; Gillovic & McIntosh 2020; Huh & Singh, 2007), aumentando a base de clientes, reduzindo os efeitos da sazonalidade e aumentando as vantagens competitivas (Dwyer & Darcy, 2011; Gillovic & McIntosh 2020).

O Caso do Açores: Turismo & Autismo - Azores All In Blue

O projeto Turismo & Autismo - *Azores all in blue* foca o turismo inclusivo. Trata-se de um projeto I&D (Inovação e Desenvolvimento) que assume a perspectiva de investigar e valorizar economicamente a experiência turística de crianças com diagnóstico de PEA e dos seus cuidadores. O projeto visa avaliar as necessidades turísticas e as respostas valorizadas por estas famílias, mas também avaliar a capacidade de resposta dos operadores turísticos. Tem por objetivo intervir no estado atual, capacitando os agentes e promovendo uma mudança de mentalidade e atuação que trará um enorme crescimento na acessibilidade e sustentabilidade do arquipélago dos Açores.

Especificamente, o projeto integra quatro objetivos principais: (i) avaliar as necessidades das crianças com diagnóstico de PEA e das suas famílias; (ii) avaliar a receptividade dos produtores turísticos e promover a sua sensibilização e recursos para apostar neste tipo de turismo; (iii) conceber e desenvolver produtos turísticos com a participação ativa das famílias e dos operadores, tendo em conta os resultados da avaliação anterior, mas também integrando-os nesta fase; e (iv) avaliar a eficácia da implementação de produtos turísticos, quer para famílias, quer para operadores turísticos. Isso permitirá estabelecer diretrizes objetivas sobre as mudanças ou melhorias a serem implementadas pelas empresas turísticas que têm ou buscam atingir essa população - que constituiu um importante nicho de mercado.

Destaca-se neste projeto a sua metodologia de investigação-ação, que busca articular a aquisição de conhecimentos com a prática, num processo de participação ativa das pessoas envolvidas - famílias com crianças com PEA e turismo.

No estudo realizado com 116 famílias com crianças com PEA entre os 3 e os 17 anos, a análise preliminar dos dados relativos às necessidades e interesses da criança e das famílias aponta para o seu interesse por atividades náuticas:

- 67% indica que a criança gosta muito de contextos aquáticos (praias e recintos de banhos)
- 61% indica que a criança gosta muito de nadar e fazer atividades dentro de água
- 57% indica que a criança gostaria de observar cetáceos (baleias e golfinhos)
- 21% indica que a criança gostaria de fazer canoagem.

Também o estudo realizado com 170 fornecedores/operadores turísticos dos Açores (50 com funções diretivas, 50 com funções não diretivas e 70 que acumulam ambas as funções) indica que a maioria (70% a 80%) considera benéfica a possibilidade de prestar serviços de lazer e turismo específicos dirigidos a famílias com crianças com diagnóstico com PEA, mostrando-se recetivos para tal.

Assim, a próxima etapa do projeto é, efetivamente, desenvolver, implementar e validar produtos turísticos que vão ao encontro das necessidades e preferências destas crianças e das famílias, onde o turismo náutico assume um papel de destaque.

Os Açores dispõem de muitos recursos naturais e logísticos, nomeadamente ao nível do turismo náutico. Trata-se de um arquipélago localizado no Oceano Atlântico Norte, que possui 984 300 km² de extensão marítima. É constituído por nove ilhas, distribuídas por três grupos (Oriental, Central e Ocidental) que representam 2,5% da superfície territorial de Portugal. O Arquipélago destaca-se pelo seu turismo náutico, com vários recursos e serviços que permitem a oferta de atividades associadas ao mar e à água - mergulho, iatismo, pesca desportiva, vela, *whale watching*, *surf* e *bodyboard*, passeios de barco, cruzeiros, etc. (Direção Regional de Turismo dos Açores, 2021)

Além da costa marítima, o Arquipélago possui inúmeras lagoas. Só a ilha de São Miguel tem cerca de 23 lagoas (e.g., Lagoa da Caldeira das Sete Cidades, Lagoa do Fogo, Lagoa das Furnas, etc.), entre as quais é de realçar a lagoa vulcânica das sete cidades. Esta constitui o maior reservatório natural de água doce superficial do arquipélago e ocupa uma área que pode chegar aos 4,35 quilómetros quadrados (Direção Regional de Turismo dos Açores, 2021).

A fauna marinha é outro recurso fundamental que possibilita a atividade da pesca, a prática do mergulho e a observação de cetáceos (Ávila, 2019). Além disto, caracteriza-se pela riqueza dos seus ecossistemas, terrestres e marinhos, destacando-se as zonas húmidas, onde a água é o elemento central que permite a enorme diversidade biológica - aves aquáticas, mamíferos, répteis, anfíbios, peixes e invertebrados (Ávila, 2019).

Especificamente, a região dos Açores caracteriza-se pela sua riqueza de recursos e atividades náuticas, sendo de salientar: (i) os desportos aquáticos no mar e várias outras atividades de lazer ligadas ao mar; (ii) os desportos aquáticos nas lagoas e ribeiras, e (iii) o termalismo.

Relacionado com o mar, há um conjunto bastante alargado de atividades que decorrem na vertente de aprendizagem e de prática desportiva e de lazer que impulsionam

e sustentam atividades económicas através de 169 empresas localizadas nas nove ilhas dos Açores. De facto, verifica-se uma aposta forte por parte das empresas na disponibilização de equipamentos e formação para a realização de diversos desportos aquáticos, nomeadamente clubes navais, centros de mergulho, escolas de *surf*, entre outros. Relativamente à prática do *surf*, a Ribeira Grande é palco de campeonatos de referência mundial, tais como o evento “*SATA Azores Pro-World Surf League*” (Sousa *et al.*, 2017). A Fajã da Caldeira de Santo Cristo, na ilha de São Jorge, destaca-se igualmente no que se refere a esta modalidade desportiva.

Outros desportos náuticos passíveis de realização no Arquipélago incluem os desportos de vela e ondas (vela ligeira, *windsurf*, *bodyboard*), remo, canoagem, *kayak*, esqui aquático, *paddle*, pesca desportiva, caça submarina e mergulho. No que à competição diz respeito, as ilhas do Faial, Pico, São Jorge e Graciosa são palco de uma série de regatas de botes baleeiros, eventos nacionais e internacionais que contam com dezenas de embarcações de remo e vela, construídas originalmente para caçar baleias e reutilizadas, atualmente, como instrumento de competição (Dentinho & Machado, 2007). Na modalidade do mergulho, é de realçar a realização do Red Bull Cliff Diving World Series na ilha de São Miguel cuja estreia nos Açores ocorreu em 2011 (Avelar *et al.*, 2021).

Outras atividades ligadas ao mar enquadram-se nas atividades marítimo-turísticas e correspondem à navegação de recreio, praticadas em embarcações de diversas dimensões, que vão desde os navios, utilizados para os cruzeiros náuticos até às pequenas embarcações de passeio local (Gamito, 2009). Uma das atividades de lazer neste âmbito corresponde à pesca lúdica, a qual abrange as modalidades de lazer, turística, desportiva e submarina (caça submarina), dirigida a espécies marinhas, animais ou vegetais (Decreto Legislativo Regional n.º 9/2007/A). As atividades de mergulho têm igualmente lugar no panorama recreativo e turístico, havendo diversas empresas dedicadas a esta modalidade. Independentemente da atividade empresarial, dada a sua geomorfologia e localização, todas as ilhas do Arquipélago possuem locais de mergulho turístico de qualidade, havendo ainda a possibilidade de mergulhar em áreas marinhas protegidas. Dada a variedade de cenários subaquáticos, torna-se possível a realização de experiências tão diversificadas como o mergulho costeiro, oceânico com tubarões e jamantas, com golfinhos, arqueológico, científico, entre outros (Porteiro, 2017) podendo ser realizado com ou sem escafandro, conforme a modalidade.

Pela biodiversidade da vida marinha, o mar dos Açores oferece ainda a oportunidade para a observação de cetáceos e outros animais, através excursões de pequena ou

média dimensão, por norma acompanhadas por um guia. Baleias, cachalotes, golfinhos e tartarugas-marinhas são algumas das espécies frequentemente avistadas. As excursões de *ski* aquático e *windsurf* constituem outra aposta de exploração das águas açorianas no âmbito recreacional.

Em adição aos recursos marinhos, o Arquipélago destaca-se igualmente pelas potencialidades turísticas das suas massas de água interiores. Afastadas da costa marítima, fruto da atividade vulcânica que deu origem aos Açores, encontram-se dezenas de lagoas (Pacheco *et al.*, 2013). Salientam-se a Lagoa das Sete Cidades, considerada uma das sete maravilhas de Portugal, bem como a Lagoa das Furnas, onde a atividade vulcânica ainda se encontra presente, sendo alvo de mediatismo pela facilidade com que é possível testemunhar tal acontecimento geológico. As lagoas da Região podem ser exploradas de forma recreativa, através de excursões ou embarcações pequenas como canoagem, *kayaks* e *stand up paddle*. Das massas de água doce interiores fazem parte ainda as cascatas açorianas, que conferem o cenário perfeito para o turismo de natureza. Embora a ilha de São Miguel disponha do maior número de cascatas, ganha também destaque a ilha das Flores, pelas cascatas que dão origem ao Poço do Bacalhau. Esta manifestação da natureza pode ser explorada, em todas as ilhas, não só pela observação, mas igualmente através da prática de canionismo, uma atividade de baixo impacto para a natureza, que consiste no uso de diversos equipamentos e técnicas para exploração progressiva do local.

As origens vulcânicas dos Açores fazem também das ilhas um destino de eleição para o termalismo, que constitui uma atração de destaque no Arquipélago, pelo número considerável de piscinas termais acessíveis ao público, sobretudo nas ilhas de São Miguel e Graciosa. A ilha de São Miguel é também uma das maiores hidrópoles europeias, por possuir uma grande variedade de nascentes termais (Miguel *et al.*, 2012). As piscinas termais do Arquipélago, de origem férrea ou sulfúrea, atingem temperaturas que podem chegar aos 40°C, sendo procuradas não só como atividade de relaxamento, mas também pelo seu potencial terapêutico, no tratamento e alívio de diversas condições médicas (Graff, 2017).

Sejam as reservas de água doce ou salgada, torna-se inquestionável a riqueza náutica da Região Autónoma dos Açores, sendo um local privilegiado para o turismo náutico. Assim, dada a evidência que as atividades aquáticas acarretam benéficos para as crianças com PEA, o interesse das crianças e das famílias por atividades e contextos que envolvem água, o interesse dos fornecedores turísticos pelo turismo inclusivo dirigido a esta população e considerando os ganhos potenciais para o sector turístico, o turismo náutico dos Açores não pode perder esta oportunidade. A aposta do

turismo açoriano no turismo náutico inclusivo dirigido a esta população pode levar ao crescimento da economia local e tornar-se uma referência internacional como local turístico de eleição para as crianças e suas famílias.

Por outro lado ainda, não podemos esquecer que os Açores também têm famílias com crianças com PEA. Por exemplo, um estudo exploratório realizado no arquipélago dos Açores com crianças entre os 3 e os 11 anos, a frequentar o infantário e ensino básico, identificou cerca de 172 crianças com PEA (Botelho et al., 2020). Assim, é também importante que as crianças e as próprias famílias açorianas possam usufruir de atividades náuticas na região que, como a investigação indica, possibilitam ganhos significativos na criança em várias dimensões – saúde física, desenvolvimento socio-emocional, capacidades cognitivas, qualidade de vida e bem-estar psicológico.

Por fim, há que referir que todo o trabalho de criação, implementação e validação dos produtos turísticos, incluindo as atividades náuticas, tem como suporte uma equipa multidisciplinar de profissionais especializados na área da PEA e do desenvolvimento infantil (e.g., psicólogos, terapeutas ocupacionais, etc.) que garante a sua adaptação e adequação às necessidades das crianças. Neste âmbito, a investigação também indica que a existência de uma equipa de profissionais especializados que promova a continuação do processo de desenvolvimento e aprendizagem das crianças é uma dimensão que os pais valorizam e que procuram nas ofertas turísticas (Freund et al., 2019; Sak et al., 2020).

Referências Bibliográficas

Aleksandrovic, M., Jorgic, B., Block, M., & Jovanovic, L. (2015). the Effects of Aquatic Activities on Physical Fitness and Aquatic Skills in Children with Autism Spectrum Disorders: A Systematic Review. *Life Skills Journal of Psychology*, 13(3), 351–362.

Avelar M., Sousa Á., & Menezes A. (2021). The Impacts of Sport Tourism Events: The Red Bull Cliff Diving World Series Case in the Azores Islands. In: de Carvalho J.V., Rocha Á., Liberato P., Peña A. (eds) *Advances in Tourism, Technology and Systems*. ICOTTS 2020. Smart Innovation, Systems and Technologies, vol. 208 (pp. 64-80). Springer, Singapore. https://doi.org/10.1007/978-981-33-4256-9_6. Print ISBN 978-981-33-4255-2

Ávila, C.F.B. (2019). *Turismo e recursos naturais nos Açores: Caso de estudo – ilha de São Jorge*. Dissertação de Mestrado em Gestão do Território Ambiente e Recursos Naturais. Universidade Nova de Lisboa.

Biddulph, R., & Scheyvens, R. (2018). Introducing inclusive tourism. *Tourism Geographies*, 20 (4), 583-588. DOI: 10.1080/14616688.2018.1486880

- Blichfeldt, B. S., & Nicolaisen, J. (2011). Disabled travel: Not easy, but doable. *Current Issues in Tourism*, 14(1), 79-102. <https://doi.org/10.1080/13683500903370159>
- Botelho, T., Matos, A., Mota, P., Romão, B., Caldeira, S., Rego, I., Silva, O., & Sousa, A. (2020). The Functionality Profile of Children with Autistic Spectrum Disorders (ASD) in the Azores – Communication, Learning and Autonomy. *Psychology Applications & Developments VI*. Retirado de <http://press.insciencepress.org/index.php/press/catalog/view/12/24/326-1> (acedido a 12 Dezembro de 2021)
- Caputo, G., Ippolito, G., Mazzotta, M., Sentenza, L., Muzio, M. R., Salzano, S., & Conson, M. (2018). Effectiveness of a Multisystem Aquatic Therapy for Children with Autism Spectrum Disorders. *Journal of Autism and Developmental Disorders*, 48(6), 1945–1956. <https://doi.org/10.1007/s10803-017-3456-y>
- Casasnovas, A. A. (2016) Yachting tourism. In Jafari, J & H. Xiao (Eds) *Encyclopedia of Tourism*. Springer, Cham. https://doi.org/10.1007/978-3-319-01384-8_593
- Chiarotti, F., & Venerosi, A. (2021). Epidemiology of autismo spectrum disorders: A review of worldwide prevalence estimates since 2014. *Brain Sciences*, 10, 274. doi:10.3390/brainsci10050274
- Darcy, S., McKercher, B., & Schweinsberg, S. (2020). From tourism and disability to accessible tourism: A perspective article. *Tourism Review*, 75, 140–144. DOI:10.1108/tr-07-2019-0323
- Dentinho, T., & Machado, L. (2007). Sustentabilidade rural e desportos tradicionais. O caso das regatas de botes baleiros dos Açores. In: *Actas do III Congresso de Estudos Rurais*. Faro: Universidade do Algarve.
- Direção Regional de Turismo dos Açores (2021). <https://www.visitazores.com/pt>
- Elflein, J. (2021). Countries with the highest rates of autism among children worldwide as of 2020. Statista. Health, Pharma & Medtech: State of Health. Retirado de <https://www.statista.com/statistics/676354/autism-rate-among-children-select-countries-worldwide/> (acedido em 03.11.2021).
- Ferrari P. (2020) A New Approach for an Inclusive Yacht Design. In G. Di Bucchianico (Ed.) *Advances in Design for Inclusion. AHFE 2019. Advances in Intelligent Systems and Computing*, vol 954. Springer, Cham. https://doi.org/10.1007/978-3-030-20444-0_7
- Fombonne, E. (2020). Epidemiological controversies in autism. *Swiss archives of neurology, psychiatry and psychotherapy*, 171, w03084. Doi: 10.4414/sanp.2020.03084.
- Freund, D., Chiscano, M.C., Hernandez-Maskivker, G., Guix, M., Iñesta, A., & Castelló, M. (2019). Enhancing the hospitality customer experience of families with children on the autism spectrum disorder. *International Journal of Tourism Research*, 21, 606-614. DOI: 10.1002/jtr.2284
- Gamito, T. M. (2009). Desenvolvimento da Economia do Mar: Turismo Marítimo. In: *Nação e Defesa: O Mar no Pensamento Estratégico Nacional*, Nº 122, 4ª Série (pp. 43-60). Lisboa: Instituto de Defesa Nacional.

Gillovic, B., & McIntosh, A. (2020). Accessibility and Inclusive Tourism Development: Current State and Future Agenda. *Sustainability*, 12 (22), 9722. doi:10.3390/su12229722

Graff, A. J. L. (2017). *Águas termais e termalismo em São Miguel, Açores* [Doctoral dissertation, Universidade dos Açores]. Repositório da Universidade dos Açores. <http://hdl.handle.net/10400.3/4639>

Hamed, H.M. (2013). Tourism and Autism: An Initiative Study for how Travel Companies can Plan Tourism Trips for Autistic People. *American Journal of Tourism Management*, 2 (1), 1-14. doi:10.5923/j.tourism.20130201.01

Hall, M., 2001. Trends in ocean and coastal tourism: the end of the last frontier? *Journal Ocean & Coastal Management*, 44 (9e10), 601-618. [http://dx.doi.org/10.1016/S0964-5691\(01\)00071-0](http://dx.doi.org/10.1016/S0964-5691(01)00071-0)

Huh, C., & Singh, A. (2007) Families travelling with a disabled member: Analysing the potential of an emerging niche market segment. *Tourism and Hospitality Research*, 7 (3/4), 212-229. Doi: 10.1057/palgrave.thr.6050044

Hulls, D.S.V., Walker, L.K., & Powell, J.M. (2006). Clinicians' perceptions of the benefits of aquatic therapy for young children with autism: a preliminary study. *Physical & Occupational Therapy in Pediatrics*, 26 (1/2), 13-22. doi:10.1300/J006v26n01_03

Ioannidis, S. A. K. (2019), An overview of Yachting Tourism and its role in the development of coastal areas of Croatia. *Journal of Hospitality and Tourism Issues*, 1 (1), 30-43.

Lapko, A. (2018). Problems of disabled tourists in nautical tourism. Challenges of tourism development in Asia & Europe. Proceedings 4th EATSA, France. Retirado de https://www.researchgate.net/publication/330170750_Problems_of_disabled_tourists_in_nautical_tourism (acedido em 12 Dezembro, 2021)

Lawson, V. (2010). Reshaping economic geography? producing spaces of inclusive development. *Economic Geography*, 86 (4), 351-360. <https://doi.org/10.1111/j.1944-8287.2010.001092.x>

Lawson, M. L., D'Adamo, J., Campbell, K., Hermreck, B., Holz, S., Moxley, J., Nance, K., Nolla, M., & Travis, A. (2019). A Qualitative Investigation of Swimming Experiences of Children with Autism Spectrum Disorders and Their Families. *Clinical Medicine Insights: Pediatrics*, 13, 1-9. <https://doi.org/10.1177/1179556519872214>

Lukovik, T. (2012). Nautical tourism and its function in the economic development of Europe. In M. Kasimoglu (Ed.). *Visions for Global Tourism Industry - Creating and Sustaining Competitive Strategies*, IntechOpen, 309-430

Wendell, S. (2006). The social construction of disability. In Hackett, E. & S. Haslanger (Eds). *Theorizing feminisms: A reader*. New York: Oxford University Press, 23-29.

Lukovik, T. (2013). *Nautical Tourism*. Oxfordshire: CAB International.

Miguel, G. C., Ferreira, M., & Petrzak, F. T. (2012) *Furnas Laboratório de Paisagem*. Dossier de candidatura ao Prémio Nacional da Paisagem. Centro de Monitorização e Investigação das Furnas. Furnas, São Miguel.

Mortimer, R., Privopoulos, M., & Kumar, S. (2014). The effectiveness of hydrotherapy in the treatment of social and behavioral aspects of children with autism spectrum disorders: A systematic review. *Journal of Multidisciplinary Healthcare*, 7 (September), 93–103. <https://doi.org/10.2147/JMDH.S55345>

Orams, M. (1999). *Marine Tourism: Development, Impacts and Management*. London. Routledge.

Oriel, K. N., Kanupka, J. W., DeLong, K. S., & Noel, K. (2016). The Impact of Aquatic Exercise on Sleep Behaviors in Children with Autism Spectrum Disorder: A Pilot Study. *Focus on Autism and Other Developmental Disabilities*, 31(4), 254–261. <https://doi.org/10.1177/1088357614559212>

Pacheco, J., Ferreira, T., Queiroz, G., Wallenstein, N., Coutinho, R., Cruz, J., Pimentel, A., Silva, R., Gaspar, J., & Goulart, C. (2013). Notas sobre a geologia do arquipélago dos Açores. In R. Dias, A. Araújo, P. Terrinha, J.C. Kullberg (Eds.), *Geologia de Portugal* (595-690). Escolar Editora.

Papageorgiou, M. (2016). Coastal and marine tourism: A challenging factor in Marine Spatial Planning. *Ocean & Coastal Management*, 129, 44-48. <https://doi.org/10.1016/j.ocecoaman.2016.05.006>

Phytanza, D.T.P., & Burhaein, E. (2019). Aquatic activities as play therapy children autism spectrum disorder. *International Journal of Disabilities Sports & Health Science*, 2 (2), 64-71. DOI:10.33438/ijdshts.652086

Porteiro, F. M. (2017). Áreas Marinhas Protegidas nos Açores [Comunicação]. Conferências Competitividade e Cooperação, Angra do Heroísmo, 2017.

Saarinen, J. (2017). Enclavic tourism spaces: Territorialization and bordering in tourism destination development and planning. *Tourism Geographies*, 19 (3): 425–437. doi:10.1080/14616688.2016.1258433

Saldana, D., Alvarez, R. M., Lobaton, S., Lopez, A. M., Moreno, M., & Rojano, M. (2009). Objective and subjective quality of life in adults with autism spectrum disorders in Spain. *Autism*, 13 (3), 303-316. Doi: 10.1177/1362361309103792

Sak, M., Eren, A.S., & Bayram, G. E. (2020). The Intention of Participating Families with Autism and Security Perception on Tourism Destination Choices. *International travel and tourism dynamics: Overtourism*. Retrieved from https://www.researchgate.net/profile/Asli-Eren-3/publication/350121064_International_Travel_and_Tourism_Dynamics_Overtourism_The_Intention_of_Participating_Families_with_Autism_and_Security_Perception_on_Tourism_Destination_Choices/links/60520d71299bf173674ddcdd/International-Travel-and-Tourism-Dynamics-Overtourism-The-Intention-of-Participating-Families-with-Autism-and-Security-Perception-on-Tourism-Destination-Choices.pdf (accessed on 15.07.2021)

Schalock, R. L. (2000). Three decades of quality of life. *Focus on Autism and Other Developmental Disabilities*, 15 (1), 116-127.

Scheyvens, R. (2011). *Tourism and poverty*. New York: Routledge.

Scheyvens, R., & Biddulph, R. (2018). Inclusive tourism development. *Tourism Geographies*, 20 (4), 589-609. DOI: 10.1080/14616688.2017.1381985

Sedgley, D., Pritchard, A., Morgan, N., Hanna, P. (2017). Tourism and Autism: Journeys of Mixed Emotions. *Annals of Tourism Research*, 66 (C), 14-25. <https://doi.org/10.1016/j.annals.2017.05.009>

Sousa, Á., Batista, M. G., Pinheiro, S., & Silva, O. (2017). Perceções acerca de evento desportivo (2009 versus 2015): Duas tipologias de variáveis. In *Proceedings 24th APDR Congress "Intellectual Capital and Regional Development: New landscapes and challenges for space planning"*. July 6-7, 2017, Covilhã, Portugal (pp. 761-768). ISBN: 978-989-8780-05-08. <http://hdl.handle.net/10400.3/4468>

Tegar, D.R., & Gurning, R.O.S. (2018). Development of marine and coastal tourism based on blue economy. *International Journal of Marine Engineering Innovation and Research*, 2 (2), 128-132.

Turismo de Portugal (2017). *Estratégia Turismo 2027*. República Portuguesa. Retirado de <https://www.turismodeportugal.pt/SiteCollectionDocuments/estrategia/estrategia-turismo-2027.pdf> (acedido em 04 de Dezembro de 2021).

United Nations Development Programme UNDP (2009). *United nations development programme – Annual Report 2009*. UNDP. Retirado de https://www.undp.org/sites/g/files/zskgke326/files/publications/EN_FINAL.pdf (acedido em 30.06.2021).

Vázquez, M. R., García, M. J., & De Pablo Valenciano, J. (2021). Analysis and Trends of Global Research on Nautical, Maritime and Marine Tourism. *Journal of Marine Science and Engineering*, 9(1), 93. MDPI AG. Retirado de <http://dx.doi.org/10.3390/jmse9010093>

Wendell, S. (2006). The social construction of disability. In Hackett, E. & S. Haslanger, (Eds.). *Theorizing feminisms: A reader*. New York: Oxford University Press, 23-29.

World Health Organization WHO (2021). *Autism spectrum disorders*. World Health organization. Retirado de <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/autism-spectrum-disorders> (acedido em 28.06.2021).

Ylmaz, I., Yanardag, M., Birkan, B., & Bumin, G. (2004). Effects of swimming training on physical fitness and water orientation in autism. *Pediatrics International*, 46, 624-626.

O Papel das Redes Turísticas na Afirmação de Destinos Turísticos: O Caso da Estação Náutica de Avis (Portugal)

José Rodrigues

Instituto Politécnico de Tomar (IPT)

jose_rodrigues@ipt.pt

Paula Reis

Instituto Politécnico de Castelo Branco

CICS.NOVA.UÉvora

paula.reis@ipcb.pt

Ana Balão

Instituto Politécnico de Portalegre

CICS.NOVA.UÉvora

ana.balao@ipportalegre.pt

RESUMO

O trabalho apresentado tem como objeto de estudo a rede Estação Náutica de Avis, o seu enquadramento foi realizado na trajetória das teorias do desenvolvimento e nas políticas públicas territorializadas.

Esta rede foi constituída recentemente e está inserida na política de desenvolvimento do turismo náutico em Portugal, concretamente no processo de certificação de Estações Náuticas em Portugal, as Estações Náuticas constituem-se como redes de atores territoriais.

Pelos processos que envolvem a criação e dinamização das redes, pela heterogeneidade que, muitas vezes, está patente na sua composição, as redes são, atualmente, encaradas como uma ferramenta para fazer face a necessidades de adaptação, criação de novas capacidades e competências, resposta a problemas complexos que carecem de soluções dos e nos territórios. A nossa atenção, neste caso, foi direcionada para uma rede de atores que consubstancia a oferta turística integrada, num território do interior de Portugal – Avis (Alto Alentejo) - numa das sub-regiões com mais baixos índices de competitividade, mas com ativos territoriais com potencial turístico.

A Estação Náutica de Avis constitui-se como uma rede de atores de natureza, objetivos e meios diversos, num modelo de quadrupla hélice. Os atores que integram a rede turística juntam as suas forças, num processo de cooperação, em torno de objetivos comuns, nomeadamente a construção e desenvolvimento de um produto turístico integrado ancorado no turismo náutico, complementado por recursos e produtos endógenos, de segmentos turísticos diversos.

O estudo de caso revela a inovação do modelo de governança empreendido, explicando o caminho para a construção da ação coletiva e os benefícios decorrentes da integração na rede Estação Náutica de Avis.

Em termos metodológicos, este trabalho, de cariz qualitativo, teve como base o método da investigação-ação e mobilizou três técnicas de investigação: a pesquisa e análise documental, a participação e a observação participante.

PALAVRAS-CHAVE

Redes, turismo náutico, desenvolvimento local, políticas públicas, estação náutica

The Role of Tourist Networks in the Affirmation of Tourist Destinations: The Case of the Avis Nautical Station (Portugal)

ABSTRACT

The work presented has as its object of study the Nautical Station de Avis network, its framing was carried out in the trajectory of development theories and in territorialized public policies.

This network was recently created and is part of the nautical tourism development policy in Portugal, specifically in the process of certification of Nautical Stations in Portugal, the Nautical Stations are constituted as networks of territorial actors.

Due to the processes that involve the creation and dynamization of networks, due to the heterogeneity that is often evident in their composition, networks are currently seen as a tool to face the needs of adaptation, creation of new capacities and competences, answer to complex problems that lack solutions within and within territories. Our attention, in this case, was directed to a network of actors that substantiates the integrated tourist offer, in a territory in the interior of Portugal - Avis (Alto Alentejo) - in one of the sub-regions with the lowest levels of competitiveness, but with territorial assets with tourist potential.

The Avis Nautical Station is constituted as a network of actors of different nature, objectives and means, in a quadruple helix model. The actors that make up the tourist network join forces, in a process of cooperation, around common objectives, namely the construction and development of an integrated tourist product anchored in nautical tourism, complemented by endogenous resources and products, from different tourist segments.

The case study reveals the innovation of the governance model undertaken, explaining the path for the construction of collective action and the benefits resulting from the integration in the Nautical Station de Avis network.

In methodological terms, this qualitative work was based on the action-research method and mobilized three investigation techniques: research and document analysis, participation, and participant observation.

KEYWORDS

Networks, nautical tourism, local development, public policies, nautical station

Introdução

Os pressupostos associados às políticas públicas, de territorialização das ações, de envolvimento de novos parceiros que, habitualmente, estavam fora da esfera de decisão em matérias de desenvolvimento territorial e de existir uma nova visão sobre o que significa e comporta a dimensão local, leva-nos a abordar as novas formas de organização coletiva consubstanciadas em redes colaborativas, promovidas por instâncias governativas diversas.

O objetivo deste trabalho é demonstrar a importância das redes turísticas na dinamização dos territórios, evidenciando a realidade da rede Estação Náutica de Avis (Alentejo, Portugal). Para a sua concretização, tivemos como pressuposto que a sociedade encontra uma lógica nas redes de relações que se operam nos sistemas de ação e entre atores (Guerra, 2005).

O trabalho estrutura-se em quatro partes. Primeiro são sistematizadas as alterações produzidas ao nível das teorias de desenvolvimento e das políticas públicas, a influência destas transformações na assunção de novas formas de relacionamento para fazer face a constrangimentos diversos, através da criação de redes turísticas. Tendo presente as características dos territórios de baixa densidade, é aqui evidenciada a importância das redes, especialmente as redes turísticas, como fator estratégico para encontrar soluções para minimizar problemas sociodemográficos e económicos, dando atenção aos seus recursos como caminhos possíveis de desenvolvimento dos territórios. O surgimento de inovações organizacionais e relacionais - redes - em que se privilegia a mobilização e participação de atores e recursos, atores conhecedores dos seus problemas, debilidades e também das suas potencialidades e capacidades, que, conjuntamente com outros níveis de poder e conhecimento, procuram soluções e a concretização de objetivos comuns (por trocas entre atores múltiplos e heterogéneos) para dar resposta a problemas complexos, numa criação coletiva baseada na partilha, aprendizagem e inovação.

Tendo presente a importância revelada pela teoria das redes num contexto de mudança e incerteza, interessou-nos abordar o caso de uma rede de oferta turística, desenvolvida num território do interior de Portugal, a Estação Náutica de Avis.

Esta rede constituiu-se a partir de um recurso territorial – a albufeira do Maranhão, com o turismo náutico como produto estratégico.

A segunda parte é dedicada ao percurso metodológico adotado para a concretização do objetivo estabelecido para o presente trabalho, espelhado no enquadramento teórico, na breve contextualização das Estações Náuticas e na apresentação do estudo de caso.

A terceira parte destina-se a evidenciar a importância das Estações Náuticas no desenvolvimento do turismo em Portugal, nomeadamente a associação a recursos presentes em territórios de interior.

Por último, apresenta-se o estudo de caso: a rede Estação Náutica de Avis, tendo sido efetuado um enquadramento sobre a sua criação, mas em que se evidenciam os benefícios desta rede em três tipologias:

- i) aprendizagem e troca de experiências;
- ii) atividade empresarial e;
- iii) comunidade.

A Influência da Territorialização das Políticas Públicas na Criação de Redes Turísticas

Nas últimas décadas, a incapacidade dos principais modelos de desenvolvimento em explicar a crescente complexidade na distribuição das atividades no território e a emergência de padrões autónomos de desenvolvimento em muitas regiões periféricas, a par de um conjunto de efeitos indesejados (deterioração ambiental, concentração urbana, desvitalização rural e fracasso na redução das desigualdades socioeconómicas), favoreceu o aparecimento de uma nova proposta de desenvolvimento alternativo (Sweeney, 1987; Reis, 2017).

Uma nova perspetiva baseada em pressupostos de integração territorial do desenvolvimento com base na componente cultural, social e ambiental e na descentralização e participação dos diferentes atores no processo de desenvolvimento – o paradigma de desenvolvimento endógeno e participativo – associado ao surgimento das teorias de crescimento endógeno (Vázquez Barquero, 2005; Santos, 2013; Reis, 2017; Reis e Baltazar, 2018).

Os primeiros contributos desta nova abordagem rompem com os referenciais teóricos da corrente funcionalista de desenvolvimento – “de cima para baixo” –, adotando

a designação de “territorialista” (Friedmann e Weaver, 1979), “*from below*” (Stöhr e Taylor, 1981) e “endógeno” (Grefe, 1986). Neste novo paradigma sobressai que o desenvolvimento seja desencadeado ao nível das mais pequenas comunidades territoriais, “de baixo para cima” (*bottom-up*), do local para o global, num processo de valorização territorial por via da participação.

Nesta perspetiva, as trajetórias de desenvolvimento emanam basicamente de um processo endógeno de criação, valorização e qualificação de recursos regionais e locais, o que implica a mobilização integral dos recursos e potencialidades existentes nas comunidades territoriais (naturais, humanos e institucionais) para fins turísticos, para a satisfação das necessidades básicas, melhoria dos níveis de rendimento e de qualidade de vida das respetivas populações com base em critérios igualitários e, em particular, a mobilização daqueles que se encontram associados e envolvidos no processo de desenvolvimento de um determinado território (Henriques, 1990; Tödtling, 2011; Reis, 2017). Trata-se de um modelo de desenvolvimento alternativo aos modelos tradicionais, na medida em que, defende a criação de condições facilitadoras, a nível nacional, para a ação das comunidades locais de forma participada, em contextos como os territórios rurais de baixa densidade.

No novo paradigma territorialista, o território compagina, no essencial, o substrato e o sujeito de fertilização para a descentralização das políticas públicas e da participação dos diferentes atores locais no processo de desenvolvimento por oposição às lógicas funcionalistas (Tödtling, 2011).

A territorialização das políticas públicas preconiza uma aproximação ao território, na medida em que visa encontrar soluções para os problemas concretos das pessoas, dos agentes económicos, das instituições e organizações de um território, sendo que essas soluções incorporam o nível local e outros níveis de poder; são multidimensionais porque encaram os problemas tal como estes se apresentam, complexos, integrando múltiplas dimensões e múltiplos atores, permitindo a participação de atores públicos, privados, associativos, cooperativos, de diferentes naturezas e com objetivos individuais bastante díspares. De acordo com Duque e Calheiros (2012), o território é considerado nas decisões de investimento e localização das empresas, adotando uma postura de ator ou sujeito ativo e não de mero recetor na tomada de decisões dos agentes ou “*inputs*” externos, em virtude dos recursos, do conhecimento técnico acumulado e das formas de organização da produção.

Neste sentido, torna-se premente aumentar o poder, as competências e as capacidades das populações (*empowerment*), das associações locais e regionais e das empresas no

processo de tomada de decisões político-administrativas, no sentido de construção do seu próprio caminho “*bottom up*”, uma vez que conhecem os seus problemas, as necessidades não satisfeitas e as oportunidades (Stöhr e Taylor, 1981), utilizando como instrumento de resposta ou minimização dos problemas, os seus recursos endógenos em complementaridade com os recursos exógenos. Neste processo, os fatores externos e endógenos tornam-se cada vez mais interrelacionados e inseridos em teias complexas e multi-escalares de interdependências económicas e sociais (Tödtling, 2011), mas também deverá ser fomentado o envolvimento dos atores locais na captação de investimentos e criação de novas atividades produtivas de dimensão adequada como o turismo, que permitam a transformação progressiva do sistema económico regional e local (Henriques, 1990). Para isso acontecer, é necessário incorporar novos modelos de planeamento integrado e ação que integrem a participação de atores que, habitualmente, se encontravam afastados deste tipo de processos de ação e de decisão.

Para tal, é preciso que se proceda à adoção de metodologias participativas nos processos de desenvolvimento, desde a conceção e decisão até a avaliação, passando pela execução, direção e acompanhamento, mas também que exista uma descentralização a nível local e regional da política de desenvolvimento territorial, numa lógica multidimensional e integrada das forças sociais e económicas existentes na elaboração de estratégias de ação. A formação de redes pode desempenhar um papel fundamental na junção de forças para ultrapassar alguns dos constrangimentos, num processo de aprendizagem e criação conjunta, baseado na cooperação e na partilha. Como afirmam Crozier e Friedberg (1990), a mudança operacionaliza-se através da criação coletiva onde os vários intervenientes aprendem e inventam juntos, novas formas de “jogar”, através do desenvolvimento de ações que envolvem a partilha e a cooperação, centrando-se nos seus objetivos, mesmo quando nesse jogo surgem relações de conflito. A formação de redes pode levar a que os atores do território usem os recursos de uma forma mais eficiente – ações estratégicas integradas –, o que se pode vir a revelar a chave do sucesso para o desenvolvimento do turismo em territórios com particulares especificidades.

Note-se, aliás, que um dos fatores estratégicos do desenvolvimento económico em geral e do desenvolvimento turístico em particular é a existência de redes de cooperação, na medida em que, facilitam a partilha de recursos, de conhecimentos e formas de atuação, bem como a convergência de esforços, estimulando a dinâmica económica, o fortalecimento organizacional, a competitividade e o desenvolvimento de áreas rurais desfavorecidas e marginalizadas.

Ora, por se tratar de uma metodologia participativa, terá que se admitir a articulação entre mecanismos de desenvolvimento ascendentes e descendentes, entre atores locais e atores exteriores, entre o local e o nível nacional, incluindo o poder regional (Tödtling, 2011), o que pressupõe uma articulação com as políticas sectoriais e regionais.

É, portanto, neste contexto de crescente territorialização das políticas públicas e de incremento de relações de cooperação entre todos os atores do sistema a partir de uma visão territorial partilhada que se assistiu, nos últimos anos, à emergência de novas formas de governança que implicam a integração de atores tanto do setor público como privado, assim como das comunidades locais, em que o “setor público adota novas formas de participação, mudando o seu papel habitual de dominador para um de cooperação, apoio e estímulo ao setor privado” (Rodrigues, Rodrigues e Kastenholz, 2009, p.146).

Na perspetiva de Reis (2017), a qualidade da governança territorial torna-se muito dependente da capacidade territorial em construir consenso organizacional, capaz de fomentar e mobilizar formas de cooperação e de parceria público-público, público-privado e privado-privado, mas acima de tudo de rentabilizar os portefólios relacionais de cada um deles, a fim de definirem objetivos e tarefas comuns; reconhecerem o contributo de cada parceiro para a realização dos objetivos previamente definidos; e acordarem uma visão comum para o futuro do território entre todos os níveis e atores envolvidos (Davoundi, Evans, Governa e Santangelo, 2008) – estruturas multi-organizacionais heterogéneas.

O processo de formação de uma rede relaciona-se com articulação dos vários atores coletivos e/ou individuais que atuam no sistema e o seu construto de geometria variável é influenciado pelo contexto que envolvem a sua criação. Estes modelos de governança em rede podem despoletar diversas dificuldades desde a criação à implementação, nem sempre fáceis de resolver pela existência de objetivos, interesses, recursos, prioridades e expectativas divergentes de cada ator, agindo isoladamente, e revelando pouco interesse à cooperação e à coresponsabilização, apenas contrariado por estímulos concretos (natureza oportunista de constituição de parcerias, geralmente, para cumprir requisitos de candidaturas de projetos). Uma pobreza relacional que se acentua nas áreas rurais em virtude da falta de atores (Pereira, 2013; Reis, 2017).

Apesar destas dificuldades, esta forma de gestão através de governança territorial, na forma de rede ou parceria, apresenta inquestionavelmente relevância e vantagens competitivas para o turismo mais do que para outros setores económicos, devido a

este ser, por natureza, uma indústria em rede (Scott, Bagio e Cooper, 2008, citado em Breda e Pato, 2014).

As redes são relações sociais entre atores que permitem, de forma dinâmica, aberta e mediante diversas configurações, aumentar a flexibilidade, a eficiência e a capacidade de resposta, nomeadamente através da identificação de problemas e oportunidades - governança proactiva; partilha e agregação de informação, conhecimento e aprendizagens coletivas capazes de induzir a inovação entre os atores envolvidos, contribuindo para a valorização dos ativos turísticos e afirmação de valores culturais e implementação de ações de desenvolvimento; redução e/ou partilha de riscos dos intervenientes públicos, privados e associativos; obtenção de economias de escala com a mobilização de recursos e competências que complementam entre si; reforço da cultura de parceria e de cooperação institucional (alicerçada na confiança, no diálogo e na concertação de interesses ou para a minimização de conflitos entre atores); e maior possibilidade de disseminação de boas práticas e de ações de *benchmarking* (Morrison, Lynch e Johns, 2004; Rodrigues, Rodrigues e Kastenholtz, 2009; Breda e Pato, 2014; Reis, 2017).

Nesta linha de análise, a teoria das redes aplicadas ao setor do turismo tem assumido particular atenção na gestão e planeamento de destinos, onde as relações de cooperação são consideradas como instrumento para o desenvolvimento regional e/ou local (Breda e Pato, 2014). Em virtude da natureza sistémica e fragmentada do turismo, caracterizado como sistema aberto (influyente e dependente), faz com que a ligação entre os vários atores da componente da oferta turística de um destino turístico, particularmente nas áreas rurais, se torne num fator determinante da estratégia territorial.

As redes turísticas, enquanto espaço de inovação organizacional, que fomentam as relações e as trocas entre diferentes agentes económicos e institucionais, têm a capacidade de responder de forma mais rápida e eficiente às necessidades do mercado, às novas tendências, às questões da sustentabilidade, às expectativas (atuais) dos turistas e alargar o público potencial dos destinos. Ao longo das últimas décadas, de Norte a Sul do país, surgiram e afirmaram-se no âmbito de programas de desenvolvimento territorial redes turísticas que agregam diversos atores na estruturação de produto, diversificação de experiências e promoção de novos destinos, nomeadamente nas áreas de baixa densidade, Aldeias Históricas de Portugal, Aldeias de Xisto, Aldeias de Montanha, Montanhas Mágicas, Rota do Românico, entre outras.

A teoria das redes, no contexto do turismo, tem recebido grande atenção na literatura e assumido extrema importância na estrutura global dos destinos turísticos,

especialmente em áreas rurais, contribuindo assim para a estruturação, implementação e gestão de um produto turístico integrado como a Estação Náutica de Avis com base em princípios de gestão específica, o que permite superar problemas ou constrangimentos através de um sistema em rede.

Percurso Metodológico

Tendo em consideração o objetivo deste trabalho que é demonstrar a importância das redes turísticas na dinamização do desenvolvimento dos territórios através da afirmação de destinos turísticos, e no caso concreto, focamos a realidade da Rede da ENA, o tipo de estudo empreendido enquadra-se naquilo que Fortin (1999) designa de exploratório-descritivo, atendendo a que este visa descrever e conceptualizar sobre a realidade em análise.

O trabalho aqui apresentado enquadra-se na denominada investigação-ação, no quadro epistemológico da “teoria da ação” (Guerra, 2002), no sentido em que existe um contexto concreto entre o(s) ator(es) [investigador(es)] e o sistema. A investigação-ação é aqui assumida como uma modalidade de investigação e não tanto como técnica de recolha de informação, num processo de novas relações entre ação e investigação, no qual o investigador assume o papel de ator e os atores assumem também o papel de investigador (Reis, 2017). Deste modo, a interação é condição *sine qua non* entre investigador e os atores do território/destino turístico, na perspetiva de investigação sistemática de um dado e colocam questões de modo a dar resposta a um problema, enriquecendo o saber cognitivo, o saber-fazer e o saber-ser (Monteiro, 1988, citado em Guerra, 2002), contribuindo assim para a produção de conhecimento sobre a realidade concreta da Rede da ENA, no âmbito do desenvolvimento de um processo participado (Esteves, 2014). Adotou-se, de forma racional, uma postura de envolvimento nas atividades desta rede. Ainda que esta opção envolva constrangimentos associados à participação dos próprios investigadores, por ser bastante difícil efetuar uma separação clara, objetiva e estanque entre quem investiga e o seu objeto de estudo; assumiram-se as limitações inerentes à utilização deste método científico, mas entendeu-se que, perante o objeto de estudo, este seria o mais adequado.

Deste modo, a análise empreendida recorreu ao método qualitativo e a três técnicas de investigação: a primeira, de carácter teórico, alicerçada em pesquisa e análise documental (leituras exploratórias), na qual foram enquadrados e analisados diferentes tipos de documentos sobre políticas públicas, em especial aqueles que

versam sobre a importância das relações sedimentadas na cooperação e redes de parceria associadas ao turismo, a nível europeu, nacional e regional. Na pesquisa foram também incorporados documentos produzidos pela entidade certificadora das Estações Náuticas de Portugal (sítios na internet), bem como documentos produzidos pela entidade coordenadora da ENA e pela própria rede. O recurso a livros, teses, dissertações e artigos científicos sobre territorialização de políticas públicas, modelos de governança, redes colaborativas e turismo permitiu-nos posicionar este estudo relativamente a outros que também abordam, diretamente ou de forma mais indireta, a temática geral em análise.

Como ficou evidente na exposição sobre a investigação-ação. A participação é uma componente relevante desta investigação. Deste modo, a equipa de investigação, assumindo o seu papel, promoveu a interação com a rede de atores, dinamizando e operacionalizando diferentes instrumentos de recolha de dados e de produção de conhecimento, partilhando-os com o grupo.

Outra das técnicas usadas para a concretização do objetivo foi o recurso à observação participante. Esta técnica de recolha de dados envolve a interação entre aqueles que têm a função de investigar e o grupo social (Iturra, 2014), havendo um acompanhamento sobre as atividades desenvolvidas no âmbito desta rede de atores. Tal como nos outros métodos de observação sobressai a possibilidade de se ganhar um conhecimento em profundidade da situação no seu real contexto social, natural ou usual, através dos significados atribuídos pelos próprios atores envolvidos (de quem está por dentro da situação ou contexto em observação) (Belsky, 2004; Marietto, 2018). A observação participante foi conduzida através de conversas e observação de comportamentos durante a realização de reuniões técnicas, visitas de campo e dinâmicas de grupo, realizadas entre 2019 e 2021, sendo de salientar que nunca foi ocultado do grupo a componente de investigação. A observação participante permitiu-nos reconhecer a participação de atores territoriais de naturezas diversas e com objetivos individuais múltiplos no debate e na construção de soluções para a resolução de problemas, na concretização de novos produtos e na edificação de decisões participadas, correspondendo às premissas protagonizadas pela territorialização de políticas públicas.

A Origem das Estações Náuticas em Portugal

As alterações ocorridas na sociedade e no setor do turismo têm vindo influenciar o desenho das políticas públicas europeias e nacionais e, conseqüentemente, a revelar o aparecimento e afirmação de novas atividades turísticas e espaços de lazer algumas

das quais se relacionam com a água e privilegiam este recurso turístico como foco de atratividade do destino (Jennings, 2007).

Nesta perspetiva a água destaca-se como um importante recurso que sustenta a criação de produtos e experiências náuticas que proporcionem maior atratividade nos destinos, aumentando os fluxos turísticos, desenvolvendo as economias locais vulneráveis. Atentas a esta nova realidade turística, as entidades públicas e privadas têm vindo a desenvolver estratégias baseadas no aproveitamento dos recursos hídricos e no desenvolvimento de atividades turísticas inovadoras e internacionalmente atrativas, que potenciem experiências diferenciadoras, bem como proporcionam a afirmação de novas formas de turismo como o turismo náutico.

O turismo aquático “refere-se a qualquer atividade turística realizada em relação a recursos hídricos, como lagos, represas, canais, riachos, rios, cursos de água, zonas costeiras marinhas, mares, oceanos e áreas associadas ao gelo” (Jennings, 2007: 10).

O surgimento das Estações Náuticas em territórios do interior são a confirmação da importância e da aposta que se tem feito nos últimos anos, no aproveitamento e valorização dos ativos territoriais. Mas, para entendermos melhor a dinâmica que está associada a esta nova tendência devemos recuar um pouco no tempo e perceber o que esteve na sua génese. Um dos marcos que alicerçaram este movimento foi a criação em 2009, da Federação Europeia de Destinos Náuticos (FEDETON), uma iniciativa das redes francesa e espanhola de destinos náuticos.

Esta entidade, gestora da rede internacional das Estações Náuticas Europeia, colabora na melhoria da qualidade dos destinos náuticos com o desenvolvimento de diversas ações como o estabelecimento de contactos com terceiros em prol da promoção e desenvolvimento da navegação de recreio no espaço europeu, promove ações de adesão ao projeto junto de associações dos países europeus, atua como interlocutor privilegiado das empresas do setor náutico junto da Comissão Europeia, apoia as Estações Náuticas Europeias na implementação do rótulo de qualidade para o desenvolvimento adequado dos seus serviços, coopera com a setor público no desenvolvimento da qualidade dos serviços náuticos e serviços complementares (recepção, alojamento, entre outros), realiza ações de promoção do turismo náutico em mercados europeus e internacionais; e apoia o desenvolvimento da investigação científica em torno do turismo náutico (FEDETON, 2021).

Em Portugal, a Fórum Oceano – Associação da Economia do Mar, criada em 2015 após a fusão da Associação FEEM na Oceano XXI - surge alinhada com a FEDETON, da

qual é membro desde 2016. Para além do objetivo de promover o desenvolvimento da economia do Mar, propõe-se dinamizar a fileira do Turismo Náutico nacional, para tal, desenvolveu e implementou o regulamento que permite a certificação das Estações Náuticas, em Portugal.

Segundo a FEDETON, uma Estação Náutica é um território definido, capaz de oferecer uma oferta turística náutica coordenada e que cumpra com critérios de qualidade. Esta associação refere ainda que uma Estação Náutica deve oferecer atividades específicas do setor náutico e deve permitir a possibilidade de hospedagem. No caso de Portugal, a certificação obedece a critérios específicos, enquadrados nas seguintes dimensões: cooperação, abertura e participação à comunidade, pertinência da estratégia, relevância da oferta náutica e da oferta complementar, coerência com outras estratégias e intervenções, informação, reservas e comunicação, segurança, qualidade, sustentabilidade ambiental, acessibilidade e monitorização.

A uma estação náutica, estão associadas algumas características relativamente à oferta de produtos náuticos complementares e periféricos, que possam satisfazer as necessidades deste segmento turístico, é oferecido um pacote integral com alojamento e restauração, atividades náuticas diversas, outras atividades desportivas e culturais, diurnas e noturnas, que estimulam a socialização e a prática de atividades motivadoras da viagem (THR 2006).

Para além do produto náutico em si, a criação das Estações Náuticas implica o cumprimento de um grande número de pressupostos que vão ao encontro das preocupações atuais relativamente ao desenvolvimento sustentável e às políticas de salvaguarda do meio ambiente, da biodiversidade, da paisagem e da proteção do património cultural, seguindo os desígnios internacionais e nacionais para o desenvolvimento do turismo.

Percebendo o nível de importância do turismo náutico para o desenvolvimento económico e social de territórios envelhecidos e pouco atrativos economicamente, mas com grande potencial ao nível dos recursos naturais, nos quais se destaca a água, as entidades locais, regionais e nacionais em articulação com a Fórum Oceano, têm vindo a delinear estratégias que dinamizem os territórios através da criação das Estações Náuticas. Segundo a Associação Fórum Oceano uma Estação Náutica garante a qualidade do produto turístico e dos serviços prestados, bem como apoio informativo e a reserva de alojamento e serviços.

A mesma associação indica ainda como vantagens da constituição de uma Estação Náutica, a diversificação da oferta turística, o combate à sazonalidade, o aumento do

gasto por visitante, a promoção conjunta de produtos turísticos a nível internacional, a oferta de experiências diversificadas e a criação de uma imagem de referência e de qualidade. Um conjunto de benefícios que estimularam a criação de um produto turístico integrado, estratégico para os territórios do interior do país, as Estações Náuticas.

O Caso da Estação Náutica de Avis

A constituição da rede de oferta turística Estação Náutica de Avis integra-se no projeto de reconhecimento do turismo náutico como potencialidade do território nacional, Portugal Náutico, da responsabilidade da Associação Empresarial de Portugal em parceria com a Fórum Oceano – Associação da Economia do Mar.

A Rede Estação Náutica de Avis situa-se no Alentejo, na sub-região do Alto Alentejo. Avis é um território predominantemente rural, no qual foi construída, na década de 50 do século passado, a Barragem do Maranhão, com fins predominantes de produção de energia e rega agrícola. A Albufeira do Maranhão, pertence à bacia hidrográfica do rio Tejo, com uma extensão 46 Km, e estende-se pela quase totalidade deste território. O município considera a Albufeira como um recurso ativo e dinamizou a aprovação do seu Plano de Ordenamento (Reis, Balão, Baltazar e Santos, 2021), de modo a compatibilizar diferentes usos associados ao plano de água. Ao longo dos últimos dez anos, este local tem suscitado o interesse por parte de diferentes seleções desportivas nacionais e internacionais, nomeadamente nas modalidades de remo e canoagem, que aqui realizam os seus estágios.

A candidatura apresentada pelo Município ao projeto Portugal Náutico visou a construção de uma rede turística, em que a componente náutica assume a centralidade, mas em que diferentes produtos turísticos locais se identificam como complementares para o propósito de oferecer um produto turístico integrado, numa lógica de preservação ambiental e cultural.

O objetivo foi a criação de uma plataforma com atores territoriais do setor do turismo, mas também de outros setores de atividades (especialmente ligados à produção de produtos locais e regionais, associados ao saber-fazer da comunidade) com vista à estruturação de uma atuação baseada na cooperação, direcionada para o desenvolvimento turístico do território, tal como referido no preâmbulo do Protocolo de Parceria da ENA.

A estrutura da rede de parceiros seguiu as indicações do regulamento para a certificação das Estações Náuticas de Portugal tendo sido envolvidas instituições locais e regionais, agentes económicos, entidades sem fins lucrativos e instituições de ensino e de investigação, num modelo de quádrupla hélice. No entanto, desde janeiro de 2019 (data de assinatura do Protocolo de Parceria) até ao presente, constata-se que a rede tem estado em permanente construção e tem vindo a consolidar-se com a integração de novos parceiros, inicialmente a rede foi criada com 12 parceiros, atualmente integra 28 parceiros, registando-se 2 saídas da rede devido à cessação de atividade destes parceiros no território (alojamento). Da observação realizada, a entrada de novos parceiros opera-se de formas diversas: a) por convite do grupo responsável pela coordenação e governação da ENA; b) por manifestação realizada pelo ator territorial perante a coordenação da ENA. Também se constata que as diferentes integrações (após a constituição formal da rede) na ENA, incluindo as propostas do grupo da coordenação, são discutidas e aprovadas em reunião de parceria. Esta estratégia demonstra a existência de um alinhamento ao preconizado pelas novas aceções de governança territorial, baseadas na construção coletiva e na coresponsabilização dos diferentes parceiros que integram a rede.

Como referido, a inovação organizacional constituída pelas redes turísticas produzem alterações significativas na construção do destino turístico. No caso do destino turístico ENA, podemos evidenciar que foi criado um modelo de governança territorial, que atualmente integra atores diversos e que, em momentos anteriores, (alguns dos atores) não estavam familiarizados com processos de construção de produto turístico e experiências baseados em princípios de cooperação. É relevante evidenciar que para a concretização deste objetivo tem contribuído a utilização sistemática de metodologias participativas (Reis, Balão, Baltazar e Santos, 2021). Estas metodologias têm sido fundamentais para: fomentar o diálogo e o interconhecimento entre parceiros; para a construção dos referenciais estratégicos: visão, missão e objetivos, levando à criação da identidade da rede; para a criação e desenvolvimento da estrutura funcional da rede (grupos de trabalho); para a construção e dinamização dos documentos previsionais da ENA (plano de atividades anual); para a criação de produtos comuns (identidade gráfica da rede, logotipo, site e guia da Estação Náutica) para a dinamização de atividades conjuntas entre parceiros (B to B) com origem na rede.

Com base na tipologia adaptada de Lynch et al (2000, citado por Morrison, Lynch e Johns, 2004), apresentamos uma sistematização sobre os benefícios resultantes da constituição e dinamização da rede ENA para o destino turístico:

Quadro 1 . Benefícios resultantes da criação e implementação da Rede ENA

Tipologia	Dimensão	Evidências dos Benefícios
Aprendizagem e Troca de Experiências	Fortalecimento da rede	• Aumento das relações entre parceiros permitindo o interconhecimento e o fortalecimento de relações entre atores (heterogêneos); • Conhecimento mais aprofundado sobre os recursos e produtos existentes no território; • Partilha e maximização de recursos dos atores (recursos físicos, humanos, técnicos e/ou financeiros); • Realização de visitas técnicas (atores e território); • Criação de grupos de trabalho; • Reforço da cultura de parceria e cooperação institucional;
	Identidade	• Definição do modelo de governança e governação da ENA; • Definição de referenciais estratégicos da ENA; • Criação da identidade gráfica da ENA; • Construção e afirmação do sentimento de pertença à rede turística; • Elaboração conjunto do Plano de Atividades (coresponsabilização dos diferentes atores turísticos);
	Comunicação	• Criação de logotipo e site da ENA; • Elaboração do Guia da ENA; • Divulgação e visibilidade da ENA através do portal Nautical Portugal; • Integração na Rede de Estações Náuticas Estações Náuticas de Portugal;
	Conhecimento	• Troca de informações, via rede, sobre ações de planeamento turístico e territorial, financiamento de projetos, feiras, entre outras; • Participação em projetos com outras EN; • Partilha de conhecimento e experiências sobre dinâmicas do turismo nacional//mundial (posicionamento); • Experimentação de novas metodologias (participativas); • Participação em ações de formação (internacionalização);
	Produto Integrado	• Construção de um produto turístico integrado (estratégico: náutico; complementar: cultura, natureza, desporto, eventos); • Realização de ações para a Internacionalização da ENA; • Surgimento de novos produtos com origem em entidades fora da rede mas com contributo dos parceiros da rede;
	Transferência do modelo de governança	• Apresentação de comunicações em congressos científicos nacionais e internacionais; • Publicações científicas (Capítulos de Livros e Artigos); • Participação em atividades de extensão universitária (Noite Europeia de Investigadores 2020; Ciclo de conferências e aulas abertas); • Participação no Projeto Práticas Promissoras Colaborativas - Academia de Liderança (GovInt; CCDRA; CIMAA);
	Monitorização e Avaliação	• Criação de sistema de avaliação e monitorização; • Acompanhamento das tendências do turismo nacional e mundial; • Preparação de resposta a desafios externos (certificação da ENA);

Atividade Empresarial	Desenvolvimento da atividade económica	• Aumento da utilização dos recursos do território; • Aumento dos negócios dentro da Rede (parcerias entre parceiros); • Desenvolvimento de atividades conjuntas através da potencialização dos recursos locais; • Melhoria da qualidade do produto turístico integrado e da experiência do visitante; • Utilização de recursos da rede para promoção de atividades e produtos específicos; • Criação de novos produtos e experiências turísticas; • Exploração/atração de novos segmentos turísticos; • Capacitação dos empresários e colaboradores; • Recomendação de outros membros da rede (serviços, atividades ou outros) que são encarados como parceiros /amigos e não como concorrência (competidores) • Aumento da valorização dos recursos turísticos e das atrações turísticas; • Participação em eventos nacionais e internacionais; • Aumento das receitas turísticas;
Comunidade	Envolvimento, interação e pertença	• Divulgação na comunidade (envolvimento de alunos no desenvolvimento da Noite Europeia de Investigadores); • Aumento da interação entre atores da rede e comunidade (dinamização de atividades para o público escolar ou população sénior); • Aumento da segurança associada à ENA (segurança na água); • Aumento de equipamentos disponíveis para os turistas e para a comunidade (canoas e caiaques); • Concretização de outras certificações: Bandeira Azul e Praia Acessível; • Melhoria de infraestruturas e serviços de apoio (públicos e privados); • Aumento das ações de sensibilização para a sustentabilidade e proteção dos ecossistemas; • Aumento da visibilidade da ENA na comunidade e nos meios de comunicação.

Fonte: elaboração própria

Um dos constrangimentos do trabalho em cooperação, amplamente identificado na literatura (Barcellos, Borella, Peretti, & Galelli, 2012; Balão, 2020), é a confiabilidade e comprometimento dos atores. Através da participação e da observação participante é possível constatar que esta rede de atores, ao mobilizar metodologias participativas, criou processos e instrumentos que reforçaram a confiança e a coresponsabilização entre os diferentes atores da rede. Um desses exemplos é a criação de grupos de

trabalho que, desde a sua constituição (2ª reunião de parceria) têm vindo a operacionalizar um conjunto de ações, de forma autónoma e, simultaneamente, partilhada, pelo modo como envolvem os restantes grupos e a generalidade dos atores. A rede de parceria definiu a constituição de 4 grupos de Trabalho que se ocupam de funções distintas e têm à sua responsabilidade a implementação de ações decorrentes do plano de ação da rede (que obedece a uma estrutura coincidente com os grupos de trabalho existentes). Os grupos de trabalho são um importante instrumento do modelo de governação da rede que, podemos afirmar, operacionaliza decisões e ações de duas formas distintas: i) em plenário, pelo menos três vezes por ano, cujo objetivo é a definição de opções estratégicas e monitorização da ação decorrente entre os vários períodos; ii) em grupos de trabalho, com funcionamento flexível e variável, definido por cada um dos grupos.

A identidade da ENA tem vindo a ser construída com base na cultura individual de cada um dos atores, das suas referências, mas também é resultado das interações promovidas na rede ENA e da aprendizagem que é feita no seio da rede, havendo uma relação dialética entre individual e coletivo, promovendo uma construção coletiva da identidade da rede e que, necessariamente, se manifesta nas representações e ações de cada parceiro.

A constituição da rede ENA tem demonstrado a sua importância de forma direta nos agentes que a integram, mas também na comunidade em que se desenvolve, tal como é visível no quadro 1, são múltiplos os benefícios que a própria comunidade usufruiu pela constituição da rede, sendo que os mais visíveis se manifestam na intensificação de relações e na disponibilidade de infraestruturas e equipamentos e serviços no território.

Conclusão

A rede Estação Náutica de Avis, desenvolvida num território de baixa densidade, em que se manifestam as debilidades na estrutura populacional e económica tão características destes territórios, tem vindo a constituir-se como um novo modelo de resposta a problemas, mas, simultaneamente, tem criado formas inovadoras de pensar o futuro do território.

Como todas as redes, também as redes turísticas estão envoltas em dificuldades e constrangimentos à sua criação e desenvolvimento, mas, certamente, os benefícios

decorrentes da constituição de redes de parceiros são substancialmente mais significativos para os atores envolvidos, mas também para os territórios em que estas redes atuam, em especial no que concerne a territórios envelhecidos, com estruturas socioeconómicas bastante vulneráveis.

Ao longo deste trabalho foi possível evidenciar a forma como as teorias do desenvolvimento, consubstanciadas em políticas públicas, incentivadoras de relações de cooperação, promoveram o desenvolvimento de redes. No entanto, não será, com certeza, a criação de uma rede a “chave” para todos os problemas, é necessário encontrar instrumentos facilitadores de um trabalho de ação coletiva. A integração em rede exige de cada um dos parceiros uma nova visão, em torno de objetivos comuns, que a ação individual fica condicionada e a autonomia diminuída, importa que a além da inclusão numa rede se promova a integração nessa rede, através de ações de coresponsabilização e de partilha, de conhecimentos, de meios e de objetivos.

A Estação Náutica de Avis tem vindo a fazer um percurso sistemático de construção e consolidação da rede e da sua própria identidade, baseado num processo participativo e mesclando formas de funcionamento, para a construção de um produto turístico integrado em torno do turismo náutico, mas complementado com turismo de natureza e cultural, e onde a comunidade se revela como fator diferenciador. Esta rede assume-se como vetor para minimizar fatores de constrangimento turístico como a sazonalidade ou aumentar o período de permanência neste destino, tentando atrair novos segmentos de mercado, numa lógica de partilha de objetivos e meios disponíveis, em prol de uma nova visão para o desenvolvimento, um território construído com base na cooperação e na partilha.

Referências Bibliográficas

Balão, A. (2020). Relações de cooperação entre Municípios do Alto Alentejo: diagnóstico prospetivo, cenários e possíveis estratégias de ação [Tese, Universidade de Évora]. Repositório Institucional da Universidade de Évora.

Barcellos, P., Borella, M., Peretti, J., & Galelli, A. (2012). Insucesso em redes de cooperação: Estudo multicaseos. *Revista Portuguesa e Brasileira de Gestão*, 11(4), 49-57. http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1645-44642012000300006&lng=pt&nrm=iso

Belsky, J. (2004). Contributions of Qualitative Research to Understanding the Politics of Community Ecotourism. In J. Philimore & L. Goodson (Eds.), *Qualitative Research in Tourism, Ontologies, Epistemologies and Methodologies* (pp.273-292). Routledge.

Breda, Z. & Pato, L. (2014). O papel das redes no desenvolvimento de destinos rurais. In E. Kastenhof, C. Eusébio, E. Figueiredo, M. Carneiro, & J. Lima (Coord.), *Reinventar o Turismo Rural em Portugal. Cocriação de experiências turísticas sustentáveis* (pp. 59-69). Universidade de Aveiro.

Crozier, M., & Friedberg, E. (1990). *El actor y el sistema - Las restricciones de la acción colectiva*. Alianza Editorial Mexicana

Davoudi, S., Evans, N., Governa, F. & Santangelo, M. (2008). Territorial governance in the making. Approaches, methodologies, practices. *Boletín de la A.G.E.*, 46, 33-52.

Duque, E. & Calheiros, A. (2012). Regionalização, desenvolvimento e governância. *Aurora geography journal*, 4, 17-31.

Esteves, A. J. (2014). A investigação-acção. In A. S. Silva, & J. M. Pinto (Eds.), *A metodologias das ciências sociais* (pp. 251-278). Edições Afrontamento.

FEDETON (2021). *Fédération Européenne de Destinations Touristiques Nautiques*. <http://www.nautical-tourism.eu>

Fortin, M.-F. (1999). *O processo de investigação: da concepção à realidade*. Lusociência - Edições Técnicas e Científicas.

Friedmann, J. & Weaver, C. (1979). *Territory and Function*. University of California Press.

Grefe, X. (Org.) (1986). *Science Économique et Développement Endogène*. Unesco.

Guerra, I. (2005). O Planeamento no Contexto de uma Sociologia da Acção. As Rearticulações Teoria-Prática no Campo da Sociologia e Planeamento. *Cidades- Comunidades e Territórios*, 10: 13-24

Guerra, I. (2002). *Fundamentos e Processos de uma Sociologia de Acção – O Planeamento em Ciências Sociais* (2ª ed.). Príncipeia.

Henriques, J. (1990). *Municípios e Desenvolvimento – Caminhos Possíveis*. Escher Publicações.

Iturra, R. (2014). Trabalho de campo e observação participante em antropologia. In A. S. Silva, & J. M. Pinto (Eds.), *Metodologias das ciências sociais* (pp. 149-163). Edições Afrontamento.

Jennings, G. (2007). *Water-based tourism, sport, leisure, and recreation experiences*. Butterworth-Heinemann.

Marietto, M. L. (2018). Observação participante e não participante: contextualização teórica e sugestão de roteiro para aplicação dos métodos. *Revista Ibero Americana de Estratégia*, 17 (4), 05-18.

Morrison, A., Lynch, P. & Johns, N. (2004). International tourism networks. *International Journal of Contemporary Hospitality Management*, 16(3), 197-202.

Pereira, M. (2013). Da governance à governance territorial colaborativa. Uma agenda para o futuro do desenvolvimento regional. *Desenvolvimento Regional em Debate*, 2(3), 52-65.

Reis, P. & Baltazar, M. (2018). A problemática do desenvolvimento e crescimento económico: revisitar conceitos, teorias e modelos. *Revista Desenvolvimento e Sociedade*, 3 (4), 153-172.

Reis, P. (2017). Turismo, Planeamento e Desenvolvimento Regional – Estratégias de Intervenção para a Rede das Aldeias Históricas de Portugal [Tese, Universidade de Coimbra]. Repositório Institucional da Universidade de Coimbra.

Reis, P., Balão, A., Baltazar, M. S. & Santos, M. (2021). Desenvolvimento local em destinos turísticos alternativos: Estação Náutica de Avis (Alentejo–Portugal). *Pasos. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, 19(3), 527-539. <https://doi.org/10.25145/j.pasos.2021.19.034>

Rodrigues, Á., Rodrigues, A. & Kastenholtz, E. (2009). Redes em turismo rural e o seu impacto no desenvolvimento sustentável do destino: o caso da Rede Europeia de Turismo de Aldeia. In Á. Matias & R. Sardinha (Eds.), *Avanços em Economia e Gestão do Turismo* (pp.141-160). Instituto Piaget.

Santos, D. (2013). A perspetiva territorialista. In J. Costa & P. Nijkamp (coord.), *Compêndio de Economia Regional. Teoria, Temática e Políticas* (pp.218-229). Princípia.

Stöhr, W. & Taylor, F. (eds) (1981). *Development from Above or Below? The Dialectics of Regional Planning in Developing Countries*. John Wiley.

Sweeney, G. (1987). *Innovation, Entrepreneurs and Regional Development*. Frances Pinter.

THR (2006). *Turismo Náutico. 10 Produtos Estratégicos para o Desenvolvimento do Turismo em Portugal*. Turismo de Portugal, ip.

Tödtling, F. (2011). Endogenous approaches to local and regional development policy. In A. Pike, A. Rodríguez-Pose, & J. Tomaney (eds.), *Handbook of Local and Regional Development* (pp. 333-343). Routledge.

Vázquez-Barquero, B. (2005). *Las nuevas fuerzas del desarrollo*. Antoni Bosh.

Nautical Tourism and Sustainable Territorial Development

Eunice R. Lopes

Instituto Politécnico de Tomar. Departamento de Ciências Sociais, Tomar, Portugal

Centro de Tecnologia, Restauro e Valorização das Artes (TECHN&ART-IPT)

Centro de Investigação, Desenvolvimento e Inovação em Turismo (CiTUR-IPL)

Centro em Rede de Investigação em Antropologia (CRIA-FCSH-UNL)

Unidade de Investigação em Governança, Competitividade e Políticas Públicas (GOVCOPP-UA)

eunicelopes@ipt.pt

ABSTRACT

Portugal presents unique and advantageous characteristics for the development of nautical tourism, being able to assert itself in the national and international market. Nautical tourism is a sector capable of stimulating a tourist destination. Since it is an activity that can be practiced at any time of the year, it offers a strong opportunity to mitigate seasonality. With this study we intend to present the context of nautical tourism in the Medio Tejo, as a nautical tourist activity and explore its relationship with sustainability.

Concern for the environment is an increasingly pressing issue today, trying to find strategies that increasingly reduce the impact of anthropic agents on nature and biodiversity, without forgetting the implications arising from this action in territorial development.

In this sense, the case study portrayed in this study covers the Medio Tejo region that is related to nautical tourism and associated with the aquatic practice of wakeboard. From the standpoint of the methodology used, a comprehensive investigation was initiated based on the object of study, resorting to some review of existing literature. Several documents were analysed, based on the knowledge of the state of the art, to test the most viable hypothesis for the development of the theme, bearing in mind the main objectives of the study.

KEYWORDS

Nautical tourism, territorial development, Medio Tejo, sustainability, wakeboard

Turismo Náutico e Desenvolvimento Territorial Sustentável

RESUMO

Portugal apresenta características singulares e vantajosas para o desenvolvimento do turismo náutico podendo afirmar-se no mercado nacional e internacional. O turismo náutico é um setor capaz de estimular um destino turístico. Tratando-se de uma atividade que pode ser praticada em qualquer altura do ano, reveste-se de uma forte oportunidade de mitigação à sazonalidade. Com este estudo pretende-se apresentar o contexto do turismo náutico no Médio Tejo, enquanto atividade turística náutica e explorar a sua relação com a sustentabilidade.

A preocupação pelo meio ambiente é um tema cada vez mais premente na sociedade atual, tentando-se encontrar estratégias que reduzam cada vez mais o impacto dos agentes antrópicos na natureza e na biodiversidade, sem esquecer as implicações advindas dessa atuação no desenvolvimento territorial.

Neste sentido, o estudo de caso aqui retratado neste estudo abrange a região do Médio Tejo que se encontra relacionada com o turismo náutico e, em específico associado à prática aquática da modalidade de *wakeboard*. Do ponto de vista da metodologia utilizada foi iniciada uma investigação abrangente a partir do objeto de estudo, recorrendo-se a alguma revisão de literatura já existente. Foram analisados diversos documentos, para a partir do conhecimento do estado da arte testar a hipótese mais viável para o desenvolvimento da temática tendo presente os objetivos principais do estudo.

PALAVRAS-CHAVE

Turismo náutico, desenvolvimento territorial, Médio Tejo, sustentabilidade, wakeboard

Introduction

In this study, nautical tourism, sustainability, and territorial development will be addressed, highlighting these themes in the Medio Tejo region. The concept of nautical tourism and the activities related to this sector are presented. At the same time, an attempt is made to portray nautical tourism in Portugal through a brief approach to statistical data and a reflection on the Strategic Plan for Tourism 2027. The approach to the context of sustainability is developed based on Agenda 21 and the World Code of Ethics of Tourism. The theme of territorial development and its integrated strategies for sustainable development is also touched upon. As the case study is the Medio Tejo region, this region focused on nautical tourism is contextualized with greater incidence in the aquatic modality of wakeboard.

The concept of nautical tourism is associated with tourist activity and is widely understood by several authors. Several authors use the terms “nautical tourism” and “maritime tourism” as synonyms, and the definition of nautical tourism in the literature includes, in the view of some authors, from unregistered vessels to commercial passenger ships. Some authors define nautical tourism as all types of activities related to water, others limit sailing activities and tourists’ stay on board boats, or there are those who relate it to sports and leisure in contact with the sea (Figueiredo & Almeida, 2017).

As nautical tourism is one of the segments of tourism activity and usually recognized for its different types, according to Turismo de Portugal, nautical tourism admits as an incentive the enjoyment of trips related to water, and all types can be exercised of nautical activities, whether for leisure or in competition. As nautical activities, the following can be identified: sailing, windsurfing, wakeboard, canoeing, rowing, diving, cruise charter, among others. All these activities are considered adventure activities and are always linked to water. Two types of nautical tourism can also be identified: cruise tourism, which is characterized by navigation on large ships and large-scale transport of passengers (which are considered nautical tourists because the cruise tourism activity is a nautical activity, although, with the objective of the practice of leisure and not for sport or adventure), and the nautical sport tourism where the main motivation of the tourist is the sport and the adventure, using boats that can be rented or own. Thus, nautical tourism is related to the act of navigating an aquatic environment, which can be fluvial, maritime, lacustrine (lakes) and dams (Silveira, 2016).

According to the Directorate General for the Policy of the Sea (DGPM), nautical is divided into recreational and sports, being directly linked to recreational vessels. Although it is common to associate water sports and tourism with any type of vessel, it is possible to verify the existence of several activities, such as diving, spearfishing or coastering. These activities can be framed in the type of nautical that does not require, directly, the use of vessels to carry out the same. There is a very solid relationship between nautical tourism and nautical sports as maritime tourism may include recreational activities that involve traveling outside the place of residence and that are hosted or focused on the marine environment (Orams, 1999). The nautical sector includes companies that work in the same field (construction yards, coastal resorts, among others). Nautical tourism as a product and its demand is divided into primary, where the main motivation of the tourist's trip is nautical activities, and secondary whose motivations are not related to nautical activities, but rather to the "sun and sea" product, and later practice them during their stay (Duarte, 2017).

Nautical tourism presents itself as a favourable segment of society about the development of natural and cultural resources. To practice this type of tourism, it is necessary that riverside structures have accessibility conditions that are conducive to their development. This factor contributes to the offer of tourist activities linked to the practice of nautical tourism and the consequent increase in the quality of tourist destinations, which must be anchored in the development of sustainable tourism (Lopes & et al, 2021(a): 125). Nautical tourism has impacts at the territorial level, as the interaction of tourists with local populations ends up promoting the cultural and creative diversity of the territory. It also contributes to the awareness of local populations about the typology of nautical tourism, which increases the willingness to understand the dynamics underlying the practice of nautical activities. The region is also favoured in terms of territorial enhancement, through this aquatic modality that attracts not only national tourists, but also international ones.

Nautical Tourism and Sustainability

Worldwide, nautical tourism is sought after by tourists who practice nautical activities. Bathed by the Atlantic Ocean, recreational nautical enthusiasts will find in Portugal a sea for all tastes, with calm waters for sailing, or more agitated ones for those who prefer adrenaline. Portugal has places considered as one of the best regatta fields in the world, leading to the recurrent organization of events and championships.

Portugal has been asserting itself as an excellent tourist destination due to its culture, geographic location, climate, and security that it transmits to tourists. With these characteristics of “culturality” and safety, Portugal will have won for the fourth consecutive year the award for Best Destination in Europe (in the 2020 edition), of the World Travel Awards. It has even won two awards related to nautical tourism, being the main cruise destination in Europe 2020 (Lisbon) and Porto de Cruzeiros, leader in Europe in 2020 (Porto de Cruzeiros de Lisboa). The 2027 Tourism Strategic Plan refers to the Sea and Water as differentiating strategic assets (Figure 1).



Figure 1. Portugal’s strategic assets

Source: own elaboration. Adapted from the 2027 Tourism Strategic Plan

Nautical tourism and the income resulting from the practice of wakeboard associated with the river resource, for Portugal, is a significant strategy. It may contribute to the consolidation and attractiveness of the destination Portugal, more specifically the Medio Tejo (Portugal). Thus, there is a potential for growth in demand for nautical tourism if the offer is attractive and the services of high quality. It becomes necessary to increase the demand for nautical tourism by coupling it to the nautical experience and thus contribute to the development and promotion of nautical tourism (Lopes & et al, 2021(b): 184). Based on the strategic assets mentioned, lines of action were developed that integrate nautical tourism in the enhancement of the territory and communities, to affirm tourism in the economy of the sea (Figure 2).

Tourism Strategy 2027

To reinforce Portugal's position as a destination for nautical, sporting and leisure activities associated with the sea, along the entire coast and as a surf destination of international reference.

Streamline and enhance the infrastructure, equipment and services to support nautical tourism (ports, marinas and nautical centers).

Nautical activities for enjoying the sea linked to diving, sailing, canoeing, whale and sea bird watching, fishing, maritime-tourism tours and beach activities, which integrate sustainability into the nautical culture of the sea.

Streamline "experience routes" and tourist offers around the sea and nautical activities.

Coastal enhancement actions, including the requalification of the marginals and the enhancement of the beaches. Health and wellness tourism projects associated with the therapeutic properties of the Sea.

Valuing seafood associated with the Mediterranean Diet.

Figure 2. Lines of action for nautical tourism

Source: own elaboration. Adapted from the 2027 Tourism Strategic

The lines of action for nautical tourism also intend to develop and improve navigation systems, for safer river navigation, improving piers and creating docking platforms for recreational vessels or support infrastructure.

This field of action invokes a context of sustainability, especially from the 20th century onwards, with greater accuracy for the natural environment. The Brundtland Report and the World Commission for Environment and Development (CMAD) was the basis for structuring Agenda 21, whose principle is based on the fundamental need to satisfy current needs without jeopardizing future needs.

Tourism has raised issues related to the environment, having a strong impact on society. The tourism sector is one that has the most negative impacts, both at the environmental, social, cultural, and economic level of destinations, and that is why the tourism sector has been pressured towards more sustainable practices.

Tourism planning is fundamental, trying to maintain supply and demand elements, satisfying tourists, but at the same time promoting "responsible or alternative tourism" (Martins, 2012). Tourists have been changing their motivations due to mass tourism, which leads tourists to be more ecologically aware, considering new approaches such as alternative tourism, sustainable tourism, or ecotourism.

This change led to the creation of the term “new tourist”, which is based on the search for quality, less “touristified” places and enhancement of natural, cultural and tradition resources (Martins, 2012). In this perspective, it is worth highlighting Agenda 21 and the World Code of Ethics in Tourism (CMET). Agenda 21 intends to conserve the environment and promote regulatory mechanisms for the tourism sector. The Agenda intends to reaffirm actions related to (re)education and formation of more sustainable practices in tourism.

The World Code of Ethics in Tourism (CMET) defends that tourism agents must protect natural resources, and that economic growth must be able to satisfy the needs of future generations (Martins, 2012). Sustainability has a fundamental role in nautical tourism, as the intense use of natural resources and their overvaluation results in the loss of credibility of this touristic aspect.

Ecolabels are a business and trustworthy strategy, especially for tourists who practice sustainable tourism. For each label there is an attribution criteria procedure to be established by an authority of the group to which they belong. With the current changes and of important relevance for the planet’s well-being, sustainability labels were implemented by the companies (Figure 3).

Ecolabel	Sustainable water management; sustainable energy management; use of renewable resources; use of non-toxic chemicals – tourism and travel.
Green Globe	Reduction of greenhouse gas emissions, management of drinking water consumption; protection of ecosystems; etc.
Eco-Certification STEP	Developed by a non-profit organization including specific certification for Luxury Hotels.
Green Key Program	International environmental education and tourist facilities.
Certification LEED	Provides a set of guidelines for promoting sustainable construction.
Certification BREEAM	The most used environmental assessment system for buildings on a global scale.
Certification Biosphere	Private, voluntary, and independent certification system including social responsibility, conservation of cultural heritage, satisfaction, and expectations of tourists about the destination, etc.
Certification Lider A	Portuguese system for the assessment and voluntary recognition of sustainable construction and the built environment, in the different phases of its life cycle.
Apcer 300 – TER	Qualification model for Rural Tourism.

Figure 3. Sustainability labels

Source: own elaboration. Adapted from Ferreira, 2021

The impact of the practice of nautical tourism on the environment continues to be accentuated, especially in terms of water and soil pollution caused by boats and nautical structures. Although practices with negative impacts have increasingly faded, the inappropriate disposal of waste containing oils from engines, toxic paints, sewage, and other causes that end up putting biodiversity at risk remains at stake. But with the wide variety of activities that can be done in nautical tourism, not all are invasive. It is true that the most dangerous are those involving motorized means, however, activities such as canoeing or windsurfing have a very small impact on the environment, almost nil.

Nautical tourism, in this sense, helps society in the development of natural and cultural resources. For a sustainable practice of this type of tourism it is necessary that the structures and the maritime environment are in good condition, increasing the offer of tourist activities and consequently increasing the value of destinations. Thus, an interest in nature and sport is created and developed, both by tourists and by the resident population.

To be as sustainable as possible, the nautical activity must conserve and consider the natural heritage and biodiversity and at the same time in a balanced way promote the social cohesion of tourist destinations (Figure 4).

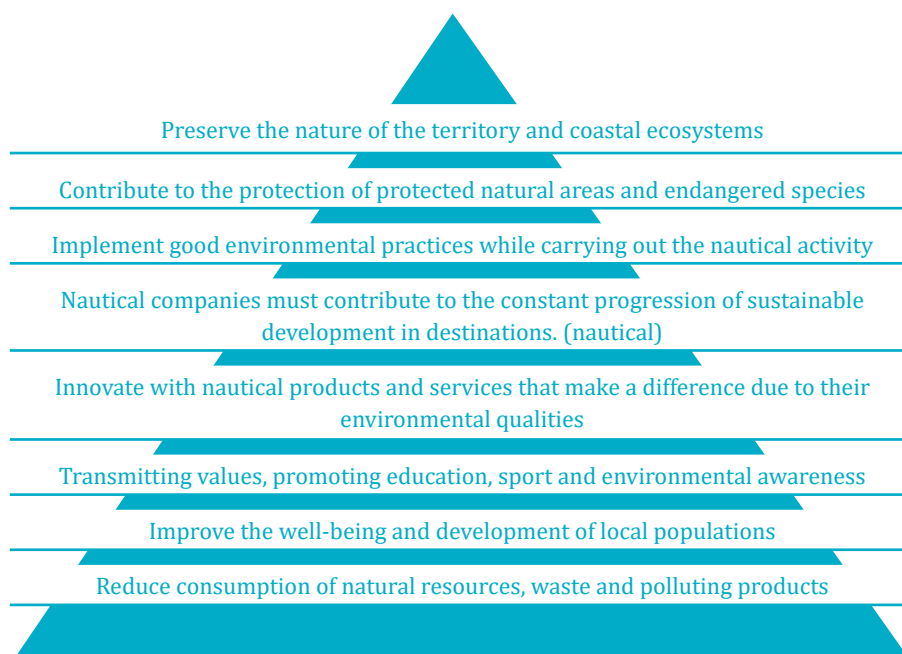


Figure 4. European Manifesto for Sustainable Nautical Tourism

Source: own elaboration. Adapted from Destinations, 2012

The practice of wakeboarding using the installation of cable parks allows this modality to take place in a silent and ecological way, as, by dispensing with motorized boats, it does not produce noise or combustion emissions. This was one of the main requirements for the implementation of infrastructure for the practice of wakeboard integrated in the POACB - Castelo do Bode Reservoir Management Plan (Lopes & et al, 2021(b): 186). The touristic aspect of nautical activities promotes significant changes, within the scope of territorial development, in the region where it operates, as it is one of the activities that generates the most benefits at all levels, but mainly at the economic level.

During the high season, when water activities are more practiced due to more favourable temperatures, there is a significant increase in the local economy in the region where the activities take place. This favourable context has consequences on the population's quality of life, allowing them to find ways to overcome the low season, since many families live from this type of seasonal activities. This tourist aspect also involves the cultural aspect, as people who travel to Albufeira de Castelo de Bode for a few days, for example, also take the opportunity to visit the surrounding towns, thus getting to know their culture, their heritage, its history, and its gastronomy.

In parallel to nautical tourism, sustainability plays an important role, due to the adoption of sustainable practices with a view to solving the negative impacts caused by this type of tourism. The broader social interaction between the local population and tourists, aiming at cultural sharing, is the great contribution to territorial sustainability, if it is based on a basis of sustainable awareness.

Territorial Development

Territorial development encompasses both physical elements (infrastructures) and the geographic distribution of the population and its activities, with the singularity of the dimensions of cities and the relationships between them. Thus, territorial development is considered “the process through which the geography of territories inhabited by human societies is progressively transformed” (Territorial Development, n.d.). Through this concept, regional imbalances and low growth rates can be seen, both in Portugal and at European level.

Populations are increasingly settling in coastal areas and large metropolises, leaving low-density areas fragile, mainly due to the lack of inhabitants, especially young people who can develop the region.

However, to create jobs, provide services and reduce territorial imbalances, territorial development has become a priority. The Portuguese Government created territorial development strategies with the objective of guaranteeing a better quality of life for citizens with a good environment for companies to invest, supported by a balanced network of services adjusted to the social and economic level of the region.

The Integrated Strategies and Territorial Development (EIDT) are an example of this. These are sub-regional strategies based on the contractualization of Pacts for Development and Territorial Cohesion and Pacts for Community-Based Local Development, which in 2015, through a survey of information, recognized 23 EIDT, corresponding to inter-municipal entities (Integrated Strategies and Territorial Development, n.d.), namely:

- Intermunicipal Community of Central Alentejo;
- Intermunicipal Community of Alentejo Coast;
- Intermunicipal Community of Algarve;
- Intermunicipal Community of Alto Alentejo;
- Intermunicipal Community of Alto Minho (Minho-Lima);
- Intermunicipal Community of Alto Tâmega;
- Metropolitan Area de Lisboa;
- Porto Metropolitan Area;
- Ave Intermunicipal Community;
- Baixo Alentejo Intermunicipal Community;
- Beira Baixa Intermunicipal Community;
- Beiras and Serra da Estrela Intermunicipal Community;
- Cávado Intermunicipal Community;
- Douro Intermunicipal Community;
- Intermunicipal Community of Lezíria do Tejo;
- Intermunicipal Community of Médio Tejo;
- Intermunicipal Community of Oeste;
- Intermunicipal Community of Aveiro Region;
- Intermunicipal Community of Coimbra Region;
- Intermunicipal Community of Leiria Region;
- Intermunicipal Community of Tâmega e Sousa;
- Intermunicipal Community of Terras de Trás-os-Montes;
- Comunidad Intermunicipal City Viseu Dão Lafões.

The territory's strategic actions aim to promote social inclusion, the efficiency of intermunicipal collective services, energy sustainability and sustainable mobility, strengthening partnerships between local authorities, business associations, the scientific and technological system, the education system and training and social economy organisations. Intermunicipal Communities and Metropolitan Areas are responsible for implementing the strategies (Integrated Strategies and Territorial Development, s.d.) (Figure 5).

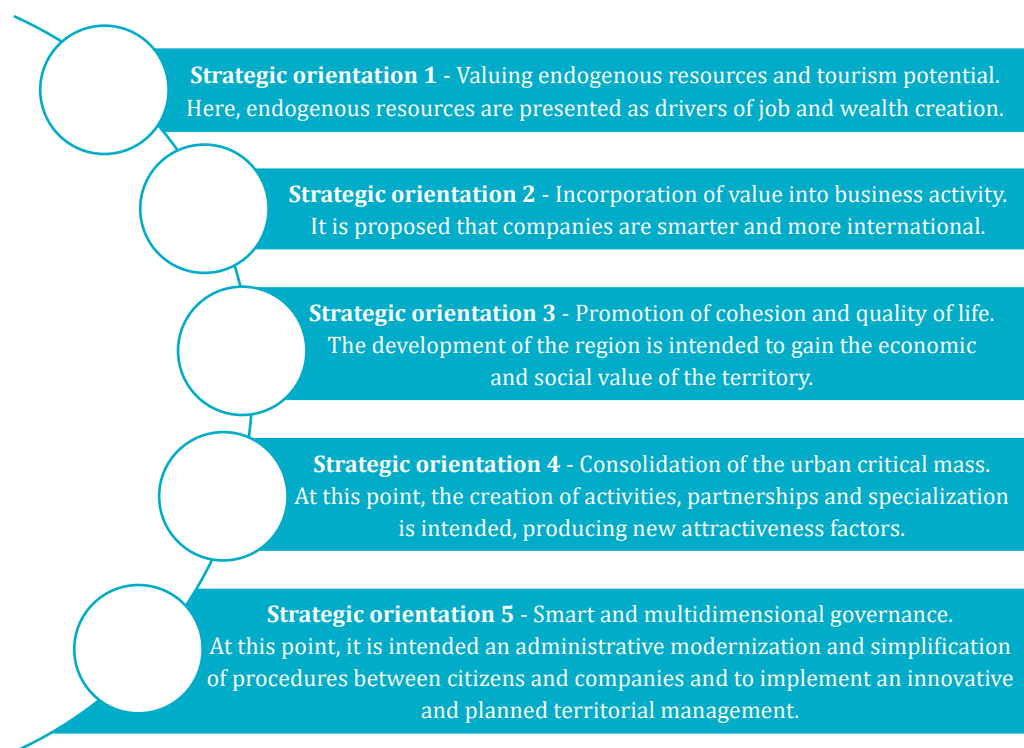


Figure 5. Strategic guidelines

Source: own elaboration. Adapted Integrated Strategies and Territorial Development

At the same time, the Thematic Programs for Operationalization of the Medio Tejo also present twenty-three actions defined to achieve the objectives of the five Strategic Orientations presented in Figure 5. However, the six Thematic Programs for Operationalization for the region of the Medio Tejo are distinguished (Figure 6).

The activities practiced by the nautical tourist can be divided into two sectors - active activities and passive activities. The activities considered more active are those

known for recreational navigation, such as cruise sailing and motor navigation and nautical sports, that is, the whole set of activities that require greater physical and psychological effort.

The most passive activities are maritime-tourism, where medium-sized vessels designated for river or coastal traffic are used, small vessels with the purpose of a local tour, and nautical cruises, which are large ships that transit the oceans and cover several ports.

The experiences can be linked to the achievements of nautical sports that involve: 1) boating as a mode of leisure and entertainment, consisting of a wide variety of sports, and 2) travel as a mode of participation in nautical-sports competitions, belonging to a market with strictly defined characteristics and rules. This typology is divided between leisure and competition and depends heavily on available infrastructure, support, and conditions.

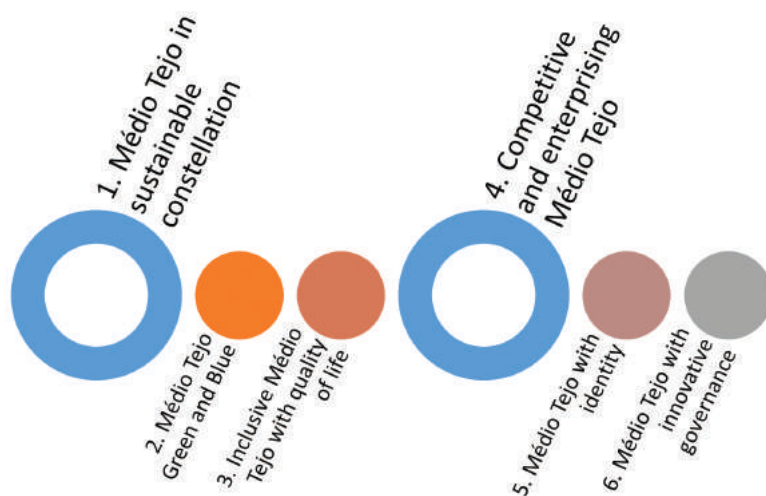


Figure 6. Operationalization Thematic Programs, Médio Tejo

Source: own elaboration. Adapted Integrated Strategies and Territorial Development

It appears that nautical tourism has effects on the environment, thus making it essential to reduce its ecological impact, so that a nautical tourism model can be created, aggregating the principles of sustainable development, helping nautical activities to become a means to conserve and enhance the natural heritage and biodiversity.

This type of tourism must therefore consider the protection of protected natural areas and endangered species, carrying out good environmental practices when carrying out nautical activities.

Since tourism is an activity that implies the well-being of the planet, entities such as hotel infrastructures, tourist entertainment companies, travel agencies, among others, must consider the issue of sustainability as fundamental for the loyalty of tourists and customers in general. A demonstrative example of this are the companies that organize nautical tourism activities, as they use “environmentally friendly” means of transport, instilling a sustainable concern in those who practice the aquatic modality, which makes tourists feel more secure and attracted by activity because they end up realizing that, in this way, they contribute to the minimization of harmful effects to the environment.

The territory has a facilitating role in tourist activity. The territory results from a framework of resources, infrastructure, residents, landscapes, and cultural aspects that characterize that same territory or destination. Portugal’s geographic location is an enormous incentive to the creation and development of tourist and cultural products related to nautical tourist activities. The huge amount of water resources such as rivers, lakes and the sea in the national territory allow tourist entities in Portugal, and specifically in the Médio Tejo, to carry out very diversified activities.

Nautical Tourism in the Médio Tejo

The development strategy of the Médio Tejo region made evident the need to create a project that would include nautical tourism in the region, focusing on the Albufeira de Castelo de Bode and on wakeboard. This strategy came to develop the tourist offer and increase national and international attractiveness.

The Intermunicipal-based Integrated Tourism Products project of the Médio Tejo, framed in the Nautical Tourism Axis: Castelo do Bode, was one of those examples. The Municipalities in the Médio Tejo covered by this project are Constância, Ferreira do Zêzere, Sardoal, Sertão, Tomar, Vila de Rei and Vila Nova da Barquinha. The objective of this project was to make known the destination and the product developed. A wakeboard resort was created with adequate infrastructure on five river beaches in Castelo do Bode.

This commitment to the development of the nautical tourism product involved developing actions that integrated the creation and promotion of events linked to nature and nautical resources. Also, the creation of signage for access to cable parks for the demonstration and experimentation of the aquatic sport of wakeboard. There are currently five cable parks in the Medio Tejo available for wakeboard (Figure 7).

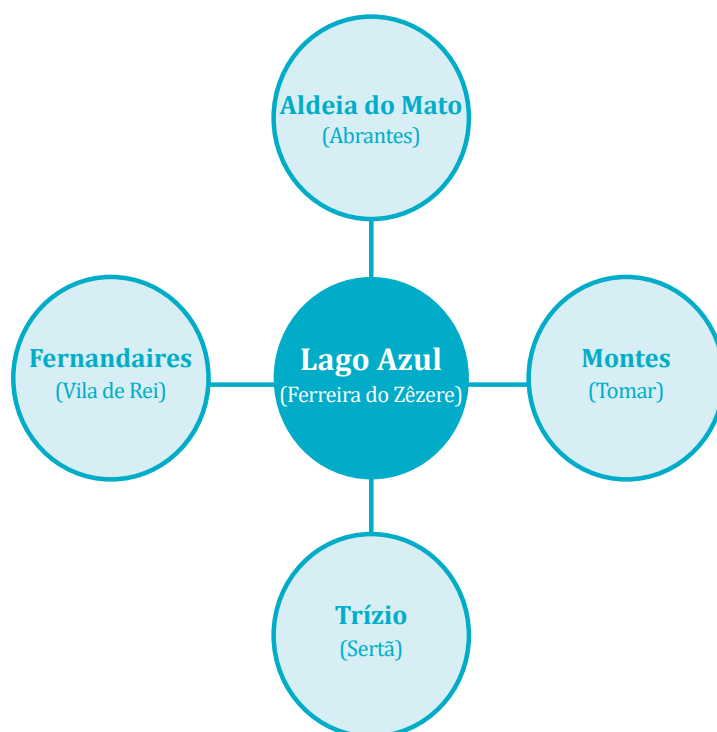


Figure 7. Designation of the five cable parks

Source: own elaboration

Wakeboard integrated in the practice of nautical tourism is a tourist potential evidenced in Portugal. It turns the country into a European wakeboard cluster where Castelo do Bode stands out on the world map of wakeboarding events. In 2019, the wakeboard event was held during four days of competitions, where most competitors were foreigners (Wakeboard Portugal, s.d.).

Nautical tourism, territorial development, and sustainability, integrated in the Medio Tejo region with an impact on the sport of wakeboard, can be more clearly understood in Figure 8.

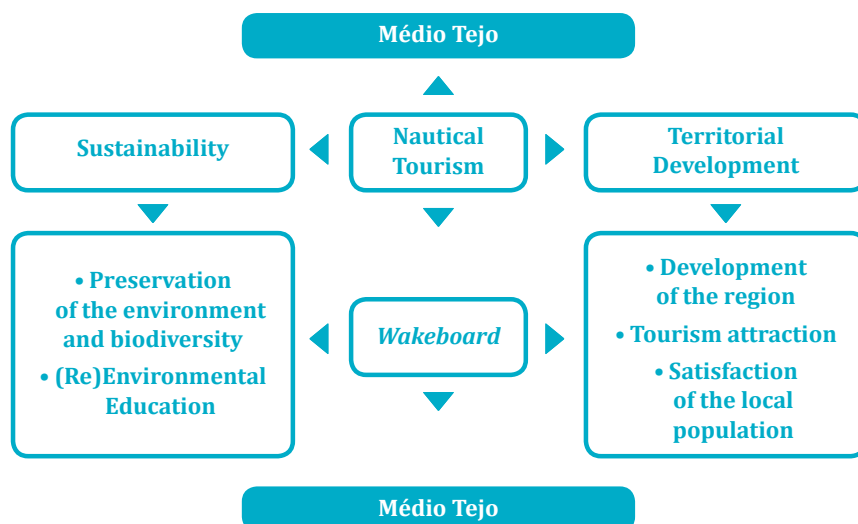


Figure 8. Nautical tourism, territorial development, and sustainability
Source: Mendes, 2021

Nautical tourism is linked to territorial development as it helps in the development of the region, with the inflow of income from tourists who purposely travel to the region to practice wakeboard, and once they are in the region, they end up visit the entire surrounding area where the cable parks are located. With this inflow of income and arrival of tourists, the satisfaction of the local population increases, as they see an added value in terms of development and new perspectives for job creation, as well as improvement of local infrastructure.

In this sense, nautical tourism in the Medio Tejo represents the promotion of sustainability and responsible management of the resource. Among the various forms of promoting tourist destinations, those that use the water resources of rivers as territorial environmental assets must have as a premise the sustainable use of these heritage assets. The Medio Tejo territory presents this concern and presents a proposal for nautical tourism that not only values water, heritage, and environmental resources, but that, consciously, allow to observe positive impacts for the population and for the self. resource related to its valuation (Lopes, et al, 2021: 140). The link with sustainability comes in the sense that environmental awareness is an increasingly pressing issue today. This perception is brought by wakeboarders themselves, as they are people with a connection to the aquatic environment and the environment, promoting their protection.

With this feeling on the part of sportsmen, the local population begins to feel the need to preserve what belongs to their land, starting with environmental (re)education and, with the help of local authorities to keep the environment clean, providing in times of great affluence, means to help keep the region clean, which ranges from increasing the number of recycling bins to organizing voluntary cleaning events. It means a growing concern for sustainability.

The potential growth in demand for nautical tourism linked to the experience on the river (river resource), contributes to sustainable tourism development. Nautical tourism in the Medio Tejo thus becomes a major contribution to the promotion of sustainable, responsible, and creative tourism (Lopes & Simões & Simões, 2021). In all sectors of society, there has been an enormous propensity to create and develop resources that make a destination more attractive. Framing this fact in the tourism sector, more specifically in nautical tourism, in recent years there has been an effort to further develop nautical tourism. It appears that this strategic effort has not only fallen on the Medio Tejo, but in a general way throughout the national territory. In these dynamics of territorial attractiveness through nautical tourism, the resident population plays an extremely important role about the growth of tourist activity and the dynamization of the territory's cultural and natural resources.

Conclusions

Nautical tourism is growing in the country, with the same being verified in relation to the Medio Tejo, with a large influx of tourists at the time of wakeboard competitions. Due to the current pandemic situation, both in Portugal and in the rest of the world, this aquatic practice has declined. However, it remains possible to position nautical tourism as a tourist offer in the Medio Tejo region.

The nautical stations help the variation of the tourist offer, with respect to the mitigation of seasonality. Several entities, such as Turismo de Portugal and the Regional Tourism Entities, have participated in the development of nautical stations in the region, promoting their promotion (internal and external).

Despite the inevitable affirmation of nautical tourism in the Center region of Portugal, there is still a need to draw up management and planning strategies in the territory, allowing the wakeboard modality and the development of all nautical tourism activities to become a quality product and enrichment for the territory.

The tourism product related to this theme can be leveraged as a strategic product, essentially in the sporting aspect, and can become a dynamic factor in regional tourism. Other destinations compete with this product, but the Medio Tejo region stands out for the immense variety of resources it has, the notoriety it has been acquiring and the worldwide recognition it has gained over the last few years.

It is a territory with history, with resources, with conditions to become an excellent destination. Nautical tourism contributes to diversifying the offer and minimizing two current problems: seasonality, as some nautical activities can be practiced in low season, and regional asymmetries, related to low-density territories.

The Medio Tejo region is attractive for its scenic quality and its cultural and natural heritage. The use of these resources must be based on sustainable management, which ensures their preservation and cultural and tourist enhancement.

The region has good infrastructure, accessibility conditions and tourist companies that organize and promote nautical activities. In addition to all the geographical components, the Medio Tejo allows for a diversified offer integrated in this nautical tourism sector.

The events promoted in the Medio Tejo, where the wakeboard world championship event (Lago Azul) is highlighted, had television coverage with worldwide projection. The event had a very high number of visitors, not only practitioners of this aquatic sport, but also tourists and visitors who attended this championship, taking the opportunity to get to know the territory. During the event, many hotel establishments sold out their accommodation due to the high participation rate in this event.

Nautical tourism can have this effect and contribute to boosting the local economy. When tourists visit the Medio Tejo and take advantage of the nautical tourism offers, they indicate that the destination whose river and waterway is the main reason for their search. They also consider that the region has a lot of potential in terms of landscape, demarcating itself from other regions that they visit.

In this sense, it is concluded that nautical tourism is essential for the Medio Tejo, as it attracts countless visitors and boosts the economy of this region, perceiving a significant impact of nautical tourism in the Medio Tejo region and its sustainable development.

References

Atividades Náuticas. Instituto de Dinâmica do Espaço. Disponível em: <http://www.ccdr-lvt.pt/files/4998360cf19338110ce90776fe8c13c4.pdf>. Acesso em: 26 março de 2021.

Cunha, L. (2009). Introdução ao Turismo. Lidel - Edições Técnicas, Lda.

Desenvolvimento Territorial. Fórum das Cidades. Disponível em: <https://www.forumdas-cidades.pt/content/desenvolvimento-territorial>. Acesso em: 14 março de 2020.

Destinations. Manifesto europeu para o turismo náutico sustentável. Disponível em: chrome-extension://efaidnbnmnibpcajpcglclefindmkaj/viewer.html?pdfurl=http%3A%2F%2Fwww.nautical-tourism.eu%2Fupload%2Ffiles%2F03_14%2520Manifeste%2520PR%2520HD.pdf&clen=361776&chunk=true. Acesso em: 12 março de 2020.

Direção Geral de Política do Mar. Disponível em: <https://www.dgpm.mm.gov.pt>. Acesso em: 15 março de 2020.

Duarte, I. N. (2017). As motivações do turista para a prática de Turismo Náutico na Região Centro de Portugal. Tese de Mestrado em Gestão Turística. Disponível em: <https://repositorio.ipv.pt/bitstream/10400.19/4734/1/As%20motiva%C3%A7%C3%B5es%20do%20turista%20para%20a%20pr%C3%A1tica%20de%20Turismo%20Na%C3%BAtico%20na%20Regi%C3%A3o%20Centro%20de%20Portugal.pdf>. Acesso em: 17 março de 2021.

Estratégia Turismo 2027. Disponível em: https://estrategia.turismodeportugal.pt/sites/default/files/Estrategia_Turismo_Portugal_ET27.pdf. Acesso em: 23 março de 2021.

Estratégias Integradas e Desenvolvimento Territorial. Fórum das Cidades. Disponível em: <https://www.forumdascidades.pt/content/estrategias-integradas-de-desenvolvimento-territorial>. Acesso em: 15 abril de 2021.

Ferreira, C. (2021). Relatório I. Estágio. Lopes, E (coord.). Estágio. Gestão Turística e Cultural. Escola Superior de Gestão de Tomar. Instituto Politécnico de Tomar.

Figueiredo, P., & Almeida, P. (2017). Turismo Náutico. Capítulo 16. in F. Silva, & J. Umbelino (coord.). *Planeamento e Desenvolvimento Turístico*. Lidel - Edições Técnicas, Lda.

Instituto Nacional de Estatística. Disponível em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=445437698&PUBLICACOESmodo=2. Acesso em: 07 março de 2020.

Lopes, E. R., & Simões, J. & Simões, J. T. (2021). Nautical Tourism: a solution for tourism in the time of covid-19? Comunicação oral|28.10.2021. In XIII International Tourism Congress. Reinventing Tourism for Upcoming Challenges. Estoril. Portugal.

Lopes, E. R., Nunes, M. R.; Simões, J.; Silva, J.; Simões, J. T.; Rosa, M.; Rego, C.; Santos, J. (2021, a). Nautical Tourism: Contribution to Sustainable Tourism Development. *Journal of Tourism Research*, (26), 123-162.

Lopes, E. R.; Simões, J.; Nunes, M. R.; Silva, J.; Rosa, M.; Simões, J. T.; Rego, C.; Santos, J. (2021, b). The Relevance of Events in Promoting Nautical Tourism. *Journal of Tourism Research*, (26), 182-199.

Manifesto Europeu para o Turismo Náutico Sustentável. Disponível em: http://www.nautical-tourism.eu/upload/files/03_14%20Manifeste%20PR%20HD.pdf. Acesso em: 08 abril de 2021.

Martins, C. I. (2012). Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável: O Papel da Arquitetura Vernacular. Dissertação de Mestrado. Disponível em: <https://ubibliorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/1937/1/Turismo%20rura%20e%20desenvolvimento%20sustent%C3%A1vel.pdf>. Acesso em: 09 março de 2021.

Mendes, A. (2021). Relatório I. Estágio. Lopes, E (coord.). Estágio. Gestão Turística e Cultural. Escola Superior de Gestão de Tomar. Instituto Politécnico de Tomar.

Médio Tejo. Comunidade Intermunicipal. Disponível em: <http://mediotejo.pt>. Acesso em: 12 abril de 2021.

Médio Tejo. Plano Estratégico de Desenvolvimento. Disponível em: https://mediotejo.pt/images/CIMT/medio%20tejo_estrategia_vfinal_aviso_jan2014_vf.pdf. Acesso em: 26 março de 2021.

Orams, M. (1999). *Marine Tourism: Development, Impacts and Management*. Routledge: London, UK; New York, NY, USA.

Plataforma Tecnológica de la Macaronésia. O que é o turismo náutico e que benefícios tem. Disponível em: <https://ptmac.webs.ull.es/pt-pt/blog/2015/07/29/o-que-e-o-turismo-nautico-e-que-beneficios-tem>. Acesso em: 19 abril de 2021.

Silveira, L. (2016). Turismo de lates: Estratégia de Desenvolvimento para a Figueira da Foz. Tese de Doutoramento, Universidade de Coimbra .

Turismo do Médio Tejo. Disponível em: <https://turismo.mediotejo.pt>. Acesso em: 12 abril de 2021.

Turismo. Caracterização do turismo na Baixada Santista. Disponível em: https://sigam.ambiente.sp.gov.br/sigam3/Repositorio/511/Documentos/PEM_LS/turismo_pemls.pdf. Acesso em: 13 março de 2020.

UNWTO. Glossary of Tourism Terms. Disponível em: <https://www.unwto.org/glossary-tourism-terms>. Acesso em: 08 abril de 2021.

Wakeboard Portugal. Disponível em: <http://wakeboardportugal.com/wb>. Acesso em: 10 maio de 2021.

World Travel Awards (2020). Portugal é o Melhor Destino Europeu pelo quarto ano consecutivo. Disponível em: <http://www.turismodeportugal.pt/pt/Noticias/Paginas/portugal-e-melhor-destino-europeu-pelo-quarto-ano-consecutivo.aspx>. Acesso em: 26 março de 2021.



www.ipt.pt